

**ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Anderson de Rezende Rocha, André Martins Biancarelli, Andréa Marcondes de Freitas, Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Arlindo Alemão Gregório, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudia Regina Cavaglieri, Cláudia Vianna Maurer Morelli, Cristiane Maria Megid, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Eliana da Silva Souza, Elisabeth Cardozo, Ellen Alves Menezes, Evanir Lopes Teixeira, Everardo Magalhães Carneiro, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Sarti, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo Aoki, Gabriela Barros Gonçalves, Gustavo Costa do Nascimento, Helena Ansani Nogueira, Heloise de Oliveira Pastore Jensen, Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jefferson Cano, Jefferson de Lima Picanço, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Marcos Travassos Romano, José Alexandre Diniz, José Antonio Rocha Gontijo, José Luis Pio Romera, José Roberto Ribeiro, Karolyne Stefanny de Souza, Luiz Carlos Dias, Luiz Carlos Zeferino, Marcelo Alves da Silva Mori, Márcia Azevedo de Abreu, Márcio Alberto Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Marco Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Maria Luiza Moretti, Maria Rita Donalísio Cordeiro, Mariângela Ribeiro Resende, Marisa Masumi Beppu, Matheus Alves Albino, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Tibúrcio Cicone, Mirna Lúcia Gigante, Mônica Alonso Cotta, Muriel de Oliveira Gavira, Orival Andries Júnior, Paulo Adriano Ronqui, Paulo Régis Caron Ruffino, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Tereza Cristina Faustino dos Reis, Vanessa Petrilli Bavaresco e Verónica Andrea González-López. Como convidados especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Ana Maria Frattini Fileti, Augusto Cesar da Silveira, Douglas Soares Galvão, Paulo César Montagner e Silvia Maria Santiago; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; os senhores Everaldo Pinheiro, Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: André Victor Lucci Freitas, sendo substituído pelo conselheiro Everardo Magalhães Carneiro; Lício Augusto Velloso, sendo substituído pela conselheira Maria Rita Donalísio Cordeiro; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pela conselheira Cláudia Regina Cavaglieri; Benilton de Sá Carvalho, sendo substituído pelo conselheiro Jeferson de Lima Picanço; Wagner de Melo Romão, sendo substituído pela conselheira Márcia Azevedo de Abreu; Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, sendo substituído pelo conselheiro Marco Antonio Garcia de Carvalho; Cláudio José Servato, sendo substituído pela conselheira Tereza Cristina Faustino dos Reis; e o conselheiro Thiago Zandoná

1 Chaves, sendo substituído pelo conselheiro Matheus Albino. Havendo número legal, o
2 MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Septuagésima Quinta Sessão Ordinária do
3 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma híbrida,
4 apesar das novas condições da Universidade. Isso se justifica em razão da obra de acessibilidade
5 que está sendo feita em frente ao acesso usual do prédio da Secretaria Geral e da Procuradoria
6 Geral, e portanto da própria sala do Conselho Universitário, e isso está dificultando não só o
7 acesso ao espaço, mas também acesso às facilidades, como sanitários etc. Esperam que na
8 próxima reunião, em maio, já seja possível fazer totalmente presencial. A participação dos
9 conselheiros que não estão presentes na sala do Consu se dará via plataforma Zoom. Os titulares
10 farão o uso da palavra por ordem de inscrição, utilizando o botão em formato de mão da
11 plataforma Zoom, e o limite temporal das falas será de cinco minutos para a Ordem do Dia e
12 de três minutos para o Expediente. As inscrições para o Expediente serão abertas agora e se
13 encerrarão após a aprovação das atas. Também estão sendo feitas as inscrições dos conselheiros
14 que estão participando na forma presencial. Informa que está disponível no *site* da Secretaria
15 Geral o estudo sobre quantidades de docentes por departamentos, referente ao item 03 da Ordem
16 do Dia, e que será apresentado pelo professor Paulo César Montagner, Chefe de Gabinete.
17 Também está disponível o Parecer CLN 13/2022 referente ao item 03 da Ordem do Dia
18 Suplementar. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Quarta Sessão Extraordinária de 2021,
19 realizada em 14 de dezembro de 2021, a Ata da Centésima Septuagésima Quarta Sessão
20 Ordinária, realizada em 30 de novembro de 2021, e a Ata da Primeira Sessão Extraordinária de
21 2022, realizada em 15 de março de 2002. Consulta se há observações. Não havendo, submete à
22 votação as referidas Atas, que são aprovadas com 06 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com
23 25 itens, e à Ordem do Dia Suplementar, com 03 itens, informando que há destaque da Mesa
24 para os itens da Ordem do Dia: 01 – Proc. nº 01-P-7173/2022; 02 – Proc. nº 01-P-1300/1967 e
25 Dossiê 01-D-8883/2022; 03 – Proc. nº 01-P-1300/1967 e Dossiê 01-D-8868/2022; 04 – Proc.
26 nº 01-P-18061/2003 –, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; 05 – Proc. nº 01-P-
27 19600/2020; e 06 – Dossiê nº 40-D-2557/2022 –, do Cecom, e item 01 da Ordem do Dia
28 Suplementar – Dossiê nº 01-D-11674/2022. Consulta se há destaques por parte dos
29 conselheiros. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU destaca o item 02 da Ordem do Dia
30 Suplementar – Proc. nº 01-P-3969/1999 e Dossiê 01-D-10257/2022. A Conselheira HELOISE
31 DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN destaca os itens 07 – Proc. nº 01-P-5319/2007 – e 08 –
32 Proc. nº 01-P-21012/2005. A Conselheira CLÁUDIA REGINA CAVAGLIERI destaca o item
33 03 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-P-17846/1994 e Dossiê 01-D-11665/2022. Não
34 havendo mais destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens não destacados
35 da Ordem do Dia e da Ordem do Dia Suplementar, sendo aprovados, com 03 abstenções, os
36 pareceres que subsidiaram os seguintes processos: F – Normas Eleitorais – Para Aprovação –
37 c) Representação dos Servidores Técnico-Administrativos – Deliberação Consu-A-05/2018 –
38 09) Proc. nº 01-P-8776/2018 – Proposta de alteração da Deliberação Consu-A-05/2018, que
39 dispõe sobre as Normas Eleitorais que regulamentam as eleições da Representação dos
40 Servidores Técnico-Administrativos junto ao Conselho Universitário – Despacho PG-

1 1101/2022 e Parecer CLN-08/2022. G – Eleições para Composição do Conselho Universitário
2 – Propostas de Calendários – Para Aprovação – a) Representação Discente – Graduação e Pós-
3 Graduação – 10) Procs. nºs 01-P-10296/2022 e 01-P-10308/2022 – Fixação de calendário para
4 as eleições de representantes discentes da Graduação junto ao Consu, CCG e CCE; e da Pós-
5 Graduação junto ao Consu, CCPG e CCE, para cumprimento de mandatos de 01 ano – Of. SG-
6 04/2022. Proposta de Calendário: Inscrições: de 05 a 19.09.2022. Cancelamento das inscrições:
7 de 20 a 22.09.2022. Eleições: 18, 19 e 20.10.2022. Interposição de recursos: 3 dias úteis após a
8 divulgação dos resultados. b) Representação dos Servidores Técnico-Administrativos – 11)
9 Proc. nº 01-P-8776/2022 – Fixação de calendário para a eleição de representantes dos servidores
10 técnico-administrativos junto ao Consu, para cumprimento de mandato de 02 anos, a partir de
11 21.12.22 - Of. SG-05/2022. Proposta de Calendário: Inscrições: de 04 a 12.08.2022.
12 Cancelamento das inscrições: de 15 a 17.08.2022. Eleições: 14 e 15.09.2022. Interposição de
13 recursos: 3 dias úteis após a divulgação dos resultados. H – Coordenadoria de Centros e Núcleos
14 Interdisciplinares de Pesquisa – Cocen – Para Aprovação – Deliberação Consu-A-17/1998 –
15 12) Proc. nº 01-P-18697/1998 – Proposta de alteração da Deliberação Consu-A-17/1998, que
16 dispõe sobre a Criação da Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
17 (Cocen) – Deliberação CAI/Consu– 018/2021, Despacho PG-5067/2021 e Parecer CLN-
18 09/2022. I – Prêmio Desafio Unicamp de Inovação Tecnológica – Para Aprovação – Artigo 83,
19 inciso III, alínea "c", do Regimento Geral – 13) Proc. nº 01-P-11688/2017 – Proposta de
20 Deliberação Consu que institui o Prêmio Desafio Unicamp de Inovação Tecnológica –
21 Pareceres PG-2668/2019 e 1051/2021 e CLN-10/2022. J – Requisitos e Procedimentos Internos
22 – Para Aprovação – Deliberação Consu-A-09/2015 – 14) Proc. nº 22-P-35127/2021, do Instituto
23 de Geociências – Proposta de Deliberação Consu que dispõe sobre requisitos e procedimentos
24 internos para realização de concursos para provimento de cargo de Professor Titular –
25 Aprovado pela Congregação em 27.10.21 – Despacho PG-495/2022 e CLN-11/2022. K – Perfil
26 Acadêmico – Para Aprovação – Artigo 6º da Deliberação Consu-A-27/2014, Deliberação
27 Consu-A-10/2010 e Deliberação Consu-A-26/2011 – 15) Proc. nº 06-P-17509/2011, da
28 Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Proposta de Deliberação Consu que dispõe sobre os
29 perfis dos professores da Carreira do Magistério Superior para mobilidade funcional por
30 promoção por mérito aos níveis de Professor Doutor II (MS-3.2), Professor Associado II (MS-
31 5.2) e Professor Associado III (MS-5.3) e para inscrição em concursos para obtenção de título
32 de Livre-Docência (MS-5.1), e para provimento de cargo de Professor Titular (MS-6) da
33 Faculdade de Odontologia de Piracicaba, revogando as Deliberações Consu-A-26/2011 e
34 10/2010 – Aprovado pela Congregação em 20.10.21 – Parecer CIDD/CCRH-026/2021. L –
35 Recursos – Para homologação – Deliberação Consu-A-11/1998, Deliberação Cepe-A-1.161/91
36 e Deliberação Consu-A-13/91 – 16) Proc. nº 01-P-33903/2021, de Cynthia Lopes da Silva da
37 Faculdade de Ciências Médicas – Recurso interposto pela interessada face à decisão da CCG
38 contrária ao recurso administrativo interposto em decorrência de sua reprovação na disciplina
39 FN 736/B, referente ao 1º semestre de 2021 – Deliberação CCG-95/21 (contrária) e Pareceres
40 PG-3124/21 e Cepe-01/2022. 17) Proc. nº 01-P-36474/2021, de Eryka Gomes dos Santos da

1 Faculdade de Ciências Médicas – Curso de Fonoaudiologia – Recurso interposto pela
2 interessada face à decisão da CCG contrária ao recurso administrativo interposto contra sua
3 avaliação e nota final, referente à disciplina FN 745 – Deliberação CCG-94/21 (contrária) e
4 Pareceres PG-230/22 e Cepe-02/2022. M – Pós-Graduação – Inciso II do § 1º do Artigo 83 da
5 Deliberação Consu-A-10/2015 – a) Para homologação da aprovação *ad referendum* do Reitor
6 – 18) Proc. nº 02-P-25909/2021, da Faculdade de Ciências Médicas – Proposta de criação do
7 curso de pós-graduação lato sensu em Fisioterapia Hospitalar – sob a responsabilidade do Prof.
8 Ivan Felizardo Contrera Toro – Carga Horária: 1860 horas – Valor a ser pago por aluno: R\$
9 6.537,83 (será oferecida uma 1 (uma) bolsa integral, mediante solicitação e análise) – Aprovada
10 pela Congregação em 27.08.21 – Deliberação CCPG-112/21, Parecer Cepe-20/2021 e
11 Despacho do Reitor nº 877/2021. 19) Proc. nº 02-P-25941/2021, da Faculdade de Ciências
12 Médicas – Proposta de criação do curso de pós-graduação lato sensu em Fisioterapia em
13 Unidade de Terapia Intensiva – sob a responsabilidade do Prof. Antonio Luis Eiras Falcão –
14 Carga Horária: 1920 horas – Valor a ser pago por aluno: R\$ 6.300,00 (será oferecida 1 (uma)
15 bolsa integral, a cada 10 (dez) alunos pagantes matriculados, mediante solicitação e análise) –
16 Aprovada pela Congregação em 27.08.21 – Deliberação CCPG-113/21, Parecer Cepe-21/2021
17 e Despacho do Reitor nº 876/2021. b) Para Aprovação – 20) Proc. nº 01-P-11253/1986, da
18 Faculdade de Engenharia Mecânica – Proposta de alteração da nomenclatura do Programa de
19 Pós-Graduação – Mestrado em Área Interdisciplinar de Planejamento de Sistemas Energéticos,
20 conforme segue: de: “Área Interdisciplinar de Planejamento de Sistemas Energéticos”, para:
21 “Planejamento de Sistemas Energéticos”. Aprovada pela Congregação em 13.12.21 –
22 Deliberação CCPG-07/22 de 09.02.22 e Parecer Cepe-03/2022. 21) Proc. nº 01-P-6416/1991,
23 da Faculdade de Engenharia Mecânica – Proposta de alteração da nomenclatura do Programa
24 de Pós-Graduação – Doutorado em Área Interdisciplinar de Planejamento de Sistemas
25 Energéticos, conforme segue: de: “Área Interdisciplinar de Planejamento de Sistemas
26 Energéticos”, para: “Planejamento de Sistemas Energéticos”. Aprovada pela Congregação em
27 13.12.21 – Deliberação CCPG-07/22 de 09.02.22 e Parecer Cepe-04/2022. N – CPDI –
28 Indicação de Membros – Para Aprovação – 22) Proc. nº 01-P-00605/1968 – Indicação do atual
29 membro suplente, Prof. Dr. Anselmo Eduardo Diniz – FEM, para passar a titularidade em
30 substituição ao Prof. Dr. José Wilson Magalhães Bassani – FEEC; e do Prof. Dr. Claudio
31 Alexandre Gobatto – FCA como membro suplente, para compor a Área de Ciências da
32 Engenharia da CPDI, até 02.10.23 – Ofícios CPDI-01/2022 e SG-03/2022. O – Convênios –
33 Deliberação Consu-A-37/2019 – a) A serem celebrados – 23) Proc. nº 29-P-31820/2021, da
34 Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Convênio de Cooperação – Partes:
35 Unicamp/Funcamp e Boa Vista Serviços S.A. – Executores: Takaaki Ohishi e Fernando José
36 Von Zuben – Vigência: 48 meses – Recursos: R\$1.161.290,32 – Resumo do Objeto: Execução
37 do projeto de pesquisa aplicada “Boa Vista Serviços Pesquisa em Modelagem de Scores para o
38 Mercado Financeiro” – Parecer: Cacc. 24) Proc. nº 36-P-36204/2021, da Faculdade de Ciências
39 Aplicadas – Convênio – Partes: Unicamp/Funcamp, Instituto de Pesquisas Eldorado e Motorola
40 Mobility Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda. – Executores: Leonardo Tomazeli Duarte e

1 Cristiano Torezzan – Vigência: 07 meses – Recursos: R\$72.156,84 – Resumo do Objeto:
2 Execução do projeto de pesquisa “Inteligência Artificial Explicável (XAI) para detecção de
3 anomalias em padrões de consumo energético de baterias de dispositivos móveis” – Parecer:
4 Cacc. b) Para homologação da aprovação *ad referendum* do Reitor – 25) Proc. nº 29-P-
5 26333/2021, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Convênio – Partes:
6 Unicamp/Funcamp e Instituto de Pesquisas Eldorado – Executor: Gustavo Fraidenaich – Data
7 de Assinatura: 17.12.21 – Vigência: 12 meses – Recursos: R\$360.000,00 – Resumo do Objeto:
8 Execução do projeto de pesquisa “Detecção de falhas em painéis solares por visão
9 computacional e inteligência artificial” – Parecer: Cacc. Passa ao item 01 – Proc. nº 01-P-
10 7173/2022 –, que trata de proposta de concessão do Título de Professor Emérito *Post Mortem*,
11 nos termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp, ao professor doutor Mohamed Ezz
12 El-Din Mostafa Habib, com homologação da comissão especial designada, composta pelos
13 Profs. Drs. Júlio Cesar Hadler Neto (presidente), Ítala Maria Loffredo D’Ottaviano, Christiano
14 Lyra Filho e Guilherme Elias Pessanha Henriques. O Conselheiro EVERARDO
15 MAGALHÃES CARNEIRO diz que na reunião do mês passado da congregação do Instituto
16 de Biologia, foi inserido o documento com a proposta de concessão do Título de Professor
17 Emérito ao professor Mohamed. O parecer do departamento foi aprovado por unanimidade na
18 congregação, e passa à sua leitura: “O professor Mohamed preenche todos os requisitos para o
19 título, pois as suas atividades na Unicamp incluíram atividades didáticas, de pesquisa e extensão
20 nas áreas de: Ecologia Aplicada; Entomologia Econômica; Pragas agrícolas e de alimentos
21 armazenados; Educação ambiental; Indicadores de sustentabilidade; Controle biológico;
22 Patologia de insetos; e Agroecologia. Como atividades científicas, deve ser destacado que o
23 professor Mohamed publicou mais de 100 trabalhos científicos na área de sua *expertise*, oito
24 capítulos de livros, formou 17 mestres e 14 doutores. Atuou nos programas de pós-graduação
25 em Ecologia e Parasitologia da Unicamp entre 1977 e 2005. Também no programa de pós-
26 graduação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Inpa, entre 2012 e 2019.
27 Colaborou nos programas de pós-graduação da Universidade Santa Cecília, em Santos, nas
28 áreas Ecologia e Desenvolvimento Sustentável. Exerceu numerosas atividades administrativas,
29 ocupou cargos de gestão em todos os níveis; no Instituto de Biologia, exerceu a chefia do
30 Departamento de Zoologia e foi por duas vezes diretor do Instituto, entre 1990 e 2005. Foi
31 também membro do Conselho Universitário por dois mandatos, entre 1995 e 1999. Na
32 Administração Superior, exerceu o cargo de coordenador de relações internacionais entre 1998
33 e 2002, e de Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários de maio de 2005 a janeiro de
34 2012, quando se aposentou compulsoriamente ao completar 70 anos. Desde então, o professor
35 Mohamed continuou a atuar na Unicamp como professor colaborador. Merece ser destacada a
36 sua atuação como Pró-Reitor na Preac, por sua gestão marcada por muitas realizações. Durante
37 a sua vida acadêmica, o professor Mohamed se dedicou intensamente às atividades
38 socioambientais, atuou de forma relevante na formulação de uma proposta alternativa ao
39 ‘Programa nacional de erradicação do bicudo do algodão’ em 1983. Sua proposta de um manejo
40 integrado de pragas biológicas gerou um programa de pesquisa de extensão, resultando em

1 várias dissertações de mestrado e teses de doutorado. Além de diversos trabalhos publicados
2 em periódicos científicos de circulação internacional e em anais de congresso científico, ela
3 também serviu de base para a elaboração do ‘Plano de manejo integrado de pragas de algodão’
4 para o Estado de São Paulo, posteriormente adotado por algumas grandes empresas produtoras
5 de algodão na Região Nordeste, traduzindo-se em modelo de política pública para todo o país.
6 Colaborou em diversas organizações nacionais e internacionais, como a Secretaria Estadual de
7 Agricultura de São Paulo, Ministério da Agricultura, Conselho Estadual do Meio Ambiente,
8 Conselho Municipal do Meio Ambiente de Campinas, Organização Mundial da Saúde, Governo
9 de Moçambique, Embrapa, Instituto de Pesquisa da Amazônia. Atuou também como consultor
10 de agências de fomento em ciência e tecnologia, como a Fapesp, Capes, CNPq, Finep, Embrapa,
11 entre outras. No cenário internacional, o professor Mohamed participou de comissão de
12 especialistas que elaborou o projeto de controle microbiano do mosquito transmissor da
13 malária, no México, em 1980. Destacam-se também suas contribuições na formação do projeto
14 de ecologia humana aplicada desenvolvido entre 1984 e 1990, por meio do convênio com a
15 Comunidade Europeia e o Governo de Moçambique, e resultou inicialmente em uma
16 dissertação de mestrado desenvolvida em favelas de Campinas, depois estendida em um projeto
17 de doutorado com comunidades de Moçambique. No ano seguinte, participou de um painel
18 sobre desenvolvimento sustentável reunindo oito países do oeste africano, realizado na cidade
19 de Dakar, Senegal. Integrou também um grupo internacional de pesquisa que atuou entre 2017
20 e 2020 em projeto interdisciplinar sobre o impacto de alimentos transgênicos. Desse projeto
21 resultaram três artigos publicados em periódicos internacionais que contribuíram para o debate
22 sobre o uso de transgênicos, levando o Parlamento Europeu a se posicionar contra o consumo
23 e a produção de alimentos desse tipo. O professor também integrou a delegação brasileira sob
24 a égide da ONU, atuou como observador nas eleições da Autoridade Nacional Palestina em
25 2005. Mohamed sempre fez questão de atender de forma dedicada os inúmeros pedidos para
26 ministrar aulas magnas inaugurais, palestras e conferências, entre outras, as quais podem ser
27 contadas às centenas ao longo de sua carreira. Mohamed era ainda dedicado defensor da cultura
28 mundial da paz e do diálogo inter-religioso. Teve participação ativa em diálogos entre as
29 comunidades judias, cristãs, muçulmanas, budistas, entre outras. Engajou-se fortemente em
30 debates sobre o Oriente Médio e sua multiculturalidade. Durante os conflitos árabes-israelense,
31 os eventos de 11 de setembro de 2001 e durante os conflitos relacionados à chamada Primavera
32 Árabe, entre 2010 e 2011, foi presença constante na mídia, sempre compartilhando dessa sua
33 visão pacifista e humanista. Como parte desse engajamento, participou ativamente do Instituto
34 de Cultura Árabe, do qual foi vice-presidente de 2008 a 2012, presidente também em 2015 a
35 2019, sendo ultimamente seu secretário. Dentre os vários prêmios, distinções e homenagens
36 recebidas, destacam-se: o Título de Grande Defensor da Ecologia, concedido pela Câmara
37 Municipal de Campinas, nos termos do Decreto-Lei nº 2.205 de 4 de julho de 1984; Medalha
38 dos Direitos Humanos, o Novo Nome da Liberdade, dada pela Presidência da República,
39 Secretaria Nacional de Direitos Humanos em 1998; título de Cidadão Campineiro, concedido
40 pela Câmara Municipal de Campinas, no Decreto Legislativo 1.283/1999; Prêmio

1 Personalidade Brasil 500 anos do Centro Empresarial Cultural do Estado de São Paulo em 2000;
2 Prêmio Master de Ciência e Tecnologia da Revista ‘Pesquisa Mais’ do Instituto de Pesquisa e
3 Qualidade, 2003; homenageado pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, o Inpa, pelos
4 29 anos de curso de pós-graduação em entomologia, em 2006. Por último, o professor
5 Mohamed era um apaixonado por música, tocava vários instrumentos sem nunca ter tido aula
6 de música ou de partitura na sua vida. Dentre outros instrumentos que ele orgulhosamente
7 dominava, estavam a flauta, teclados e alaúde”. Esse foi um relato simplificado tanto da
8 avaliação que foi feita dentro do Instituto de Biologia, quanto da comissão que também indicou
9 o professor Mohamed para o prêmio. Outro dado importante é que recentemente a ADunicamp
10 criou um prêmio em diferentes áreas de atuação da comunidade dentro da Unicamp e fora dela,
11 e esse prêmio também recebeu o nome do professor Mohamed, que honra tanto a família, que
12 foi lá receber o prêmio, quanto o próprio Instituto, tendo em vista que ele foi muito participativo
13 dentro do Instituto de Biologia. Também relata a forma humana de agir do professor Mohamed
14 dentro do Instituto; teve a oportunidade de conviver com ele por bastante tempo e ele era,
15 realmente, muito preocupado com questões tanto pessoais quanto questões técnicas, e ajudava
16 muito as pessoas a se relacionarem dentro da unidade. E também na vida das pessoas; por
17 exemplo, quando foi fazer seu pós-doutorado na Espanha, ele o chamou e disse: “Everardo,
18 tome muito cuidado que a Espanha é muito racista, então você tem que tomar cuidado com o
19 que você vai fazer lá”. Foi uma atitude diferenciada dele, que na época já não era mais diretor,
20 era somente professor, de alertá-lo para possíveis problemas de relacionamento em países
21 europeus que sabem que tem as questões de racismo, então até nesse aspecto ele foi ele foi
22 generoso. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao professor Everardo pela apresentação e passa
23 a palavra ao professor Julio Hadler, que presidiu a comissão que analisou a indicação do
24 professor Mohamed como Professor Emérito da Unicamp. O Professor JULIO CESAR
25 HADLER NETO diz que presidiu a comissão da qual fez parte também a professora Ítala
26 D'Ottaviano, o professor Christiano Lyra Filho e professor Guilherme Elias Pessanha
27 Henriques. Essa comissão foi formada a partir de um pedido de título de professor emérito
28 solicitado por quatro ex-pró-reitores de extensão, dentre os quais o professor João Frederico
29 Meyer, que está presente nesta reunião, a quem saúda, seu colega de turma. Fizeram um parecer,
30 e solicita passar a palavra à professora Ítala, que foi grande amiga do professor Mohamed e que
31 gostaria de colocar algumas palavras, eventualmente até ler o relatório feito. A Professora
32 ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que, a pedido do professor Julio, falará em
33 nome da comissão especial designada pelo reitor para emitir parecer sobre a proposta da
34 concessão de professor emérito ao professor Mohamed Ezz El-Din Mostafa Habib. Com
35 alegria, participaram como pareceristas do processo relativo à concessão do título de professor
36 emérito ao professor Mohamed Habib. Professor Mohamed, acadêmico admirado, professor
37 dedicado e apaixonado, pesquisador reconhecido nacional e internacionalmente e cidadão
38 exemplar. Mas participaram desse processo também com muita tristeza, pelo fato de o professor
39 Mohamed não estar mais entre eles neste momento em que devem finalizar o processo. Apesar
40 de ele estar em um estado de saúde tão grave, essa comissão só foi designada, lamentavelmente,

1 muito pouco tempo após o falecimento do professor Mohamed. Passa à leitura do parecer
2 emitido pela comissão especial, favorável, sem dúvida, à concessão do título ao professor
3 Mohamed: “Esta comissão manifesta-se fortemente favorável à concessão do Título de
4 Professor Emérito da Unicamp ao professor doutor Mohamed Ezz El-Din Mostafa Habib, nos
5 termos dos Estatutos da Universidade. O documento encaminhado ao Magnífico Reitor da
6 Unicamp pelos colegas proponentes da concessão do referido título, que fundamenta a
7 indicação cujos termos reiteramos, explicita os valores inequívocos presentes na trajetória
8 acadêmica e de vida do professor Habib. Nascido no Egito em 1942, e brasileiro por opção
9 desde 1983, o professor Mohamed Habib chegou ao Brasil e à Unicamp em 1972, tendo passado
10 a fazer parte do corpo docente do Instituto de Biologia em 1973. Engenheiro agrônomo e mestre
11 em Entomologia pela Universidade de Alexandria, concluiu seu doutorado em Ciências
12 Biológicas e Entomologia pela Unicamp em 1976. Obteve o título de livre-docente em 1982,
13 passando a professor adjunto em 1984 e a professor titular da Unicamp em 1986. Foi chefe do
14 Departamento de Zoologia e diretor do Instituto de Biologia por dois mandatos, entre 1990 e
15 1994, e 2002 a 2005. Membro do Conselho Universitário da Unicamp como representante eleito
16 dos professores titulares por dois mandatos, 1995 a 1997, 1997 a 1999. Foi Coordenador de
17 Relações Internacionais da Unicamp entre 1998 e 2002, e Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
18 Comunitários da Unicamp de maio de 2005 a janeiro de 2012, quando se aposentou
19 compulsoriamente ao completar 70 anos. A carreira científica do professor Mohamed foi
20 brilhante, com reconhecidos resultados originais de pesquisa nas áreas de ecologia aplicada;
21 entomologia econômica; pragas agrícolas e de alimentos armazenados; educação ambiental;
22 indicadores de sustentabilidade; controle biológico; patologia de insetos; e agroecologia. Como
23 exemplo, formulou em 1983 estratégia para o manejo integrado de pragas biológicas como
24 alternativa ao uso intensivo de agrotóxicos, o que foi aplicado com sucesso no caso da cultura
25 do algodão, porém, lamentavelmente, esse procedimento não foi posteriormente adotado como
26 política governamental. Suas atividades acadêmicas, entretanto, foram muito além da pesquisa,
27 tendo ele se dedicado com paixão ao ensino, na Unicamp e em outras universidades brasileiras,
28 bem como a atividades culturais e de extensão. Lutou em especial pela diminuição das
29 desigualdades sociais, e dedicou-se às causas socioambientais, tendo contribuído com propostas
30 originais e inovadoras que colaboraram com diversas organizações nacionais e internacionais.
31 Como destacam os proponentes do título, a gestão do professor Mohamed junto à Preac foi
32 marcada por muitas realizações, que deram à Preac um protagonismo inédito, tanto
33 internamente como no cenário acadêmico nacional, deixando um legado significativo para a
34 Universidade, como, por exemplo, a institucionalização da extensão universitária e a criação de
35 uma política de extensão comunitária na Unicamp. Desde sua aposentadoria, em 2012, o
36 professor Mohamed Habib continuou a participar ativamente da vida da Unicamp, tendo
37 inclusive ministrado aulas no Instituto de Biologia como professor colaborador até o segundo
38 semestre de 2021, quando, após quase 50 anos de docência, sua saúde tornou-se por demais
39 debilitada. Mohamed amou sua nova pátria e dela muito se orgulhava, até seus últimos dias.
40 Deixou-nos exemplos de um irrepreensível comportamento ético, tendo sido incansável

1 defensor da cultura mundial da paz e do diálogo inter-religioso. Também merece destaque sua
2 atuação como destacada liderança da comunidade árabe no Brasil, em prol da cultura árabe, da
3 causa palestina e da convivência entre os povos, tendo sido presidente e ativo colaborador do
4 Instituto de Cultura Árabe no Brasil. Recebeu diversos prêmios como reconhecimento por sua
5 atuação, entre eles, a medalha Direitos Humanos, o Novo Nome da Liberdade, outorgada pela
6 Presidência da República, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, em 1998, e também o
7 prêmio Personalidade Brasil 500 anos, outorgado pelo Centro Empresarial Cultural do Estado
8 de São Paulo, em 2000. O histórico acadêmico, profissional e pessoal do professor Mohamed
9 Habib, sua dedicação ímpar ao nosso país, sua dedicação à Unicamp, à docência, à investigação
10 científica e às atividades de extensão, em especial seu comprometimento com a qualidade
11 científica, com a ética nas relações humanas, com as causas sociais humanitárias e seu
12 comportamento como cidadão brasileiro fazem dele um exemplo a ser seguido por nossa
13 Universidade e por nossos jovens colegas. Esta comissão lamenta que esta seja uma
14 homenagem póstuma, por um pequeno lapso de tempo. A concessão do Título de Professor
15 Emérito ao professor Mohamed Ezz El-Din Mostafa Habib honrará a Universidade Estadual de
16 Campinas. Professor Julio Cesar Hadler Neto, coordenador da comissão; professora Ítala Maria
17 Loffredo D'Ottaviano; professor Christiano Lyra Filho e professor Guilherme Elias Pessanha
18 Henriques. Muito obrigada”. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO
19 manifesta-se favoravelmente à concessão do prêmio e fará um comentário, apesar de todas as
20 coisas que já foram ditas, que deixa realmente clara a participação do professor Mohamed não
21 só no aspecto da Universidade propriamente dita, mas também em todas as questões em que ele
22 se envolveu. Ele começou, na época em que era Pró-Reitor de Extensão, a implementar a visão
23 moderna da extensão, pensando-a como uma porta que está aberta à comunidade. Ele foi, sem
24 dúvida nenhuma, a primeira pessoa que começou a trabalhar e aumentar o contato com a
25 comunidade, sobretudo em causas sociais. E uma outra coisa que também é bem importante,
26 que tem um impacto direto na extensão, é que o professor Mohamed esteve nas discussões
27 iniciais que deram origem ao que hoje é conhecido como Fórum de Pró-Reitores das
28 Universidades Brasileiras, o Forproex. Ele teve uma liderança muito grande na formação desse
29 grupo, que hoje dita e discute as principais políticas de extensão do país. Portanto, é muito
30 meritória a indicação pelo conjunto de atitudes e de ações que o professor Mohamed tomou
31 durante a sua rica vida acadêmica. O Conselheiro JEFFERSON DE LIMA PICANÇO
32 acrescenta ao que já foi muito bem colocado aqui pelo professor Julio e pela comissão que o
33 professor Mohamed também teve uma atuação muito importante no Conselho Municipal de
34 Meio Ambiente de Campinas – Comdema, ajudando na reestruturação do Conselho e em
35 diversas ocasiões ele teve uma participação decisiva em todas as várias atividades do Comdema.
36 É conselheiro titular do Comdema, e tiveram a oportunidade de ter uma palestra do professor
37 Mohamed no dia 25 de maio de 2021, em que ele historiou um pouco essa experiência no
38 Comdema. Portanto, também o Comdema é um local onde o professor Mohamed vai ser
39 lembrado com muita saudade. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO
40 MEYER diz que o professor Mohamed o tratava como um irmão mais novo, e assim ele lhe

1 dava bronca, brigava com ele, mas sempre com muito amor. É impressionante como ele sempre
2 teve essa relação de fraternidade. Acha que assim como adotou o Brasil, ele o adotou como um
3 dos irmãos mais novos dele e adotou também o professor Alvaro Crósta, dizendo que este era
4 o seu irmão mais novo e ele era o irmão do meio. Então quem tinha de buscar água, buscar café,
5 tudo era o Alvaro, porque ele era o irmão mais novo. Uma vez foram em algum lugar, estava
6 com seu carro e o Mohamed falou: “Não, quem vai dirigindo é o Álvaro, irmão mais novo a
7 gente traz só para poder dirigir o carro”, e o Mohamed ainda quis que fosse sentado atrás junto
8 com ele, coisa que não fez. Quase tudo o que queria dizer o professor Fernando Coelho falou,
9 e falou muito bem, e de modo emocionado. Acrescenta o trabalho do professor Mohamed na
10 efetivação da Coordenadoria de Assuntos Comunitários, que teve uma presença marcante na
11 comunidade necessitada de Campinas. Acha que todos têm histórias a contar a respeito do
12 trabalho dele. Com relação ao bicudo, ele foi essencial para que a Comissão Justiça e Paz
13 impedisse a aplicação de um veneno, tóxico, nefasto para seres humanos, além de máquinas e
14 plantas e todos os insetos da região, que iria ser aplicado aqui perto pelo Secretário de
15 Agricultura e o Mohamed foi essencial, dando motivo correto, científico, para que essa que
16 aplicação não fosse feita. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI diz que o professor
17 Mohamed enfrentou de uma maneira muito poderosa, muito forte, como era da característica
18 dele, o período todo de sua doença. Sempre o chamava para poder auxiliá-lo em alguma coisa,
19 em aquilo que pudesse, sempre com aquele cuidado em não querer atrapalhar e sempre o
20 chamando de irmão, assim como aos professores João Frederico e Alvaro, e ele era essa pessoa.
21 Uma pessoa espetacular, e desde que o conheceu, tinha contato com ele de uma maneira
22 bastante próxima, bastante colaboradora, bastante amiga, especialmente bastante amiga.
23 Mohamed era essa pessoa espetacular, por quem nutrem todas as boas coisas que existem no
24 universo. Uma outra coisa que não devem deixar de falar é que ele colaborou muito no curso
25 de Bioética, que já existe há 16 anos na Faculdade de Ciências Médicas, e todos os anos ele ia
26 lá falar sobre aspectos humanitários de que ele era militante, militante da causa da Ecologia, e
27 falava aos alunos do primeiro e/ou do segundo ano. Era uma colaboração fora do comum, e
28 todos ficavam, ano após ano, completamente orgulhosos de ter um professor dessa capacidade
29 com eles e sendo seu irmão de trabalho dentro da Universidade. Mohamed era uma pessoa
30 muito querida, e teve, nos últimos tempos da doença gravíssima dele, a oportunidade de estar
31 muito próximo, desde quando ele descobriu, ele o chamava muito e procurava auxiliá-lo, não
32 só no ponto de vista médico, porque ele tinha os colegas oncologistas cuidando dele, mas do
33 ponto de vista do que ele precisasse. Os filhos também sempre o chamavam, e tem muito
34 orgulho de ter tido oportunidade de dar um apoio, que foi quase nada, mas fizeram o que foi
35 possível, e que ele esteja em um ótimo lugar, em outro nível de energia. O MAGNÍFICO
36 REITOR diz que fica muito feliz de estar presidindo esta Sessão que tem a possibilidade de
37 conceder o Título de Professor Emérito ao professor Mohamed. Agradece à comissão que deu
38 parecer e parabeniza o IB, tanto pela decisão da congregação, como também por uma
39 coincidência interessante: a semana passada concederam em uma cerimônia nesta sala o título
40 que já tinha sido aprovado pelo Conselho Universitário ao professor Carlos Joly, e estão agora

1 também analisando esse pedido para o professor Mohamed. Existem elos muito interessantes
2 na carreira dessas pessoas, além da excelência de professores universitários, pesquisadores,
3 formadores de pessoas, a capacidade que esses professores tiveram de falar para a sociedade
4 brasileira, de falar para fora, de representar conexões civilizatórias com o Brasil. Os dois em
5 uma história com nuances, com ênfases diferentes, mas extremamente vinculados à questão
6 ambiental, à questão ecológica, então feliz é o Instituto de Biologia, que tem esse potencial de
7 pesquisadores e professores que conseguem dar não só ao próprio Instituto, mas à Unicamp o
8 destaque em uma das causas mais importantes da atualidade, no país e no mundo, sem sombra
9 de dúvida. São exemplos de pesquisadores e professores em que devem se mirar para não só
10 reconhecer a importância daquilo que fazem tecnicamente, daquilo que fazem na formação de
11 pessoas, de pesquisas, mas também nesse aspecto de levar essa mensagem para a sociedade,
12 isso é uma coisa importante também. Sua carreira como professor começou em 1987, e
13 acompanhou a carreira do professor Mohamed mais tarde nas Relações Internacionais e também
14 na Preac. Ressalta a importância do trabalho dele, em particular na questão da extensão, essa
15 necessidade que possuem hoje cada vez maior de desenvolver atividades que incorporem a
16 sociedade nas pautas de pesquisa, nas ações da Universidade, são coisas que já estavam na
17 cabeça desses pesquisadores, estavam na cabeça do professor Mohamed. Foram pessoas que ou
18 deram início, ou fortaleceram essa trajetória, que é uma trajetória que tem de ser cada vez mais
19 parte do cotidiano da Universidade. Então é muito importante render homenagens. Infelizmente
20 vão fazer isso após a ida dele, tem certeza de que a felicidade dele seria imensa, mas acha
21 importante documentar isso aqui, e seu apoio é pleno e total à concessão deste Título de
22 Professor Emérito ao professor Mohamed. Informa que a votação, por exigir quórum
23 qualificado, acaba sendo mais bem conduzida, para não gerar qualquer dúvida, com voto
24 nominal. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, procedendo à chamada
25 dos conselheiros: O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE Favorável. O Conselheiro
26 ALBERTO LUIZ FRANCATO Favorável. O Conselheiro ALBERTO LUIZ SERPA
27 Favorável. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA Favorável. O Conselheiro
28 ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI Favorável. O Conselheiro EVERARDO MAGALHÃES
29 CARNEIRO Favorável. A Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS Favorável. A
30 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO Favorável. O Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA
31 Favorável. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA Favorável. O
32 Conselheiro JEFFERSON DE LIMA PIKANÇO Favorável. A Conselheira CLAUDIA MARIA
33 BAUZER MEDEIROS Favorável. A Conselheira CLAUDIA VIANNA MAURER MORELLI
34 Favorável. A Conselheira CRISTIANE MARIA MEGID Favorável. A Conselheira DIRCE
35 DJANIRA PACHECO E ZAN Favorável. O Conselheiro EDSON TOMAZ Favorável. O
36 Conselheiro EDUARDO GURGEL DO AMARAL Favorável. A Conselheira ELIANA DA
37 SILVA SOUZA Favorável. A Conselheira ELLEN ALVES MENEZES Favorável. O
38 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO Favorável. O Conselheiro MARCO
39 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO Favorável. O Conselheiro FERNANDO SARTI
40 Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO Favorável. O Conselheiro

1 FRANCISCO HIDEO AOKI Favorável. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES
2 Favorável. O Conselheiro GUSTAVO COSTA DO NASCIMENTO Favorável. A Conselheira
3 HELENA ANSANI NOGUEIRA Favorável. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
4 PASTORE JENSEN Favorável. O Conselheiro IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO
5 Favorável, e em nome da Fapesp, cumprimenta a Unicamp por esse quadro de excelência que
6 foi o professor Mohamed. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO Favorável.
7 O Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA
8 COSTA AZEVEDO MEYER Favorável. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS
9 ROMANO Favorável. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ Favorável. O Conselheiro
10 JOSÉ ANTONIO ROCHA GONTIJO Favorável. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO
11 Favorável. A Conselheira KAROLYNE STEFANNY DE SOUZA Favorável. A Conselheira
12 MARIA RITA DONALISIO CORDEIRO Favorável. O Conselheiro LUIZ CARLOS DIAS
13 Favorável. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO Favorável. O Conselheiro MARCELO
14 ALVES DA SILVA MORI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI
15 Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA Favorável. O Conselheiro MARCO
16 AURÉLIO ZEZZI ARRUDA Favorável. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE
17 MORAES LOPES Favorável. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI Favorável. A
18 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU Favorável. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA
19 MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE Favorável.
20 A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Favorável. A Conselheira MÔNICA ALONSO
21 COTTA Favorável. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA Favorável. O
22 Conselheiro ORIVAL ANDRIES JÚNIOR Favorável. O Conselheiro PAULO ADRIANO
23 RONQUI Favorável. O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFFINO Favorável. A
24 Conselheira RACHEL MENEGUELLO Favorável. O Conselheiro RENATO FALCÃO
25 DANTAS Favorável. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Favorável. O
26 Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A Conselheira ROSMARI
27 APARECIDA RIBEIRO Favorável. A Conselheira CLÁUDIA REGINA CAVAGLIERI
28 Favorável. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO Favorável. A Conselheira VANESSA
29 PETRILLI BAVARESCO Favorável. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-
30 LOPES Favorável. A Conselheira MÁRCIA AZEVEDO DE ABREU Favorável. A
31 Conselheira TEREZA CRISTINA FAUSTINO DOS REIS Favorável. A Conselheira
32 ELISABETH CARDOZO Favorável. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA Favorável. A
33 Conselheira MARIÂNGELA RIBEIRO RESENDE Favorável. O MAGNÍFICO REITOR
34 informa que foi aprovada por unanimidade a concessão do Título de Professor Emérito ao
35 professor Mohamed, com 69 votos, sendo que seriam necessários 52 votos para alcançar o
36 quórum qualificado. Passa ao item 02 – Proc. nº 01-P-1300/1967 e Dossiê 01-D-8883/2022 –,
37 que trata de proposta de Deliberação Consu que altera os Estatutos e o Regimento Geral da
38 Unicamp e prevê Disposição Transitória - a) Estatutos: Inclusão: art. 97, § 3º; b) Regimento
39 Geral: Inclusões: art. 164, § 3º; art. 171 §§ 1º e 2º. É uma questão que há certo tempo os aflige,
40 que é como tratar situações em que um professor de uma das unidades da Unicamp presta

1 concurso de livre-docência em outra unidade. Essa questão voltou a estar em discussão – já
2 tiveram precedentes, houve outros casos – em função de terem conectado novamente os
3 concursos de livre-docência à progressão ao professor associado. Então o que essa minuta
4 estabelece é um procedimento que exige que o professor que preste concurso em uma unidade
5 diferente da sua tem de submeter a progressão ao professor associado à sua unidade, e a
6 aprovação dessa promoção requer que ele atenda ao perfil definido para o cargo de professor
7 associado na própria unidade à qual ele está vinculado. Então é essa a exigência, e ele pode
8 eventualmente, se isso por alguma razão não atender, submeter à medida que atenda. Então ele
9 tem o título de livre-docência, mas a progressão a associado fica condicionada a atender ao
10 perfil da unidade ao qual ele está vinculado. Com essa regulamentação, deixa de existir um
11 espaço em aberto, uma zona cinzenta na regulamentação da progressão a professor associado.
12 Essa minuta exige também quórum qualificado na votação, porque é uma mudança estatutária
13 na reconexão da obtenção do título. Não tinham deliberado sobre esse assunto em particular da
14 progressão ao professor associado, então basicamente é isso que essa minuta faz. Abre a palavra
15 para comentários, para eventualmente tirar dúvidas, e caso necessário, as doutoras Ângela e
16 Fernanda podem ajudar a esclarecer aspectos da questão. A Conselheira VERÓNICA
17 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ elogia o cuidado com o assunto. É importante que tenham
18 procedimentos claros, e os docentes precisam ter ferramentas. Pergunta qual é a ideia agora, se
19 as unidades receberão essa orientação se a minuta for aprovada. Essa mudança possivelmente
20 gere alguma mudança nas unidades, talvez tenham de montar uma comissão, então pergunta
21 como vão tratar esse assunto. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que não
22 existe delimitação de tempo entre a obtenção do título de docência e a solicitação da unidade
23 onde está lotado. Pela fala do senhor Reitor, entendeu que no momento em que o docente
24 decidir, ele faz o pedido de passagem para nível MS-5.1. Pergunta se o entendimento está
25 correto. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que é totalmente
26 favorável porque isso elimina vários problemas, que inclusive já tiveram no Instituto de
27 Computação, não de dentro da Unicamp, mas de fora da Unicamp. Apenas como um
28 encaminhamento futuro desse tipo de documentação, sugere que se juntasse na pauta o artigo
29 que está sendo modificado para verem exatamente qual a redação final. Caso contrário,
30 precisam ficar buscando Regimento e Estatuto na internet, então faz essa sugestão para futuras
31 modificações regimentais e estatutárias. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA
32 diz que essa mudança é muito importante porque já houve casos no IC de docentes que não
33 cumpriam o perfil da unidade, solicitando inclusive para fazer concurso de livre-docente.
34 Supondo que um docente faça o concurso de livre-docente fora, pergunta se o andamento
35 interno após isso é solicitar na sua própria unidade para ser avaliado, possivelmente pela
36 Comissão de Avaliação Acadêmica, e isso tem de ser votado na congregação. Pergunta se seria
37 esse o novo encaminhamento, para ver se há o casamento entre o perfil dele com o perfil da
38 unidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que a unidade vai ter de aprovar na congregação, então
39 provavelmente é isso que o professor Anderson falou, ou ela vai designar uma comissão
40 específica interna, ou vai usar alguma comissão de docência, uma comissão de avaliação que

1 vai emitir um parecer que terá de ser votado na congregação. Então a ideia é essa, tem de atender
2 o perfil, e em relação aos prazos, realmente não pensaram em limitar, porque a situação criada
3 é a situação que a pessoa obteve o título, mas ela não atenderia potencialmente o perfil. Esse
4 perfil tem de ser jogado localmente pela congregação da unidade; uma vez que essas duas coisas
5 estejam casadas, ele faz jus à progressão. Em um contexto normal, como ele presta na própria
6 unidade, o alcance do perfil já está garantido, seja pelo processo de seleção da inscrição, que já
7 deveria levar isso em consideração, isso está previsto normalmente: para aspirar a ser professor
8 associado, o docente precisa ter o título de livre-docência e preencher determinados requisitos
9 da unidade, que foram estipulados pela unidade, mas homologados nas câmaras superiores da
10 Unicamp. Essa situação está sendo transferida para o caso em que ele prestou em uma unidade
11 mas está lotado em outra, ele tem de atender o perfil da unidade em que está lotado. Esse
12 atendimento, se por acaso não ocorre de imediato, não teria nada que devesse impedir que, à
13 medida que ele atenda, possa encaminhar o pedido novamente. Então não existe uma restrição
14 contra um novo encaminhamento, ele já tem o título, ele precisa atender ao perfil. O Conselheiro
15 ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que em todos os lugares em que aparece no texto se
16 refere a títulos obtidos em outra unidade dentro da Unicamp. Pergunta se há deliberação que
17 diz respeito a títulos obtidos em outras universidades. O MAGNÍFICO REITOR diz que isso já
18 estava previsto na outra deliberação, que tem mais ou menos o mesmo espírito; aqui era uma
19 situação mais confusa porque não podem negar um título que foi concedido pela própria
20 Universidade. O que regulamentam aqui, especificamente, é a ascensão a professor associado,
21 no caso de outra universidade é concedido pela outra, então é um processo de reconhecimento
22 como um título de doutorado estrangeiro. São casos um pouco diferentes. Só agora estão
23 regulamentando esse caso, e isso já aconteceu na Unicamp, já houve dois ou três casos e geram
24 sempre uma situação difícil de lidar; assim, estão deixando claro o caminho que cada docente
25 pode seguir, mas ele estará sujeito sempre a um escrutínio da sua unidade de lotação. A Doutora
26 FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que, como o senhor Reitor explicou,
27 esse concurso o docente presta dentro da própria Universidade, ele vai ser homologado
28 normalmente, mas antes de se encaminhar para a DGRH para que o docente passe a professor
29 associado, como ele não prestou na unidade de origem, esse processo é encaminhado para sua
30 unidade para verificação do atendimento do perfil da sua unidade de origem. Cada unidade tem
31 a sua peculiaridade, então cada uma terá de definir o procedimento, e verificado o atendimento
32 do perfil da unidade de origem, é encaminhado para a DGRH para o processamento. Se não
33 tiver sido atendido o perfil, assim que ele conseguir atender os requisitos, ele pode solicitar
34 novamente A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que no parágrafo segundo consta:
35 “caso a unidade verifique o não atendimento do perfil do nível de MS-5.1, novo pedido de
36 verificação poderá ser apresentado pelo docente quando forem atingidos os requisitos em
37 vigor”. Essa redação dá uma conotação de que os requisitos são numéricos, mas a avaliação
38 não necessariamente tange somente a critérios numéricos, normalmente há uma defesa de tese
39 de livre-docente, ou então a apresentação do conjunto da obra. Ficou um pouco confusa nessa
40 questão de o docente ter um título em outra área, não ser outorgado, então pergunta em que

1 momento ele dirá que tem condições de fazer, se seria uma nova avaliação. O MAGNÍFICO
2 REITOR responde que a sugestão é que ele seja julgado internamente pela unidade. É ela quem
3 vai definir se o docente atende ou não aos requisitos, dependendo do perfil, da norma específica
4 de cada unidade que foi definida localmente e aprovada nas instâncias superiores. Sempre há
5 um elemento de subjetividade, mas não é a ideia que vá se montar uma nova comissão e que
6 ele vá prestar um concurso de livre-docência, defender uma tese. O título ele obteve em uma
7 unidade da Unicamp, e não há como a Unicamp não reconhecer esse título. Só que esse título,
8 obtido fora da unidade onde ele está lotado, exige, para a progressão, que ele preencha os
9 requisitos da sua unidade de lotação. É possível que tenham uma ou outra situação em que isso
10 não seja completamente claro e que haja um conflito entre avaliação própria do docente e
11 avaliação da comissão, e nesse caso ele vai ter de recorrer. Vão entrar em uma outra batalha,
12 mas não conseguem prever todos os casos possíveis; o que fizeram foi estreitar as possibilidades
13 e deixar um caminho mais bem estabelecido para aquilo que ocorrerá. Podem imaginar diversas
14 situações, como, por exemplo, a pessoa da área de Exatas prestar um concurso na área de
15 Humanas; pode acontecer, não conseguem adiantar essa situação e ela vai ter de ser decidida
16 caso a caso. Talvez seja melhor não adiantarem eventuais casos que criem dificuldades nesse
17 tipo de minuta. Novos casos poderão acontecer, a expectativa é que isso ocorra com menos
18 frequência à medida que esteja regulamentado. Porque obviamente poderia acontecer isso, a
19 pessoa prestou em uma área que não tem nada a ver com a sua área de lotação, e não teriam
20 resposta de como lidar com isso, precisará ser objeto de um estudo específico, se acontecer. O
21 objetivo é garantir para a unidade que ela possa exigir dos seus docentes o atendimento ao perfil
22 para chegar a professor associado, e garantir também para o professor que optou por prestar um
23 concurso de livre-docência em outra unidade que ele tenha direito de pedir a ascensão a
24 professor associado, criar um ambiente que permita que isso ande em frente. Ainda que possam
25 imaginar várias situações em que isso, talvez, gere algum grau de conflito, e terão de discutir
26 no caso concreto e não em uma legislação geral. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU
27 diz que a questão de possibilitar essa avaliação por parte da unidade tem de existir. Não tem
28 certeza se esse julgamento futuro de quando se atingirem os critérios é algo fácil assim. O
29 MAGNÍFICO REITOR pergunta se a professora Marisa teria alguma sugestão alternativa.
30 Obtendo o título, se o pedido for negado pela congregação da unidade, é complicado impedir
31 que ela peça novamente, porque o título não é retirado, ela continua com título. Então seria
32 interessante garantir a possibilidade de que ela, depois de um tempo, preencha os requisitos e
33 peça novamente. Não parece razoável impedirem isso porque a congregação da unidade estaria
34 decretando que o título não existe. Legislação nunca é uma fronteira que não gera dúvidas; a
35 grande questão é se é melhor assim ou deixar em aberto. O Conselheiro IGNACIO MARIA
36 POVEDA VELASCO diz que ficou na dúvida se deveria ou não se manifestar, por se tratar de
37 um assunto interno da Unicamp. Mas como tem de votar, e como a votação é de maioria
38 qualificada, deseja votar de uma forma esclarecida. É fato que o título de livre-docência obtido
39 dentro da Unicamp tem validade dentro da Universidade como um todo. O senhor Reitor
40 mencionou perfis e requisitos da unidade, então a primeira pergunta é se esses perfis já existem

1 e se são relativamente objetivos. Também pergunta qual é o problema que se está tentando
2 enfrentar com esta normativa que agora se apresenta para aprovação. Na USP, a livre-docência
3 feita em qualquer unidade dá o direito ao docente de passar de professor doutor para professor
4 associado, porque se entende que a Universidade é uma só, isso na USP é normal, até porque
5 vivem falando em interdisciplinaridade, interdepartamentalidade. Não conhece a realidade da
6 Unicamp, mas seu receio é que se faça uma espécie de dupla-checagem: a pessoa se submeteu
7 a uma livre-docência na Unicamp, com os requisitos que são da Universidade como um todo,
8 com a qualidade que um título de livre-docente da Unicamp demanda, e depois na unidade ela
9 será submetida a uma triagem, com base nos requisitos, mas pergunta com que finalidade. O
10 MAGNÍFICO REITOR diz que a Unicamp possui uma tradição de ter um certo grau de
11 centralização, e um certo grau de espaço para definição dos perfis dos seus professores e
12 pesquisadores localmente. O objetivo é conviver com a diferença de áreas; por exemplo, a área
13 de Artes pode produzir obras de arte, partituras, coisas que são menos comuns em uma área de
14 Tecnológicas, que talvez faça mais patentes. Então, a realidade de cada unidade acaba refletindo
15 um perfil dos seus professores, isso é definido localmente, em um conjunto de exigências
16 desejadas, até para que a pessoa localmente se inscreva para um concurso de livre-docência.
17 Esses perfis são aprovados pelo Conselho Universitário, de tempos em tempos eles são
18 atualizados, renovados, mas existe um procedimento que é uma proposta da unidade e
19 eventualmente uma solicitação de aperfeiçoar, detalhar, aprimorar, exigir mais, por exemplo, e
20 esses perfis referem-se a várias atividades: atividades de pesquisa, publicação, orientação, de
21 ensino na graduação, de extensão e atividades administrativas, e para os vários níveis da
22 carreira. Então isso está regulamentado internamente em cada unidade, tendo sido aprovado
23 posteriormente no Conselho Universitário, com essas idas e vindas até chegar a algo que é uma
24 espécie de acordo entre a unidade e a Universidade. Feito isso, essa referência de perfil é
25 utilizada na inscrição local dos candidatos a livre-docência, então na unidade essa dupla
26 checagem ocorre. Uma pessoa não consegue se inscrever se ela não atende ao perfil mínimo,
27 ela não vai nem ser aceita pela banca localmente, mas como os perfis são diferentes de unidade
28 para unidade em algum grau, ela pode ser aceita em outro local. Então há um conflito potencial
29 entre essas duas situações, que já ocorreu em situações específicas, e a interdisciplinaridade,
30 em um certo sentido, fortalece a possibilidade desse conflito. A intenção é dar à unidade mais
31 poder na definição disso. Então, um professor que esteja em uma unidade que tem, por exemplo,
32 um perfil mais tecnológico, mas ele atua no perfil mais de Humanas, ele vai ter de resolver isso
33 dentro da sua unidade. Uma mudança de perfil e vice-versa, porque pode acontecer dos dois
34 lados, então estão preservando a unidade com essa checagem do perfil localmente, para dar
35 acesso a ser professor associado, mas garantindo ao professor que optou por prestar livre-
36 docente em outro local, que uma vez que ele atenda aos requisitos, esse título dê imediatamente
37 a ele o acesso para ser professor associado. Teria um risco maior, mas é uma trajetória possível.
38 A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que há um pequeno erro de
39 concordância, no parágrafo segundo do artigo 3º proposto, onde está escrito “quando for
40 atingido os requisitos” deveria ser “quando forem atingidos”. O Conselheiro MARCELO

1 ALVES DA SILVA MORI pergunta se foi considerada a possibilidade de fazer essa avaliação
2 anterior, no processo de inscrição, talvez consultar a unidade se o docente atende ao perfil
3 daquela unidade, porque podem evitar o problema antes que ele aconteça. Preocupa-o um pouco
4 o impasse que pode ser gerado se o docente tiver o título e não atender ao perfil da sua unidade.
5 O MAGNÍFICO REITOR diz que já tiveram um precedente desse caso, e judicialmente a
6 pessoa perdeu; estão querendo evitar que isso gere processos judiciais adicionais. Não podem
7 impedir que uma pessoa se inscreva no concurso se ela atende ao perfil local do concurso, mas
8 não atende da unidade dela. Não há lógica em uma unidade dizer que uma pessoa não deve ser
9 inscrita porque ela não atende ao perfil de outra unidade. O Conselheiro ANDERSON DE
10 REZENDE ROCHA diz que na verdade nem pode; por ser um concurso, não podem impedir,
11 portanto a proposta do professor Mori não seria factível. A doutora Fernanda pode até corrigi-
12 lo, mas acha que atrasaria todo o processo da outra unidade também. A Doutora FERNANDA
13 LAVRAS COSTALLAT SILVADO concorda com o professor Anderson; se colocassem esse
14 perfil da unidade do candidato, acabariam tendo uma interferência no processo, poderiam
15 atrasar o processo da unidade que está realizando o concurso. A banca teria de ter competência
16 também, ou a própria unidade que está realizando o concurso, de olhar o perfil da outra unidade,
17 o que acha que complica um pouco o processo. O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA
18 MORI diz que só queria discutir aqui se havia sido considerada essa possibilidade. Claro que
19 quem avalia o perfil não é a banca em si, é uma pré-avaliação, mas se esse é o meio mais viável,
20 está de acordo. O MAGNÍFICO REITOR diz que essa regulamentação não resolve todos os
21 problemas, como os levantados pelos professores Marcelo e Marisa. Ela disciplina o
22 procedimento, garantindo direitos da unidade e direitos da pessoa de prestar em outra unidade,
23 ela vai ter um procedimento diferente para se tornar professor associado. Podem ocorrer
24 situações que não estão totalmente definidas na regulamentação, mas ao diminuir a esfera,
25 reduzem o número de casos e localizam aqueles que tenham algum detalhe especial que não
26 conseguem prever em uma legislação geral. Acha que é essa a vantagem, disciplinam algo que
27 está não bem adequado. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que essa discussão
28 tem origem na gestão passada, quando o Consu decidiu pela desvinculação da livre-docência
29 da progressão a nível MS-5.1. Geraram esse problema porque tinham cotas para ir para nível
30 MS-5.1, então quando a unidade tinha cinco cotas, mas tinha 10 livre-docentes, ela tinha de
31 analisar esse critério. Entende que a partir de agora, com essa nova política, isso não vai ser um
32 problema mais. Por exemplo, se a Cepe reconhecer o título de livre-docência de um professor
33 da FCA no Imecc, o procedimento posterior é enviar à DGRH para que ele passe a professor
34 associado. O MAGNÍFICO REITOR diz que dessa maneira acabariam os perfis. O Conselheiro
35 MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que não, o perfil existe, mas no momento da inscrição na
36 livre-docência é olhado esse perfil, se ele pode fazer. A partir do momento em que a
37 Universidade estabeleceu que ele tem o título de livre-docência, a Cepe já reconheceu isso, o
38 processo segue para a DGRH. O MAGNÍFICO REITOR diz que não existe um perfil único da
39 Unicamp, existe um perfil local, ele só vai ser checado localmente. O Conselheiro MÁRCIO
40 ALBERTO TORSONI diz que então, por essa nova essa deliberação, no momento em que a

1 Cepe reconhecer o título, a unidade decide se manda ou não para a frente que o docente se torne
2 MS-5.1. O MAGNÍFICO REITOR diz que no caso de uma pessoa que está lotada em uma
3 unidade e fez a livre-docência em outra, a progressão ao professor associado não é mais
4 automática, ela vai passar pelo escrutínio da congregação da unidade de lotação. Na unidade
5 em que ela prestou, passou pelo escrutínio, atendeu ao perfil da unidade, passou no concurso,
6 tem o título de livre-docência, mas ele está lotado em outra unidade, e vai ter de se submeter ao
7 julgamento da outra unidade, se ele atende ao perfil nesta outra unidade. Porque se for
8 automático isso, vão gerar uma tendência de as pessoas irem prestar em outras unidades que
9 elas achem que seja mais confortável, então haverá um problema. O Conselheiro MÁRCIO
10 ALBERTO TORSONI diz que essa dúvida surgiu por causa do comentário do professor
11 Ignacio, mas entendeu a explicação do senhor Reitor. O Conselheiro IGNACIO MARIA
12 POVEDA VELASCO diz que o professor Antonio José acabou de responder a pergunta que
13 havia feito, de qual era o problema que pretendia enfrentar com essa regulamentação. A
14 Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que possui uma outra visão sobre
15 essa questão: em primeiro lugar, não é um problema; estão deixando de considerar o docente e
16 as escolhas que ele faz de maneira bastante responsável, na sua opinião. Se ela, por exemplo,
17 quisesse fazer a livre-docência na área de Sociologia, seria interessante, poderia fazer uma tese
18 relacionando as questões de linguagem com as questões sociais. É óbvio que quando se
19 inscrevesse nesse concurso, iria pensar no seu perfil local, porque dada a configuração que estão
20 tomando aqui da legislação, não iria pensar só no perfil do IFCH, mas também no perfil local.
21 Então acha que estão fazendo uma confusão aqui, porque vai voltar para unidade em um
22 movimento de checagem desse perfil que com certeza ela teria. O docente certamente terá,
23 porque ele é responsável quando faz isso, por isso não acha que tenham de fazer uma discussão
24 aqui de revalidação do título. Academicamente o título seria dado porque a pessoa defendeu
25 uma tese, porque teria até um perfil de outra unidade, mas também teria de respeitar o perfil da
26 sua. Estão colocando uma legislação interessante por conta dessa mudança; uma pessoa que faz
27 isso é muito corajosa, ela avança na discussão interdisciplinar, tenta fazer essas pontes e
28 provavelmente vai obedecer aos perfis das duas unidades. Então acha que o docente tem toda a
29 condição de fazer essa opção, e que aqui devem dizer que isso é interessante e os docentes irão
30 fazê-lo de maneira consequente. Não considera que a legislação que está sendo proposta seja
31 uma requalificação, acha que vai ser uma qualificação dupla e não uma requalificação, porque
32 significa, quando é requalificação, que é tudo julgado novamente. A pessoa vai ser julgada na
33 unidade em que ela se inscreveu e na sua unidade localmente depois. Espera que isso não
34 demore tanto, que não seja um processo tão ruim. Está querendo chamar a atenção para que não
35 percam de vista a autonomia do docente, a responsabilidade do docente dentro da Unicamp, e
36 a vontade de fazer coisas interdisciplinares, porque senão vão ficar sempre em uma ideia
37 de que fazer isso é ruim. E acha que não é ruim, quem faz isso faz de forma competente,
38 consequente com toda a sua trajetória, portanto é algo a ser valorizado. O Conselheiro
39 ALBERTO LUIZ SERPA diz que a proposta é importante, ela é muito positiva, a FEM já teve
40 uma situação desse tipo no passado, tem uma segunda agora, e a proposta resolve o problema,

1 considerando que o perfil local é aprovado pelo Consu, e isso cria uma questão de relatividade
2 interna, porque as pessoas entendem que aquele perfil deve ser satisfeito. Então, como já
3 mencionou a professora Anna, a pessoa satisfaria os dois perfis, porque ela participou da livre-
4 docência em outra unidade, teve a inscrição lá, o título é de lá, mas o perfil é verificado
5 localmente para implementação da promoção. Acha que a norma esclarece e vai evitar
6 problemas futuros; e não é para ser um processo demorado porque é uma verificação local.
7 Claro que se a pessoa não tiver o requisito local, ela precisa aguardar ter para satisfazer o perfil.
8 Mas entende que é positivo e que contorna essa situação de uma forma bem clara e prática. O
9 Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que o texto está dando conta desse
10 problema porque, apesar de terem reunificado, as duas coisas podem ser separadas na prática
11 por opção, que pode ser uma opção meritória, como disse a professora Anna, pode ser buscando
12 a interdisciplinaridade, mas, mesmo em áreas próximas, pode ser que o perfil em uma unidade
13 seja ligeiramente diferente do de outra. Talvez alguma coisa relacionada a aulas, orientações,
14 tem uma a mais, outra a menos, então é bem possível que independentemente do mérito
15 acadêmico em geral, a pessoa não se enquadre no perfil da unidade dela, e então tem de esperar
16 um pouco até se adequar. Acha que é uma questão prática e é preciso respeitar os perfis de cada
17 um dos lugares, para promoção, não exatamente para ter o título. A Conselheira DIRCE
18 DJANIRA PACHECO E ZAN diz que também acha que a redação contempla bem a questão;
19 não necessariamente o perfil tem relação com a área do título da livre-docência. Isso que a
20 professora Anna ressaltou, que é tão bem-vindo e que deveria fazer mais, da
21 interdisciplinaridade, está assegurado. Não conhece todos os perfis, mas alguns perfis que
22 conhece da Unicamp estão relacionados ao nível de inserção na carreira, em relação a ensino,
23 pesquisa, extensão, gestão na Universidade. Cada unidade tem autonomia, e têm defendido que
24 assim permaneça, na definição desse perfil, a partir daquilo que julga ser mais relevante. Então
25 acha que a redação dá bem conta dessa questão, dessa possibilidade de se pleitear o título em
26 uma outra unidade, mas para a promoção ser avaliada na unidade onde o docente está lotado. E
27 também acha muito importante permitir essa nova reavaliação, porque às vezes o colega fez a
28 livre-docência e demanda promoção, mas a unidade dele considera que em gestão, por exemplo,
29 ele não atende ao perfil. Nesse caso, ele tem um tempo para se adequar e poder novamente
30 solicitar essa promoção. Portanto, é favorável também. A Conselheira MARIA LUIZA
31 MORETTI diz que sua fala vai muito na direção dos conselheiros que a antecederam, em
32 relação a essa modificação que considera bastante positiva. A professora Anna mencionou a
33 interdisciplinaridade, e observa que um professor pode fazer doutorado em outra área também,
34 ele pode ter o título de doutor em outras áreas, como também ele pode ter título de livre-docente
35 em outra área. E ele pode ter o seu título de livre-docência na área onde tem a sua carreira, mas
36 pode pleitear um título em uma outra área interdisciplinar, o que é positivo para o seu currículo.
37 Ele pode eventualmente querer ser professor em outra unidade em algum período da sua
38 carreira, o RDIDP permite isso. Então esse título pode servir não somente para ascensão na
39 carreira, mas para o próprio currículo do professor. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
40 PASTORE JENSEN diz que nenhum gestor muda regras à toa, então se existe a proposta de

1 mudar uma regra, é porque existe a necessidade, há os casos que precisam ser atendidos.
2 Conhece vários, e não se referem à interdisciplinaridade, mas a uma situação em que a pessoa
3 desejou fazer o concurso, esperava ser promovida, e isso não aconteceu. Acha que a legislação
4 proposta aqui vem na direção de acertar esses casos, que às vezes se relacionam à
5 interdisciplinaridade, mas não sempre, porque todos sabem que a interdisciplinaridade é muito
6 mais do que isso, é muito mais que um título de livre-docência em uma outra área. Então, se
7 existe a proposta de modificação de regimento, é porque ela é necessária, e ela é bem-vinda. O
8 MAGNÍFICO REITOR diz que uma virtude que a proposta tem é que cria uma segurança
9 jurídica para a unidade e para o professor. Não havia pensado na observação colocada pela
10 professora Anna, que considera importante, porque cria espaço para uma pessoa que queira
11 fazer uma livre-docência em outra unidade por opção própria. Por exemplo, a Fecfau tem a
12 Engenharia Civil e a Arquitetura. A Arquitetura tem um mundo nas Tecnológicas e outro
13 mundo nas Humanas, então abrem espaço para algo que talvez facilite inclusive a
14 interdisciplinaridade, porque cria também uma rota de segurança jurídica. A Educação Física é
15 parecida, tem o pessoal que se aproxima muito mais da área de ensino, outros que são muito
16 mais área de treinamento, de equipamentos, então talvez estejam querendo resolver um
17 problema que de alguma forma surgiu no caso da Faculdade de Engenharia Mecânica, em
18 particular, mas pode até incentivar uma outra abordagem, que é ter mais interdisciplinaridade,
19 dando ao professor uma segurança que ele não encontra hoje no mundo judicial, porque houve
20 um processo judicial que a pessoa perdeu porque a Unicamp recorreu. Ao fazer isso, estão
21 criando um arcabouço que dá à pessoa o poder de fazer uma carreira um pouco diferente da
22 tradicional, mas ela está garantida, se preencher os requisitos locais, que não é título, porque o
23 título pode ser por outra razão, ela terá possibilidade de ascender. É uma questão que não tinha
24 visto, e acha que na verdade agrega a ideia de aprovar isso. A discussão ajudou a esclarecer
25 vantagens que não tinham sido colocadas anteriormente. O Conselheiro EVERARDO
26 MAGALHÃES CARNEIRO diz que essa proposta também permite que as unidades revejam
27 seus perfis. Essas unidades que têm a interdisciplinaridade poderiam mudar os seus perfis
28 focando nessa nova deliberação. O MAGNÍFICO REITOR diz que a discussão foi bastante
29 rica, e procederá à votação, que será nominal, por exigir quórum qualificado. Procede à
30 chamada dos conselheiros para a votação: O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE
31 Favorável. O Conselheiro ALBERTO LUIZ FRANCATO Favorável. O Conselheiro
32 ALBERTO LUIZ SERPA Favorável. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA
33 Favorável. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI Favorável. O Conselheiro
34 EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO Favorável. A Conselheira ANDRÉA
35 MARCONDES DE FREITAS Favorável. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO Favorável. O
36 Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA Favorável. A Conselheira ANNA CHRISTINA
37 BENTES DA SILVA Favorável. O Conselheiro JEFFERSON DE LIMA PICANÇO Favorável.
38 A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS Favorável. A Conselheira
39 CLAUDIA VIANNA MAURER MORELLI Favorável. A Conselheira TEREZA CRISTINA
40 FAUSTINO DOS REIS Favorável. A Conselheira CRISTIANE MARIA MEGID Favorável.

1 A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN Favorável. O Conselheiro EDSON
2 TOMAZ Favorável. O Conselheiro EDUARDO GURGEL DO AMARAL Favorável. A
3 Conselheira ELIANA DA SILVA SOUZA Favorável. A Conselheira ELLEN ALVES
4 MENEZES Abstencção. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO
5 Favorável. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO Favorável. O
6 Conselheiro FERNANDO SARTI Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO
7 Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI Favorável. A Conselheira GABRIELA
8 BARROS GONÇALVES Favorável. O Conselheiro GUSTAVO COSTA DO NASCIMENTO
9 Favorável. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN Favorável. O
10 Conselheiro IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO Favorável. O Conselheiro IVAN
11 FELIZARDO CONTRERA TORO Favorável. O Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável.
12 O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO Favorável. O Conselheiro JOSÉ
13 ALEXANDRE DINIZ Favorável. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA
14 AZEVEDO MEYER Favorável. O Conselheiro JOSÉ ANTONIO ROCHA GONTIJO
15 Favorável. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA Favorável. O Conselheiro JOSÉ
16 ROBERTO RIBEIRO Favorável. A Conselheira KAROLYNE STEFANNY DE SOUZA
17 Abstencção. A Conselheira MARIA RITA DONALISIO CORDEIRO Favorável. O Conselheiro
18 LUIZ CARLOS DIAS Favorável. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO Favorável. O
19 Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO
20 ALBERTO TORSONI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA Favorável.
21 O Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA Favorável. A Conselheira MARIA
22 HELENA BAENA DE MORAES LOPES Favorável. A Conselheira MARIA LUIZA
23 MORETTI Favorável. A Conselheira MARIÂNGELA RIBEIRO RESENDE Favorável. A
24 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU Favorável. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA
25 MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE Abstencção.
26 A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Favorável. A Conselheira MÔNICA ALONSO
27 COTTA Favorável. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA Favorável. O
28 Conselheiro ORIVAL ANDRIES JÚNIOR Favorável. O Conselheiro PAULO ADRIANO
29 RONQUI Favorável. O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFFINO Favorável. A
30 Conselheira RACHEL MENEGUELLO Favorável. O Conselheiro RENATO FALCÃO
31 DANTAS Favorável. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Favorável. O
32 Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A Conselheira ROSMARI
33 APARECIDA RIBEIRO Favorável. A Conselheira CLÁUDIA REGINA CAVAGLIERI
34 Favorável. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO Abstencção. A Conselheira
35 VANESSA PETRILLI BAVARESCO Favorável. A Conselheira VERÓNICA ANDREA
36 GONZÁLEZ-LÓPEZ Favorável. A Conselheira MÁRCIA AZEVEDO DE ABREU Favorável.
37 A Conselheira ELISABETH CARDOZO Favorável. A Conselheira HELENA ANSANI
38 NOGUEIRA Favorável. O MAGNÍFICO REITOR informa que a matéria foi aprovada com 65
39 votos favoráveis e 04 abstencções. Passa ao item 03 – Proc. nº 01-P-1300/1967 e Dossiê 01-D-
40 8868/2022 –, que trata de proposta de deliberaçção Consu que suspende a aplicaçção do artigo

1 85A dos Estatutos e artigo 149 do Regimento Geral da Unicamp pelo prazo de 24 meses. Já
2 fizeram essa discussão em uma Cepe alguns meses atrás, e o professor Paulo César Montagner
3 fará uma apresentação de como a Administração está vendo essa questão, à luz do potencial de
4 aposentadorias e da política de contratação, que será um item discutido mais para frente. O
5 Professor PAULO CÉSAR MONTAGNER agradece a equipe da DGRH, da qual estão
6 presentes o senhor Everardo e a senhora Maria Aparecida, que podem complementar alguma
7 informação que eventualmente possa ter esquecido. Apresentaram esses dados na Cepe, e como
8 o assunto veio ao Consu, julgaram importante fazer uma atualização dos dados. O artigo 85
9 trouxe o indicador de 10 docentes, que foi um número sugerido pela Deliberação Consu-A
10 021/2012, aprovada no Conselho Universitário de 27 de novembro de 2012. Portanto, é uma
11 deliberação de quase dez anos. Naquela época, algumas unidades tinham departamentos com
12 números no limiar, mas houve um processo de justificativa para que os departamentos
13 pudessem se manter e ter os seus compromissos de contratação. No momento atual, há hoje 24
14 faculdades e institutos, com 84 departamentos funcionando regularmente, algumas faculdades
15 não trabalham com estrutura dos departamentos, a mais clássica e histórica é a Feagri, que tem
16 uma outra forma de organização, e a Faculdade de Ciências Aplicadas de Limeira já nasce com
17 a concepção de não ter departamentos. Sabem que departamentos em algumas unidades são
18 vitais para o seu projeto acadêmico, outras são muito mais administrativas, ou seja, a cultura
19 dos departamentos das unidades é diferente. Também os tamanhos variam, há unidades com
20 departamentos mais próximos em números e há unidades com departamentos muito distantes
21 em números, o que não significa que são mais ou menos importantes. Todos eles são
22 importantes na medida em que a história das unidades foi sendo construída dessa forma. E para
23 os dados, neste momento, não consideraram os concursos em andamento porque possivelmente
24 muitos concursos não vão gerar contratações antes do dia 03 de julho, por conta da lei eleitoral.
25 Para efeito de estudos, utilizaram o número que foi apresentado na Cepe, de departamentos com
26 até 15 docentes, com a regra de aposentadoria formada, ou seja, que podem se aposentar
27 imediatamente, e os que formarão regra até 31.12.2024. Esse número da regra anterior só não
28 é pior por causa da regra que aconteceu em 2020, quando sobe a aposentadoria mínima para 60
29 anos. Apresenta a disposição dos números por unidades: das 24 unidades, 14 têm algum perfil
30 de departamento dentro desse nível de estudo, algumas delas com números de 15 docentes, mas
31 podendo aposentar nove, como é o caso, por exemplo, do Departamento de Anestesiologia e
32 Radiologia da FCM. Um outro que é muito clássico, um departamento não muito grande, é o
33 de Psicologia Médica e Psiquiatria, com 10 docentes, com duas aposentadorias imediatas e mais
34 uma até o fim de 2024. Há muitos outros exemplos; na Faculdade de Educação Física, todos os
35 departamentos podem ser fechados imediatamente se as pessoas resolverem se aposentar
36 amanhã. A Faculdade demorou 36 anos para encontrar o modelo que compatibiliza área de
37 conhecimento, pós-graduação, pesquisa, estruturas de ensino, tentando agrupar as pessoas em
38 áreas temáticas. Mas, por exemplo, na pós-graduação o departamento não tem influência, tem
39 influência nas áreas de conhecimento. Um docente de um departamento de Humanidades pode
40 estar em uma área de conhecimento que não seja da área de Humanidades ou mais próxima a

1 ela. Isso deve ser uma característica presente em muitas das unidades, e precisavam ter uma
2 noção exata de quantos docentes tinham e qual era o momento que viviam. Não acha que haverá
3 uma corrida para aposentadorias, mas é necessário ter isso no radar porque, por essa primeira
4 avaliação, dos 84 departamentos, 38 departamentos podem fechar se isso acontecer, atingindo
5 14 unidades. Pode ser que em alguma unidade haja 16 pessoas em um departamento, ou 18,
6 mas 10 que podem se aposentar. Não fizeram esse estudo, mas é possível que encontrem isso
7 também na cultura da Unicamp, neste momento. Observa que 22 departamentos podem fechar
8 imediatamente, atingindo um número significativo de unidades. Isso representa
9 aproximadamente 1/4 da Unicamp, mexendo com toda a estrutura histórica acadêmica da
10 Universidade. Nesse conjunto de departamentos, há 468 docentes, o que representa 27% do
11 número atual. Terão uma discussão hoje sobre contratações, mas mesmo que contratem mais,
12 isso vai demorar pelo menos um ciclo até 2023, potencialmente algumas das pessoas que
13 formam regra até 2024 caíam para a outra coluna, então esse número representa um perfil que
14 merece que o Conselho se debruce sobre o tema. O número final que representa efetivamente
15 essa característica daquilo que comentou é de 25% a 26% de departamentos em risco de serem
16 fechados. A deliberação Consu pauta-se na ideia de uma trégua de 24 meses para que retomem
17 a normalidade dos fluxos de contratação, para diminuir essa pressão interna nas unidades e nos
18 departamentos, e que não percam essa história construída dentro de muitos anos de vida
19 universitária. A recessão econômica provocou esse desbalanço, o número de docentes hoje é
20 muito menor do que há alguns anos, e isso por certo aflige muito as instituições departamentais,
21 as suas culturas e formas de procedimentos acadêmicos. O senhor EVERALDO PINHEIRO
22 diz que o professor César já colocou muito bem, mas lembra que houve situações, inclusive
23 externas, que interferiram diretamente nesses dados. Por exemplo, a lei complementar 173, que
24 os proibiu de contratar praticamente durante um ano e 10 meses, assim como a reforma da
25 previdência. Sempre que falam de reforma da previdência, que pode ocorrer a qualquer
26 momento, existe uma corrida pelas aposentadorias para garantir os direitos adquiridos. Então
27 precisam ficar bastante atentos, além desses dados que já foram postos, a outras variáveis que
28 interferem diretamente nesse quadro que estão encontrando. Os dados foram atualizados em
29 relação aos que foram apresentados na Cepe, mas eles possuem uma dinâmica muito grande,
30 existem muitas questões que interferem. Podem expandir, como o professor César falou,
31 colocar para todos os departamentos da Universidade, mas esse quadro resume o que pode
32 acontecer se os docentes que já estão com os direitos adquiridos resolverem se aposentar. A
33 Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES diz que a Faculdade de
34 Enfermagem tem uma estrutura semelhante à da Feagri, que é conselho integrado, só que ela
35 possui um único conselho integrado. Outra característica da FEnf é que para atribuição das
36 vagas de concurso para novos docentes, por serem sete diferentes áreas de conhecimento, os
37 concursos são abertos para essas áreas de conhecimento. Com isso, a estrutura administrativa é
38 bastante enxuta, há uma secretária para o Conselho Integrado – Consi e a presidente e a vice-
39 presidente do Consi. Considera interessante essa experiência, porque acaba sendo uma estrutura
40 administrativa enxuta e muito mais voltada para as áreas de conhecimento. Não precisam ter

1 essa regra dos 10 professores para ser um departamento, então é uma estrutura diferente.
2 Compartilha isso para ajudar talvez algumas das discussões aqui, de como poderia ser feita uma
3 estruturação de unidades que não sejam tão grandes, que tenham poucos departamentos, para
4 talvez pensar na possibilidade de ser por estruturadas áreas, e no caso da FEnf existe um
5 Conselho Integrado. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA agradece à
6 Administração pela proposta; acha que essa regra dos 10 docentes, como o professor César
7 apontou, realmente foi um equilíbrio encontrado depois de muitos anos. No entanto, tiveram
8 uma situação muito difícil nos últimos anos, e neste momento em particular, em relação a
9 aposentadorias. Calculam que o IC vai perder, em termos de aposentadoria, nos próximos anos,
10 se os professores assim optarem, de 20% a 25% dos docentes. Sabem que essa é a situação da
11 Universidade como um todo, porque ela tem os seus ciclos, e o que estão vivendo agora é
12 decorrente de uma geração que ajudou a montar a Universidade. Acha que suspender por 24
13 meses essa regra dos departamentos é muito importante para evitar as cisões, brigas
14 desnecessárias na Universidade, para que possam discutir, inclusive, as novas políticas de
15 contratação, seja para repor docentes aposentados, seja para áreas prioritárias, mas de qualquer
16 maneira os departamentos vão mudar. Então acha muito bem-vinda essa proposição e ela está
17 diretamente conectada com o item que vão discutir daqui a pouco. Para agir em proatividade,
18 precisarão discutir essa política de contratação, isso é agir com antecedência, que é algo
19 importantíssimo na Universidade neste momento. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
20 PASTORE JENSEN diz que não está se sentindo suficientemente informada para poder votar
21 este item. O professor César passou muito rapidamente pela apresentação da tabela, mas o
22 último departamento que lá consta é o departamento a que pertence. É uma aposentada, então
23 está muito tranquila para falar o que vai falar. Acha que falta, para o julgamento abalizado dos
24 conselheiros, o número de concursos já abertos, o número de vagas que vai ser disponibilizado
25 nos próximos dois anos. Sem isso, não têm ideia. A situação geral que o professor César expôs
26 foi que 75% dos departamentos na Universidade não possuem problemas, não estão formando
27 regra nos próximos dois anos, mas 25% deles estão. Para esses 25%, pergunta quantas vagas já
28 estão disponibilizadas, quantos concursos estão abertos, qual é a real situação daqui a dois anos.
29 Se puderem fazer daqui a dois anos, ou daqui a um ano, então faltam esses dados, e sem eles
30 não se sente à vontade para votar. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO
31 MEYER pergunta se isso não se resolveria votando a favor dessa pausa de 24 meses, porque
32 depois de 24 meses saberão se o concurso foi feito e se foi preenchida a vaga. A Conselheira
33 HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que daqui a 24 meses terão o quadro mais
34 geral, portanto podem até postergar essa avaliação por mais 24 meses. O que quer dizer é que,
35 efetivamente, não possuem os dados completos para julgar agora, e nunca se julgou que um
36 departamento deveria deixar desistir de um dia para o outro. Se lembrarem o caso mais recente,
37 esse aviso foi dado, foi concedido um tempo para contratos, foi dado um tempo para concurso,
38 e nenhum gestor é insano de fechar um departamento de um dia para o outro. Existem formas
39 de se postergar isso, até mais do que 24 meses, e não precisa por decreto fazer uma suspensão
40 de regime em um dado ponto, se existe toda essa possibilidade de recurso. Viram isso acontecer

1 com um determinado departamento recentemente, então continua sem condições de fazer esse
2 julgamento, de apreciar esse ponto, porque lhe faltam dados. O Conselheiro MARCO
3 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que teme que não estejam discutindo o mérito do
4 problema em si. Em 2012, quando foi editada essa medida, a discussão envolvia outros
5 parâmetros de natureza acadêmica, científica, e também de natureza administrativa. Naquela
6 época, existia um número muito alto de departamentos em algumas unidades que não se
7 justificavam, sobretudo do ponto de vista administrativo, dada a estrutura que se oferecia para
8 a unidade, que tinha aquele departamento com quatro, com três docentes às vezes, como
9 ocorreu. Então, gostaria muito que houvesse essa discussão do mérito da questão em si. Não
10 acha que os considerandos que estão na pauta são suficientes para haver uma suspensão por 24
11 meses, afinal essa medida é de 2012, são 10 anos. Acha que seria muito apropriado se tivessem
12 a possibilidade de criar um novo GT para estudar esse assunto, para estudar o mérito, e que
13 talvez pudessem estabelecer novas normas e quantitativos, porque isso é necessário para regular
14 todo esse tema. O estudo apresentado pelo professor César demonstra bem esse desequilíbrio
15 interno de contratações, mas é tudo o que pode concluir; é um desequilíbrio interno, então as
16 regras internas que regem a contratação para os departamentos são de cada unidade. Nesse
17 aspecto, não consegue dizer que a norma aprovada em 2012 está errada. Reforçando o que disse
18 a professora Heloise, existe uma possibilidade de que o departamento, nessa situação transitória
19 de ter um número inferior ao número limite, possa continuar por um espaço de tempo, ou seja,
20 nenhum departamento é realmente fechado imediatamente após cair desse limiar. Esse tempo
21 não pode ser 10 anos, como já se passaram, e reforça que o trabalho continua,
22 independentemente da existência do departamento. Não discutiram o mérito, portanto considera
23 essa medida até o momento desnecessária. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz
24 que esse assunto já voltou várias vezes para o Conselho e está profundamente relacionado com
25 o próximo item da pauta, porque por diversas vezes o Departamento de Demografia veio às
26 instâncias da Universidade para simplesmente defender a sua existência, em um cenário que
27 considera um dos mais desfavoráveis para contratação de docentes, contratação de pessoal. O
28 artigo 149 do Regimento dá autorização ao funcionamento de departamentos com número
29 inferior a 10 docentes, desde que apresentadas as razões acadêmicas, e acredita que isso não
30 está no Regimento à toa. Acha que cada unidade deveria ter plena autonomia para definir quais
31 departamentos fazem sentido, quais não fazem, quais precisam de fusão, quais não fazem
32 sentido funcionarem juntos, conforme a sua estrutura administrativa, o seu histórico de
33 pesquisa, os seus cursos e programas de pós-graduação. Como o professor César demonstrou
34 na sua apresentação, esse é um problema generalizado e que traz muitos transtornos para a
35 Universidade. Então, se por um lado sente uma tristeza muito grande de retomar esse assunto
36 várias vezes, por outro acha que é uma proposta muito equilibrada e que considera que a regra
37 foi estabelecida em um cenário diferente do cenário que enfrentam hoje. O cenário que se
38 apresenta hoje é de aposentadoria, de transferência de docentes para outras unidades, saída dos
39 docentes da Universidade, e acredita que isso tende a se aprofundar pelos efeitos da pandemia,
40 pelos efeitos da reforma da previdência e da própria suspensão da contratação de docentes.

1 Então acredita que a proposta é equilibrada, as regras da Universidade devem ser um meio para
2 atingirem os fins da Universidade, de pesquisa, de desenvolvimento do ensino, e quando
3 começam a atrapalhar o próprio desenvolvimento do ensino, elas precisam ser revistas. Acha
4 que precisam aprender com as experiências de administração enxutas, como a da FCA, mas
5 nenhuma estrutura enxuta sobrevive a um cenário tão desfavorável para o desenvolvimento de
6 pessoal, nenhuma estrutura enxuta vai conseguir sobreviver por muitos anos com
7 aposentadorias, com suspensão de contratação, e com subvalorização. A Conselheira
8 ANDRÉIA GALVÃO agradece ao professor César pela apresentação, e embora o IFCH tenha
9 uma demanda específica a ser apresentada sobre esse assunto, que é o ponto seguinte da pauta,
10 diz que a proposta trata de um problema que é de toda a Universidade e que afeta outras
11 unidades e departamentos, inclusive um outro departamento do próprio IFCH, que é o de
12 Sociologia. Então pensa que a proposta da Reitoria tem como intuito dar condições para que os
13 departamentos possam se manter. Não tiveram essas condições nos últimos anos, seja devido à
14 política de austeridade e de contingenciamento de recursos implementada desde 2016, seja
15 devido à adoção da lei complementar 173. Mesmo que saiam desta reunião com uma política
16 de contratação aprovada, a proximidade das eleições faz com que seja possível haver, ainda este
17 ano, departamentos que fiquem abaixo de 10 docentes, como o estudo mostra. Então não
18 importa se as aposentadorias vão se efetivar este ano ou no próximo ano; a simples possibilidade
19 de que elas possam vir a ocorrer coloca em risco a existência de departamentos. Não há como
20 prever quando as aposentadorias vão ocorrer, e não podem condicionar a manutenção dos
21 departamentos à postergação do exercício de um direito, que é a aposentadoria. Na Cepe de
22 dezembro discutiram bastante o papel de departamentos, é claro que há outras estruturas
23 possíveis, mas em uma discussão relativa à finalidade dessa estrutura, se ela é meramente
24 administrativa ou também acadêmica, viram que há várias perspectivas a esse respeito. Acha
25 que não podem desconsiderar todo o trabalho, todo o esforço intelectual acumulado na
26 construção de um departamento, na implementação e no desenvolvimento desse projeto
27 acadêmico. Então os departamentos são fruto de um trabalho, de um grupo de docentes que
28 levou à constituição desse que é um patrimônio para a Universidade. Nesse sentido, não acha
29 que seja algo que possa ser extinto sem custos, especialmente quando esses projetos estão
30 consolidados, e sabem o tempo que demora para consolidar um projeto intelectual e acadêmico.
31 Acha importante levar em conta todas as dificuldades envolvidas na implementação de projetos
32 acadêmicos, a energia despendida na criação de um departamento para não gerar rupturas,
33 justamente porque estão falando de trabalhos que são bem-sucedidos, e como ocorre em tantos
34 outros processos, é mais fácil extinguir do que criar. Não lhe parece razoável mudar estruturas
35 departamentais conforme flutuações no volume de aposentadorias, ou no volume de
36 contratações, ou seja, condicionando isso aos recursos existentes e não aos projetos em vigor.
37 Acha que precisam de estruturas minimamente estáveis para se planejar, e nesse sentido vê com
38 bons olhos a proposta apresentada. Diz isso não apenas porque o IFCH é uma parte diretamente
39 interessada, mas porque ela olha para o conjunto da Universidade e busca uma solução que não
40 fere os Estatutos. É uma medida que trata todos os departamentos da mesma forma, é pensada

1 em benefício da Universidade, o que evidentemente não resolve os problemas do passado, mas
2 procura resolver os problemas do presente e do futuro mais próximo. É claro que esse número
3 mínimo de 10 docentes pode ser discutido, especialmente se a Universidade vier a definir uma
4 política de contratação que torne inviável a manutenção desse número, mas acha que essa é uma
5 outra conversa. Portanto, acha que é uma medida prudente, que leva em consideração o contexto
6 de excepcionalidade e de condições econômicas e legais que tiveram para se exigir a estrita
7 observação da regra nesse passado recente. E é bom também lembrar que não estão ainda em
8 um momento muito tranquilo, estão passando por dificuldades, como a própria pandemia, os
9 ataques à ciência, a destruição de tantas políticas, especialmente no campo da Educação, e é
10 importante tratar com cuidado e ter também sensibilidade para reconhecer o papel que os
11 departamentos têm. Então acha que essa suspensão lhes dá um fôlego no curto prazo, permite
12 a tramitação dos concursos que vão discutir, e a definição dessa política de contratação para a
13 Universidade. Declara-se favoravelmente à proposta. A Conselheira CLAUDIA MARIA
14 BAUZER MEDEIROS diz que está no Consu ininterruptamente como representante de
15 categorias docentes há 26 anos, e se recorda muito bem da discussão que houve quando se
16 aumentou o número de professores do departamento para 10. Houve várias propostas na época
17 e se chegou a um certo consenso. Diz ao acadêmico Matheus que o quadro mostrado não é uma
18 situação generalizada, porque 75% dos departamentos da Unicamp atendem perfeitamente ao
19 requisitado. Uma das razões muito discutidas na época foi também administrativa, e como disse
20 professor Marco, com o custo administrativo para Unicamp de manutenção de um
21 departamento, inclusive a questão de gratificações, da chefia, manutenção de secretarias e toda
22 uma estrutura bastante pesada financeiramente, à época, e não sabe se os departamentos com
23 poucos docentes, por exemplo, já estão se readequando, se fosse o caso. Agradece ao professor
24 César pela apresentação, mas também não se considera suficientemente esclarecida. Pelo que
25 se recorda, o único caso de departamento que chegou ao Consu foi o Departamento de
26 Demografia. Não sabe se isso vai causar novos recursos, mas nenhum departamento é extinto
27 imediatamente, e sempre há planos, propostas, que são acatadas inclusive antes de chegar ao
28 Conselho Universitário. Precisam pensar, face a todos esses argumentos, e ao fato de que o
29 mundo está mudando, e a Unicamp também, até que ponto departamento é a única unidade
30 administrativa, ou se deve ser apenas considerada uma unidade administrativa e não uma
31 unidade acadêmica. O número de 10 pode ser revisto, mas ele surgiu inclusive de estudos de
32 custos, de quanto custa manter um departamento para a Universidade. A Conselheira MARISA
33 MASUMI BEPPU diz que não tem tanto tempo quanto a professora Claudia Medeiros no
34 Consu, mas também se recorda de várias dessas discussões, que acha importante trazer à luz
35 aqui, porque algumas situações são colocadas de maneira muitas vezes equivocada. Então,
36 reitera que nenhum departamento se extingue instantaneamente, e quando, em 2017 ou 2018,
37 foi resgatada a deliberação de 2012 e se verificou quais eram os departamentos que
38 sistematicamente estavam abaixo do número e que, apesar das contratações e vagas concedidas,
39 as suas respectivas unidades jamais tinham alterado este cenário, é que a questão de negociação
40 com as unidades nessa situação foi estabelecida. Não se recorda o número exato, mas havia

1 uma dezena de departamentos nessa situação. Todas as unidades fizeram os seus estudos
2 respectivos de adequação acadêmica, de adequação administrativa, para que pudessem cumprir.
3 Se há hoje alguma pendência, podem afirmar que, ainda que tivessem sido concedidas várias
4 vagas para essas unidades fazerem as contratações, elas nunca foram designadas ou
5 direcionadas para esses departamentos deficitários. Esse é um problema que existia
6 cronicamente. Tem um pouco de dificuldade de entender o porquê dessa suspensão, tendo em
7 vista que o artigo 85A, parágrafo único, dos Estatutos estabelece que o Conselho Universitário
8 tem a possibilidade de decidir, no momento de um estudo, no momento de uma “instauração”
9 de extinção proposta de um determinado departamento, pela concessão desses 24 meses. E estão
10 agora suspendendo inclusive isso, então tem um pouco de dificuldade também de entender a
11 exata dimensão da suspensão. Entendem a questão da lei complementar 173, entendem a
12 conjuntura externa que afetou a Universidade, mas até por conta disso o Conselho Universitário
13 pode deliberar especificamente, nos casos que venham, se deveriam dar esse tempo para
14 adequação. E muito possivelmente, o Conselho Universitário vai nessa direção de proporcionar
15 esse planejamento, então daquele grupo todo que foi apresentado no levantamento do professor
16 César, sabem que existem casos diferentes, e acha que isso tem de ser de certa forma resgatado
17 e levado em conta. O estudo aprofundado que foi feito, na época, no âmbito da CGU e PRDU,
18 sobre esses departamentos, tem de ser resgatado, tem de ser colocado à luz. Não é algo que foi
19 gerado em função da pandemia, em função da lei complementar 173. Existe o olhar se devem
20 ou não fazer acolhidas, se devem ou não fazer exatamente o que o artigo 85.A prega que o
21 Consu é capaz de fazer, e não sabe se o caminho correto seria a suspensão exatamente desse
22 artigo dos Estatutos. Se existem novos estudos de dimensionamento, se o número 10 vai ser
23 revisto frente a novos estudos, está plenamente de acordo. Acha que o cenário vai mudando, as
24 questões pedagógicas, acadêmicas, vão mudando também e isso tudo tem de ser levado em
25 conta. Mas tem certa dificuldade de entendimento dessa suspensão, dessa forma apresentada.
26 O Conselheiro EVERARDO MAGALHÃES CARNEIRO agradece o professor César pelo
27 trabalho, que coloca o problema em questão. Acha que as unidades devem repensar o que
28 pretendem na sua organização; há 12 anos, o Instituto de Biologia começou uma reestruturação
29 importante: ele possuía 11 departamentos e reduziu para os atuais cinco departamentos. O
30 ganho econômico, institucional e acadêmico foi extremamente gratificante nessa nova
31 organização que o Instituto se colocou. Inclusive o IB não aparece no levantamento do professor
32 César, exatamente porque essas medidas foram tomadas lá atrás e permitiram que essa nova
33 organização pudesse acontecer, inclusive vencer um pouco a questão da dificuldade de
34 contratação, porque cada departamento do Instituto de Biologia tinha duas ou três secretárias.
35 Quando se iniciou a fusão, essas secretárias foram trabalhar em outras atividades dentro do
36 próprio Instituto, e isso permitiu uma eficiência muito grande em vencer essa questão da
37 dificuldade técnica. Também facilitou na questão docente, pois houve interação entre docentes,
38 entre disciplinas que permitiram uma área ou outra ter um docente em associação. Lembra que
39 o Instituto de Biologia atende cerca de oito cursos com disciplinas de serviço. Parece haver um
40 pouco de confusão entre o que é um departamento e o que é uma determinada área de

1 conhecimento. Hoje aprovaram o Título de Professor Emérito para o professor Mohamed, e na
2 semana passada concederam o mesmo título ao professor Joly, e os dois pertencem à área de
3 Ecologia. Nunca existiu no IB um departamento de Ecologia, mas essa área gerou dois
4 professores eméritos, que estão lotados no Departamento de Biologia Vegetal, dentro do qual
5 se encontram diversas áreas de conhecimento. No seu caso específico, é da área Fisiologia
6 Humana, e sua área está lotada dentro do Departamento de Biologia Estrutural e Funcional,
7 onde se encontra Anatomia, Fisiologia, Biologia Celular, e essa organização permite maior
8 interação, maiores projetos, maiores recursos que são trazidos para o departamento. Quando
9 simplesmente definem que vão adiar para 24 meses a questão, não estão levando em conta esse
10 estudo, essa preocupação, essa visão um pouco mais profunda de organização, como são a
11 Feagri e a FCA, que não possuem departamento, como é a Faculdade de Enfermagem, que foi
12 a mais recente criada dessa maneira. Acha que precisam repensar isso e não simplesmente
13 empurrar um problema para frente, no sentido de dizer que agora terão possibilidade de
14 contratar, então vão se organizar e, portanto, fazer crescer determinado departamento sem
15 pensar nessa reestruturação, que considera primária e primordial. Outro ponto importante é que
16 isso também poderia permitir a médio e longo prazo, para a Administração Superior, com essa
17 organização departamental, maior eficiência em ver as necessidades de contratação, e não
18 simplesmente dizer “contrata-se cinco ali, 10 ali, 15 ali, 20 ali” sem ter essa premissa bem
19 definida. Sua posição é de que as unidades que pensaram e fizeram esse trabalho durante os
20 últimos 10 ou 12 anos se perdem nesse momento quando, de maneira estanque, definem um
21 prazo de dois anos para pensarem como resolver esses problemas. É nesse contexto que coloca
22 que juntar ou organizar a sua estrutura departamental depende de a unidade pensar no que ela
23 quer daqui a cinco, 10, 15 anos, e isso ocorre neste momento. O Conselheiro RENÊ JOSÉ
24 TRENTIN SILVEIRA diz que recebeu com muita alegria e até alívio essa proposta, pois a
25 Faculdade de Educação tem três departamentos em situação bastante difícil, se as
26 aposentadorias se realizarem. Mas não é só por uma questão individual da Faculdade, assim
27 como também não é só pela questão do IFCH. Do seu ponto de vista, a Reitoria acertou se
28 antecipando em propor uma solução para um problema que está se anunciando já faz algum
29 tempo, e acerta quando procura se antecipar evitando os conflitos que podem ser evitados.
30 Alguns não conseguem evitar, mas aqueles que conseguem é de bom senso que o façam. Acha
31 que há também uma questão de mérito que precisaria ser destacada: essa medida, de certa
32 maneira, fortalece a política da organização interna da Universidade, na forma de
33 departamentos. Não quer dizer que seja a única, como já foi falado aqui, pode ser que para
34 algumas unidades não seja a melhor forma, mas para aquelas que têm essa opção, a proposta
35 favorece bastante e aponta para a necessidade de que os departamentos sejam fortalecidos e
36 tenham condições adequadas de existência. Na FE, os departamentos não são só unidades
37 administrativas; é evidente que esse é um aspecto importante, não conseguem contratar nenhum
38 professor se não for vinculado a um departamento, e é no departamento que discutem as
39 questões do funcionamento interno da unidade, as posições em relação a grandes questões da
40 Universidade e de fora dela, que levam para as outras instâncias. Então é uma instância de

1 decisão no plano administrativo e político fundamental, e é talvez a instância mais democrática
2 da Universidade. Na FE, os departamentos funcionam integralmente, não possuem conselho
3 departamental, então 100% dos professores participam com direito a voz e voto, é uma
4 democracia direta. Lá discutem tudo: ementa de disciplina, inclusão ou supressão de disciplina,
5 questões relacionadas à pesquisa, aos cursos de extensão, às atividades mais amplas de
6 extensão. É lá que se realiza toda a discussão que faz com que aconteça o tripé da Universidade:
7 ensino, pesquisa e extensão. Portanto, no caso da Faculdade de Educação, a unidade
8 departamental é fundamental para a execução das finalidades da Universidade, por isso lhe
9 parece que essa medida não só ajuda, proporciona esse fôlego para pensar internamente qual a
10 melhor maneira de equacionar essas emergências todas que possuem, como também do ponto
11 de vista da Universidade como um todo favorece essa mesma condição, para todas as unidades
12 que fazem essa opção pela organização departamental. E não compromete nem os objetivos,
13 nem o planejamento daquelas que optarem por uma outra organização; aquelas que querem
14 privilegiar, por exemplo, as áreas de conhecimento poderão continuar fazendo isso. Aquelas
15 que querem pensar uma outra forma de organização que não seja departamental, também podem
16 continuar fazendo isso. Essa medida não inviabiliza nenhuma outra forma de organização
17 diferente da de departamento. Por outro lado, ajuda bastante aquelas que têm essa escolha.
18 Então, para concluir, registra sua simpatia pela proposta e o agradecimento, principalmente ao
19 professor César, pelo trabalho que teve, solicitando, se possível, que ele forneça esses *slides*
20 para que possam também discutir internamente. A Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE
21 FREITAS manifesta-se favoravelmente à proposta, acha que é uma proposta acertada para o
22 momento, dada a escassez de contratação, não por conta da lei complementar 173 ou da
23 pandemia, como a professora Marisa bem colocou, mas porque desde 2017 as contratações da
24 Unicamp foram reduzidas de maneira significativa. Muito se falou sobre os custos dos
25 departamentos, e parece-lhe que houve uma reformulação na estrutura da Unicamp para lidar
26 com os custos do departamento. Hoje em dia as secretarias de departamento já não são mais
27 exclusivas, até onde sabe, e gostaria de ter informações sobre quais são esses custos para além
28 da secretaria. Dentro do IFCH, o Departamento de Demografia, que foi citado aqui várias vezes,
29 não tem secretaria, é um departamento que tem custo zero para a Unicamp. Então, acha que as
30 diferentes situações precisam ser pensadas a partir dos diferentes contextos onde elas estão
31 sendo colocadas. Pergunta quais foram exatamente esses concursos que a professora Marisa
32 cita que foram liberados, porque no IFCH não tem conhecimento de eles terem sido liberados.
33 Houve reposições para os departamentos onde as aposentadorias foram efetivadas, reposições
34 que, pelo quadro que foi apresentado, se não tivessem sido feitas para os respectivos
35 departamentos, talvez todos os departamentos do IFCH estivessem na mesma situação. Respeita
36 a posição do professor César de que existem outras maneiras de organização, mas a organização
37 em torno de departamentos é clássica. O projeto da Universidade tem de ser pensado a partir de
38 um projeto acadêmico, não de um projeto político ou de contenção de recursos; ele não pode
39 ficar em segundo plano para economizar recursos. Houve um investimento na Unicamp que
40 não começou há cinco ou 10 anos, começou há 50 anos, a partir de um projeto acadêmico. O

1 projeto acadêmico tem de estar acima de qualquer outra coisa, e a manutenção desse projeto
2 acadêmico deve ser a essência do que é a Universidade. Se estão falando que 25% dos
3 departamentos estão em uma situação em que podem ter de necessitar de uma discussão no
4 Conselho Universitário nos próximos dois anos, estão falando de um número muito grande de
5 decisões que este Conselho vai ter de tomar, levando em conta caso a caso. Quando, na verdade,
6 a maneira como a gestão da Universidade é pensada, dando autonomia para as unidades, deveria
7 ser através das unidades que os departamentos ou o tipo de organização deveria ser pensado,
8 ou então se institui um conselho central que vai decidir tudo de cima para baixo. Não tem como
9 decidir como deve ser a organização do Instituto de Biologia, não possui a menor capacidade
10 técnica e conhecimento para entender como se divide a área de Biologia, e da mesma forma
11 não teria condição para fazer da Engenharia, da Medicina etc. Acha que isso deve ser respeitado;
12 a Unicamp tem uma tradição de respeito às unidades que passa por entender as capacidades e
13 os conhecimentos específicos determinados dentro desses espaços. Se 25% dos departamentos
14 podem ser extintos, parece-lhe muito sensato adiar a execução dessa norma para que as
15 unidades cientes do problema, porque estão cientes do problema, possam se recompor para que
16 este Conselho não tenha de tratar caso a caso. Mais trabalho para este Conselho que já é bastante
17 atarefado. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que acompanha em parte o que a
18 professora Andréa Freitas falou; acha que estão caindo no equívoco, no seu modo de ver, de
19 discutir ou de orientar como as áreas de conhecimento da Universidade devem se organizar,
20 como é possível ter na Universidade estruturas semelhantes, para áreas diferentes,
21 heterogêneas. Já tiveram essa discussão no Conselho Universitário no passado, já testemunhou
22 algumas delas e acha que a questão aqui realmente não é essa, não deveriam ir por esse caminho,
23 principalmente porque a preocupação que está colocada aqui é acadêmica, e é com a gestão
24 acadêmica que a Reitoria tem de se preocupar. Portanto, muito menos ainda uma preocupação
25 econômica, de redução de custos, que pode ser um ponto positivo para algumas unidades, na
26 sua visão de como ela deve se organizar, mas ela de fato não é a questão aqui. Gostaria que
27 saíssem desse campo porque a proposta está em busca de outra coisa. Primeiramente, reagindo
28 a algumas manifestações que já houve de outros colegas anteriormente, a proposta não está
29 avaliando o mérito da regra dos Estatutos. Ela não diz que o número 10 é ruim, ela não diz que
30 está errado, não diz como deve ser. Ela simplesmente está preocupada com o seguinte: a regra
31 vigora, ela existe, e a Reitoria e a Universidade devem respeitar. Então a Reitoria tem um
32 problema de gestão, de manter aqueles 25% da Universidade, que apareceram no gráfico, em
33 condições de funcionamento. Esse é o problema que está sendo colocado aqui. O professor
34 Marco Antonio mencionou que os considerandos não estavam falando sobre o mérito; eles não
35 devem falar sobre os méritos. Os considerandos estão traduzindo uma preocupação de um
36 problema conjuntural de gestão, os três considerandos que estão ali são conjunturais, é a questão
37 econômica, a questão eleitoral, são as muitas condições objetivas, externas que estão sendo
38 impostas para a gestão da Universidade e que não estão possibilitando que aqueles 25% tenham
39 condições de funcionar dentro das regras que estão vigorando. Nenhuma Universidade pode
40 ficar tranquila só com 75% funcionando bem, tem aqueles 25% e a suspensão disso. A ideia da

1 suspensão reconhece a vigência de uma regra, reconhece a importância que ela tem para a
2 organização da Universidade, e reconhece ou propõe que, neste momento em que possuem
3 condições óbvias de constrangimento, impedindo o seu funcionamento, que façam esse período
4 de readequação. Também foi mencionado aqui que não possuem dados suficientes para saber
5 nesse quadro que o professor César mostrou se de fato, com a política de contratações, com os
6 concursos que estão em andamento, ou aqueles concursos que já estão quase homologados, que
7 terão tempo de ser homologados ou fazer a contratação antes da lei, haverá alguma alteração
8 no quadro, não possuem esse dado específico. Na política de contratações, que vão analisar no
9 Expediente, não terão como saber mesmo isso em um médio ou longo espaço de tempo, porque
10 não sabem se as contratações futuras estarão nesses departamentos que estão mostrando
11 deficiências, um quadro deficitário de funcionamento. Então não é possível adivinhar. A gestão
12 também não pode adivinhar o que vai acontecer com as contratações estabelecidas em uma
13 perspectiva, ela não está nem ainda funcionando, é uma perspectiva. Então, manifesta-se aqui
14 exatamente em apoio a essa proposta, porque ela traduz uma preocupação de gestão acadêmica
15 conjuntural, ela reconhece o valor de uma regra estatutária e reconhece a sua vigência. Está
16 propondo uma suspensão para que se adaptem, aqueles 25%, que são fundamentais para
17 determinadas unidades, por seu funcionamento correto nesse tempo em que está sendo tentado
18 acertar um pouco a casa, o funcionamento, e as suas condições acadêmicas de funcionamento.
19 A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que vai na direção das colegas
20 que falaram anteriormente e parabeniza a gestão por fazer um diagnóstico importante para a
21 comunidade. Esse diagnóstico que coloca em questão o problema dos 25% de departamentos
22 nessa situação é um diagnóstico sério e é feito a partir da proposta de planejamento que vão
23 discutir em seguida, sobre política de contratação. Então acha que acertam quando levam em
24 consideração um pouco mais de tempo, e isso não significa desmerecer os esforços feitos
25 anteriormente por unidades e pela gestão. Ou seja, o fato de se conceder algum tempo a mais
26 em função do diagnóstico feito atualmente não significa desmerecimento de todas as ações
27 produzidas anteriormente e que deram bons resultados. O que não podem fazer é tentar moldar
28 todos a essas ações que foram feitas no passado. Acha que o planejamento, a execução
29 administrativa da Universidade é contínua, precisam entender isso e não se pode colocar uma
30 coisa contra a outra. Então, considera muito acertado esse tempo de dois anos para que possam,
31 de fato, ver o resultado dessa discussão no interior das unidades, e o resultado de uma política
32 de contratação futura que vai ser inclusive apresentada hoje também. Acha que também
33 precisam considerar as diferenças internas da Universidade, portanto não deveriam tentar
34 ensinar ninguém sobre a divisão das áreas ou a gestão administrativa de cada unidade. O
35 Instituto de Estudos da Linguagem, ao qual pertence, é uma das unidades mais enxutas, com
36 três departamentos, e acha muito difícil que fossem na direção de enxugar para dois. O tempo
37 é uma coisa importante para o planejamento administrativo, e o fato de se fazer essa proposta
38 não significa nenhum demérito tanto para a gestão anterior, quanto para as iniciativas anteriores
39 das diferentes faculdades e institutos. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que
40 concorda com vários elementos que foram colocados em outras falas, e há o apoio dos

1 estudantes com relação a essa proposta. Acha que ela é muito importante para refletirem sobre
2 a situação atual da Universidade e ter tempo para pensar uma política com mais calma que dê
3 conta de resolver os problemas que estão enfrentando. Concorde com a professora Andréa, acha
4 que existe um problema generalizado com relação à quantidade de professores e fechamento de
5 departamentos em diversas unidades, o que inviabiliza completamente que façam uma
6 discussão caso a caso no Consu, como foi proposto pela professora Marisa. Acha que o mais
7 correto nessa situação, que é fruto também da política dos últimos anos de contingenciamento,
8 de falta de contratação etc., é que tenham condições de pensar uma proposta geral para a
9 Universidade. E como mencionou a professora Rachel, acha que estão fazendo uma confusão
10 nas discussões. Não está discutindo se é ou não necessário manter o departamento seguindo os
11 critérios acadêmicos, se isso é importante ou não para a pesquisa e para a organização da
12 unidade. O que estão debatendo é se vão ou não fechar departamentos por conta da falta de
13 professores, fruto da política dos últimos anos. Se desejarem fazer uma discussão acadêmica se
14 é ou não essencial o departamento para a organização da unidade, é válido, mas essa discussão
15 tem de ser feita nas unidades, seguindo a sua autonomia e de acordo com as suas necessidades.
16 Como foi mencionado no caso da FE e do IFCH, há unidades em que os departamentos são
17 essenciais para sua organização. Para os estudantes também, principalmente da pós-graduação,
18 e querem debater com critérios acadêmicos a importância e a relevância deles. No entanto, o
19 que estão debatendo aqui é uma questão de falta de verba para contratação de professores, e
20 misturar as discussões atrapalha porque acabam confundindo qual é o centro da questão. O
21 centro da questão agora não é que estão extinguindo departamentos porque acham que é melhor,
22 mas porque a Universidade não deu condições para as unidades conseguirem manter, mesmo
23 nos casos em que consideram essencial a existência do departamento. Acha que olhar dessa
24 forma ajuda inclusive a conceder uma autonomia relativa para as unidades conseguirem se
25 organizar segundo critérios acadêmicos para divisões de departamentos. A Conselheira
26 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ manifesta-se favoravelmente à proposta. A
27 Reitoria fez um estudo de impacto da aplicação das normas e ele mostra que há um problema
28 que vai além de casos pontuais, pelos motivos aqui colocados: a crise, a falta de contratação,
29 política de contratação e vários outros. Mas como já existe um grupo de departamentos nessa
30 situação, parece sensato apresentar a possibilidade de resolver esse problema macro. Resolver
31 não retirando uma legislação, só suspendendo, pela excepcionalidade do momento. Então pensa
32 que não estão julgando a existência de cada departamento, de cada caso, mas o trabalho que
33 esses departamentos terão de enfrentar não é pouco, porque vai além das áreas de conhecimento.
34 Um departamento pode ter várias áreas que se encaixem em outros institutos e faculdades,
35 porém um departamento é uma unidade, os docentes têm elementos em comum, compartilham
36 aspectos em comum, eles são julgados pelas mesmas regras, criam um perfil específico. Então
37 pode ser que o problema que esses departamentos estejam enfrentando tenha a ver com o perfil,
38 e vai aventar algumas conjecturas: por exemplo, a Demografia se relaciona muito com a
39 Estatística, e sabem que há uma dificuldade para encontrar uma pessoa que verifique esse perfil.
40 Os estatísticos são conscientes disso, tanto que a disciplina de Demografia no Departamento de

1 Estatística há muito tempo é o Departamento de Demografia que administra, porque ele tem o
2 perfil certo. Então, considera como prudente dar esse tempo maior para que esses
3 departamentos verifiquem a condição de se manterem como departamentos, seguindo as regras,
4 e também de se eles resolverem se fundir com outros, tenham tempo de adaptação do perfil
5 desses docentes, porque há a necessidade de preparar esse processo. Um bom número
6 conseguiu, está dentro das regras, mas cada grupo de áreas tem uma sobriedade diferente em
7 nível científico. Então deixa seu apoio a essa proposta. O Conselheiro JEFFERSON DE LIMA
8 PIKANÇO diz que já foi contemplado pela fala de diversos colegas e reforça o que a professora
9 Rachel falou, que a preocupação com essa proposta é a preocupação com a gestão acadêmica,
10 e que ela visa basicamente evitar que pensem no caso a caso. Vem de um departamento que foi
11 extinto em 2014, por conta da resolução de 2012, e a extinção do departamento pode ser
12 bastante traumática. Não vem ao caso a questão, mas pode deixar tudo na área de pesquisa
13 desprotegido, e às vezes acaba com a área de pesquisa. Dependendo das assimetrias de cada
14 unidade, isso pode acontecer, então precisam discutir e evitar que essas coisas aconteçam de
15 forma a extinguir linhas de pesquisa e tudo o mais. Isso é um problema bastante sério, e essa
16 resolução visa dar uma moratória nesse impasse devido às circunstâncias que já estão vivendo
17 nos últimos anos e que possam ir se preparando, pensando nos próximos dois anos, e que
18 possam evitar que haja extinções de departamentos que não sejam desejadas. Acha que isso faz
19 parte da dinâmica, um departamento pode ser extinto ou não, dependendo das circunstâncias,
20 mas devem evitar. E que nos próximos dois anos possam contar com uma política de reposição
21 dos quadros, de maneira a evitar esse problema. O MAGNÍFICO REITOR diz que nessa
22 polêmica estão colocando em contraposição vários aspectos, e acha que na gestão é sempre
23 melhor tentar procurar formas de harmonizar, ou pelo menos encontrar compatibilidade entre
24 perspectivas diferentes. Vai ressaltar algumas dessas diferenças: estruturas mais enxutas terão
25 um custo administrativo potencialmente menor, mas precisam pensar em qual é o custo
26 acadêmico de ter estruturas menores. Portanto, existe uma tensão entre duas coisas, que pode
27 ter uma resolução diferente. Poderiam ter um departamento que, abaixo de um certo número,
28 não tenha secretaria nem chefe de departamento, por exemplo, nem GR de chefe de
29 departamento. Podem explorar outras soluções, pois se ficam na lógica binária, a tendência é
30 colocar sempre uma proposta contra a outra, e não exploram as possibilidades de enxergar o
31 problema, porque cada um ilumina um lado do problema. Isso é algo que aprendeu como diretor
32 e está aprendendo ainda mais como Reitor. Não podem olhar o problema a partir só da ótica
33 individual de cada unidade, ou de cada departamento. Quando um docente se torna diretor, ele
34 sabe que não é mais membro do departamento X ou Y, mas alguém que tem de administrar a
35 unidade. Um reitor administra um todo que inclui o Instituto de Artes e a Faculdade Ciências
36 Médicas, dois universos bastante diferentes. Se não tiverem a preocupação de contemplar algo
37 mais geral, o que fazem é entrar nessa rota da discussão do Departamento de Demografia.
38 Trazem isso aqui porque desejam ver a Universidade como todo. Esse não é um problema do
39 Departamento de Demografia, ele é da Universidade, um problema que tem contornos
40 administrativos, mas tem contornos acadêmicos. Ressalta uma fala importante da professora

1 Rachel: não estão discutindo o que está nos Estatutos, estão fazendo a moratória de uma decisão
2 dos Estatutos. A moratória é causada por questões conjunturais, não estão julgando o mérito
3 daquilo, mas dizendo que na conjuntura da lei complementar 173, da crise financeira por que
4 passaram no passado recente, da possibilidade que possuem de retomar a contratação, há a
5 possibilidade de ter 500 pessoas – 25% dos departamentos e 25% dos docentes, o que não é
6 pouco – se aposentando. Não podem ter estrutura sanfona: saem 500 pessoas, encolhem vários
7 departamentos, contratam mais 500, aumentam. Estruturas departamentais ou estruturas de
8 unidades devem ter uma certa estabilidade temporal, então raciocinar isso sob a ótica
9 exclusivamente do custo administrativo é errado. Precisam contemplar essas perspectivas e
10 discutir o conjunto da Universidade; no momento em que colocam uma proposta de contratação,
11 estão querendo alinhar uma coisa com a outra. Querem que os departamentos tenham um tempo
12 para pensar em quem vão contratar no lugar que é necessário, se querem preservar estruturas.
13 Estão dando, ao mesmo tempo, a viabilidade de manter e a possibilidade de existir, se desejam
14 ou não contratar. Sabem que estão em um momento delicado com relação à saúde mental dos
15 nossos alunos, à saúde mental da sociedade, e o Departamento de Psiquiatria da FCM tem 10
16 docentes e dois que podem se aposentar amanhã. Psiquiatria é uma especialidade da Medicina
17 com características muito particulares, e pergunta se deixam acabar o Departamento de
18 Psiquiatria. Devem ser rigorosos com as suas decisões, e se sinalizam que aquele departamento
19 vai fechar no IFCH, precisam sinalizar isso para todos. Há alguns meses foi, com o diretor
20 associado da Faculdade de Educação Física, visitar o Centro Paralímpico Brasileiro e ficou
21 muito orgulhoso da Unicamp, porque em cada local daquela estrutura imensa encontrava uma
22 pessoa que se formou na graduação ou na pós-graduação da Unicamp. A Unicamp foi o
23 primeiro lugar do país a criar um Departamento de Educação Física Adaptada, e esse
24 departamento pode fechar. Pergunta se é a mesma coisa formar pessoas para treinar cadeirantes
25 do que treinar um atleta normal, e se vão deixar fechar esse departamento. A Universidade tem
26 três unidades que não possuem departamento: FCA, FEnf e Feagri. A Feagri só tem um curso,
27 Engenharia Agrícola; a FEnf tem o bacharelado e a licenciatura em Enfermagem; a FCA é
28 diferente, tem vários cursos. A diferença da FCA em relação a todas as outras unidades da
29 Unicamp é que ela é uma unidade nova. Mas não podem dizer ao IFCH, por exemplo, que jogue
30 a sua história fora; ele tem muitos cursos e tem uma história. É da época em que o Instituto de
31 Economia era dentro do IFCH, ele tem essa história, e ela não pode simplesmente ser esquecida
32 e passar a ser utilizado o exemplo da FCA. Precisam conviver com a diversidade e construir
33 uma unidade a partir da diversidade, mas não se faz isso à força, e sim construindo elos e
34 compatibilidades entre o conjunto da comunidade. Acha que 25% dos departamentos é bastante,
35 não é pouco. Se encolherem isso, em termos de departamento, pergunta como vão voltar a repor.
36 São estruturas que foram criadas ao longo do tempo, e se o problema é o conflito administrativo
37 e acadêmico, vão procurar outras soluções. A proposta trazida aqui, que é motivada por
38 questões conjunturais, propõe que sejam discutidas durante esse período outras
39 regulamentações. Podem fazer isso, podem prever uma zona que não é criar ou descreir, mas é
40 algum tipo de dificuldade que force a unidade a contratar pessoas para repor o número mínimo,

1 por exemplo. Pergunta por que não exploram possibilidades que gerem harmonia e
2 convergência, por que precisa ser tudo ou nada. Acha que essa não é uma boa solução para o
3 futuro da Universidade, por isso não estão propondo revogar, estão propondo uma moratória e
4 vão discutir o conteúdo, e daí o mérito, como sugeriu o professor Marco Antonio, ao longo
5 desse período, mas o que dão é uma perspectiva para toda a Universidade pensar sobre assuntos
6 sem ter uma guilhotina no pescoço. E que oriente também as contratações para evitar que as
7 guilhotinas caiam no pescoço. Então, conviver com essa diferença de visão não significa
8 necessariamente que não haja possibilidades de encontrar uma rota do meio que contemple
9 essas diferentes perspectivas. É isso que apela para o Conselho Universitário fazer. Deu dois
10 exemplos de unidades que podem ser afetadas, em áreas importantes, um departamento que é o
11 primeiro, e o mais forte na formação de pessoas para trabalhar com educação física adaptada, e
12 um outro departamento que tem uma importância imensa para trabalhar com a saúde mental
13 das pessoas, e os dois correm riscos sério de acabar no futuro próximo. Não é só a história da
14 Demografia, como já foi falado, que tem impacto. É um caso bem particular da área de
15 Humanas, que tem uma conexão com Estatística, com Exatas, muito forte. Precisam perceber
16 que existem visões diferentes e às vezes essas visões se justificam. Existem áreas que têm mais
17 esse trânsito de interdisciplinaridade, então esse apelo faz a todos. O Conselheiro MÁRCIO
18 ANTONIO CATAIA diz que à medida que o professor César fazia a apresentação, pensava os
19 números das aposentadorias do Instituto de Geociências. Em fevereiro, o Instituto perdeu mais
20 um professor, que entrou na aposentadoria compulsória. Os diretores têm um trabalho
21 permanente de olhar a lista com as datas das aposentadorias, quem vai sair, quando vai sair,
22 com a preocupação de repor aqueles que estão saindo. E repor não só número, mas também
23 seguindo a distribuição por níveis, MS-3, MS-5, MS-6. Essa preocupação a todo momento vai
24 fazendo com que se sintam um pouco como o professor Antonio José acabou de dizer, com a
25 guilhotina no pescoço e pensando o que fazer. Portanto, vê com muitos bons olhos essa
26 distensão e que nesse período abram esse melhor debate. O professor Jefferson citou o exemplo
27 da extinção de um departamento no Instituto de Geociências, então conviveram com a extinção
28 de um departamento; por outro lado, faz parte de um departamento, o Departamento de
29 Geografia, que foi criado após chegar na Universidade. Quando chegou no Instituto de
30 Geociências, havia uma área de Geografia, e a criação do departamento foi de fundamental
31 importância para o desenvolvimento de uma trajetória, de um guia acadêmico que lhes permitiu
32 não só construir uma identidade como departamento, mas também uma contribuição dentro da
33 unidade. Aquela característica que diz respeito ao próprio princípio do ser unidade, uma
34 unidade é aquilo que congrega um conjunto diverso, e o conjunto diverso tem uma expressão
35 institucionalizada. Essa expressão institucionalizada, que faz parte da história de cada unidade,
36 no caso do IG, como na maioria da Universidade, se dá na forma de departamento. E essa
37 institucionalidade não é uma tradição inventada, ela foi produzida, é a história de construção da
38 Universidade, da unidade, do departamento que a faz. Então acha que esse é um bom momento
39 de distender, porque sabem que terão pela frente aposentadorias; o professor César apresentou
40 os dados mostrando quem pode se aposentar, mas há dados muito preocupantes que são das

1 compulsórias. Nesse caso, não é nem quem pode se aposentar, é quem vai mesmo, de fato. E
2 não possuem os números de contratação, portanto vão perder, na compulsória, muito mais do
3 que aquilo que vão ganhar se hoje a proposta como tal for aprovada para as contratações. Então
4 acha que esse momento de distensão é uma contribuição, é uma proposta de abertura de um
5 diálogo que pode ser muito profícuo para que possam pensar a Universidade como um todo. O
6 Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA agradece muito a apresentação do
7 professor César e diz que ficou bastante preocupado com esses 25% de departamentos que
8 poderão ter problemas em um futuro próximo, pois eles fazem parte da estrutura da
9 Universidade como um todo. Como gestores, sabem muito bem o problema que possuem para
10 manter sempre esses departamentos, a complicação que é para repor docentes, então ficou muito
11 preocupado. Considera a proposta muito equilibrada, visto que não há como impedir as
12 aposentadorias, tampouco possuem total condição de reposição imediata dos docentes,
13 justamente para não ferir os Estatutos e o Regimento da Unicamp. Então essa proposta vem
14 como um intermediário, nesse sentido, para terem um tempo e repensar, nas estruturas
15 departamentais ou na própria Universidade, como um todo, nas unidades. Entende que o
16 problema não veio somente a partir da pandemia ou da lei complementar 173, mas ele se
17 agravou muito a partir disso. Estando como diretor há quatro anos, pôde sentir isso. Muitas
18 aposentadorias aconteceram nesse período, perderam muitas pessoas e muitas foram embora de
19 certas unidades. Devem levar tudo isso em consideração, então é favorável *a priori* a essa
20 proposta, mas deixa um alerta: é natural um certo relaxamento quando veem o prazo de dois
21 anos para discutir. Mas essa discussão tem de começar já: as unidades, a Reitoria, a PRDU,
22 realizando um estudo mais aprofundado sobre essas estruturas de departamentos, de unidades,
23 mas acha a proposta muito equilibrada. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE diz,
24 utilizando a fala do professor Zezzi, que isso foi exatamente o aconteceu em 2012: tiveram a
25 determinação da restrição dos departamentos, em seguida uma mudança de Reitoria que
26 flexibilizou isso, então o assunto parou de ser discutido, não porque não existisse legislação,
27 mas porque não existia a guilhotina no pescoço. Concorde com as falas da professora Marisa e
28 do professor Everardo. E quando o professor César foi apresentando as tabelas, percebeu que a
29 FEA não consta nelas, porque ela fez a tarefa de casa. Com dor, não foi um processo fácil como
30 diretora recém-empossada, foi um desgaste enorme, mas foi feita a tarefa de casa. Discorda que
31 tenham chegado nessa situação por causa da pandemia ou por causa da lei complementar 173;
32 da mesma forma que durante um período bastante longo tiveram restrição de contratação,
33 também tiveram reposições automáticas. E nem a FEA, nem as outras unidades conseguiram
34 atender os seus departamentos que estavam em uma situação mais delicada, para atender o que
35 está determinado nos Estatutos. Não estão discutindo os Estatutos, concorda com a professora
36 Rachel, mas talvez devam discutir, porque se não podem ser uma sanfona, como disse o
37 professor Antonio José, acha que também há uma história que aconteceu para que estivessem
38 aqui. Obviamente não podem ter um procedimento com o IFCH e um procedimento com a
39 FCM, e isso significa que precisa ter a mesma regra para todos. Nunca tiveram dúvida que era
40 para todos, e que deveria ser conduzido dessa forma. Neste momento, estão recebendo mais

1 vagas, terão uma política de reposição, o que é muito importante, começam a discutir as vagas
2 nas unidades, e os problemas são os mesmos: em que área contratar, em que departamento
3 alocar; a graduação acha que é melhor em determinado local, a pós-graduação acha que em
4 outro, assim como cada departamento acha que é em determinado lugar ou em outro, em uma
5 ou outra área de pesquisa. Essas situações vão continuar, a justificativa para extensão desse
6 prazo não é verdadeira, não acha que vão chegar em dois anos a uma solução, porque o
7 argumento da pandemia e da lei complementar 173 não se sustenta, sabem que o problema
8 antecede isso. Na FEA, a dificuldade de distribuir vagas fazia com que ficassem às vezes um
9 ano parada, enquanto se resolvia a disputa pela vaga entre os departamentos. O quadro de
10 aposentadorias da FEA hoje tem uma lista enorme de pessoas que podem se aposentar. Um dos
11 departamentos inclusive pode ficar sem 10 docentes, mas fizeram a tarefa. Então acha que esse
12 é um passo talvez necessário, mas bastante triste na sua forma de avaliar. O Conselheiro
13 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que realmente essa é uma questão bastante
14 importante, e se junta às falas dos professores Cataia e Zezzi. Agradece ao professor César pelo
15 levantamento, que na sua visão mostrou a ponta de um *iceberg*; 25% de uma Universidade que
16 pode, a qualquer momento, se aposentar representa uma fragilidade institucional bastante
17 severa. Então acredita que esse é um bom momento para que façam uma ponderação no sentido
18 de suspender algo que está evidente, uma moratória de um tempo e avaliem. Para estes dois
19 anos, há uma proposta de política de reposição, vai ser possível se ter uma ideia geral do
20 equilíbrio que vai acontecer na Universidade. Claro que sempre haverá a possibilidade de
21 pessoas saindo nestes dois anos, mas acha que é um momento muito bom do ponto de vista
22 institucional para os departamentos se pensarem, se organizarem. Em alguns momentos,
23 verifica que há uma tendência de olhar apenas o próprio departamento, mas acha que precisam
24 pensar na diversidade da Universidade. Os departamentos se organizam de forma distinta, como
25 disse o professor Cataia, isso representa a história de cada uma unidade, e devem respeitar isso.
26 Acha muito importante a proposta que está sendo apresentada de conceder uma moratória de
27 dois anos da decisão dos Estatutos, e poder fazer nesse mesmo período, como disse o professor
28 Zezzi, um estudo que lhes permita fazer um acompanhamento mais próximo disso. Então
29 acredita que é extremamente importante que a proposta seja aprovada. O Conselheiro EDSON
30 TOMAZ diz que estava analisando a apresentação do professor César e tentando combiná-la
31 com aquilo que ainda vão discutir e aprovar, que é a política de contratação. Felizmente
32 chegaram a esse ponto de retomar as contratações, e trazendo isso para a apresentação do
33 professor César, essa perspectiva muda um pouco. Se por um lado há algumas ameaças de
34 aposentadorias, que existem já há alguns anos, por outro lado possuem um alívio por conta
35 desse plano de contratação. Em média, as unidades vão ter três, quatro, cinco contratações, e
36 portanto é possível aliviar, pelo menos temporariamente, para os próximos dois anos, essas
37 ameaças em relação à extensão de departamentos. Verificou que há três departamentos que
38 estão abaixo de 10, inclusive um da FEQ, além de IFCH e FEF, são as três que unidades que
39 possuem departamentos abaixo de 10 docentes. Com as contratações, se aprovado o plano, seria
40 possível para os três casos resolver o problema do limite dos 10. Pergunta como a Reitoria vê

1 o Artigo 85.A dos Estatutos, que tem no seu parágrafo único já a previsão dessa autorização
2 excepcional de funcionamento de um departamento com menos de 10 integrantes, desde que
3 fundadas em razões acadêmicas. Há uma sabedoria nos Estatutos nesse sentido, porque já prevê
4 essa situação de excepcionalidade e consegue esse prazo. Pergunta se já não existe a solução
5 nos Estatutos. Outra questão é que essas três unidades estão funcionando regularmente; pelo
6 que leu, já deveria ter solicitado ao Conselho Universitário a autorização para funcionamento
7 excepcional da FEQ, porque não há uma previsão de uma carência, é uma coisa imediata, no
8 mesmo dia em que fica com nove docentes é preciso solicitar autorização de funcionamento
9 excepcional. Particularmente se surpreendeu, pois com a leitura atenciosa dos Estatutos
10 verificou que não os está cumprindo como dirigente. O Conselheiro JOÃO MARCOS
11 TRAVASSOS ROMANO diz que a PRP vê com concordância e satisfação essa proposta. O
12 conselheiro Matheus Albino também fez a colocação de um conceito tão simples quanto
13 profundo, e que talvez esqueçam, que é: as regras são meios, não são uma finalidade em si
14 próprias. Na verdade, nem estão pondo em xeque a regra em si, estão simplesmente
15 considerando a possibilidade de suspendê-la por um tempo. Mas as regras são meios, e
16 eventualmente foram utilizadas com acerto, em um momento que já está até um pouco distante,
17 mas o debate acadêmico tem de ser um pouco mais profundo do que simplesmente recuperar
18 as circunstâncias passadas da elaboração de uma regra, seja na ponta do lápis, seja no formato
19 da planilha. A planilha às vezes é um apoio, mas não ilumina o debate acadêmico com a
20 profundidade que ele deveria ter. Estão falando de política de contratação, é um tema que a Pró-
21 Reitoria de Pesquisa vem discutindo internamente, e deveriam pensar com muito mais
22 perspectiva de futuro do que eventualmente das circunstâncias passadas que os amarraram em
23 uma ou em outra circunstância. Tem até uma esperança, talvez exageradamente otimista, que
24 encontrem muito mais pontos de convergência, ao pensar o futuro, do que realmente querem
25 para a Universidade, do que talvez ao tentar recordar os contextos pelos quais discordaram no
26 passado. Isso talvez seja um exercício interessante a se fazer, por isso a contratação é muito
27 importante, a PRP tem pensado internamente, e vai oportunamente trazer isso à baila porque
28 precisam preparar o futuro, o futuro de uma Universidade de pesquisa como desejam que seja
29 a Unicamp. De pesquisa, de ensino e de extensão, mas com uma pesquisa de excelência, que é
30 um futuro que chega muito rápido, e que facilmente pode deixá-los para trás se talvez se
31 amarrarem excessivamente em experiências passadas. Devem pensar o futuro e acha que com
32 isso, de alguma maneira, vai ao encontro da fala do senhor Reitor, que poderia talvez ser o mote
33 de aprovarem essa suspensão. Porque a partir daí, como ele mesmo disse, o problema se torna
34 operacional. Não vai haver condições adequadas, operacionais de gestão, de pensar esse futuro
35 sem essa medida que podem tomar hoje. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que se sente
36 bastante contemplado em algumas das falas anteriores, vai tentar só recuperar alguns
37 argumentos que lhe pareceram bastante interessantes para o debate. O primeiro deles é o
38 respeito à diversidade, que é um dos ativos mais importantes, mais caros desta Universidade.
39 Ela possui estruturas organizacionais diferentes, inclusive a departamental, e citaria, além dos
40 exemplos da Feagri, da FCA, da FEnf, o próprio Instituto de Economia, que embora tenha dois

1 departamentos, funciona na forma de centros e núcleos, é ali que são tocadas as pesquisas, a
2 docência na pós-graduação. Portanto, nem todas funcionam na forma departamental, e acha que
3 essa diversidade tem de ser sempre pensada na Universidade. Se descontam essas quatro ou
4 cinco unidades, estão falando de um contingente ainda maior que estaria afetado pelo corte
5 baseado no limite de 10 docentes. Vê às vezes um espírito competitivo contra um espírito
6 colaborativo dentro da Universidade, e acha que o caminho competitivo não é um bom caminho.
7 Para entender as diversidades, acha que ninguém melhor que a própria unidade, ou mesmo a
8 subunidade, o departamento, para dizer qual é a sua melhor forma de se estruturar. Pergunta
9 por que um departamento com quatro, cinco docentes, não pode ser academicamente eficiente,
10 produtivo. Não sabe de onde tiraram o número mágico de 10, por isso devem parar para
11 repensar, para entender se esse é seu número ideal, e dessa forma um prazo para que possam
12 fazer algo absolutamente fundamental, que está no DNA da PRDU, que é planejar e adotar,
13 como foi colocado aqui por alguns, ações preventivas para evitar problemas maiores à frente.
14 Resgataria também a questão do momento de excepcionalidade: ninguém está dizendo aqui que
15 foi a pandemia ou a lei complementar 173 que impediram necessariamente reposições,
16 contratações. Sabem que há cinco, seis anos, o país vive uma crise econômica que impactou
17 fortemente na Universidade, nas suas receitas, e portanto, nas suas próprias políticas de
18 contratação, e em contrapartida, por conta de mudanças nas regras de aposentadoria, também
19 incentivou fortemente as aposentadorias. Houve um desequilíbrio, e os gestores têm obrigação
20 de enfrentar e propor soluções; o que estão pedindo aqui é exatamente tempo para trazer essas
21 soluções, sendo que uma delas inclusive vão debater a seguir, que é a política de contratação.
22 Mas certamente durante esse período de contratações existirão mais aposentadorias, por isso
23 gostariam até de trazer um número mais expressivo de contratações. Então nessa linha de que
24 excepcionais exigem também ações excepcionais, a moratória é uma delas, mas não é uma
25 moratória por moratória, é para repensar, planejar e adotar e as ações preventivas necessárias.
26 Se o receio for de que isso leve a uma certa acomodação, poderiam montar um grupo de trabalho
27 para repensar qual é esse número mágico, e definitivamente privilegiar o que considera mais
28 importante, que apareceu nas falas de muitos conselheiros, que o que deve pesar é a dimensão
29 acadêmica e não a dimensão administrativa e financeira. O Conselheiro MATHEUS ALVES
30 ALBINO reafirma o seu apoio à proposta. Acha que, com realidades muito particulares, essa é
31 uma proposta que vai ter repercussão em toda a Universidade. Estrutura enxuta é uma coisa,
32 estrutura insuficiente é outra, e a Universidade precisa enfrentar isso em algum momento. O
33 quadro que o professor César trouxe mostra que no médio prazo muitas unidades podem sofrer
34 com estrutura insuficiente. Um docente pode sair da Universidade por subvalorização do
35 salário, por aposentadoria, por morte. Pergunta se extinguir, na régua, uma organização vai
36 trazer mais eficiência ou só mais carga que pode levar a uma aposentadoria. Precisam avaliar
37 com cuidado, não acha que se trata de ficar apontando qual unidade fez a tarefa de casa e qual
38 não fez. A professora Andréa e o professor Antonio José colocaram que se organizar em
39 departamento não é necessariamente uma gestão que implica maiores custos. Há alguns casos
40 de departamentos que não possuem servidores alocados, não têm chefia, então é uma decisão

1 muito mais de gestão acadêmica, como a professora Rachel bem colocou. Por mais que existam
2 na Unicamp diversas formas de organização, os Estatutos, no seu artigo 29, definem que “a
3 menor unidade administrativa da Unicamp é departamento”, e explicitam que: “resulta na
4 harmonia de áreas de conhecimento, utilizando recursos comuns de trabalho”. Então os próprios
5 Estatutos reconhecem a estrutura departamental, como regra que pode ser flexibilizada a
6 depender da unidade. É muito saudável que as unidades repensem suas estruturas; a proposta
7 de suspensão vem em um bom momento para que façam isso, e acha que as unidades que
8 fizeram esse trabalho não tiveram os esforços perdidos, porque se houve ganhos de eficiência,
9 quer dizer que isso de fato contemplou a realidade delas. Precisam levar em consideração que
10 algumas unidades optam por estrutura departamental, enquanto outras optam por se organizar
11 de formas diferentes, e é também princípio da autonomia universitária respeitar essas diversas
12 realidades e entender a diversidade. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE
13 JENSEN diz que o professor Edson Tomaz tem razão em tudo o que ele falou; de fato não
14 precisam de uma suspensão, todos os mecanismos necessários para que o tempo seja dado a
15 cada unidade, a cada departamento de se readequar já estão no Regimento. Várias unidades se
16 reorganizaram nesse sentido, então vê a suspensão como inócua, porque a possibilidade de fazer
17 a reorganização já existe. Como o conselheiro Matheus Albino citou, a menor unidade
18 administrativa da Universidade é o departamento, e mesmo assim existem unidades que não
19 têm departamentos e que funcionam muito bem sem eles. Se em algum momento o número
20 pensado foi 10, ele não caiu do céu, ele não é um número mágico. Nenhuma Administração
21 anterior deixou de tomar o cuidado necessário ao determinar alguma coisa como essa. Foram
22 feitos cálculos, foram feitos estudos e esse número apareceu. Não é número mágico, como as
23 pessoas estão falando; isso minimiza o cuidado que outras pessoas tiveram. Então, continua não
24 informada. Uma outra informação que falta é quantos departamentos foram fechados pelo
25 Consu ao longo do tempo em que existe essa regra. A resposta é nenhum. Existem os
26 departamentos que foram fechados por autonomia da unidade, como falou a professora Mirna.
27 Então não vê necessidade de uma suspensão, e ela não vai adiantar. Vão suspender por dois
28 anos e daqui a dois anos vão estar discutindo as mesmas coisas. Acolhe com muita alegria a
29 proposta do professor Fernando Sarti de fazer um grupo de trabalho para discutir o que mudar
30 na resolução, porque vão suspender, fazer a moratória, como propõe a Reitoria, e vai ser por
31 nada. O MAGNÍFICO REITOR diz que colocaram no parágrafo único da resolução que
32 “durante o prazo previsto os dois anos, serão estudadas a definição, as regras de funcionamento
33 acadêmico e administrativo, e a situação concreta dos departamentos das unidades de ensino e
34 pesquisa da Unicamp, com encaminhamento de proposta ao Conselho Universitário”. Então a
35 ideia é que nesse prazo de dois anos o GT sugerido aqui chegue a conclusões. O objetivo seria
36 encontrar algo que ao mesmo tempo incentive não ter departamentos muito pequenos, mas dê
37 um espaço para que as políticas de contratação preservem unidades, para evitar aquilo que
38 chamou de um efeito sanfona: cresce, decresce. Então a ideia é que seja feita essa discussão.
39 Respondendo ao professor Edson, em relação ao porquê não usar a ação única, diz que esse
40 número pode até ser maior porque não sabem se há departamentos maiores do que 15 pessoas

1 e que podem ter muitas aposentadorias, mas ele tem uma compatibilidade, são mais ou menos
2 25% dos departamentos, e mais ou menos 25% dos professores que podem se aposentar. Sabem
3 que existem departamentos de vários tamanhos, mas se a distribuição não for tão irregular, na
4 maioria dos casos, é mais ou menos compatível com a ideia de 25%. Acham que devem ter uma
5 política administrativa central, para focar o conjunto, e não ficar discutindo caso a caso. Tratar
6 isso como um problema que é da Universidade hoje e que podem resolver coletivamente, é essa
7 a perspectiva. Se isso não for aprovado aqui, vão tentar fazer de outro modo. Acha que é melhor
8 a Universidade pensar isso de uma forma coletiva, uma ação conjunta, pois dessa forma há mais
9 chance de harmonizarem as diferentes visões do que ficar discutindo caso a caso. Afunilar para
10 algo que seja uma boa negociação aberta, democrática, conversando como organizar, admitindo
11 essas diversidades de posições. Observa que as pessoas que incentivam muito a perspectiva
12 acadêmica vão ter de se preocupar com a questão administrativa e com custo administrativo.
13 As pessoas que pensam o departamento basicamente como uma estrutura administrativa vão ter
14 de conceder um espaço para aqueles que valorizam a perspectiva acadêmica. Acha que é
15 possível encontrar soluções que não sejam zero ou um. Não havendo mais observações, passa
16 à votação nominal: O conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE Favorável. O Conselheiro
17 ALBERTO LUIZ FRANCATO Favorável. O Conselheiro ALBERTO LUIZ SERPA
18 Favorável. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA Favorável. O Conselheiro
19 ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI Favorável. O Conselheiro EVERARDO MAGALHÃES
20 CARNEIRO Favorável. A Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS Favorável. A
21 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO Favorável. O Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA
22 Favorável. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA Favorável. O
23 Conselheiro JEFFERSON DE LIMA PIKANÇO Favorável. A Conselheira CLAUDIA MARIA
24 BAUZER MEDEIROS Abstenção. A Conselheira CLAUDIA VIANNA MAURER MORELLI
25 Favorável. A Conselheira TEREZA CRISTINA FAUSTINO DOS REIS Favorável. A
26 Conselheira CRISTIANE MARIA MEGID Favorável. A Conselheira DIRCE DJANIRA
27 PACHECO E ZAN Favorável. O Conselheiro EDSON TOMAZ Favorável. O Conselheiro
28 EDUARDO GURGEL DO AMARAL Favorável. A Conselheira ELIANA DA SILVA SOUZA
29 Favorável. A Conselheira ELISABETH CARDOZO Favorável. A Conselheira ELLEN
30 ALVES MENEZES Favorável. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO
31 Favorável. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO Contrário. O
32 Conselheiro FERNANDO SARTI Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO
33 Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI Favorável. A Conselheira GABRIELA
34 BARROS GONÇALVES Favorável. O Conselheiro GUSTAVO COSTA DO NASCIMENTO
35 Favorável. A Conselheira HELENA ANSANI NOGUEIRA Favorável. A Conselheira
36 HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN Contrária. O Conselheiro IVAN FELIZARDO
37 CONTRERA TORO Favorável. O Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro
38 JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER Favorável. O Conselheiro JOÃO
39 MARCOS TRAVASSOS ROMANO Favorável. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ
40 Favorável. O Conselheiro JOSÉ ANTONIO ROCHA GONTIJO Contrário. O Conselheiro

1 JOSÉ LUIS PIO ROMERA Favorável. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO Favorável.
2 A Conselheira KAROLYNE STEFANNY DE SOUZA Favorável. A Conselheira MARIA
3 RITA DONALISIO CORDEIRO Favorável. O Conselheiro LUIZ CARLOS DIAS Favorável.
4 O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO
5 ALBERTO TORSONI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA Favorável.
6 O Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA Favorável. A Conselheira MARIA
7 HELENA BAENA DE MORAES LOPES Favorável. A Conselheira MARIA LUIZA
8 MORETTI Favorável. A Conselheira MARIÂNGELA RIBEIRO RESENDE Favorável. A
9 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU Abstenção. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA
10 MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE Favorável.
11 A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Contrária. A Conselheira MÔNICA ALONSO
12 COTTA Favorável. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA Abstenção. O
13 Conselheiro ORIVAL ANDRIES JÚNIOR Favorável. O Conselheiro PAULO ADRIANO
14 RONQUI Favorável. O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFFINO Contrário. A
15 Conselheira RACHEL MENEGUELLO Favorável. O Conselheiro RENATO FALCÃO
16 DANTAS Favorável. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Favorável. O
17 Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A Conselheira ROSMARI
18 APARECIDA RIBEIRO Favorável. A Conselheira CLÁUDIA REGINA CAVAGLIERI
19 Favorável. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO Favorável. A Conselheira VANESSA
20 PETRILLI BAVARESCO Favorável. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-
21 LÓPEZ Favorável. A Conselheira MÁRCIA AZEVEDO DE ABREU Abstenção. O
22 Conselheiro ARLINDO ALEMÃO GREGÓRIO Favorável. O MAGNÍFICO REITOR informa
23 que a proposta de moratória foi aprovada com 59 votos favoráveis, 05 votos contrários e 04
24 abstenções. Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o MAGNÍFICO
25 REITOR passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-18061/2003 –, do Instituto de Filosofia e Ciências
26 Humanas, que trata de proposta apresentada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, em
27 atendimento à Deliberação Consu nº 49/2020, que inclui a manutenção do departamento de
28 Demografia e a solicitação de suspensão da aplicação do artigo 85.A dos Estatutos da Unicamp,
29 contados a partir do fim dos prazos relativos à lei eleitoral (31.12.22). Solicita à professora
30 Andreia Galvão, diretora do IFCH, que apresente a proposta. O Conselheiro MATHEUS DA
31 SILVA MARCHETI MARTINS pergunta, dado o item que aprovaram hoje pela manhã, que
32 vai ceder por dois anos, se ainda faz sentido manter o item 04 em pauta. O MAGNÍFICO
33 REITOR diz que há aspectos que não estão contemplados naquela proposta, há outros assuntos
34 relacionados. É uma proposta que inclui também a permanência do departamento, mas não
35 exclusivamente, então vai ter de sofrer alguma adaptação, mas acha que a própria professora
36 Andréia vai mencionar algo a respeito, e então verificam como proceder. A Conselheira
37 ANDRÉIA GALVÃO agradece ao conselheiro Matheus pela observação, pois acha que essa é
38 uma dúvida que ocorreu a outros colegas também. Observa que o Departamento de Demografia
39 foi várias vezes mencionado quando discutiram o ponto anterior. Estão respondendo a uma
40 deliberação do Consu de reestruturação departamental e essa resposta tem como base aquilo

1 que os Estatutos definem, mas segue um caminho diferente da proposta que aprovaram agora
2 pela manhã. Solicitaram uma moratória de dois anos com base no parágrafo único do artigo
3 85.A dos Estatutos, que pelo que entendeu foi uma sugestão dos professores Edson Tomaz e
4 Marisa Beppu, quando falaram que os próprios Estatutos já contemplariam uma situação para
5 resolver no varejo os casos necessários. O que aprovaram foi uma suspensão do próprio artigo
6 85.A, válida para todos os departamentos em situação de risco. Então, ressalta que embora os
7 caminhos sejam diferentes, o efeito é o mesmo, que é dar condições para que os departamentos
8 possam sobreviver. A solução que foi aprovada contempla o IFCH, tanto é que votou
9 favoravelmente a ela, e podem perfeitamente se adequar aos termos aprovados em relação aos
10 prazos, o início de vigência, mas a proposta do IFCH contempla também um compromisso que
11 foi aprovado pela congregação do IFCH de destinar as duas próximas vagas docentes ao
12 Departamento de Demografia e de priorizar na distribuição de vagas futuras os departamentos
13 em risco de extinção, como é o caso do próprio Departamento de Demografia, que com duas
14 vagas não vai chegar às dez necessárias. Aquela era a situação quando o processo começou a
15 tramitar, em 2019, mas de lá para cá tiveram novas aposentadorias. Então instituíram na
16 congregação do IFCH uma cláusula de salvaguarda para evitar que outros departamentos se
17 vejam sob esse mesmo risco de extinção. É claro que em momentos de dificuldade todos tentam
18 defender o seu lado, e isso acontece tanto entre institutos, quanto entre departamentos, mas acha
19 que chegaram a um bom termo no IFCH, porque ficou claro que um problema de um
20 departamento hoje será o problema de outro departamento amanhã. Há uma solidariedade
21 interna entre os departamentos, porque todos sabem que se não se apoiarem mutuamente agora,
22 não serão capazes de resistir a uma situação que em algum momento pode afetar todos, então
23 entendem que não é só um problema do Departamento de Demografia, mas do conjunto de
24 IFCH, por isso possuem todo interesse acadêmico em manter aquele departamento. Algumas
25 falas feitas pela manhã ventilaram que o IFCH não tinha feito a lição de casa, do que discorda
26 veementemente. O Departamento de Demografia foi criado em 2005 com cinco docentes,
27 porque a regra naquele momento permitia isso. Em 2014 ele tinha nove docentes, praticamente
28 dobrou de tamanho em um período de 10 anos, e ele foi questionado sobre isso pela Reitoria
29 aquela época e ele apresentou uma justificativa que foi aprovada por unanimidade na Cepe em
30 2014, que assegurava as condições para a manutenção do departamento. Tinham uma previsão
31 de concurso e de chegar a 10 docentes em 2016, mas foram pegos pelo contingenciamento e
32 pela impossibilidade de ter reposição automática das aposentadorias. Os concursos que foram
33 realizados naquele momento não puderam contemplar o Departamento de Demografia porque
34 o Instituto tinha outros departamentos também em dificuldade. O IFCH tem seis departamentos,
35 e se pergunta qual é a política que um gestor deve adotar quando ele tem uma vaga e quatro
36 departamentos ameaçados de extinção. Outro ponto que muda as condições do IFCH desde o
37 momento que a proposta foi apresentada à Cepe é que se a política de contratação para a
38 Universidade for aprovada tal como ela está apresentada, o IFCH terá cinco vagas, e isso lhe
39 dará plenas condições para a recomposição do quadro docente do Departamento de Demografia.
40 Então acha que isso tira o departamento do sufoco no curto prazo, dando fôlego para aguardar

1 a definição dessa política prevista na Ação 4 da proposta de contratação que a Reitoria
2 apresenta, prevista para 2023/2024. Portanto, podem se adequar àquilo que foi aprovado pela
3 manhã, com essas vagas, e com o compromisso que firmaram vão atender às exigências dos
4 Estatutos e preservar o Departamento de Demografia, que foi o objetivo do IFCH ao longo de
5 todo esse processo. Agradece a atenção e se coloca à disposição para esclarecimentos que forem
6 necessários. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que o IFCH
7 apresenta um plano, a moratória foi aprovada, então pergunta o que estariam avaliando aqui, se
8 é o compromisso do IFCH no seu plano de priorizar para futuros concursos de contratação o
9 Departamento de Demografia. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO responde que sim, é esse
10 o entendimento, porque lhes foi pedido um plano de reestruturação departamental. Só podem
11 reestruturar departamentos ou preservando departamentos, se tiverem docentes para isso, ou
12 fundindo departamentos, portanto o pedido de moratória foi para poder preservar
13 departamentos e ter um número de vagas necessário para alcançar o mínimo de 10, e com essa
14 decisão terão esse número. Como foi uma deliberação do Consu para que o IFCH respondesse,
15 entende que isso precisa ser aprovado aqui, mas se o entendimento da Mesa ou dos conselheiros
16 for contrário, podem discutir. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz
17 que a professora Andréia, em sessões anteriores do Consu, falou que haveria possibilidades de
18 saída, aposentadoria e outros. Então pergunta como ficaria essa priorização para o
19 Departamento de Demografia, se abrirão todos os concursos para esse departamento. Como isso
20 está sendo proposto no seu programa, supondo que aprovem depois o que está na pauta
21 complementar. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que na tabela apresentada pela manhã,
22 consta que o Departamento de Demografia tem seis docentes hoje. Quando o processo
23 começou, ele tinha oito; no final do ano passado, portanto depois da reunião da Cepe que tratou
24 desse assunto, foi solicitada mais uma aposentadoria, e agora ele está com seis docentes. O
25 IFCH terá, pela proposta de novas contratações, cinco vagas; pelo acordo que firmaram
26 internamente no IFCH, há dois departamentos em situação de risco, que são: o próprio
27 Departamento de Demografia, que precisa de quatro vagas, e o de Sociologia, que precisa de
28 uma vaga, então essas vagas serão destinadas a esses departamentos. A Conselheira ELLEN
29 ALVES MENEZES diz que fica muito feliz com essa suspensão, porque veem no IFCH desde
30 2019 a mobilização estudantil acerca do Departamento de Demografia, pelo qual os estudantes
31 têm um grande apreço. Inclusive quando foi comentado que iria haver uma nova modalidade
32 na formação das Ciências Sociais, que era a modalidade de Demografia, muitos estudantes
33 manifestaram interesse. Quando houve a notícia da suspensão do departamento, foi muito triste,
34 e fizeram um abaixo-assinado, que universidades da América Latina assinaram e foi algo muito
35 importante. Agora existe um plano traçado, que é a contratação de quatro professores para o
36 departamento, que cumpre um papel fundamental no Instituto: ele é responsável por algumas
37 aulas destinadas à graduação, na disciplina de Estudos da População, por exemplo, e é
38 fundamental na formação dos alunos enquanto cientistas sociais. O Conselheiro MARCO
39 ANTONIO GARCIA DE CARVALHO solicita esclarecimento da votação. Imagina que vão
40 votar o parecer Cepe 19/2021, que está um pouco confuso: ele coloca que a Cepe se manifestou

1 com 04 votos contrários e 03 abstenções favoravelmente à proposta apresentada pelo IFCH.
2 Parece-lhe que alguma coisa foi cortada nesse parecer, e precisariam desse esclarecimento para
3 poder votar com toda clareza. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que entende que a
4 pergunta é quantos votos favoráveis foram dados. Possui esse registro, mas precisa procurar,
5 talvez a Secretaria Geral o tenha mais facilmente. O Conselheiro MARCO ANTONIO
6 GARCIA DE CARVALHO diz que está entendendo que a Cepe foi favorável à proposta do
7 IFCH, mas acha que precisariam só esclarecer a redação do Parecer Cepe 19/2021. O
8 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO destaca o quanto o Departamento de Demografia
9 foi incansável na luta em todas as instâncias para simplesmente ter a chance de existir na
10 Unicamp. A proposta que aprovaram na parte da manhã resolve parte desse problema, mas
11 também vê como muito importante esse compromisso da diretoria do IFCH com a contratação
12 dos docentes. Como dito na parte da manhã por ele e por outros conselheiros, o Artigo 85.A
13 dos Estatutos já abria um caráter excepcional para autorizar o funcionamento dos
14 departamentos, mas da última vez que o IFCH solicitou isso foi muito atacado, inclusive com
15 pessoas dizendo que não estava fazendo a lição de casa. Acredita que o Instituto fez a lição de
16 casa, trouxe detalhadamente na sua manifestação as justificativas do ponto de vista acadêmico
17 da existência desse departamento, independentemente das demais áreas, e trouxe um plano para
18 reposição do quadro de pessoal. Em setembro de 2020, quando o IFCH interpôs um recurso em
19 face da decisão da CAD, já alegava que no seu entendimento as propostas de reestruturação
20 departamental deveriam ter sido apreciadas pela Cepe. Mas por fim o Consu entendeu que
21 deveria ser submetida uma proposta para a Cepe e isso acabou acontecendo. Destaca que a
22 comunidade internacional de estudiosos de população recebeu essa decisão de setembro de
23 2020 com muita preocupação, porque, por mais que não se dissesse explicitamente, a decisão
24 implicava a extinção do Departamento de Demografia e uma desarticulação dos recursos de
25 trabalho dos pesquisadores e docentes do departamento. Tudo isso gerou um desgaste muito
26 grande para os docentes, para os pesquisadores, mas também para os estudantes da pós-
27 graduação em Demografia e da graduação. Hoje o IFCH traz uma proposta corajosa a este
28 Conselho, uma proposta robusta, e saúda o compromisso da nova diretoria com os docentes e
29 pesquisadores. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra para a doutora Ângela, que poderá
30 esclarecer a questão das deliberações anteriores. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA
31 BIGNAMI diz que está disponibilizando na tela um documento que colocam sempre no *site* da
32 Secretaria Geral após as reuniões: o relatório de votação a partir do Zoom, e como podem
33 verificar, o item 89 da reunião da Cepe, que é objeto da deliberação 19/2021, mencionada pelo
34 professor Marco Antonio, foi aprovada com 17 votos favoráveis, 04 contrários e 03 abstenções.
35 A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que levantou essa questão da
36 Cepe erroneamente, ao ter entendido que a Câmara havia sido contrária, mas a Cepe foi
37 favorável a esse plano. O que esse plano define é que haverá duas contratações, porque já é um
38 plano antigo, para o Departamento de Demografia, e as contratações adicionais serão alocadas
39 para os departamentos onde houver demanda. Então, não está escrito 4+1, mas a professora
40 Andréia os informou, e de qualquer maneira vai depender do que votarem depois, na Ordem do

1 Dia Suplementar. Pergunta se neste item só vão votar o parecer da Cepe, que se refere a esse
2 plano de duas vagas; não estão votando nada associado a quatro contratações mais uma, não só
3 porque isso está dependendo do que acontecer depois, mas é o que o IFCH pretende, já que não
4 estão votando isso em números. É só esse o esclarecimento. O que está escrito é: duas
5 contratações e priorizar os departamentos à medida que surgirem as necessidades. A
6 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que a proposta aprovada na Cepe é a mesma que está na
7 pauta do Consu hoje. Nela constam duas vagas para o Departamento de Demografia, as duas
8 próximas vagas, porque era o que tinham esperança de conseguir em um processo de
9 negociação. Em nenhum momento o Instituto cogitou a possibilidade de ter mais do que duas
10 vagas, então colocaram o número de duas vagas mais uma cláusula de salvaguarda que
11 estabelece que vagas adicionais serão destinadas para departamentos em dificuldade.
12 Apresentou aqui o número quatro somente para ilustrar que terão essa possibilidade com a
13 política de contratação que vai ser votada hoje. O número de quatro vagas surge diante desse
14 novo quadro, mas o que estão votando são as duas vagas mais a cláusula de salvaguarda que
15 prioriza também o próprio Departamento de Demografia, que vai chegar aos 10 docentes. O
16 Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO agradece pelo esclarecimento
17 sobre o parecer da Cepe, que acha que é o que vão votar. Solicita um outro esclarecimento sobre
18 a real necessidade de votarem uma política de distribuição de vagas que lhe parece ser um
19 assunto completamente interno à unidade. O Consu atribui vagas às unidades, e se votarem
20 agora favoravelmente a essa proposta, darão um direcionamento bem definido a essas próximas
21 duas vagas. Portanto, solicita esclarecimento sobre a obrigatoriedade dessa destinação de duas
22 vagas, o que lhe parece não ser necessário para o Consu. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO
23 diz, respondendo ao professor Marco, que como o primeiro parecer que consta na
24 documentação, que é um parecer do Consu de 2020, solicita ao IFCH uma reestruturação
25 departamental, precisam dizer de onde virão essas vagas, então é isso que está nesta proposta.
26 O MAGNÍFICO REITOR diz que quando organizam a pauta de uma reunião, não sabem o
27 resultado das votações, então não sabiam se o item anterior seria aprovado, e ao ser aprovado
28 ele tem influência no item posterior, que é o que estão discutindo agora. Além disso, procuram
29 manter a continuidade entre as diferentes administrações. Essa análise e esse parecer que vem
30 do IFCH são oriundos de uma solicitação de uma gestão anterior, a data do documento é 20 de
31 setembro de 2020. Portanto, estão dando continuidade a uma solicitação oficial do Consu, que
32 na época causou até bastante polêmica; o IFCH atendeu a essa solicitação, e é uma questão
33 essencial colocar na pauta, discutir, isso é parte da história do Consu. Além disso, é o exemplo
34 da capacidade de trabalharem com autonomia e com direcionamento. O Consu pediu para a
35 unidade analisar o problema e apresentar uma proposta. Se deixam isso para que as unidades
36 decidam autonomamente, não estarão justamente procurando aquilo que quis colocar na
37 primeira parte da conversa, que é explorar as oportunidades de achar solução para problemas
38 que contemplem um pouco as diferentes preocupações. Então o IFCH está apresentando um
39 compromisso dele, e votar esse compromisso é positivo, porque o Consu está se solidarizando
40 a uma iniciativa que o IFCH está tomando em relação ao assunto. Com isso, conseguem

1 combinar diversidade com a busca de uma ação conjunta. Devem procurar explorar a
2 oportunidade de achar uma solução de meio-termo que agrade à comunidade como um todo.
3 Precisam fazer isso mais vezes, provavelmente teriam um futuro menos conflitante e com
4 soluções mais positivas. A única questão que pode causar polêmica entre essa proposta do IFCH
5 e a anterior é a questão do prazo. A decisão anterior coloca em moratória todo o artigo e,
6 portanto, o *caput* também, dessa forma ela é superior. O que estariam votando são todos os
7 elementos, exceto o prazo, que é uma moratória de dois anos a contar, pela decisão anterior, da
8 publicação da decisão do Conselho Universitário. Esse item não precisa ser votado por maioria
9 absoluta, ele admite maioria simples, então, não havendo mais comentários, submete à votação
10 a matéria, que é aprovada com 55 votos favoráveis, 01 voto contrário e 08 abstenções. Passa ao
11 item 05 – Proc. nº 01-P-19600/2020 –, que trata da Terceira Revisão do Orçamento 2021, com
12 Demonstrativo Receita/Despesa. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti para fazer a
13 apresentação. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que chamará a atenção para alguns
14 pontos da terceira revisão do orçamento, sendo o primeiro a excepcionalidade que foi o ano de
15 2021, o que já é de conhecimento de todos. Do ponto de vista das receitas, na principal fonte
16 de receita, que é a do Tesouro Estadual, tiveram um crescimento nominal da ordem de 25,5%,
17 fechando com mais de R\$3 bilhões em receitas. De outro lado, do ponto de vista real –
18 descontando a inflação medida pelo IPC-Fipe –, teriam um crescimento de 16%. Do outro lado,
19 a despesa em relação a 2020 teve uma redução em termos absolutos, e com isso conseguem ter
20 uma ideia da excepcionalidade que foi 2021: uma queda absoluta em termos da despesa, puxada
21 evidentemente pelo Grupo Pessoal, e ao mesmo tempo também pelas despesas correntes, pelo
22 fato de terem ao longo de 2021 um funcionamento parcial das atividades, o que representou a
23 redução de alguns custos correntes como energia elétrica, água, refeições etc. Isso permitiu à
24 Universidade ter um saldo favorável de R\$679 milhões, bastante significativo, que foi para as
25 reservas. Ressalta a importância desse instrumento que a Universidade utiliza das três revisões
26 orçamentárias. Em abril, apresentarão a primeira revisão do orçamento de 2022. Isso permite
27 que possam, ao longo do ano, fazer ajustes, porque todos sabem que montam as peças
28 orçamentárias com base em previsões, tanto para receitas quanto para despesas, e poder ter esse
29 instrumento que lhes permite um ajuste de rumo e execução é fundamental. Com isso possuem
30 um ganho importante de eficiência tanto na gestão financeira quanto orçamentária, e trazendo
31 essas demonstrações nas três revisões possuem ainda mais transparência nos números. Isso
32 legitima, de alguma maneira, as decisões tomadas não apenas no Conselho Universitário, mas
33 nas demais câmaras superiores da Universidade. Só para dar um exemplo de como isso é
34 importante: na PDO de 2021 a previsão de receita para a Universidade era de R\$2,433 bilhões,
35 e fecharam a terceira revisão com R\$3,41 bilhões. Ou seja, uma diferença importante de R\$607
36 milhões entre a previsão e o que efetivamente entrou de receita. As despesas, que estavam
37 previstas na ordem de R\$2,841 bilhões, vieram na terceira revisão no valor de R\$2,462 bilhões.
38 Ou seja, sem esses instrumentos de fazer as revisões, certamente teriam um prejuízo do ponto
39 de vista gerencial no tratamento da gestão financeira e orçamentária. Solicita que o senhor
40 Thiago, da Aeplan, faça uma apresentação mais detalhada, apresentando os números, e se

1 colocam à disposição depois para esclarecimentos. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA
2 diz que, como o professor Fernando já informou, fecharam com o superávit no exercício de
3 praticamente R\$680 milhões, em razão de que as despesas da Universidade atingiram quase
4 81% do total das receitas do Tesouro do Estado. As despesas ficaram muito abaixo das receitas,
5 o que levou a esse superávit, e até como o professor Fernando já disse, foi um ano totalmente
6 excepcional, como vai mostrar a seguir. Demonstra a representação gráfica do que foi esse ano;
7 pensando nas receitas, desde a primeira e segunda revisões, veio sempre aumentando essa
8 previsão, e nessa terceira revisão também apresentam um crescimento, mostrando que isso
9 fechou em cima de todas as previsões. Iniciaram o ano com uma previsão de arrecadação no
10 Estado de R\$111 bilhões, mas acabaram fechando com R\$138,4 bilhões, o que elevou os
11 recursos do Tesouro do Estado em R\$608 milhões. Da segunda revisão orçamentária para a
12 terceira já houve um acréscimo de praticamente R\$6 bilhões de arrecadação. O gráfico
13 apresentado mostra que o exercício de 2021 realmente descolou em valores reais das
14 arrecadações passadas; ele tem até uma linha parecida com a dos anos anteriores, mas está em
15 um patamar elevado, então esse é o primeiro ponto que definiu o superávit. Em 2021,
16 trabalharam com uma arrecadação muito superior à que vinham trabalhando nos anos
17 anteriores, o que explica parte desse superávit. A outra receita que possuem são as receitas
18 próprias da Universidade; com a escalada da taxa de juros, as aplicações financeiras foram
19 rendendo cada vez mais, tanto pelo montante quanto pela taxa de juros. Outro ponto é o acordo
20 do Banco do Brasil com o Governo do Estado de São Paulo, que consiste na venda da folha
21 salarial da Universidade ao Banco do Brasil. Em 1º de dezembro, a Unicamp recebeu a primeira
22 parcela, de R\$27,5 milhões, da venda da folha salarial da Universidade para o Banco do Brasil.
23 O Estado antecipou essa negociação, então receberam a primeira parcela já em 2021; o novo
24 contrato começou a valer a partir de setembro de 2022 e vai até 2027. Separou esse valor para
25 mostrar que é algo que entrou excepcionalmente e não estava sendo previsto na segunda revisão
26 orçamentária. Na parte de despesas, orçaram várias que esperavam que se realizassem, mas
27 devido à necessidade de isolamento social, controle da pandemia, terminaram o ano mais de
28 13% abaixo desse montante, o que gerou uma economia de R\$378,5 milhões. No Grupo
29 Pessoal, mantendo a obrigação legal para o ano de 2021, essa folha veio caindo a cada revisão
30 pela falta de reposição de pessoal, tudo aquilo que já foi comentado neste Conselho. As outras
31 despesas da Universidade mantiveram a mesma tendência: utilidade pública, restaurantes,
32 transportes foram abaixando durante o ano, lembrando que começaram o ano de 2021
33 imaginando que a Universidade pudesse em algum momento voltar ao 100% presencial, mas
34 como isso não aconteceu, isso veio abaixando revisão após revisão. Outros itens que merecem
35 destaque são os programas de apoio, que tiveram uma redução final, aqui na terceira revisão,
36 muito porque entre proposta e segunda revisão trabalharam com um montante de despesas que
37 pode ser realizado, aquelas despesas que podem acontecer. Esta terceira revisão é apresentada
38 com os valores efetivamente empenhados, então muito desse programa de apoio que foi
39 reduzido entra como saldo em 2022 e continua a possibilidade de execução no próximo
40 exercício. O grupo Manutenção das Atividades Existentes traz as despesas de custeio da

1 Universidade; o impacto apresentado na terceira revisão é graças às constantes suplementações
2 efetuadas no Hospital de Clínicas para o déficit de custeio. Então, apesar de não ter sido
3 suplementado como um investimento, a execução de fato acontece nesse grupo de manutenção
4 das atividades, contrapondo onde os recursos de fato entraram. Eles entraram nos projetos
5 especiais só que são executados no outro grupo, o que acaba fazendo essa mudança no gráfico
6 do Grupo VIII. É claro que não mudam somente os recursos destinados aos hospitais, mas
7 também todo o programa de retomada, de obras que não foram realizadas no período; eles saem
8 desta revisão e voltam em 2022, como vai mostrar a seguir. As despesas custeadas com receitas
9 próprias foram divididas em dois quadros: o primeiro é apresentação daqueles recursos
10 condicionados, que no início da proposta eram recursos que não sabiam se iriam receber ou
11 não, mas logo na primeira revisão foram totalmente cancelados, tanto as receitas quanto as
12 despesas; e no segundo apresentam as receitas próprias, o que realmente aconteceu. A queda é
13 fruto da não utilização dos recursos que entraram, e o aumento frente à proposta na primeira
14 revisão é fruto das doações para a pandemia. Aqui entram tanto as receitas do exercício como
15 o que veio de despesas do ano anterior. Para fechar as despesas, o Grupo X – Créditos a
16 conceder/não empenhados trata do saldo dos anos anteriores, garantindo isso para as unidades.
17 Na terceira revisão, ele é zerado, uma vez que ele não é empenhado nessa linha, tendo sido
18 empenhado nos grupos de V a IX. O Grupo X é zerado nessa terceira revisão e no quadro ao
19 lado constam os R\$204,5 milhões, tanto esses R\$121 milhões que saem desta terceira revisão,
20 quanto os recursos dos grupos anteriores, além de projetos especiais, programas que são
21 reduzidos, mas são garantidos na proposta de 2022 para serem executados. Apresenta um
22 quadro onde é possível verificar o grande aumento das receitas e as quedas das despesas.
23 Tiveram realmente um ano excepcional, no qual as despesas não voltaram à sua totalidade e
24 houve um forte crescimento da arrecadação, o que fez saírem de um déficit previsto para esse
25 superávit de R\$680 milhões já apresentado. Como uma informação adicional que costumam
26 apresentar na terceira revisão, há o comprometimento da receita RTE com pessoal e
27 comprometimento da receita RTE com despesas totais. Verificam que nos últimos anos esse
28 comprometimento vinha sendo reduzido lentamente, mas em 2021, com o salto das receitas,
29 houve uma queda de praticamente 20% no comprometimento, o que explica que as despesas
30 tenham chegado a 81% do comprometimento dos recursos do Tesouro do Estado. Em 2021,
31 conseguiram recuperar fortemente as reservas financeiras, o que pode dar uma tranquilidade
32 para a Universidade seguir daqui para frente, mas deixa claro que não veem nenhuma
33 possibilidade de um ano como esse se repetir nos próximos anos. O Conselheiro JOSÉ LUIS
34 PIO ROMERA diz que como puderam verificar na apresentação do senhor Thiago, foi um ano
35 para a Universidade recuperar a capacidade financeira, ficando com um caixa, em 31 de
36 dezembro, de R\$1,97 bilhão. Com a Unicamp assumindo a presidência do Cruesp, acredita que
37 as três universidades poderão definir uma política salarial, com um gatilho a cada três meses,
38 porque a inflação deste ano está acima de 1% ao mês, e que recupere parte das perdas anteriores,
39 porque após o reajuste de 20,67%, para recuperar maio de 2012, ainda é necessário 17,7% de
40 reajuste. Então esse caixa que a USP, a Unicamp e a Unesp conseguiram com a pandemia

1 permite que a Universidade tenha uma política salarial definida ao longo dos próximos dois
2 anos, pelo menos, para recuperar as perdas passadas. Acha importante esse registro até porque
3 a Unicamp assume a presidência do Cruesp na próxima sexta-feira e esse é um dos temas
4 importantes para a Universidade, a manutenção da massa salarial. Estudos recentes indicam que
5 a pandemia reduziu de 35% para 30% do PIB a massa salarial do trabalhador formal. Recuperar
6 salário é fundamental para que a economia cresça; com a massa salarial no nível em que se
7 encontra não é possível ter crescimento econômico, então acha que a política salarial pode vir
8 a ajudar, nesse sentido, as três universidades, e propriamente o consumo, o serviço, o varejo em
9 geral, a indústria. Salário acaba revertendo em consumo, que acaba em crescimento econômico.
10 Na sua opinião, seria uma tarefa importante da Unicamp na presidência do Cruesp. Outra
11 questão é a autonomia da Universidade; estão em um ano eleitoral, então é importante também
12 que a Universidade dialogue com os candidatos para saber quais as posições deles em relação
13 à autonomia da Universidade. Ano que vem terão outro Governador tomando posse no Estado
14 de São Paulo e sabem que os caixas das universidades vão ser olhados pelo próximo gestor,
15 então é fundamental que o Cruesp tenha um papel, nesse aspecto, importante de amarrar com
16 os candidatos a posição deles em relação à autonomia. Não possuem autonomia plena ainda,
17 somente autonomia derivada, porque a própria USP aceitou esse modelo de autonomia. Defende
18 autonomia plena, que seja incluído na Constituição do Estado que a política universitária seja
19 uma política de Estado e não uma política de governo, então é uma tarefa importante que o
20 Cruesp está fazendo nesse período dessa discussão. Acha que o Cruesp avançou com a
21 formação dos três novos reitores, no sentido de atender à reivindicação emergencial do Fórum
22 das Seis, parcialmente, porque pediam retroativo a janeiro e saiu a partir de março, mas há
23 possibilidade de avançar agora, em março e abril, já que ficou constituído um grupo de trabalho,
24 que será coordenado pela Unicamp. Seria fundamental que dessem continuidade ao diálogo
25 positivo que aconteceu na última reunião do Cruesp com o Fórum das Seis. O Conselheiro
26 MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA diz que é muito bom saber do superávit que conseguiram, mas lembra que tiveram alguns cortes substanciais nos orçamentos das unidades,
27 inclusive com contingenciamento das verbas orçamentárias há alguns anos. Por exemplo, no
28 IQ isso ficou em torno de R\$300 mil. Então, como a situação melhorou substancialmente, como
29 demonstrou essa exposição muito bem feita da terceira revisão orçamentária, sugere à Reitoria
30 e à PRDU que elaborem um plano de reposição orçamentária para mitigar essas perdas que
31 acabaram tendo. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que vai
32 fazer uma fala um pouco similar à que fez na Copei, até para dar um pouco a oportunidade de
33 o professor Fernando esclarecer alguns pontos que ele comentou lá que considera importantes.
34 Primeiro, é uma boa notícia ter um saldo nesses valores, como o senhor Thiago apresentou.
35 Entende todas as situações que foram colocadas, de redução de despesa, é preciso ter uma
36 postura prudente do que fazer com todos esses recursos e avaliar a capacidade de execução que
37 a Unicamp tem nos seus diversos setores. Mas lamenta, assim como fez na Copei, que não
38 esteja prevista para iniciar este ano nenhuma grande obra, nenhuma demanda histórica, porque
39 já tem mais de uma década, da Unicamp Limeira, incluindo os dois *campi*. Quando vislumbram

1 o futuro próximo, e conhecendo um pouco de toda essa tramitação de obra, de projeto, de
2 licitação, de prazo de interposição de recursos, percebem que o futuro para os próximos dois,
3 ou quiçá três anos, também não lhes permita fazer isso. Solicita ao professor Fernando que
4 comente como está o andamento daquela possível parceria com a Caixa Econômica Federal,
5 que poderia ser um braço executivo, gestor nesse campo de obras. As obras estão listadas no
6 Grupo VII do orçamento que o senhor Thiago apresentou; e dado esse respiro que estão tendo,
7 também acha que é o momento de renovar os espaços e as condições de ensino de graduação e
8 pós-graduação. Estão há muito tempo sem transformações significativas, houve muitas
9 transformações incrementais, iniciativas aqui e acolá que beneficiam o ensino de graduação e
10 pós-graduação, e cita como exemplo o Plasma, o laboratório recém-criado. Mas seria necessário
11 ter um olhar para graduação e pós-graduação e que pudessem renovar, modernizar os espaços
12 de ensino, as condições de ensino. O edital Alegre, por exemplo, da PRG que aloca cerca de
13 R\$170 mil reais para cada projeto de unidade, é um valor interessante, mas é um valor que
14 poderiam considerar baixo, porque se montam um laboratório de informática, por exemplo,
15 custa R\$150 mil reais. Se trocam as cadeiras de um auditório com 220 lugares, como é o da FT,
16 custa mais do que isso. O edital da CGU, que aloca cerca de R\$200 mil para cada unidade, está
17 no mesmo patamar. Então são medidas muito pontuais que chegam lá na ponta, na unidade. É
18 uma solicitação para que a Administração e as pró-reitorias olhem para a possibilidade de fazer
19 intervenções mais disruptivas no ensino de graduação e pós-graduação, que tragam maior
20 motivação para que os estudantes estejam nos espaços de ensino. A Conselheira MARISA
21 MASUMI BEPPU diz que de fato devem comemorar que tenham evitado uma possibilidade de
22 insolvência, e que tenham chegado a saldo orçamentário razoável, que lhes dê segurança e
23 permita recuperar boa parte do que era importante para as pessoas, o seu poder de compra e
24 tudo o que já foi aqui comentado. Mas acha que devem colocar alguns elementos estratégicos
25 no horizonte de trabalho, e considera que um deles, para a Universidade em sua atividade-fim,
26 é a questão da carreira docente. Não podem negar que principalmente o pessoal no início das
27 carreiras têm de sentir não somente atração, mas também o engajamento dentro da própria
28 Universidade. Precisam ser capazes de não somente concorrer por esses recursos humanos, por
29 esses colaboradores, frente a outras instituições de nível internacional, como também fazer o
30 engajamento dessas pessoas aqui dentro. À pergunta de quão estrategicamente estão sendo
31 capazes de fazer isso, muitas áreas vão responder que há muita dificuldade em dizer que estão
32 atraentes. Não acha que seja só uma conta de chegar, como tem sido tratado às vezes em alguns
33 fóruns, como um bônus, como alguma coisa que tem de ser dada, mas diz mesmo uma
34 estruturação de carreira, porque muita coisa foi alterada ao longo do tempo, até do ponto de
35 vista externo. A questão, por exemplo, de se em algum momento o crescimento vegetativo por
36 conta das GRs era algo que preocupava, a “surpresa” dentro de uma reforma da previdência
37 trouxe a não incorporação desse tipo de rubrica na carreira das universidades, então muda todo
38 o cenário de planejamento e composição estratégica. A própria previdência que é colocada aos
39 que ingressaram na Universidade de 2013 para cá tem uma dinâmica diferente, uma dinâmica
40 de capitalização um pouco mista, em que passaram da repartição simples para capitalização

1 sem fazer qualquer tipo de menção de ajuste a isso. Acha que isso tudo tem de ser colocado na
2 balança, tem de ser pensado estrategicamente, comparado e olhado dentro da realidade das três
3 universidades, por isso acha que tem uma dimensão muito maior, tem de ser feito dentro de um
4 GT no âmbito do Cruesp mesmo. Mas não podem perder o *timing* disso, porque é no momento
5 em que possuem algum fôlego que vale a pena esse tipo de planejamento. Vai haver pauta logo
6 das contratações de reposições, e precisam estar atraentes para isso também; não que vá dar
7 tempo para essas contratações, mas precisam pensar em médio e longo prazo nesse aspecto, não
8 podem perder isso de vista. Há múltiplas demandas, mas acha que alguns elementos estratégicos
9 não podem perder de vista. A questão de retenção de talentos é gravíssima, é também
10 gravíssima no nível de alunos de pós-graduação, sabem disso por causa dos valores das bolsas,
11 têm reclamado em relação a isso: inflação de 10%, dois dígitos no ano não é fácil, a depreciação
12 vai ficando muito maior. O Conselheiro LUIS CARLOS ZEFERINO diz que as falas dos
13 professores Zezzi e Marisa contemplam também preocupações suas, e deixará uma sugestão.
14 Programas semelhantes a esse do acordo do Banco do Brasil com o Governo do Estado de São
15 Paulo já aconteceram em outros anos, e pelo menos uma das vezes, em que era superintendente
16 do Hospital de Clínicas, esse montante foi distribuído proporcionalmente à folha de pagamento
17 às diversas unidades. Na ocasião, o Hospital recebeu uma parcela importante para o seu
18 funcionamento; essa parcela tem uma certa liberalidade de investimentos, e seria uma forma de
19 compensar algumas situações. Recorda do contingenciamento de 2020, quando no início da
20 pandemia houve aquele bloqueio imenso da mobilidade, redução importante da atividade
21 econômica, da arrecadação, e as unidades tiveram contingenciamento importante dos seus
22 programas, dos orçamentos, tudo claramente justificável. Porém, o momento agora é
23 completamente diferente, o resultado financeiro orçamentário de 2021 é magnífico, e fica aqui
24 sua sugestão para compensar as unidades, entre outras coisas, o contingenciamento de 2020. A
25 Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA reforça a fala do professor Marco Antonio:
26 ainda há muita carência de investimentos nos *campi* de Limeira, sabe que há algumas iniciativas
27 encaminhadas, especialmente do centro esportivo, no caso da FCA, mas é sempre preocupante
28 a carência desses investimentos que há tanto tempo esperam. Reforça o apoio às atividades-fim
29 dos docentes, uma coisa que estão sempre comentando, mas é relevante para continuarem
30 trabalhando. Especialmente na questão de obras, tem colegas que estão com verba para poder
31 arrumar o laboratório mas é sempre uma burocracia muito grande, acaba envolvendo um tempo
32 muito precioso dos docentes e dos funcionários nisso. Então qualquer encaminhamento que
33 leve essa questão de forma menos burocrática e tirar atividades das mãos dos docentes é sempre
34 valorosa. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI agradece à PRDU e à Aeplan pela
35 exposição do orçamento, e concorda com as pautas de reposições de vagas e incentivo às
36 carreiras que foram apresentadas pelos colegas. Contudo, com esse respiro no orçamento,
37 gostaria de ouvir do professor Sarti os planos que estão sendo elaborados para finalizar as
38 grandes obras paralisadas, já citadas pelos professores Marco Antonio e Muriel. Cita como uma
39 delas o teatro-laboratório do IA que há quase 20 anos foi iniciado e que agora aguarda os
40 recursos para finalização. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz, respondendo ao conselheiro

1 José Luis, que houve um esforço muito grande do Cruesp junto ao Fórum da Seis, e
2 conseguiram recuperar, com o índice de 20,67%, o poder aquisitivo dos últimos 34 meses,
3 medido pelo IPC-Fipe. Era o que era possível recuperar do poder aquisitivo, e além disso o
4 Cruesp assumiu o compromisso de considerar os dois meses faltantes nas negociações salariais
5 de 2023. Então acha que houve um esforço muito grande das três universidades em buscar uma
6 recuperação desse poder. Diz ao professor Zezzi que houve cortes no custeio, mas na PDO 2022
7 os custeios de todas as unidades tiveram um acréscimo de 10% em relação àquilo que estava na
8 média de 2019, porque não levaram em consideração 2021, dado que sabiam que era um
9 número menor. Estão abertos a sugestões para a primeira revisão orçamentária, mas ressalta
10 que tem sido feito um esforço de aumentar os recursos destinados a todas as unidades, sobretudo
11 as unidades de ensino. O professor Marco Antonio fez referência à discussão na Copei, então
12 aproveita para mencionar o assunto que será tratado com mais detalhes na COP da próxima
13 quinta-feira: estão trazendo uma proposta para a utilização dessas reservas financeiras, que já
14 superaram R\$1 bilhão. É um valor considerável, então há uma proposta que contempla quatro
15 pontos para a utilização das reservas. O primeiro é um aspecto de precaução, que acha que cabe
16 aos gestores dos recursos, que seria manter um saldo mínimo proporcional à folha de
17 pagamento; vão sugerir na COP algo em torno de três folhas. Depois disso, há o compromisso
18 com tudo aquilo que está destinado, que se encontra no Grupo X, que são recursos já destinados
19 mas ainda não empenhados e executados. Além disso, o valor da venda da folha ao Banco do
20 Brasil será proposto na COP que seja integralmente destinado à Política de Assistência e
21 Permanência Estudantil, em particular à questão da moradia. Esse é um compromisso da gestão,
22 tanto para a reforma da moradia quanto para a concessão de *vouchers*, dada uma situação que
23 se agrava economicamente no país, para manter as condições dos estudantes. O quarto ponto é
24 a proposta de criação de um Plano Plurianual de Investimentos, ao qual acredita que estava se
25 referindo o professor Marco Antonio. Nunca é possível contemplar dentro da proposta
26 orçamentária os grandes investimentos, que não só demandam um prazo maior de maturação,
27 como também recursos maiores, então o Plano Plurianual vem justamente nessa direção de
28 financiar esses investimentos. Com isso responde também ao professor Ronqui: evidentemente
29 o teatro do IA seria contemplado, assim como poderiam pensar em contemplar também grandes
30 obras como a da FCA. Na FCA, por exemplo, está previsto um prédio em torno de R\$80
31 milhões, que evidentemente não pode ser contemplado dentro da PDO. Isso levaria 10 anos, e
32 essas obras normalmente são interrompidas e se tornam muito mais caras. Com o Plano
33 Plurianual de Investimentos, podem contemplar essas grandes obras. Possuem também outras
34 demandas importantes, como a do Cotuca, que poderão ser pensadas dentro desse Plano
35 Plurianual. Em relação à Caixa Econômica Federal, estão nos últimos detalhes para fechar o
36 acordo. Será uma experiência piloto, na qual a Caixa vai assumir, junto com a Depi, cinco obras
37 já em andamento na Unicamp, e vai desempenhar funções diferentes dependendo da obra, em
38 qual estágio ela se encontra, e tudo isso sob a supervisão da própria Depi. Com isso acha que
39 ganham um parceiro muito importante, que tem uma imensa *expertise* em relação a obras, uma
40 parceria que imaginam que vai ter muitos frutos, inclusive promover maior agilidade e

1 eficiência no andamento das obras da Universidade. Também possuem um desafio importante
2 relacionado às licitações de obras dentro da nova lei, da substituição da Lei 8.666 pela 14.133.
3 Acha que podem também aplicar mais recursos para a atividade-fim, tanto para pós-graduação
4 quanto para graduação; isso pode ser pensado tanto no Planes institucional quanto no Planes
5 das unidades de ensino. Existe hoje um programa aberto com recursos que ainda não foram
6 finalizados, e espera que esses instrumentos permitam gerar ações disruptivas. A professora
7 Marisa se referiu à questão dos elementos estratégicos, com a qual concorda plenamente, é um
8 desafio muito grande reter esses talentos, criar algum mecanismo para deixar a carreira mais
9 atrativa, sobretudo para os mais jovens. Isso não é trivial. Ela tem toda razão que boa parte
10 dessa discussão tem de ser travada junto com as demais universidades, sobretudo no que se diz
11 respeito à questão da Previdência e na modalidade capitalização, que é para os novos. Esse é
12 um grande desafio, não tem a menor dúvida de que perderam muito a atratividade para os
13 jovens, mas acha que a Universidade tem de assegurar esse espaço, realmente criar essa situação
14 de pertencimento e de engajamento dos jovens com a Universidade. Não se trata apenas de uma
15 questão financeira, mas certamente o aspecto financeiro tem um peso importante. O
16 MAGNÍFICO REITOR diz que a visão da equipe de Administração tem elos com o que
17 discutiram ao longo do dia. Precisam contemplar um conjunto amplo de demandas na
18 Universidade. O professor Fernando tocou na questão da permanência estudantil e da moradia,
19 que é uma preocupação da Reitoria. Mal retomaram a atividade em sala de aula, portanto não
20 sabem ainda o impacto disso em termos de alunos que voltaram ou não voltaram, das
21 dificuldades financeiras, e desejam valorizar bastante isso. Possuem hoje uma política de
22 inclusão que é bastante ampla, mas precisam garantir que essas pessoas permaneçam na
23 Universidade e se formem com qualidade. Estão olhando para isso e a intenção é alocar parte
24 substancial desses recursos derivados da venda da folha salarial da Universidade para as
25 políticas de permanência estudantil. Não estão só fazendo isso com recursos da Universidade,
26 estão também mobilizando outras fontes de recursos para poder ampliar isso, e em algum
27 momento vão divulgar essas ações. Vão discutir hoje a questão da contratação docente, em uma
28 inversão de rotas de anos recentes. Terão de fazer isso para a Carreira Paepe, para os
29 pesquisadores, pois precisam contemplar o conjunto de carreiras. Há a questão das obras,
30 algumas já foram citadas, como o teatro do IA e o ginásio da FCA. Além disso, a FOP foi muito
31 afetada pela pandemia porque a sua estrutura de clínica já estava em desacordo com a norma
32 antes da pandemia, a pandemia só aguçou isso. Eles têm hoje cerca de 1/3 do espaço que tinham
33 antes da pandemia em termos de clínica, de formação de alunos, são clínicas para formar
34 pessoas na atividade odontológica; e há um prédio lá que é um esqueleto semiconstruído, que
35 precisa ser terminado. O Laboratório de Bioenergia recentemente teve sua licitação resolvida,
36 que estava parada desde o final do Governo Serra. Está falando de algo que tem de ser uma
37 política da Universidade, este Conselho vai ter de discutir e em algum grau também admitir
38 isso. Precisam de gente para fazer isso; as estruturas como a Depi, DGA, DEA, que fazem as
39 licitações, têm de ser ampliadas, senão não fazem frente a isso. E mesmo fazendo, há
40 dificuldade devido a todas as restrições da legislação. Portanto, o objetivo ao fechar esse acordo

1 com a Caixa é dar uma tranquilidade maior à Universidade e ter uma checagem adicional,
2 inclusive para tranquilizar os colaboradores da Universidade de que estão seguindo um caminho
3 em função de uma estrutura que é pública também, e tem grande experiência nesse assunto de
4 obras e projetos. Estão tentando aproveitar essa possibilidade de ter mais recursos para destravar
5 as obras também. A questão das carreiras foi comentada, é uma preocupação que é mais ou
6 menos compartilhada pelos três reitores. O objetivo é discutir carreira docente e de funcionários
7 no futuro próximo, e isso pode ter algum efeito também em termos de ampliação da folha
8 salarial. Outra questão é que precisam pensar na institucionalização de estruturas internas;
9 ontem tiveram uma reunião com vários diretores, e estão formalizando dentro da Depi um
10 escritório de produtos controlados. Desde 2017 não possuem licença do Exército para adquirir
11 produtos controlados, e isso afeta grande parte das atividades de pesquisa na Universidade, às
12 vezes gerando situações difíceis. Estão criando uma estrutura dentro da Depi, com um químico
13 responsável, contratando mais duas pessoas, e isso envolve também gratificações. Outra
14 questão com a qual há muito tempo lidam de forma amadora é uma comissão de ética em
15 pesquisa no uso de animais que não tem estrutura. As pessoas participam disso, que é uma
16 responsabilidade brutal, por toda a Universidade, por dedicação a uma causa. Não pode mais
17 ser assim, pois isso expõe a Universidade junto a órgãos de fiscalização externa. Precisam
18 institucionalizar isso, o que significa criar estruturas, contratar pessoas, atribuir GR e poder
19 cobrar a responsabilidade das pessoas. Citou-se aqui o Espaço Plasma, que foi criado mas está
20 nas mãos de pessoas que simplesmente estão fazendo isso de boa vontade. Se querem fazer
21 aquilo de espaço de *coworking* realmente, que atenda aos alunos, tem de ser uma coisa
22 organizada, que tenha responsabilidade, que possa se cobrar, tenha planejamento, que se lide
23 com essas coisas de forma profissional. É a situação que acontece com os mestrandos
24 profissionais: foi aprovado, em gestões passadas, ter GR para a responsabilidade, e ela não foi
25 implantada, isso faz mais de cinco anos. Não podem lidar com as coisas dessa forma; vai
26 envolver gasto também, e solicita a compreensão deste Conselho e das instâncias anteriores de
27 que precisam dar vazão à necessidade de organizar essas estruturas de forma que elas sejam
28 profissionais. Também acha que precisam colocar mais recursos nas atividades-fim; por
29 exemplo, quando pensaram em colocar os robôs educacionais, uma causa de bastante polêmica
30 na Universidade, imaginaram que ele poderia ajudar muito o retorno das atividades presenciais,
31 mas poderia também ser utilizado para internacionalização, para compartilhar com outras
32 universidades brasileiras o contato. É a modernização da estrutura de mídia da Universidade,
33 mas a sua preocupação é como conseguem resolver mais de um problema com uma solução.
34 Sabem que hoje, em função da experiência da pandemia, têm muito mais possibilidade de
35 colocar os alunos daqui em contato com o mundo externo, com outros países, em trazer
36 pesquisadores de outros lugares para fazer palestra à distância e isso atingir não só a sala de
37 aula, mas mais pessoas. Com isso criam uma estrutura que permite o retorno e permite ampliar
38 as atividades, mas isso implica comprometer mais do orçamento. Estão em um bom momento,
39 mas precisam agir com cautela, avançar aos poucos. Reajuste de salário vai ser um salto no
40 momento em que virem o compromisso, terão um comprometimento substancialmente maior

1 em relação aos recursos do Tesouro do Estado, então precisam fazer esse movimento, mas
2 tomar cuidado com a velocidade do movimento para que não criem um compromisso que não
3 consigam sustentar no tempo, e atendam demandas só parciais da comunidade. A comunidade
4 é feita por professores, pesquisadores, funcionários e estudantes, então precisam ter uma ação
5 orçamentária que pense a Universidade como um todo. É essa perspectiva que está por trás das
6 várias iniciativas orçamentárias que estão querendo fazer. O Conselheiro FERNANDO SARTI
7 diz que a equipe da PRDU enviou a informação de quais são os cinco projetos que a Caixa vai
8 acompanhar junto com a Depi: o Laboratório de Bioenergia, que está orçado hoje em R\$13
9 milhões; a Clínica da FOP, em R\$12 milhões; o Ginásio Poliesportivo da FCA, em R\$15
10 milhões; o Núcleo de Acessibilidade da FCM, a biblioteca do IEL e o prédio do Siarq. A
11 Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que se falou em contratação e permanência, e
12 um ponto muito importante para os estudantes é o atendimento no Sappe. Sabe que foram
13 contratados mais profissionais, mas alguns estudantes os procuraram para perguntar dos
14 plantões, que ocorrem nos horários de almoço e jantar para quem precisa de atendimento
15 emergencial, já que as filas do Sappe são de meses. Foram informados pelo Sappe que esse
16 serviço tinha sido suspenso, o que lhe parece que faz muito pouco sentido com a contratação
17 de mais profissionais. Pergunta se a Reitoria está sabendo disso, se foi alguma política discutida,
18 e quando poderiam retomar esse atendimento, que realmente é muito importante para os
19 estudantes. Há esse atendimento emergencial no HC, mas acha que é muito diferente ter um
20 atendimento próprio da Universidade, voltado especificamente para os estudantes, por isso
21 solicita informações da Reitoria. Sobre o *voucher* que foi comentado da moradia, pergunta se
22 podem explicar um pouco mais qual é essa ideia. O MAGNÍFICO REITOR diz que para o
23 Sappe foram abertas as vagas para contratar cinco psicólogas e um psiquiatra. As psicólogas já
24 tinham concurso realizado e elas estão chegando para o Sappe. Para a vaga de psiquiatra vai ter
25 de ser feito concurso ainda, então vai demorar um pouco mais. Não sabia que havia acabado o
26 plantão, mas vai se informar e na próxima reunião dará um informe mais completo. O
27 Conselheiro FERNANDO SARTI responde que talvez o termo *voucher* não seja o ideal; na
28 verdade ampliaram em 10% as bolsas moradias e o valor também em 10%. Sabem que algumas
29 dessas vão ter de ser utilizadas de forma temporária, por isso usou esse termo, mas estão falando
30 em bolsas moradia. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à
31 votação a matéria, que é aprovada com 64 favoráveis e 02 abstenções. Passa ao item 06 – Dossiê
32 nº 40-D-2557/2022 –, que trata de solicitação de disponibilização de recursos no valor de
33 R\$135.640,50 ao Centro de Saúde da Comunidade para a realização de pagamento de horas
34 extras em função da pandemia de Covid-19 e vacinação, durante o período de janeiro a março
35 do presente exercício. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O Conselheiro FERNANDO
36 SARTI diz que se trata de uma solicitação de recursos no valor citado para o Cecom, para o
37 pagamento de horas extras em função da pandemia da Covid e a vacinação, aprovada pela COP.
38 O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER destaca, além do
39 processo vacinal durante o período da Covid, além da presença das instruções do Cecom, a
40 importância do Cecom na prática de uma saúde pública proativa e preventiva. Não é só com

1 relação à vacina da gripe, não é só com relação à vacinação da segunda dose e das doses de
2 reforço contra a Covid, são também outras coisas proativas que acontecem, como os grupos, a
3 campanha do sangue oculto, os grupos de esclarecimento, de discussão e uma área de que nem
4 sempre se lembram, que é a de acidentes biológicos que acontecem diariamente em todo setor
5 de Saúde. Muitas vezes acham que o Cecom é uma coisa menor, mas não é, é um órgão
6 fundamental da Universidade; utiliza os serviços com bastante frequência e é testemunha disso,
7 assim como seus orientandos, seus alunos de graduação e pós-graduação, todos possuem
8 testemunho positivo em relação a esse trabalho. O MAGNÍFICO REITOR reforça as palavras
9 do professor João Frederico: o Cecom é realmente um orgulho da comunidade da Unicamp.
10 Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 64 votos
11 favoráveis e 01 abstenção. Passa aos itens 07 e 08, destacados pela professora Heloise: item 07
12 – Proc. nº 01-P-5319/2007 –, que trata de proposta de alteração da Deliberação Consu-A-
13 13/2017, que dispõe sobre as normas eleitorais que regulamentam as eleições da representação
14 discente da graduação junto ao Conselho Universitário e Comissão Central de Graduação; item
15 08 – Proc. nº 01-P-21012/2005 –, que trata de proposta de alteração da Deliberação Consu-A-
16 14/2017, que dispõe sobre as normas eleitorais que regulamentam as eleições da representação
17 discente da pós-graduação junto ao Conselho Universitário e Comissão Central de Pós-
18 Graduação. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que a
19 professora Heloise precisou sair para participar de uma reunião do CNPq, e como ele também
20 iria destacar esse ponto, ela lhe pediu para falar em nome dela também. O destaque dos itens
21 foi feito para levantar um ponto específico que está na proposta: no artigo 3º, onde é inserido
22 um novo parágrafo, que é o parágrafo 3º ao artigo 2º da deliberação Consu-A-013/2017, está
23 colocado que “o exercício de quaisquer funções de representação ou de atividades delas
24 decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da
25 exigência da frequência”. Talvez fosse até melhor substituir o termo “exonera” por “desobriga”.
26 No entanto, no artigo 72 do Regimento Geral da Graduação, que trata do abono de faltas, o
27 inciso I define que uma das condições para o abono de falta é o exercício de representação
28 estudantil nos órgãos colegiados, durante os horários das reuniões. Identificaram esse conflito
29 entre o Regimento Geral da Graduação e a proposta que está sendo aqui avaliada. Não sabem
30 se isso foi proposital, é claro que uma proposta do Consu seria superior, então isso precisaria
31 ser alterado no Regimento Geral da Graduação. Recorda-se que essa inclusão do abono de faltas
32 para quem participa de atividades de representação estudantil foi feita em 2007, fruto de uma
33 grande demanda dos estudantes para terem um pouco mais de tranquilidade em participar das
34 diversas instâncias, comissões, sobretudo na graduação. O objetivo de destacar o item 08 foi
35 que não conseguiram identificar se há algo similar no Regimento Geral da Pós-Graduação.
36 Aparentemente não, mas destacaram para perguntar se essa inconsistência também se
37 observaria lá. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE reforça que esse tema da falta é
38 muito importante porque muitos estudantes têm aula no horário das reuniões, então é necessário
39 garantir que os estudantes possam participar. Não tem desacordo com o conjunto da proposta,
40 mas é um momento importante para os estudantes trazerem uma reivindicação central sobre a

1 sua autonomia, que tem a ver com a organização das eleições de representação discente. Até
2 2017, essa eleição era organizada pelos estudantes, pelo DCE, seguindo as regras que
3 consideravam justas. A partir de 2017, essa organização foi passada para a Reitoria, também
4 em acordo com o DCE na época, mas em desacordo com o conjunto dos estudantes e com o
5 movimento estudantil. É um tema no qual desejam avançar, porque para eles é muito importante
6 que as eleições sejam organizadas pela categoria, respeitando sua autonomia. Inclusive porque
7 há diversas regras que não se aplicam a outras categorias, somente aos estudantes, como o caso
8 de não poder estar em mais de um órgão colegiado e não poder eleger duas pessoas de uma
9 mesma unidade, que é uma regra que limita a possibilidade do voto entre os estudantes, e da
10 qual discordam. Sabe que não vão fazer essas alterações aqui, mas queria já abrir essa discussão
11 porque é algo que desejam tocar para frente, para repensar a forma como as eleições são
12 organizadas e também para repensar as regras que são impostas para os estudantes. O
13 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que não há desacordo com a proposta no todo,
14 mas apresenta talvez um destaque, porque ao final da reunião vão enviar para análise da
15 Secretaria Geral duas mudanças regimentais que consideram importantes nas normas de
16 representação estudantil. Uma delas é alterar o artigo 216 do Regimento Geral para permitir
17 que os estudantes de graduação e pós-graduação possam participar simultaneamente nos
18 conselhos centrais e nas representações das suas unidades, se eles forem eleitos para isso. A
19 fundamentação dessa alteração regimental seria que essa limitação não compromete o
20 preenchimento total das cadeiras de representação discente e, além disso, é uma restrição que
21 não existe para nenhuma outra categoria, pois os docentes e servidores técnico-administrativos
22 podem participar simultaneamente dessas atividades. Propõe a supressão do parágrafo 4º do
23 artigo 3º: “Nenhum estudante poderá integrar, simultaneamente, mais de um colegiado da
24 Universidade”. Isso já está no Regimento, mas solicita que seja retirado das normas eleitorais
25 em razão da sua proposta de alteração do Regimento. A Doutora FERNANDA LAVRAS
26 COSTALLAT SILVADO diz que, com relação ao apontamento do professor Marco Antonio,
27 essa redação só está replicando o que está nos Estatutos, no artigo 133, e no Regimento Geral,
28 no artigo 216. Então ela não traz nenhuma novidade, e para que alterem isso teria de haver uma
29 mudança estatutária e regimental. A mesma coisa com relação a essa possibilidade de o discente
30 de participar simultaneamente de mais de um colegiado; há necessidade de alteração estatutária
31 e regimental para que isso conste nas normas eleitorais. Sobre a proposta do conselheiro
32 Matheus Albino, enquanto não fizerem uma alteração estatutária e regimental, não será possível
33 excluir essa previsão da proposta que está sendo submetida ao Consu neste momento. A
34 Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz, esclarecendo o apontamento da conselheira
35 Milena em relação à impossibilidade de haver mais de um estudante de uma mesma unidade,
36 que o artigo 11, que está sendo modificado só para a inclusão da CCE, dispõe que “Os
37 candidatos serão ordenados por ordem decrescente no número de votos recebidos, e em
38 números iguais aos mencionados nos artigos 3º e 4º desta Deliberação, para o Consu, CCG e
39 CCE, os primeiros classificados serão representantes titulares e os seguintes representantes
40 suplentes no Conselho e nas comissões”. Caso isso impeça a composição total, a legislação

1 permite que se repitam estudantes da mesma unidade, mas a ideia é permitir que haja
2 representantes de várias unidades. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE
3 CARVALHO diz que, dado o esclarecimento da doutora Fernanda de que esses itens já estão
4 nos Estatutos e no Regimento, não cabe agora, portanto, fazer nenhuma alteração neles. Como
5 encaminhamento, solicita que seja comunicado à CCG o fato de que o Regimento Geral da
6 Graduação, artigo 72, inciso I está contrário aos Estatutos e ao Regimento e, se for o caso, a
7 CCG proceda à solicitação de revisão do Regimento, especificamente nesses dois pontos, ou
8 altere o próprio Regimento Geral da Graduação para ficar de acordo com os Estatutos e
9 Regimento da Unicamp. A proposta inicial era realmente a supressão do parágrafo 3º do artigo
10 3º da proposta, mas dado esse impedimento, acha que a comunicação à CCG sobre esse fato dá
11 oportunidade de a CCG se manifestar e iniciar, ou não, qualquer processo de alteração. O
12 MAGNÍFICO REITOR diz que vai deixar essa questão para análise do professor Ivan, e em
13 contato com a PG verificar a necessidade de mudar essa parte do Regimento Geral da
14 Graduação. O professor Marco Antonio fez o alerta, a PRG analisa e responde oportunamente
15 ao professor Marco Antonio. Respondendo ao conselheiro Matheus Albino, diz que a maioria
16 qualificada muitas vezes é exigida para uma mudança nos Estatutos, mas no Regimento exige
17 só a maioria simples. Como às vezes a mesma formulação está no Regimento e nos Estatutos,
18 precisam aprovar por maioria, por 52 votos. Não sabe se poderiam proceder à votação como
19 está e deixar em aberto essa solicitação de mudança regimental, que poderiam formalizar e
20 colocar em um Consu futuro, porque mesmo que a norma seja aprovada sem isso, vão ter de
21 aplicar, já que é estatutário. Os conselheiros podem formalizar o pedido, que será enviado para
22 análise da SG, da PG e encaminhado para o Consu. O Conselheiro MATHEUS ALVES
23 ALBINO diz que então mantêm a forma como está, porque está replicando o Regimento e
24 Estatutos, e submetem a proposta à Secretaria Geral no final da reunião. A Conselheira
25 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que não entendeu muito bem o que viria no
26 bojo dessas solicitações; parece-lhe que haverá também, em algum momento, reivindicação dos
27 estudantes de que as próprias entidades estudantis coordenem as suas eleições. Isso foi discutido
28 amplamente várias vezes e o Consu entendeu que quem coordena as eleições docentes não é a
29 Adunicamp e quem coordena as eleições de representantes de funcionários não é o STU. O
30 MAGNÍFICO REITOR diz que talvez seja melhor deixar essa discussão para o momento em
31 que ela surgir. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que se existe conflito com o
32 Regimento Geral, podem retirar esse inciso específico e votar o restante, porque não faz sentido
33 votar favoravelmente. O MAGNÍFICO REITOR diz que o conflito potencial existiria com os
34 Estatutos, que são superiores ao Regimento Geral da Graduação, então precisam mudar os
35 Estatutos. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que de qualquer forma podem
36 votar o Regimento sem essa parte, porque votar com essa parte significa que os conselheiros
37 concordam que não se deve abonar a falta. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI
38 diz que na verdade isso está replicando o que consta no Regimento Geral: não exime os
39 estudantes de participar das atividades, mas não diz expressamente que não podem faltar para
40 comparecer na reunião. Mesmo porque, sempre que necessário, a Secretaria Geral emite um

1 documento atestando que o aluno compareceu, e não acredita que tenha havido problema. A
2 Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE observa que no Regimento está escrito que abono
3 de faltas está previsto nos casos de: “Inciso I - Exercício de representação estudantil em órgãos
4 colegiados”. Na proposta, está escrito: “O exercício de quaisquer funções de representação, ou
5 de atividades delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres,
6 inclusive a exigência da frequência”. O MAGNÍFICO REITOR pergunta à doutora Fernanda
7 se seria possível modificar esse trecho. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
8 SILVADO diz que na verdade não vê incompatibilidade na previsão do Regimento da
9 Graduação com o que está hoje nos Estatutos. Os Estatutos estabelecem, de uma maneira geral,
10 que o exercício da representação discente nos colegiados não exonera os estudantes das
11 obrigações estudantis, a frequência inclusive é até utilizada como aferição de nota. O artigo 72
12 do Regimento da Graduação está dizendo que no dia em que o aluno for a uma reunião do
13 colegiado, ele vai ter a falta abonada, então acha que são coisas que se conversam, não vê como
14 incompatíveis. Está olhando agora os dois dispositivos e não vê problema em prever que
15 especificamente no dia da reunião a falta será abonada e ao mesmo tempo exigir para o discente
16 o cumprimento das suas obrigações estudantis – frequência às aulas, realização de trabalhos e
17 todas as obrigações que ele possui. O MAGNÍFICO REITOR diz que a reunião é gravada e a
18 ata ficará disponível; a interpretação que a PG está dando é bastante afirmativa, então pergunta
19 à conselheira Milena se ela vê necessidade de alterar. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO
20 CICONE diz que não sabe se é uma questão de interpretação, mas não é o que está escrito. Aqui
21 está escrito que não exonera o estudante da exigência de frequência. O MAGNÍFICO REITOR
22 diz que não exime das atividades discentes. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz
23 que concorda que não é contraditório mesmo. O MAGNÍFICO REITOR diz que não é
24 específico. O que o Regimento está fazendo é, no caso específico de coincidência de aula e
25 reunião, o aluno terá falta abonada. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que não
26 está entendendo por que está escrito o contrário nessa proposta. A Conselheira ANNA
27 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que não está escrito o contrário. “Não exonera o
28 estudante do cumprimento de seus deveres escolares” é bem genérica a formulação, inclusive
29 da exigência de frequência. Se o aluno não justificar a sua falta, ele não vai poder dizer que
30 faltou por causa da reunião. No Regimento, que é mais específico, está colocado que o estudante
31 tem direito ao abono de falta, ele é mais específico e essa minuta é mais geral. Então não está
32 sendo contraditório e os representantes discentes não estarão votando contra o interesse dos
33 estudantes. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que a rigor, como esses dois
34 parágrafos já constam no Regimento Geral, é desnecessário que conste da minuta que estão
35 discutindo agora. Se atender, não haveria óbice em suprimir, pois já constam do Regimento
36 Geral. Como o conselheiro Matheus Albino adiantou, os representantes discentes vão solicitar
37 a alteração, e então se discutirá isso. Nessa minuta da eleição não precisa constar essa
38 disposição. O MAGNÍFICO REITOR pergunta se isso fica de acordo ou se há algum óbice em
39 relação a isso. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que acata
40 a sugestão da doutora Ângela. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que então

1 a sugestão é excluir o artigo 3º das minutas das normas eleitorais da graduação e pós-graduação,
2 que contêm os seguintes parágrafos: 2º: “O exercício de quaisquer funções de representação,
3 ou de atividades delas de recorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres
4 escolares, inclusive da exigência da frequência” e 4º: “Nenhum estudante poderá integrar,
5 simultaneamente, mais de um colegiado da Universidade”. Esses dois dispositivos constam do
6 Regimento e havia a proposta de que fossem incluídos nessa deliberação que cuida
7 especificamente das eleições, tanto da graduação quanto da pós-graduação junto ao Consu,
8 CCG e CCPG e agora também CCE. Então, a proposta que está fazendo agora é de retirar esses
9 dois parágrafos da alteração que vai ser feita nas normas eleitorais, e as demais alterações
10 continuariam valendo. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à
11 votação as minutas referentes aos itens 07 e 08 da pauta, com exclusão do artigo 3º de cada
12 uma, que são aprovadas com 65 votos favoráveis e 02 abstenções. Passa ao item 01 da Ordem
13 do Dia Suplementar – Dossiê nº 01-D-11674/2022 –, que trata de proposta de Política de
14 Contratação de Docentes, Carreira MS, nível 3.1, elaborada pela Pró-Reitoria de
15 Desenvolvimento Universitário, contemplando quatro etapas de ação. Passa a palavra para o
16 professor Fernando Sarti. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a primeira proposta foi
17 levada a todos os diretores de unidades e depois os diretores reunidos apresentaram uma
18 contraproposta, que foi avaliada pela PRDU, que por sua vez está trazendo uma contraproposta
19 também. Ressalta que estão considerando apenas, como disse o professor Antonio José, vagas
20 docentes MS; não estão consideradas ainda vagas para pesquisadores nem para as carreiras
21 especiais. Na análise realizada pelos diretores, foram apresentadas várias mudanças dentro do
22 próprio quadro, a partir do controle que as unidades tinham e o quadro distribuído dentro da
23 DGRH, através do Sistema Sênior, na PRDU e também da CGU. Há duas mudanças em termos
24 de atribuições de vagas, a partir dessas diferenças que foram observadas entre o que constava
25 no quadro, o que estava na DGRH e o que foi informado pelos diretores e depois devidamente
26 checado. Como colocou desde o primeiro momento, realmente existem ainda essas divergências
27 entre os quadros, e assim que elas forem sendo identificadas, obviamente vão fazendo as
28 modificações. Estão tomando o período final de 2016, quando o número de vagas era 1.901, em
29 relação a 2021, que é de 1.699 vagas. Acabaram de aprovar aqui a terceira revisão, e observa
30 que em 2021 houve 38 docentes que se demitiram, além de 41 aposentadorias e cinco
31 falecimentos. Portanto, esse quadro é dinâmico, e a depender do momento em que ele é
32 considerado, os números vão se alterando. A proposta é primeiramente garantir os 57 concursos
33 em andamento, já aprovados pela CVD e depois pela CAD, mas que foram interrompidos por
34 conta da lei complementar 173. A segunda ação seria manter a reposição para casos de
35 falecimento e/ou desligamento, como já vinha ocorrendo mesmo na vigência da lei
36 complementar 173. E a terceira ação, que vão estar tratando mais aqui, é a reposição das
37 aposentadorias que ocorreram no período 2016-2021, ao passo que a quarta ação consiste em
38 algo de mais médio prazo, 2023 em diante. Mostra o quadro com os números de cada unidade,
39 observando que tudo o que está em vermelho representa mudanças observadas em relação ao
40 quadro de 2016, nenhuma em relação a 2021, apenas 2016. Só para citar alguns: na FEM antes

1 identificavam 85, agora são 86; a Fecfau não mudou; o IEL alterou de 70 para 71; a Feagri
2 passou de 35 a 36; e IE de 66 para 67; a FEF de 36 para 37; o IB manteve 121; o IC 52; a Fec
3 85; a FOP de 87 para 88; a FE 89, permaneceu como estava; já na FCM, a mudança foi de 315
4 para 329. Nesse caso, a partir da sistemática que foi adotada, a FCM teria uma vaga a mais que
5 está ali na frente quando utilizam a ação 3B. O Imecc manteve 102; a FEQ alterou para 47; o
6 IFGW manteve 82; o IG de 57 foi para 58; o IFCH 87; o IA de 80 para 81; o IQ 74; a FCF 16;
7 a FCA de 94 para 96; FT manteve 51; e a FEnf de 27 para 28. Portanto, a alteração foi de 1.886
8 existentes para 1.901. Depois, se algum diretor não se sentir devidamente identificado aqui,
9 pode se manifestar. A partir daí, a Ação 1 foi a atribuição de 57 vagas já aprovadas em 2019-
10 2020 na CVD e na CAD. Depois a proposta foi a atribuição de mais duas vagas para cada
11 unidade, totalizando, portanto, 48 vagas. A proposta encaminhada pelos diretores foi naquelas
12 últimas quatro unidades da tabela, FCF, FCA, FT e FEnf, atribuir mais duas vagas, então elas
13 saltariam para quatro. O argumento foi de que se tratava de unidades novas e que, portanto,
14 caberia oferecer mais duas vagas. Preferiram não atribuir essas vagas ainda e essas questões
15 poderiam ser tratadas na Ação 4, que vai ser a de médio prazo. A ação 3B é aquela que, sem
16 descontar a ação 3A, considera o total da queda e só desconta a Ação 1, e em cima disso atribui
17 a recuperação de 35% das perdas. O número que havia sido proposto inicialmente pela PRDU
18 era de apenas 25%, e a sugestão vinda dos diretores foi de uma reposição de 35%, que foi
19 acatada. A partir dessa distribuição de 35%, há os números para cada uma das unidades. O total
20 de vagas está na coluna seguinte e depois é possível observar, também na coluna final, o total
21 de vagas atribuídas pela Ação 1 e pela Ação 3 para cada uma dessas unidades. O que muda está
22 na última linha: em vez de atribuir 163 novas vagas, seriam agora 165. A diferença em relação
23 ao patamar de 2016 agora é de 37 vagas, que ficaram faltando repor para chegar ao patamar de
24 2016. Na Ação 1, estariam atribuindo 57 vagas; na ação 3A e 3B, 108 vagas, em um total 165
25 vagas. E na Ação 4, que seria a de médio prazo, 2023-2024, alguns dos critérios para as
26 distribuição dessas vagas seriam: primeiro, obviamente, uma análise das condições
27 orçamentárias e financeiras da Universidade; a tentativa de reposição parcial das aposentadorias
28 ocorridas a partir de agora, no período 2022-2024; levar em consideração essa capacidade de
29 crescimento das unidades mais novas, como foi sugerido pelos diretores da área; e a adoção de
30 alguns indicadores de desempenho acadêmico associados às atividades-fim: pesquisa, docência
31 e extensão, mas também os novos programas, curricularização, relação aluno/docente, novos
32 cursos, novos programas de pós-graduação, entre outros. Todos mais associados à dimensão
33 acadêmica. Além disso, seria importante, até pelo que discutiram antes, trazer algumas dessas
34 contratações para áreas acadêmicas de pesquisa estratégica para a Universidade. Não vão
35 decidir isso hoje, mas a partir do engajamento de todos os diretores e dos órgãos centrais, de
36 pensar em novas sistemáticas de atribuições dessas vagas, por exemplo, talvez vagas
37 institucionais que possam trazer interdisciplinaridade ou junção entre várias unidades, no
38 sentido dessas vagas, para pensar em mecanismo também para aumentar a atratividade de
39 jovens pesquisadores, a retenção desses quadros dentro da Universidade e outros critérios que
40 definam no Conselho Universitário e em algumas câmeras inferiores. Essa seria a Ação 4,

1 pensando mais a partir de 2023-2024, enquanto aquelas atribuições de vagas, no total de 165,
2 já seriam feitas imediatamente a partir da aprovação. O impacto financeiro é o seguinte: Ação
3 1 com 57 vagas; a Ação 3 com 108, naquele total de 165 vagas, e isso totalizaria, já considerados
4 todos os reflexos e incluindo inclusive o vale-alimentação, tudo já devidamente já reajustado
5 para o ano de 2022, recursos da ordem de R\$36 milhões. Isso representa dentro das Receitas do
6 Tesouro do Estado, previstas na PDO 2022, 1,15%. Só para terem um número de referência, se
7 quiserem mexer nessas atribuições de vagas, a contratação de cada docente doutor representa,
8 em termos de custo anualizado, R\$219 mil. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE
9 ROCHA agradece à Reitoria pela oportunidade de discutir antecipadamente esse item com os
10 diretores, o que permitiu que conversassem bastante. Na última reunião que fizeram, contaram
11 com a presença de 20 diretores, o que resultou na proposta trazida aqui hoje, inclusive dos 35%,
12 e agradece a mudança, que beneficia por exemplo a FEnf, que precisava. Acha que a proposta
13 é muito boa, ela vai permitir destravar e fazer planejamentos futuros, e ela pode ser excelente
14 se houver espaço para acatar o que foi muito discutido entre os diretores, que são o caso da FT
15 e FCA, principalmente. Entende que é um caso de Ação 4, mas dado que tem toda uma questão
16 de planejamento e uma contratação aprovada hoje, provavelmente, vai implicar tomadas de
17 posse apenas em meados de 2023, acha que isso limita bastante a ação das unidades. Então, se
18 for possível, gostaria de fazer uma proposta em cima da proposta feita, que seria: não sendo
19 possível duas vagas para FT, FCA, FEnf e FCF, que fosse pelo menos uma agora e o resto fica
20 para discussão depois. Isso elevaria o número de 165 para 169, com o impacto adicional de
21 menos de R\$1 milhão, o que é 0,3% naqueles 1,15% mostrados aqui. Tudo tem impacto, sempre
22 precisam discutir prós e contras, mas entende que FT, FCA, FEnf e FCF, nesse caso, não são
23 beneficiadas diretamente pela política de reposição de aposentadorias. Portanto, aquilo que é
24 muito bom para 20 unidades da Unicamp acaba não sendo muito bom para essas quatro. E se
25 conseguirem pelo menos acatar parcialmente o pedido encarecido dos quatro diretores, de não
26 sendo possível duas vagas adicionais para elas, que fosse uma pelo menos agora, a proposta
27 seria muito boa para todas as unidades, então isso vai de acordo com o que o próprio professor
28 Antonio José falou mais cedo. É um pensamento direcionado ao crescimento acadêmico da
29 Unicamp e, felizmente, neste momento o impacto financeiro não seria tão alto assim. Entende
30 a decisão de trazer a proposta não acatando essas duas vagas, para deixar para a Ação 4, tem
31 todo sentido, mas dada a dificuldade do momento e o impacto financeiro só a partir de meados
32 de 2023, pediria encarecidamente considerar essa situação de pelo menos uma vaga para cada
33 uma dessas unidades. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI diz que o movimento
34 que a Reitoria está fazendo com relação à disponibilização de vagas é importante, e ficam
35 felizes que isso esteja acontecendo depois de tanto tempo. Os diretores entendem que a situação
36 das unidades, com as aposentadorias, ficou aquém do que elas precisam para trabalhar. Por
37 qualquer critério que for estabelecido em um GT futuro para se pensar em distribuição de vagas
38 na Ação 4, como o professor Fernando Sarti está sugerindo, tem certeza de que a FCA vai ser
39 atendida. A Faculdade possui seis cursos, e conta com 13 professores em Engenharia de
40 Produção, 13 professores para Engenharia de Manufatura, 13 professores para Ciências do

1 Esporte, e isso impacta muito na atividade acadêmica, até porque a carga didática dos
2 professores da FCA é muito superior à da grande maioria das unidades. Mais de 30% das turmas
3 têm mais de 100 alunos na sala de aula, então isso é uma carga de trabalho enorme para os
4 docentes. Quando perdem alguém para a aposentadoria, como perderam dois professores no
5 ano passado, isso tem um impacto enorme no curso. A professora Maria Luiza tem ciência
6 disso, precisam constantemente chamar professor substituto por uma aposentadoria que
7 aconteceu o ano passado; a professora é psicóloga e não possuem um psicólogo, sendo que o
8 Conselho Regional de Nutrição diz que tem de ser psicólogo para ministrar a disciplina em
9 questão. Isso impacta muito na qualidade da atividade dos docentes na unidade, por isso ficaram
10 parcialmente felizes com as duas vagas adicionais. Entendem o impacto no orçamento, mas
11 ficam muito preocupados porque se é uma política para daqui a três ou quatro anos, muito
12 provavelmente isso vai passar para outra gestão sem que tenham uma resolução desse problema
13 pelo qual passa a FCA. Observa que todos, internamente ou externamente à Unicamp, no RAD,
14 a Fapesp, o CNPq, a Capes, olham para a FCA como para qualquer outra unidade, só que os
15 docentes são sobrecarregados. Isso sem contar o quanto ela é enxuta com relação ao número de
16 funcionários. O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS diz que a FT não tem como apoiar
17 essa proposta, tendo em vista que ela passa uma mensagem de falta de prioridade com as
18 unidades de Limeira. Essa situação causa muito desconforto até para os dirigentes de Limeira,
19 que têm de sempre repetir a mesma fala aqui. Não possuem salas de aula, nem salas de
20 professores, a biblioteca é vergonhosa, não há nem departamento, e no momento de dividir os
21 professores fazem um único cálculo, em que não possuem prioridade, que é a reposição de
22 aposentadoria, porque a Faculdade tem dez anos. Diz que não tem como explicar isso para a
23 sua comunidade. Não entende porque o critério de igualdade, professor por carga horária, não
24 é já utilizado a princípio. Realmente tem muita dificuldade de absorver essa proposta do jeito
25 que ela está; votará contrariamente a ela, e inclusive tem preocupações com a Etapa 4, porque
26 ela volta a falar em aposentadoria, ações estratégicas, capacidade de crescimento, que é uma
27 coisa difícil de entender. Então, manifesta a sua preocupação de sempre com os critérios
28 definidos, que muitas vezes os prejudicam. Aprovaram um curso no Consu em 2019 sem
29 professor nenhum, e ainda está negociando os cinco professores que a Faculdade vem
30 solicitando para completar o curso. É maravilhoso discutir novas contratações, é muito bom
31 para a Universidade como um todo, mas essa proposta é uma mensagem muito negativa para a
32 comunidade de Limeira. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz
33 que também vai falar por Limeira. É muito bom ver uma proposta explícita como essa, que traz
34 números, o aspecto temporal da perda provocada pelos desligamentos e aposentadorias, mas
35 justamente nesse ponto as unidades jovens acabam sendo penalizadas, porque possuem um
36 corpo docente jovem, e é claro que isso não apareceria com maior força no levantamento
37 efetuado. Então, em primeiro lugar, acha que essa tabela, essa política poderia ter um passo a
38 mais, um estudo a mais. Não sabe se ela precisa ser votada agora, mais para aprofundar esse
39 estudo justamente nos pontos que estão na Ação 4. É óbvio que ela repõe perdas de algumas
40 unidades, como foi colocado, mas ela não coloca as unidades em iguais condições, então ela

1 mantém a defasagem existente nos *campi* de Limeira com relação ao corpo docente. Reconhece
2 o esforço, mas acha que o mérito da questão, as especificidades das novas unidades não foram
3 consideradas. A Ação 4 talvez possa até ser considerada no curto prazo, 2023, mas o reflexo
4 disso é para um ano e meio, dois anos adiante; uma decisão tomada no ano que vem passa a ser
5 de médio prazo efetivamente. É preciso ter um olhar diferente. Um aspecto bem pontual que
6 ilustra essa situação é a seguinte: quando um professor na FT, que tem vários cursos diferentes,
7 pede para sair para um pós-doutorado e passa um ano fora, ele tem de procurar um colega que
8 assuma quatro ou cinco disciplinas diferentes naquele ano. Essa é uma conta que pagam pela
9 quantidade de professores, então esse docente precisa convencer um, dois ou três colegas
10 diferentes que assumam essa carga didática. E isso não é um ou outro caso, é a regra geral
11 existente na FT. Então precisam olhar para especificidade, na medida do possível melhorar essa
12 proposta agora ou fazer essa Ação 4 estar mais próxima no aspecto temporal. Talvez possam
13 dar um passo e dizer que a Ação 4 vai ser feita antes para atender especificamente essas outras
14 unidades, mas da forma como está ela penaliza esse corpo docente jovem. O Conselheiro
15 FRANCISCO HAITER NETO parabeniza o professor Fernando Sarti pela proposta, é sempre
16 bom poder discutir novas contratações. Diz que havia feito uma pequena correção nos números
17 da FOP, que o professor Fernando Sarti mostrou, mas não conseguem chegar ao número que
18 foi apresentado. Pergunta então se depois pode se reunir com o professor Rodrigo Lanna para
19 chegarem ao número correto, para ver se realmente os números batem, porque a diferença de
20 um número está correspondendo a uma vaga. Apoiar a proposta do professor Anderson, que foi
21 muito discutida por todos os diretores; entendeu que as unidades mais jovens estavam sendo
22 contempladas, e com a proposta do professor Anderson elas podem ser ainda mais
23 contempladas. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA agradece por trazerem esta
24 discussão, que é fundamental para o funcionamento da Universidade, para o trabalho docente,
25 mas também ficou bastante desanimada com a proposta. Como docente dos cursos de
26 Administração, Administração Pública e Engenharia de Produção, com as salas lotadas de
27 estudantes, afirma que isso tem prejudicado muito o desempenho dos docentes em outras áreas.
28 Se desejam dar uma aula decente, prejudicam-se muito em termos de pesquisa, extensão, então
29 também endossa a necessidade de repensar esses critérios e levar em conta a carga docente e a
30 infraestrutura nessa consideração das vagas. Já estão há muito tempo nessa situação, e é bem
31 desgastante. Se não veem um futuro à frente, vão começar a perder mais e mais docentes, e
32 assim fica mais grave ainda para repor, então solicita que reflitam sobre um novo critério de
33 alocação de vagas docentes. O Conselheiro EDSON TOMAZ apoia a proposta do professor
34 Anderson, que antecipa um pouco a Ação 4, que depois poderá ser complementada e assim
35 diminuir essas assimetrias entre as unidades de Limeira e as demais. Uma questão específica
36 da FEQ é a seguinte: a Ação 1 considera aqueles processos de contratação que foram
37 interrompidos em decorrência da lei complementar 173, entretanto, no caso da FEQ existe uma
38 situação em que não houve progresso na contratação em decorrência de outras questões, e esse
39 é um assunto que já trataram com a professora Maria Luiza e com o professor Fernando Sarti.
40 Foi um concurso que começou em 2014, houve uma aprovação, a candidata depois foi

1 eliminada em função de um exame de saúde, houve um recurso administrativo, e isso teve um
2 desfecho só em 2020, com a confirmação pela PG da eliminação. Foi um processo que se
3 arrastou, foge de qualquer regra que está colocada dentro dessa proposta, então só deixa
4 registrado que existe também essa situação, talvez até existam outras semelhantes que precisem
5 ser de alguma forma consideradas. Há um assunto da verba, tem de ser feita uma troca, que está
6 sendo providenciada pela DGRH, mas isso tem de entrar na conta para poder fazer o cálculo,
7 especialmente naqueles 35% da diferença que isso vai afetar naquela tabela. O Conselheiro
8 ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI agradece e elogia a proposta, o processo de negociação,
9 acha que essa é uma medida que, evidentemente, gera discordâncias, mas dá previsibilidade e
10 diminui as tensões desta que certamente é uma das tarefas mais difíceis do diretor, discutir
11 concurso, vaga etc. Essa política vem na sequência um pouco mais larga no tempo de um
12 período em que tinham uma regra clara de reposição de aposentadorias, a reposição automática
13 que vigorou, foi objeto de controvérsias, mas ela foi fundamental para a renovação dos quadros
14 da Unicamp até 2016. Na sequência, houve um longo período de grandes dificuldades, com
15 muito poucas reposições, cujos critérios não estavam muito claros ou a reposição acabou sendo
16 muito desigual. A Etapa 3 está preocupada, em si, com a reposição das perdas por
17 aposentadorias, é um critério que é objeto de crítica, mas está claro. Concorda com o acréscimo
18 proposto pelo professor Anderson, uma espécie de antecipação parcial da Etapa 4, desde já com
19 uma vaga adicional para as unidades cuja perda relativa por conta da idade da unidade não
20 permite uma contratação mais expressiva. Já comentaram na reunião dos diretores que agora,
21 pelo menos no curto prazo, tentar considerar no cálculo critérios como vetor de carga didática,
22 tamanho ideal pensado, por estar cada unidade em um momento muito diferente no tempo, seria
23 inviável, seria um caminho para não ter muita solução no curto prazo. Até para refletir um
24 pouco sobre a Etapa 4 e se ela pode ser em partes antecipada ou não. Claro que isso é objeto de
25 revisão, reavaliação, mas pergunta se existe algum número, algum montante, se é do tamanho
26 parecido com 165, que é o volume proposto agora, para as Etapas 1 a 3. Se existe algum tipo
27 de previsão, se é alguma coisa parecida com essa, metade, mais, menos. Mas manifesta seu
28 apoio à proposta. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI agradece à PRDU pelo
29 excelente trabalho realizado, sempre com responsabilidade fiscal e pensando no bom
30 funcionamento do ambiente acadêmico. Além dos itens relatados pelo professor Anderson,
31 elaborados na reunião dos diretores e encaminhados para a PRDU, os quais também apoia e
32 agradece o acolhimento de parte deles, foi também solicitada por parte dos diretores avaliação
33 de impacto orçamentário, se fosse incluída a atribuição de vagas para os casos aprovados apenas
34 na CVD antes da lei complementar 173 e que não foram tramitados na CAD justamente por
35 conta dessa lei. Adiciona a justificativa de solicitação da inclusão de realização dos concursos
36 aprovados pela CVD antes da lei complementar 173. No IA, dois cursos apontados que estão
37 com menos de 15 docentes e com potenciais aposentadorias, um deles com seis possibilidades,
38 seriam concursos autorizados pela CVD, mas impedidos de tramitar na CAD por conta da lei
39 complementar 173. Então, de forma muito sucinta, muito direta, pergunta ao professor
40 Fernando Sarti se esses estudos de impacto puderam ser realizados dentro desse curto prazo,

1 para acolher essas demandas de concursos aprovados pela CVD anterior à lei complementar
2 173. Se foi possível acolhê-las, sugere incluir a realização desses concursos também para honrar
3 com a realização dessas novas vagas, desses concursos que seriam realizados em 2020, e
4 também caminhar na resolução dos problemas relacionados à quantidade de docentes nos
5 departamentos apontados pelo professor César e demais conselheiros na reunião de hoje. O
6 Conselheiro ALBERTO LUIZ SERPA diz que vai pontuar uma situação, na linha do que o
7 professor Edson colocou, que no título da Ação 1, no cabeçalho do texto, consta que são vagas
8 relacionadas à lei complementar 173, mas particularmente na coluna da Ação 1, a FEM possui
9 uma vaga nessa situação e duas são de demissões, então já estariam andando normalmente. Se
10 observam a coluna da projeção 2022-2023, ela está contando as demissões, mas já sabem que
11 há, no caso da FEM, uma imprecisão, porque em 2022 já ocorreram duas aposentadorias. Então,
12 na verdade, misturou um pouco, na sua opinião, embora concorde que tudo é incremental e acha
13 que a proposta é boa no sentido de construir as etapas. Sua preocupação é mais no título da
14 tabela, porque nem todos os casos que ali constam foram interrompidos pela lei complementar
15 173, então é mais para ficar preciso. Mas, no geral, concorda que a proposta é positiva no
16 sentido de retomar as contratações e ela tem de ser mesmo incremental e por fases, então acha
17 que é um bom começo, é favorável a esse tipo de encaminhamento. O Conselheiro MÁRCIO
18 ANTONIO CATAIA parabeniza a PRDU pelo trabalho que foi realizado com essa política da
19 Reitoria de retomar as contratações, que têm um papel central na recomposição do corpo de
20 professores, como todos estão observando. Apoiava a proposição que os diretores fizeram em
21 reunião e que o professor Anderson relatou aqui ao início. Solicita que tenham sensibilidade
22 em relação às vagas para as unidades mais recentes; há pouco tempo, encontrou-se com o
23 professor Márcio Torsoni porque um docente do IG dividia os trabalhos entre o Instituto de
24 Geociências e a FCA. E, por uma impossibilidade de continuidade em Limeira, o professor está
25 hoje somente no IG. Então, de fato, a afirmação do professor com relação à carga didática é
26 sentida, por isso faz esse apelo ao Conselho Universitário para olhar com esse cuidado para a
27 proposta que encaminharam e que um grupo de diretores encampou. Por esse trabalho mais
28 próximo do Instituto de Geociências com a FCA, conhece de perto esse trabalho, o esforço dos
29 colegas, que sabe que ocorre também na FT, o trabalho todo que ali vem sendo realizado, o
30 esforço imenso que é feito com uma carga didática elevada. Então lhe parece justo pensarem,
31 neste momento, em um esforço para garantir aos colegas essas vagas adicionais, como elas
32 foram propostas no início, relatadas pelo professor Anderson. O Conselheiro MARCELO
33 ALVES DA SILVA MORI parabeniza pela proposta, que contempla diferentes aspectos
34 importantes. Concorda com a proposta do professor Anderson e acha que principalmente a Ação
35 4 é importante, pois sempre devem olhar estrategicamente, não só para o presente, mas para o
36 futuro da Universidade. Nesse aspecto, chama-lhe bastante a atenção positivamente a proposta
37 de avaliar áreas estratégicas e índices acadêmicos importantes para determinar essas novas
38 vagas. Gostaria de entender um pouco melhor quando essas discussões, esses mecanismos de
39 atração serão iniciados; o professor Sarti mencionou médio prazo, e acha que precisam começar
40 o quanto antes essas definições, tendo em vista que estão em um momento em que não só a

1 Unicamp tem disponibilidade de contratações, mas outras universidades paulistas ou
2 universidades federais ao longo do país, e um momento também em que é importante que criem
3 mecanismos para atração de docentes qualificados. A Fapesp, atenta a isso, abriu vários editais
4 como, por exemplo, o Projeto Geração. O professor Fernando Sarti mencionou possibilidades
5 de atração de jovens pesquisadores. Acha que precisam sinalizar, o mais rápido possível, para
6 a comunidade que possuem esses mecanismos para tentar atrair o melhor quadro possível para
7 ocupar essas vagas. Propõe que essas discussões sejam feitas o quanto antes e levem em
8 consideração o momento que vivem atualmente nas universidades paulistas. O Conselheiro
9 RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA agradece à Reitoria e aos colegas diretores pela
10 oportunidade de conversar sobre isso, tentar decidir juntos. Agradece também ao professor
11 Anderson pela forma pragmática como conduziu e coordenou a conversa, que foi muito rica; é
12 muito importante conhecer também um pouco a realidade das outras unidades. Está entendendo
13 que essa é uma proposta emergencial que vem atender a uma demanda muito urgente de todos.
14 Acha que houve essa sensibilidade por parte da Reitoria de perceber isso e a necessidade de dar
15 uma resposta para tirá-los um pouco do sufoco. Antecipando talvez a discussão que ainda deve
16 ocorrer sobre a Etapa 4, diz que lhe chamou a atenção o item 4E, que diz respeito às áreas
17 estratégicas. E mesmo conversando no grupo dos diretores, normalmente quando falam em
18 áreas estratégicas, pensam logo em tecnologia, meio ambiente, que são evidentemente
19 estratégicas e necessárias, mas muito mais relacionadas às ciências duras. Porém, há áreas
20 estratégicas também dentro do campo das Ciências Humanas, e um exemplo é que a Unicamp,
21 nos últimos anos, tem assumido uma postura bastante interessante na defesa das políticas de
22 ação afirmativa, nas políticas de inclusão. Houve muitos avanços, que continuam ocorrendo,
23 no vestibular, por exemplo, nas cotas, no vestibular indígena, agora toda a discussão que o GT
24 está fazendo sobre percurso formativo indígena. Políticas de inclusão e permanência são
25 fundamentais, mas a Unicamp pode também se voltar um pouco mais para fora de seus muros
26 pensando, por exemplo, na importância de levar para as escolas uma discussão fundamental
27 que é aquela estabelecida pela Lei 11.645, que determina o ensino das culturas africanas e
28 indígenas nas escolas. A Universidade possui 22 cursos de licenciaturas, portanto todo ano ela
29 coloca no mercado de trabalho da educação um contingente bem significativo de professores
30 que poderia, se houvesse essa discussão interna, levar para as escolas uma contribuição
31 importante no sentido de ajudar na superação do racismo estrutural, dos estereótipos ainda
32 muito difundidos em relação aos povos indígenas. A Unicamp tem um papel fundamental nisso,
33 ela é uma universidade de muito prestígio e de muita relevância no contexto nacional, e que
34 também é referência para várias outras. Então propõe que pensem essas áreas estratégicas no
35 campo das Ciências Humanas também nessa direção, acha que seria uma possibilidade e uma
36 grande oportunidade que teriam de contribuir de maneira muito significativa para o avanço
37 nessa área do conhecimento através da inserção nas escolas dos professores aqui formados. Mas
38 para isso eles têm de estar devidamente preparados, por isso devem pensar, por exemplo, se
39 contratar docentes para trabalhar com essas disciplinas não seria também uma área estratégica
40 particularmente no campo das Ciências Humanas. O Conselheiro RODRIGO RAMOS

1 CATHARINO agradece a proposta da Reitoria e reforça a proposta do professor Anderson, pois
2 para a FCF é muito importante ter mais vagas, seja de docentes, seja de funcionários. Sair para
3 pós-doutorado, por exemplo, é uma preocupação da diretoria, porque se um professor se afasta
4 para fazer um pós-doutorado, ou solicita qualquer tipo de afastamento, é muito difícil, porque
5 o número de docentes na Faculdade já é muito justo. Pelo fato de a FCF ainda estar em uma
6 fase de consolidação, uma vaga, duas vagas são extremamente importantes, por isso solicita
7 que a proposta do professor Anderson pudesse ser levada em conta. A Conselheira MÔNICA
8 ALONSO COTTA agradece à PRDU pela proposta e pelo diálogo com os diretores, acha que
9 isso é bastante saudável do ponto de vista institucional. Esse diálogo levou a uma discussão
10 muito intensa entre os diretores, que fizeram uma série de sugestões à PRDU. Ela atendeu
11 parcialmente com essa mudança de 25% para 35%, porém não atendeu à principal reivindicação
12 dos diretores, que era proteger as unidades mais novas. Nesse sentido, reforça a proposta do
13 professor Anderson, agradecendo a ele por ser porta-voz dos diretores. Está aqui como diretora
14 do IFGW, mas também faz parte de comissões da Diretoria Executiva de Direitos Humanos,
15 onde estão discutindo planos de equidade para a Universidade. Observa que equidade significa
16 que se há pessoas que têm pontos de partida diferentes, as políticas têm de ser diferentes, porque
17 senão elas nunca vão chegar ao mesmo ponto. A preocupação com as unidades mais novas vem
18 do fato de que elas sequer tinham completado seu quadro e, portanto, elas não são protegidas
19 por esse número calculado pelas perdas. Nesse sentido, precisam pensar em uma política
20 diferenciada e a mensagem da proposta dos diretores, veiculada pelo professor Anderson, é de
21 compreensão de que as unidades têm diferenças que precisam ser tratadas para chegar ao
22 mesmo patamar. Qualquer análise que seja feita tem de levar em conta essas diferenças, também
23 pensando em uma política de equidade, e principalmente em estruturas de cursos, atribuição de
24 carga didática. O professor Pascoal já havia comentado com ela que não conseguiram chegar a
25 um critério para cálculo de reposição de docentes justamente porque não conseguiram
26 compensar essas diferenças. A Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS
27 parabeniza o professor Sarti pela apresentação, sempre muito detalhada. Apoiar a proposta do
28 professor Anderson já nessa fase de garantir um aumento das vagas para essas unidades novas,
29 até porque lhe parece que os valores acrescidos são relativamente pequenos. É óbvio que não
30 está desconsiderando nada que venha na casa de milhões, mas dado o que foi relatado pelos
31 colegas, a desigualdade é enorme entre essas unidades novas e as demais. Indo no mesmo
32 caminho da professora Mônica, diz que precisam garantir uma situação minimamente parecida,
33 ou igualável, entre as diferentes unidades da Unicamp para garantir que todas elas possam
34 promover o ensino, a pesquisa e a extensão com a mesma qualidade. Sabem que o tempo dos
35 professores é algo essencial do ponto de vista da qualidade, tanto da pesquisa quanto do ensino
36 e extensão. Faz coro com o professor Marcelo Mori, acha que precisam pensar nessas áreas
37 estratégicas associadas aos planos de financiamento da Fapesp. Não sabe se é exatamente esse
38 o plano, mas a Fapesp vem apontando para um caminho em que ela espera que o financiamento
39 para jovens doutores, tanto no Jovem Pesquisador como no Projeto Geração, tenha continuidade
40 depois com contratações, que as áreas financiadas por ela tenham continuidade dentro das

1 universidades com contratação de professores nessas áreas específicas. Acha que seria
2 importante pensar no que é estratégico a partir do que tem financiamento, e o financiamento
3 desses projetos não é pequeno. Esse plano lhe dá muita esperança de ter alguma previsibilidade
4 no tocante à reposição, a um plano de reposição permanente dentro da Universidade. Acha que
5 seria absolutamente fundamental que conseguissem, a partir da Fase 4, definir quais seriam as
6 estratégias, chegar em um termo que demonstre solidariedade com os colegas das novas
7 unidades, mas que também atenda às unidades aqui de Campinas, as unidades mais antigas,
8 pensando em uma política que possa ser permanente para que os diretores e a Universidade
9 como um todo saibam exatamente o depósito de esforço que estão fazendo nas políticas. A
10 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO cumprimenta a PRDU pelo estudo, pela proposta, e a
11 Administração por levar a cabo essa política de contratação, que é imprescindível para todos.
12 Apoia a proposta que foi apresentada aqui pelo professor Anderson, e considerando a fala do
13 professor Antonio José, chamando a todos, na parte da manhã, para um política de harmonia, a
14 não seguir uma lógica binária, de olhar para o todo, acha que essa proposta combina com esse
15 olhar sobre o todo, sobre aquilo que é comum às diferentes unidades. Inclusive tratando de
16 forma isonômica, concedendo duas vagas, mas também olhando para as diferenças e, no caso
17 das unidades tidas como mais antigas, da diferença que está relacionada às aposentadorias,
18 embora não recupere totalmente as aposentadorias, mas no caso das unidades novas também
19 considerando sua condição e a sua especificidade. Esse é um equilíbrio muito tênue entre aquilo
20 que é comum e aquilo que é específico para assegurar o respeito à diversidade, que é algo que
21 devem buscar alcançar. Se têm essa possibilidade do ponto de vista orçamentário, parece-lhe
22 que seria importante antecipar, de certa forma, essa Fase 4. Com relação à Fase 4, acha que
23 precisariam começar a discutir o mais rápido possível, até porque o debate que fizeram aqui
24 hoje pela manhã mostra muito bem as diferentes formas de organização das unidades, tanto em
25 relação a ter departamento ou não, mas também a sua estruturação e forma de funcionamento
26 com relação a cursos de graduação, pós-graduação, carga didática. Acha que tudo isso precisa
27 ser conversado para que possam se conhecer melhor, o mais rápido possível, e buscar sempre
28 esse equilíbrio. Apoia a proposta do professor Renê de olhar com cuidado para políticas de ação
29 afirmativa, porque é uma área sobre a qual a Universidade tem se debruçado, tem buscado
30 se fortalecer, e para isso também precisam fortalecer o número de docentes que se encarregam
31 de ministrar disciplinas que possam apoiar essas iniciativas. O Conselheiro JOSÉ
32 ALEXANDRE DINIZ agradece por estarem discutindo contratações docentes e pela proposta
33 de rumos das contratações. Reforça o que seus colegas diretores falaram antes, em total apoio
34 à proposta do professor Anderson, especialmente porque ela contribui um pouco mais com a
35 FT, FCA, FEnf e FCF. Dessa forma, é algo emergencial. Também apoia a ideia do GT. O
36 Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA agradece à PRDU e à Reitoria, é muito
37 bom discutir novas contratações, sem sombra de dúvidas, independentemente de qualquer
38 coisa. Agradece pelo cuidado da proposta e pelo acolhimento, ainda que neste momento de
39 maneira parcial, da proposta encabeçada pelo professor Anderson, que teve a participação dos
40 diretores. Gostou da fala da professora Mônica, no sentido de proteger as unidades mais novas,

1 o que considera muito importante. Se levarem em consideração, de fato, a Etapa 1 e a Etapa 3,
2 isso impacta dentro do orçamento algo como 1,15%, como já foi muito bem colocado. O
3 impacto com esses oito docentes a mais nas unidades seria muito baixo, então para proteger
4 essas unidades mais novas, no seu entender, poderiam aprovar com essa proposta encabeçada
5 pelo professor Anderson. Mesmo porque a diferença existente desde 2016 até hoje é mais ou
6 menos em torno de 300 docentes, e estão repondo aqui, com esses oito extras, algo como 173,
7 então é óbvio que terão de discutir a partir da Etapa 4, e solicita uma certa celeridade nessa
8 discussão para que possam realmente colocar a Universidade nos patamares que ela estava em
9 2016 ou até melhores. Apoia muito a proposta encabeçada pelo professor Anderson e sugere
10 essa antecipação da discussão da Etapa 4. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA
11 SILVA parabeniza a PRDU pela formulação das propostas, pela gestão disso em termos de
12 pensamento e de planejamento, e de pensar essas várias etapas. Apesar de não ter participado
13 da discussão, estaria de acordo com a proposta dos diretores. Acha que é uma proposta razoável
14 e, como disse o professor Zezzi, tem um impacto pequeno em relação ao que já foi proposto
15 para as outras unidades. Sobre o tempo da Ação 4, devem levar em consideração o trabalho
16 docente na Universidade como um todo, e principalmente a grande estafa que existe entre eles,
17 sua qualidade de vida como docentes. Precisam pensar bastante sobre uma série de questões
18 para fazer essas reposições, o professor Zezzi agora acabou de falar do número que acabam de
19 repor, é metade daquilo de que precisam, e acha que devem considerar bastante mesmo essa
20 questão do trabalho docente e da grande carga de trabalho, que não é só uma carga didática, de
21 ensino de graduação e pós-graduação, mas de todos os outros tipos de atividades. A outra
22 questão que levanta para a Ação 4 é o problema da interdisciplinaridade. É muito interessante
23 como de fato a Universidade funciona muito pouco nesse sentido; possuem políticas de ação
24 afirmativa para os estudantes, mas não conseguem estruturalmente propor inovações muito
25 fortes nesse campo. No geral, só conseguem propor projetos coletivos quando é pelas unidades,
26 e não projetos coletivos de professores. Recentemente tiveram, em um edital, de submeter o
27 mesmo projeto várias vezes por diferentes professores, sem que pudessem propor um projeto
28 coletivo. Pensa se poderiam levar em consideração, nas proposições novas, de áreas
29 estratégicas, as áreas interdisciplinares. Muitas universidades têm centros de pesquisa, por
30 exemplo, de estudos afro-latinoamericanos, centros de estudos indígenas e a Universidade, de
31 fato, talvez pudesse aproveitar este momento de renovação para fazer propostas um pouco mais
32 ousadas em termos de estudos sobre as políticas afirmativas. A Conselheira MARIA HELENA
33 BAENA DE MORAES LOPES reforça a proposta do professor Anderson de as unidades novas
34 terem uma vaga a mais, porque para elas um docente a mais ou a menos faz muita diferença.
35 No caso da FEnf, tem um aspecto a mais: ela só possui um docente homem, todas as outras são
36 mulheres e jovens; há três gestantes, uma que já deu à luz, uma que vai ter gêmeos e mais uma,
37 então são três licenças-gestante. Portanto, é um quadro de docentes reduzido, formado de
38 pessoas jovens, que estão ainda formando família, e uma vaga a mais faz diferença. O
39 MAGNÍFICO REITOR diz que a proposta final que a Reitoria apresentou não é imutável, acha
40 que a discussão aqui é importante. Colocaram no grupo de diretores para que houvesse mesmo

1 essa alimentação de propostas e pudessem negociar uma solução. Esta proposta não é a melhor,
2 ela é uma boa proposta. Existe uma premência do tempo, não adianta ter uma proposta perfeita
3 que vai demorar mais meio ano ou um ano para conseguirem negociar. As perspectivas das
4 pessoas são diferentes, elas olham isso de uma forma diferente. Há dois critérios, um que é o
5 percentual em relação à perda, e isso tende a favorecer as grandes unidades, que são as que
6 perdem mais; e um outro critério que são pessoas para todas as unidades, duas para cada, podem
7 aumentar para três, terão só 24 a mais e vai caber no orçamento. É uma alternativa, mas o
8 problema disso é que vão reduzir o grau de liberdade no futuro. Precisam de tempo para discutir
9 os critérios com mais embasamento, então essa, que talvez fosse a melhor proposta, não vai
10 permitir iniciar uma ação rápida, e a que está na pauta é uma ação emergencial. As quatro
11 unidades não são exatamente iguais, e acrescentaria o IA, que tem um Magistério Artístico,
12 com 13 docentes que não estão incluídos aqui, porque ele só existe no IA. A FT tem 16 docentes
13 da Carreira MTS, que também não estão incluídos aqui. A FCF tem 20 professores, a FEnf tem
14 43, pois foi a unidade que mais contratou recentemente, sete docentes. Não é exatamente o
15 mesmo perfil dessas quatro unidades; podem deixar os oito, mas isso deve ser considerado para
16 que tenham transparência na análise. Não necessariamente, ao dar duas vagas para cada uma
17 dessas unidades, vão reduzir a diferença, podem estar eventualmente ampliando. De qualquer
18 forma, atribuir oito ou quatro vagas a mais, como é a proposta do professor Anderson, não vai
19 penalizar o orçamento da Universidade. Estão utilizando um critério que, para que tenham
20 certeza de sua aplicação, precisa olhar especificidades das unidades, e essas quatro unidades
21 têm histórias um pouco diferentes, há coisas que não estão contabilizadas, há diferenças de
22 contratação. O caso mais grave certamente é o da FCF, seguido pela FCA. A FCF possui apenas
23 20 docentes, para terem uma compreensão das dificuldades. Na forma como a proposta foi
24 pensada, existe essa tensão de não conseguir olhar em detalhe cada unidade, por isso a Etapa 4
25 tem de refletir diversas questões, mas com isso ela vai exigir uma longa negociação também, e
26 não é possível satisfazer tudo ao mesmo tempo. Seu objetivo aqui não é falar nem contra as
27 quatro, nem contra as oito vagas, é só justificar o porquê não acataram a princípio essa proposta.
28 Mas se isso é algo que satisfaz à maioria e se as pessoas têm consciência desse problema, então
29 podem ir em frente. Só vão perder um pouco de liberdade para a Etapa 4, mas podem consertar
30 isso que estão fazendo agora na Etapa 4, é uma possibilidade. Não vê problema, mas faz o alerta
31 de que às vezes colocam no mesmo pacote coisas que não necessariamente estão no mesmo
32 pacote. O Conselheiro FERNANDO SARTI agradece a todos pelos comentários, é muito
33 importante esse debate, até porque estão falando do investimento mais importante da
34 Universidade, que é o seu quadro docente. Em relação à proposta do professor Anderson, diz
35 que esperava que os diretores fossem pedir mais. Observa que qualquer critério é arbitrário,
36 qualquer critério traz alguns benefícios para alguns e malefícios para outros. Se olharem para a
37 última coluna da primeira tabela, onde atribuem vagas fixas para cada unidade e depois fazem
38 uma correção pelo percentual das perdas, a unidade mais prejudicada é grande e nova, a FCA.
39 Como o professor Antonio José adiantou, terão de tratar aqui também das carreiras especiais,
40 que levaram em consideração também para analisar. De todas, a única que é grande em termos

1 de números e não tem perdas no período que estão considerando é a FCA. Pareceu-lhe que o
2 conceito do que é novo também não está muito claro; é lógico que a dinâmica muda, as unidades
3 abrem seus programas, ampliam suas linhas de pesquisa, isso tem de ser considerado e colocado
4 dentro da Ação 4 mesmo. No momento em que aparecerem 24 interesses diferentes, vai ser
5 difícil chegarem a um acordo. Todas as unidades são importantes, todos os programas são
6 importantes, todas as áreas são estratégicas, então ter um critério para isso não é trivial. Quando
7 se atribui um critério fixo e um de redução de perdas, isso vai gerar equívocos. Nenhum
8 problema em aceitar, é só questão de olhar para os números: se em vez de atribuir apenas quatro
9 novas vagas, que não têm um impacto tão significativo no orçamento, for decisão deste
10 Conselho Universitário atribuir uma vaga para cada unidade, que também vai ser injusto, uma
11 a mais para cada, isso em termos de orçamento representa 0,17%. A questão não é apenas
12 financeira, saltariam de um impacto de 1,15% para um impacto de 1,32%. Isso se fossem
13 atribuídas 24 vagas novas além das que estão aqui, que sequer repõem 2016. Mas o que
14 imaginaram também é não atribuir muito agora, como colocou o professor Antonio José, para
15 que tenham na Ação 4 uma participação de todos e que venham trazendo suas especificidades,
16 pensando nessas áreas estratégicas, pensando a interdisciplinaridade, pensando em como
17 manter esse jovem pesquisador na Universidade; são questões absolutamente fundamentais
18 para a Universidade. No entanto, desafia alguma unidade a conseguir contratar esse número da
19 Ação 1 e da Ação 3 ainda em 2022. Precisariam dar uma sinalização para as unidades de que
20 terão uma preocupação de reposição, para que elas possam se programar, para que não tenham
21 de fazer contratações apressadas, para que possam pensar em suas novas áreas estratégicas, para
22 que possam atrair, talvez, um jovem pesquisador que está no exterior e tem todo interesse em
23 vir para a Universidade. Isso é a Ação 4. Entretanto, se quiserem trazer mais para dentro das
24 ações iniciais, mais para o curto prazo, essa é uma decisão soberana do Conselho. É muito
25 pouco quatro vagas a mais, não há nenhum problema; mas dizer que oito ou duas para cada
26 uma atende a um critério de serem unidades mais novas, também não é verdade, estão
27 cometendo injustiça com outras unidades. Todo critério aqui vai ser favorável a alguém,
28 desfavorável a outro. Mas acha que os diretores foram muito maduros, se reuniram e trouxeram
29 uma proposta. Acata totalmente, se quiserem uma a mais para essas quatro unidades, ou duas a
30 mais, não vê nenhum problema. Não é problema orçamentário, é um problema de ter critérios
31 que reduzam e não aumentem as injustiças. Na avaliação da PRDU, olhando para o quadro
32 fornecido pela DGRH, a proposta comete uma grave injustiça com a FCA, talvez também com
33 a FCF, mas ela ainda é uma unidade menor e um docente faz diferença, mas duas vagas, três
34 vagas para uma unidade que já tem 100 é muito pouco para unidade nova. No entanto, se foi
35 uma decisão da maioria dos diretores, vão aqui encaminhar já, podem colocar para votação, não
36 vê nenhum problema. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que essa
37 proposta é apoiada por 20 diretores, então ela é mais justa no sentido de que novas para eles
38 são as unidades que não possuem quadro completo. Não acha que houve equívoco na proposta
39 da Reitoria, é possível entender os dois lados, mas se puderem votar a proposta de duas vagas,
40 pelo menos para essas unidades mais prejudicadas, acha que seria importante. Então já votam

1 quatro ou oito. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que podem ser cinco, uma para cada
2 uma delas. No caso da FCA, em vez de uma, duas vagas. O Conselheiro ANDERSON DE
3 REZENDE ROCHA diz que pelo menos isso, se for possível. O MAGNÍFICO REITOR diz
4 que podem votar a proposta básica da Reitoria e votar cinco ou nove, sendo que se forem cinco,
5 a FCA teria duas; se forem nove, a FCA teria três. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS
6 BIANCARELLI diz que além de recuperar o que já estava aprovado, a proposta tem uma parte
7 que é linear, duas vagas para cada unidade, e outra proporcional à perda. Como algumas pessoas
8 colocaram, a ideia de contemplar as unidades que têm pouca perda seria uma antecipação da
9 Etapa 4. Acha importante frisar isso porque certamente vai fazer falta futuramente. E essa etapa
10 faz sentido, acha que não havia ficado claro na reunião dos diretores que a Etapa 4 certamente
11 será proporcional também, porque, de fato, uma vaga para FCA é 1% do quadro da FCA. Então
12 acha que isso pode ser votado, e sua sugestão é que possa ser votado separado. O Conselheiro
13 PAULO ADRIANO RONQUI diz que havia perguntado ao professor Sarti sobre a questão do
14 estudo, sobre o que foi aprovado na CVD e que não conseguiu tramitar por conta da lei
15 complementar 173. Diz isso especificamente porque o IA teria seis concursos que não foram
16 realizados. Não sabe em relação às outras unidades, era uma demanda que seria realizada em
17 2020 e que não foi realizada por conta da lei complementar 173, e que vai ficar com esse passivo
18 também. Era mais esse esclarecimento, solicitando o olhar atento também da PRDU. O
19 Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS diz que o incomodou um pouco a fala do professor
20 Sarti, confirmada pelo senhor Reitor, de que a FCA é a única unidade prejudicada com essa
21 proposta. Isso não é verdade, porque a FCA tem 105 professores e a FT possui 75 docentes no
22 total, porém os 16 da Carreira MTS não podem mais ser contratados, é uma carreira em
23 extinção, então se somarem os 59 da Carreira MS com os 16 da Carreira MTS, dá 75, muito
24 menos que a FCA. Da mesma forma que a FCA, a FT tem 10 anos de existência e seis cursos
25 de áreas diferentes. Entende que as pessoas não conhecem muito bem a situação de Limeira,
26 mas a FT tem uma situação precária, assim como a FCA. Agradece a disposição, tanto do
27 professor Sarti como do professor Antonio José, de acatar a sugestão dos diretores. O
28 Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO diz que, assim como mencionou o professor Paulo
29 no caso do IA, a FOP também possui números diferentes dos que foram apresentados pelo
30 professor Fernando Sarti. Se conseguirem que esses números sejam mostrados, acha que é
31 preciso ter uma mesma conduta. O Conselheiro FERNANDO SARTI, respondendo ao
32 professor Paulo Ronqui, diz que realmente ficaria difícil, dado que adotaram um critério que
33 era já considerar todos os processos que teriam sido aprovados na CVD e depois na CAD.
34 Nada impede de trazer essas demandas para dentro da Etapa 4, justificando a importância para
35 a unidade, áreas estratégicas, mas acha difícil rever um critério agora para uma única unidade.
36 Acha que isso conturbaria muito mais a decisão do que ajudaria. Em relação ao que colocou o
37 professor Falcão, realmente não estão contratando mais docentes da Carreira MTS, mas estão
38 regularizando o quadro docente junto à Alesp e a sugestão é exatamente não perder essas vagas
39 e transformá-las em MS, portanto haverá a reposição desses MTS por MS quando forem
40 ocorrendo as aposentadorias. Evidentemente ninguém está partindo do pressuposto de que a FT

1 sofrerá uma perda de 16 vagas. Esse é um assunto importante, mas que teria de ser incluído na
2 discussão das carreiras especiais, e o fato de não ter sido contemplado foi umas das razões
3 quando olharam para as unidades mais novas. Respondendo ao professor Haiter, diz que acabou
4 de trocar *e-mails* com a equipe da PRDU, que confirmou que corrigiram o número da FOP, e
5 com a correção do número que era em 2016, a FOP não teria, pelos critérios que estão aqui,
6 nenhuma vaga adicional. Depois podem passar esses números ao professor Haiter para que
7 fique bastante esclarecido. A proposta do professor Anderson pareceu gerar um consenso nas
8 várias falas de se atribuir uma vaga a mais, em cima da proposta que está aqui, para as quatro
9 unidades mais recentes. Pergunta se o seu entendimento está correto. O Conselheiro
10 ANDERSON DE REZENDE ROCHA responde que foram duas vagas para cada uma das
11 quatro unidades novas. Perguntou inicialmente se haveria espaço para serem as duas que os
12 diretores em união haviam pedido, o que resultaria em oito, ou se não houver espaço para as
13 oito, que fossem pelo menos quatro, uma para cada. No entanto, o senhor Reitor fez a
14 contraproposta de aceitar essas oito e dar uma a mais para a FCA. O Conselheiro FERNANDO
15 SARTI diz que seria então acrescentar nove. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN
16 SILVEIRA pergunta ao senhor Reitor se quando ele mencionou a proposta inicial da Reitoria,
17 estava se referindo à que consta na pauta hoje, ao que ele responde que sim. O Conselheiro
18 MÁRCIO ANTONIO CATAIA diz que o documento que consta na pauta menciona 163 vagas.
19 O professor Sarti apresentou 165, então pergunta se vão votar 165. O Conselheiro FERNANDO
20 SARTI esclarece que, como mostrou na tabela, os números revistos estavam grafados em
21 vermelho; a partir disso se adicionou uma vaga a mais pelos critérios para a FCM e para o IG,
22 portanto estão considerando 165 vagas na proposta original. E há a proposta colocada pelo
23 professor Anderson, aparentemente consenso entre os diretores, de conceder mais duas para as
24 denominadas novas unidades, então seriam quatro para essas novas. No caso específico da FCA,
25 o professor Antonio José propôs atribuir uma a mais, então acrescentariam, em cima desse
26 número, nove vagas a mais. Então seriam 165 mais nove, 174. A Conselheira ANNA
27 CHRISTINA BENTES DA SILVA solicita que sejam votadas separadamente as diferentes
28 propostas: primeiro a proposta da Reitoria, com a correção que o professor Fernando Sarti
29 propôs de 165 vagas de acordo com esses critérios, que foram critérios estudados e discutidos.
30 E depois a proposta dos diretores, que acha que deveria ser uniforme para as quatro unidades,
31 ou uma ou duas vagas para as quatro. Não acha positivo começarem a discutir qual unidade é
32 maior, ou qual merece mais. O MAGNÍFICO REITOR sugere o seguinte encaminhamento:
33 votam a proposta da Reitoria e na sequência sim ou não para cinco vagas a mais, o que
34 contemplaria a FCA com duas vagas e as outras três unidades com uma cada uma; e depois
35 votam nove. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS pergunta se não
36 é possível colocar três alternativas na cédula de votação, cinco, nove ou nenhuma. O
37 Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que resolveria votar cinco e em uma
38 outra mais quatro, para não ficar confusa a votação. O MAGNÍFICO REITOR diz que é uma
39 boa sugestão. Então primeiro vão votar sim ou não para aprovar a proposta inicial da Reitoria
40 sem essas vagas extras. Foi mencionado pelo professor André, e ressalta que vai constar de

1 alguma forma no documento, que estão antecipando a Etapa 4, então isso vai ter algum efeito
2 na discussão futura, estão amarrando um compromisso para o futuro. O Conselheiro
3 FERNANDO SARTI esclarece que no documento que circulou constavam 163 vagas, o que
4 representaria um valor de R\$35,697 milhões. A apresentação que foi colocada aqui e discutida,
5 que é a que vai a votação agora, são 165 vagas, e o valor é de R\$36,135 milhões, então terão
6 de corrigir o documento que veio anexado. Esses R\$36,135 milhões equivalem a 1,15% da
7 receita do Tesouro Estadual, que é orçada para 2022 em R\$3,137 bilhões. Se decidirem pelo
8 acréscimo de cinco ou de nove, depois no final faz a conta e anuncia o novo valor para fazerem
9 a correção no documento da pauta. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR
10 submete à votação a proposta inicial da Reitoria, sendo aprovada com 58 votos favoráveis, 01
11 voto contrário e 02 abstenções. Em seguida, submete à votação a proposta de uma vaga a mais
12 para cada uma das seguintes unidades: FT, FEnf, FCF e FCA, sendo que para a FCA a Reitoria
13 está propondo que sejam duas vagas, portanto mais cinco vagas, que são aprovadas com 60
14 votos favoráveis e 01 abstenção. Em seguida, submete à votação a proposta de quatro vagas
15 adicionais para as mesmas unidades, uma para cada, FT, FCA, FEnf e FCF, que são aprovadas
16 com 47 votos favoráveis, 07 contrários e 07 abstenções. Dessa forma, o total de vagas atribuídas
17 passa de 165 para 174, assim distribuídas: 02 vagas adicionais para a Faculdade de Tecnologia;
18 02 vagas adicionais para a Faculdade de Ciências Farmacêuticas; 02 vagas adicionais para a
19 Faculdade de Enfermagem; e 03 vagas adicionais para a Faculdade de Ciências Aplicadas. O
20 MAGNÍFICO REITOR solicita que invertam a ordem da discussão dos próximos itens, em
21 razão do horário, e passa ao item 03 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-P-17846/1994
22 e Dossiê 01-D-11665/2022 –, que suspende temporariamente a aplicação do artigo 4º da
23 Deliberação Consu-A-35/2017, que estabelece a nova sistemática para o preço a ser pago pela
24 refeição servida no sistema de Restaurantes Universitários e dá outras providências. Destaque
25 da professora Cláudia Cavaglieri. A Conselheira CLÁUDIA REGINA CAVAGLIERI
26 parabeniza a Reitoria por essa iniciativa, pois sabem muito bem o quanto a inflação e o
27 desemprego têm impactado a comunidade da Unicamp, tanto funcionários quanto alunos,
28 especialmente em relação ao custo da alimentação. No entanto, solicita esclarecimento
29 primeiramente com relação ao fluxo de documentos, porque a Prefeitura é um órgão da DEA e
30 não há nenhuma menção nem assinatura do diretor da DEA nos encaminhamentos dos ofícios
31 da Prefeitura. A DEA articula essas ações com outras instâncias na Universidade, e inclusive
32 deveria ter e deve ter tido, mas não está documentado, nada em relação à SAR, que é a
33 responsável pelos setores de alimentação em Limeira e Piracicaba. Então, em princípio é
34 extremamente favorável, mas é importante que tenham esse fluxo de aprovações nos órgãos
35 responsáveis por essas ações. Outro ponto é a preocupação com as filas e a falta de alguns
36 alimentos para quem fica no final dos períodos. Há pessoas que ficam em torno de uma hora e
37 meia, duas horas nas filas dos restaurantes universitários. Nas últimas semanas, isso levou a um
38 desgaste muito grande, e as redes sociais trazem isso diariamente. Ontem foi até a fila para
39 verificar e realmente ela dava volta no Ciclo Básico e voltava para o estacionamento. Sabem
40 das limitações físicas, especialmente do Restaurante Universitário, ele não tem como expandir,

1 foram feitas reformas recentes para atender algumas demandas, mas ele tem limitações. Acha
2 que valeria a pena colocar naquela questão das grandes obras a construção de um novo
3 restaurante universitário, porque somente a licitação para uma empresa assumir a produção e a
4 responsabilidade pelo restaurante não vai resolver o problema de expansão da demanda com
5 relação às refeições, uma vez que é óbvio que o valor das refeições que aplicam para a
6 comunidade é muito abaixo dos valores de refeição no entorno da Universidade. Então solicita
7 que pensem estrategicamente com relação ao Restaurante Universitário, façam um
8 planejamento em relação às filas. Já houve uma tentativa, na semana passada, de mudança de
9 ordenamento de fila, mas parece que isso não resolveu o problema em relação ao desgaste diário
10 que os alunos têm para conseguir fazer as refeições, quando conseguem. Com relação aos
11 custos, por mais que a inflação realmente tenha impactado no setor de alimentação, acha
12 extremamente importante retardar esse aumento. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai
13 diferenciar as duas coisas, para se concentrarem hoje na questão do valor. Discutem essa
14 questão que a professora Cláudia comentou do fluxo e das filas na semana que vem. E informa
15 que já está na Depi a proposta de construir outros dois restaurantes no estilo do Restaurante
16 Saturnino. O MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que não vai entrar em outros
17 méritos relacionados ao restaurante, mas solicita uma correção no parágrafo 3º do artigo 1º,
18 que não é uma correção em si, mas apenas para começar a mudar a linguagem que utilizam: em
19 vez de “servidores docentes e não docentes”, poderiam deixar só “servidores”. Como atinge
20 todas as carreiras, acha que não faz sentido fazer essa diferenciação. A Conselheira ELLEN
21 ALVES MENEZES diz que esse é um ponto muito delicado para ser discutido em um tempo
22 tão apertado, porque se refere à alimentação das pessoas, principalmente dos estudantes, em
23 uma situação de volta ao ensino presencial. Acha contraditório aumentar o valor da RU em um
24 momento em que o Brasil está voltando para o mapa da fome, em que milhões de pessoas
25 sofrem com o problema da segurança alimentar e que veem a compra de ossos nos mercados.
26 Sabe que o reajuste de bolsas é automático, pelo que foi falado aqui, mas acha muito importante
27 que em agosto, antes da aprovação automática do reajuste, rediscutam esse tema. Os bolsistas
28 já não pagam a refeição, então não faz sentido utilizar a justificativa do reajuste de bolsas, e
29 dentre os estudantes que pagam o RU estão os estudantes que ficam à margem das bolsas de
30 permanência, os estudantes que dependem das bolsas Capes e CNPq, que não têm reajuste, e
31 estudantes trabalhadores que não tiveram reajuste, principalmente nesse período de pandemia.
32 O RU é a principal política de permanência dos estudantes, e tem de ser voltado para uma
33 discussão da comunidade universitária como um todo. Viram o que aconteceu em 2017, quando
34 houve a proposta de aumento do RU, ocorreu uma grande mobilização dos estudantes. O
35 aumento do preço do RU é um tema delicado, que gera muita insatisfação nos estudantes e
36 muita mobilização, então sua proposta é que se rediscuta em agosto esse tema, até porque estão
37 falando de reajuste em um momento em que não há mais café nem suco, só água para
38 acompanhar a refeição, não há mais molho de pimenta, nem proteína de soja no RU, então todos
39 os vegetarianos têm de se locomover ao RS, e em que não podem repetir o café da manhã. O
40 MAGNÍFICO REITOR observa que a proposta é justamente adiar para poder discutir o que

1 fazer. A Conselheira ELLEN ALVES MENEZES pergunta se vão discutir em agosto. O
2 MAGNÍFICO REITOR responde que sim, não há nenhum segredo por trás disso. O
3 Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que apoia a proposta de suspensão do reajuste e
4 também da construção de novos restaurantes. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO
5 ressalta a importância do que a conselheira Ellen chamou a atenção. Defende a proposta de
6 suspensão dos reajustes para que discutam isso em agosto, até porque seria injusto fazer um
7 aumento no preço do restaurante relacionando com o aumento das bolsas SAE. A Conselheira
8 MILENA TIBÚRCIO CICONE reforça a questão da conselheira Ellen, porque se o reajuste é
9 automático, como o senhor Reitor mencionou, se não discutissem esse tema, ele iria ser
10 automaticamente aprovado, e não é trivial que esse tema volte em agosto. Pergunta de que modo
11 ele vai voltar, se vão rediscutir o reajuste, se vão discutir a norma aprovada em 2017, para terem
12 registrado esse compromisso. Outra questão é quando voltarão a ter no RU todos os itens que
13 estão faltando na alimentação e a possibilidade de repetir. E se estão pensando na contratação
14 de mais trabalhadores, com o intuito de diminuir as filas. O MAGNÍFICO REITOR responde
15 que hoje não consegue discutir sobre isso, porque precisam focar no ponto em questão. Observa
16 que esse assunto poderia não ter entrado na pauta, ele entrou por iniciativa da Reitoria, porque
17 do ponto de vista prático isso seria automático, então na semana que vem os alunos e servidores
18 estariam pagando mais. Mas a Administração tomou a iniciativa de colocar em pauta, e acha
19 até que os estudantes nem sabiam disso, que é um reajuste automático. Então a Reitoria,
20 preocupada com a permanência estudantil, com o fato de que estão com, potencialmente,
21 pessoas passando por dificuldade para voltarem à atividade presencial, que os funcionários e
22 professores estão há três anos sem reajustes, trouxe isso para discutir aqui. Com isso, desejam
23 garantir um tempo de reflexão. Tiveram uma economia orçamentária por dois anos com a
24 Universidade fechada em várias atividades, então consideraram que era possível dar esse tempo
25 e pensar sobre o assunto. Vão trazer números, vão discutir. Isso pode ser uma espécie de salário
26 indireto, por exemplo, que no caso dos estudantes tem um problema adicional, que está
27 associado a um reajuste de bolsa, que é muito diferente. A Unicamp reajustou algumas bolsas,
28 a Fapesp reajustou, mas o CNPq e a Capes não reajustaram. E há estudantes que não possuem
29 bolsa nenhuma e têm um orçamento muito limitado. Portanto, há uma variedade de situações,
30 e acharam que o melhor freio de arrumação é não tomar essa decisão de imediato, mas para não
31 tomar essa decisão, é preciso suspender a norma, e assim terão prazo para pensar, abrir a
32 conversa e ver o que é possível. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que é muito
33 importante que isso tenha entrado em pauta. A questão é que com o retorno existem realmente
34 muitos problemas que os estudantes estão relatando com relação ao RU, que são urgentes,
35 porque se referem à alimentação das pessoas. O MAGNÍFICO REITOR diz que vão tratar essa
36 parte específica dos problemas, que já foram levantados, filas etc. na semana que vem. O
37 objetivo hoje é se concentrarem somente na decisão do valor, o que não significa que precisam
38 evitar o restante da discussão, mas na semana que vem convidam para a reunião o senhor Juliano
39 Finelli, prefeito do *campus*, que poderá dar alguma informação. Podem informar a professora
40 Cláudia sobre a questão da trajetória que se seguiu na tramitação dos documentos, mas a decisão

1 urgente é o valor. Precisam da decisão do Conselho Universitário, que suspende uma norma
2 que ele aprovou no passado. O Conselheiro FERNANDO SARTI lembra que nem todos pagam
3 a refeição. O custo de refeição pré-pandemia, quando tinham uma escala, era R\$14, o que levava
4 os docentes a pagar R\$11 pelo prato; os visitantes R\$13,50; os aluno pagantes R\$3 e
5 funcionários depende da faixa de salário, mas no máximo também pagam R\$11. Só para dizer
6 que essa é uma atividade subsidiada pela Universidade, e ressalta que colocaram R\$101 milhões
7 no programa de permanência e assistência estudantil, onde inclusive está aqui o subsídio à
8 refeição. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS pergunta se é
9 possível fazer a mudança que solicitou no parágrafo 3º. O MAGNIFICO REITOR diz que sim,
10 porque servidores, realmente, se refere ao conjunto de funcionários, então não há a necessidade
11 de fazer a diferenciação. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é
12 aprovada com 50 votos favoráveis e 02 contrários. Informa que os itens destacados não
13 discutidos hoje e o Expediente terão continuidade na próxima terça-feira, às 9h. Nada mais
14 havendo a tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu,
15 Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques
16 que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 29 de
17 março de 2022.

1 **ATA DA CONTINUAÇÃO DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO**
2 **ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL**
3 **DE CAMPINAS.** Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às nove
4 horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de
5 Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ
6 DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton
7 Dorival Leite, Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Anderson de Rezende Rocha, André
8 Martins Biancarelli, Andréa Marcondes de Freitas, Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia,
9 Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Benilton de Sá Carvalho, Cesar José Bonjuani Pagan,
10 Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudia Regina Cavaglieri, Claudia Vianna Maurer Morelli,
11 Cristiane Maria Megid, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do
12 Amaral, Elisabeth Cardozo, Ellen Alves Menezes, Evanir Lopes Teixeira, Everardo Magalhães
13 Carneiro, Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando
14 Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo Aoki,
15 Gabriela Barros Gonçalves, Gustavo Costa do Nascimento, Heloise de Oliveira Pastore Jensen,
16 Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jefferson Cano, João Marcos
17 Travassos Romano, José Alexandre Diniz, José Luis Pio Romera, José Reinaldo Braga, José
18 Roberto Ribeiro, Karolyne Stefanny de Souza, Lício Augusto Velloso, Luiz Carlos Dias, Luiz
19 Carlos Zeferino, Marcelo Alves da Silva Mori, Marcelo Weishaupt Proni, Márcio Alberto
20 Torsoni, Márcio Antônio Cataia, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Marco Aurélio Zezzi
21 Arruda, Maria Camila Abramides Prada, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Maria Luiza
22 Moretti, Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Tibúrcio Cicone,
23 Mirna Lúcia Gigante, Mônica Alonso Cotta, Muriel de Oliveira Gavira, Orival Andries Júnior,
24 Paulo Adriano Ronqui, Paulo Régis Caron Ruffino, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas,
25 Renê José Trentin Silveira, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Vanessa
26 Petrilli Bavaresco, Verónica Andrea González-López e Wagner de Melo Romão. Como
27 convidados especiais, compareceram os professores: Douglas Soares Galvão, Susana Soares
28 Branco Durão e Zigomar Menezes de Souza; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel;
29 a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; a doutora Tânia Maron Vichi Freire de Mello; os
30 senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza
31 e Thiago Baldini da Silva; e o acadêmico Matheus Alves Albino. Justificaram ausência à Sessão
32 os seguintes conselheiros: André Victor Lucci Freitas, sendo substituído pelo conselheiro
33 Everardo Magalhães Carneiro; Mariângela Ribeiro Resende, sendo substituída pela conselheira
34 Fátima Regina Évora; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pela conselheira Cláudia
35 Regina Cavalieri; João Frederico da Costa Azevedo Meyer, sendo substituído pelo conselheiro
36 Marcelo Weishaupt Proni; Anna Christina Bentes da Silva, sendo substituída pelo conselheiro
37 Cesar José Bonjuani Pagan; José Antonio Rocha Gontijo, sendo substituído pelo conselheiro
38 Marco Antonio Garcia de Carvalho; Cláudio José Servato, sendo substituído pelo conselheiro
39 José Reinaldo Braga; Eliana da Silva Souza, sendo substituída pela conselheira Maria Camila
40 Abramides Prada; e Ignacio Maria Poveda Velasco. Havendo número legal, o MAGNÍFICO

1 REITOR dá início à Continuação da Centésima Septuagésima Quinta Sessão Ordinária do
2 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma híbrida, o
3 que se justifica pela obra de acessibilidade que está sendo feita em frente ao acesso usual do
4 prédio da Secretaria Geral e da Procuradoria Geral, e portanto da própria sala do Conselho
5 Universitário, e isso está dificultando não só o acesso ao espaço, mas também acesso às
6 facilidades, como sanitários etc. Os titulares farão o uso da palavra por ordem de inscrição,
7 utilizando o botão em formato de mão da plataforma Zoom, e o limite temporal das falas será
8 de cinco minutos para a Ordem do Dia e de três minutos para o Expediente. As inscrições para
9 o Expediente já foram feitas na reunião do dia 29 de março, e informa que faltou discutir na
10 Ordem do Dia apenas o item 02 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-P-3969/1999 e
11 Dossiê 01-D-10257/2022 –, que trata de proposta de alteração da Deliberação Consu-A-
12 18/2013, que dispõe sobre a Comissão de Vagas Docentes (CVD) e a Comissão de Vagas Não
13 Docentes (CVND) e o procedimento para o preenchimento de vagas. Destaque da professora
14 Marisa. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que a Comissão de Vagas Docentes
15 dispensa apresentações em relação à sua importância. Ela é uma comissão assessora da CAD e
16 do Consu e traz proposituras sobre contratações novas, de docentes nível MS-3, também a
17 distribuição de vagas de titulares, portanto sempre teve um papel histórico muito importante.
18 Viram a ilustração disso com a votação do item referente às novas contratações de docentes
19 nível MS-3, que de forma atípica nasceu na PRDU, mas entende que isso seja de um momento
20 atípico mesmo, em que a PRDU teve de parar várias contratações por causa da lei complementar
21 173, por isso a retomada teve também uma propositura que nasceu lá. Mas no fluxo normal as
22 proposituras são geradas no bojo da Comissão de Vagas Docentes, e todos os concursos, tanto
23 de contratações novas quanto de titulares, seguem uma lógica acadêmica. Portanto, precisam
24 tomar muito cuidado quando vão fazer alterações nessas composições. A composição da CVD,
25 se não está enganada, é normatizada desde 1999: são quatro diretores, um diretor representante
26 de cada área mais dois pró-reitores, de graduação e de pós-graduação, exatamente porque
27 tangem as atividades-fim, e um representante docente. É uma comissão razoavelmente enxuta,
28 mas que traz no seu bojo a filosofia dessa discussão mais acadêmica de contratações nas
29 unidades e também de concursos de titulares. Já se sentou na cadeira da PRDU e sabe que a
30 PRDU é muito importante como uma fornecedora de informações a essa comissão. Ela
31 normalmente dá informações importantes acerca do tamanho da elasticidade orçamentária que
32 se tem para abarcar todos esses concursos. Também é importante porque é uma cadeira em que
33 se senta a presidência da CIDD, mas de certa maneira a PRDU sempre foi muito mais uma
34 guardiã, ou seja, mais uma atividade-meio para verificar como está o andamento das atividades
35 do que propriamente da atividade-fim, como é a PRG e a PRPG. A nova proposta que está
36 colocada, e à qual já antecipa que é contrária à forma como ela está agora, estabelece que se
37 mantenham os quatro representantes de diretores, se aumente então com a cadeira da PRDU,
38 ou seja, de dois pró-reitores passariam para três pró-reitores, e se aumente um representante
39 docente também. Vale destacar que essa comissão tem a presidência da CGU, que tem o voto
40 de minerva. Nessa proposta, portanto, os diretores estão de certa maneira sendo

1 desprivilegiados. Viram no item referente às contratações como a opinião dos diretores é
2 importante no momento de uma decisão, até porque basicamente são eles que conhecem a
3 realidade dos docentes no dia a dia da atividade-fim. Se for muito importante, segundo a
4 Administração Central, que a PRDU entre na comissão como um membro permanente, acha
5 que poderiam propor que essa proporção fosse o máximo possível mantida, o que poderia trazer
6 uma proposta mais conciliatória, trazendo em vez de um representante do diretor de cada área,
7 dois representantes de diretores de cada área. Dessa maneira, teriam uma representatividade
8 grande dos diretores e possibilitaria a participação do PRDU e da representação docente como
9 está sendo sugerido. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a PRDU hoje faz a gestão dos
10 quadros Paepe e docente, que antes ficava na Secretaria Geral, e desde a gestão do professor
11 Francisco isso passou para a PRDU, que era algo que a professora Marisa já pensava em fazer
12 em sua gestão. A PRDU preside a CIDD, além da CIDP e da CIDF; são tratadas as questões de
13 contratações, afastamentos, designações, análise de relatórios de atividades na CIDD. A PRDU
14 é responsável hoje pela certificação de todos os órgãos da Universidade. Encerraram a rodada
15 agora e estão já anunciando o cronograma de recertificação, em que além das designações
16 também analisarão um número de funcionários e de docentes para cada um dos órgãos e
17 unidades da Universidade. A PRDU é responsável pelo planejamento da oferta de vagas e o
18 impacto financeiro disso; basta lembrar do Consu onde trataram de uma política para a
19 contratação docente para o curto, médio e longo prazo que aprovaram aqui. Foi feito todo o
20 levantamento, inclusive fornecidas as informações de qual seria o impacto no orçamento. Além
21 disso, hoje a PRDU está responsável, junto com a Procuradoria Geral, pela regularização do
22 quadro docente da Unicamp junto à Alesp, o número de cargos de doutores e titulares que serão
23 oferecidos para a Universidade. Diante de todas essas questões, parece-lhe incoerente o fato de
24 que a PRDU não participe de uma comissão tão importante como a CVD, onde são iniciadas e
25 muitas vezes aprovadas discussões sobre muitos desses temas. Entendeu a preocupação da
26 professora Marisa, que foi a mesma expressa por vários diretores; conversou por mensagens
27 com pelo menos dez diretores nesse fim de semana, e pede desculpas àqueles que não conseguiu
28 contatar. Dessas conversas surgiram algumas ideias, inclusive na linha do que a professora
29 Marisa enunciou. Esclarece que de forma alguma deseja ativar qualquer mecanismo de controle
30 ou de empoderamento da PRDU. O intuito é tão somente fornecer maior eficiência a esse
31 processo, dado o fato de que a PRDU produz todas essas informações. Se a discussão é o
32 equilíbrio dentro da CVD, não vê nenhum problema de que, criando-se também uma vaga como
33 está proposta aqui, em vez de ser um representante docente, seja um representante de diretores.
34 Surgiram pelo menos duas ideias na conversa com os diretores, uma delas seria trazer os
35 diretores dos colégios técnicos; então, em vez de apenas quatro diretores das grandes áreas,
36 teriam cinco, incluindo os colégios técnicos em revezamento. Outra seria a de acrescentar um
37 da grande área, na forma de revezamento, para que nenhuma área se sinta prejudicada. Vê isso
38 com a maior tranquilidade, acha que traria mais representatividade. O Conselheiro JOSÉ
39 ROBERTO RIBEIRO diz que compreende perfeitamente a importância e a necessidade de a
40 PRDU compor a CVD. Da mesma forma, acha justa a demanda apresentada pela professora

1 Marisa e concorda com o professor Fernando Sarti quando ele diz da necessidade, partilhada
2 por outros diretores, de ter um diretor representante dos colégios técnicos. Os dois colégios
3 técnicos são duas unidades bastante numerosas, na ordem de 160 docentes. Por força de
4 legislação, têm a necessidade de manter o quadro docente todo preenchido para que não
5 descumpram a legislação deixando de ministrar aulas. A carga horária é bastante intensa nos
6 cursos e sempre há necessidade de esclarecimento tanto para a CGU, que preside a CVD, como
7 para a própria CVD. Então acha justo, necessário, importante aumentar essa representatividade
8 dentro da CVD, incluindo ao menos um diretor dos colégios técnicos em revezamento. O
9 Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que entende o motivo do destaque, acha que se
10 trata do equilíbrio de composição. Acredita que não vá haver grande polêmica com relação a
11 isso, até pela fala do Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário, mas aproveita para abordar
12 algumas questões relacionadas à CVD e à CVND. Na organização da CVD e da CVND, sugere
13 que avaliem a possibilidade de fazer a transmissão das reuniões, assim como ocorre na CAD e
14 na Cepe, por exemplo, ou se entenderem que não é viável a transmissão ao vivo, sugere que se
15 avalie o modelo que é utilizado na CIDIF, que não tem transmissão ao vivo, mas posteriormente
16 à reunião é disponibilizado um vídeo na íntegra. Acha que as duas coisas seriam interessantes
17 como sugestão de melhoria, considerando a devida importância que têm a CVD e a CVND
18 como assessoras da CAD e do Consu. Outra sugestão de melhoria seria a disponibilização da
19 pauta antes das reuniões da CVD e da CVND. Diferentemente das outras câmaras, suas pautas
20 não são disponibilizadas, mas obviamente está se referindo às ementas, pois os documentos
21 devem ficar restritos apenas aos membros, assim como acontece na Cepe, CAD e Consu. Acha
22 que também seria interessante, não tendo o vídeo na íntegra, que fossem feitas as atas das
23 reuniões da CVD e da CVND; elas não possuem ata, apenas súmula, assim como na CIDF. Mas
24 no caso da CIDF não há tanto prejuízo porque existe o vídeo da reunião na íntegra, que é
25 disponibilizado posteriormente à reunião. Não é crítica nenhuma, é só uma sugestão que acha
26 que ajudaria bastante na melhoria. O professor Fernando Sarti falou da gestão de quadros que
27 está na PRDU, um assunto bastante importante. Ele trata de quadro Paepe, de quadro docente,
28 do quadro de designação da Universidade e da tabela de órgãos. No entanto, a gestão de quadros
29 não era da PRDU, ela veio da DGRH. Não sabe qual seria a posição da DGRH sobre isso;
30 entende a motivação de terem passado a gestão do quadro de vagas da DGRH para a PRDU em
31 um passado recente, mas acha que essa motivação não cabe hoje. Acha que a dona da gestão
32 do processo de gestão de pessoas é a DGRH; fica fragmentado o processo com a PRDU fazendo
33 a gestão do quadro, ao passo que o processo se dá e é finalizado na DGRH. Além de poder
34 envolver questionamento de órgãos de controle externo, aos quais quem vai responder depois
35 é a DGRH, mas o processo não está com ela. Pergunta se em algum momento pensaram em
36 voltar a gestão de quadros para a DGRH. Está falando enquanto conselheiro, não faz parte da
37 gestão da DGRH e nem sabe qual seria a posição dela. O quadro de vagas Paepe faz parte da
38 gestão de quadros que está na PRDU, e elogiando a forma como trataram na parte anterior da
39 reunião a recomposição de quadro docente, pergunta se há planejamento para execução de um
40 modelo de recomposição de quadro Paepe baseado no que foi feito para tratar da recomposição

1 de quadro docente. Verificou o S-Integra, no *site* da PRDU, e assim como observam que o
2 quadro docente não teve recomposição por questão orçamentária, lei complementar 173 e
3 outros fatores, isso também aconteceu com o quadro Paepe. Por exemplo, em 2016 o S-Integra
4 aponta que havia 7.811 Paepes, e ano após ano, assim como aconteceu com as outras carreiras,
5 houve diminuição, porque não ocorreu recomposição na totalidade. Na data de ontem, o S-
6 Integra aponta a existência de 6.424 Paepes. A Deliberação Consu-A-23/2013, que dispõe sobre
7 o quadro de pessoal da Carreira Paepe da Unicamp, menciona que o quadro é constituído por
8 10.490 funções autárquicas – não possuem cargo, mas função autárquica estável. No passado,
9 foi apontada por órgão de controle externo a necessidade de transformar a função autárquica
10 estável em cargo, e é necessário haver uma lei para dar conta disso. A Universidade não faz
11 proposta de projeto de lei, e ela então forneceu os elementos para a Casa Civil encaminhar à
12 Alesp uma proposta de projeto de lei para que se aprove uma lei para tratar dos cargos,
13 transformar a função autárquica estável em cargo. Pergunta se há notícia, se esse assunto andou,
14 como está sendo conduzido. O MAGNÍFICO REITOR diz que as três últimas questões serão
15 respondidas depois pelo professor Fernando e talvez pela professora Maria Luiza. Sobre as
16 questões de sugestão de modificação de gravação, ata, disponibilização de pauta, esclarece que
17 têm seguido o procedimento tradicional, que sempre foi restringir essas ações a CAD, Cepe e
18 Consu. Acha que é possível avaliá-las, mas vai deixar que talvez os professores Fernando e
19 Maria Luiza, que participam diretamente das comissões ou as acompanham de perto, conversem
20 com a doutora Ângela para verificar o que é possível, o que não é. Há, por exemplo, o problema
21 de um quadro escasso de pessoas na Secretaria Geral que teriam de ser envolvidas nessas
22 atividades. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN agradece ao
23 professor Sarti pela extensa e detalhada explicação com que ele os presenteou sobre as funções
24 da PRDU e também ao conselheiro Adilton, porque essa questão de gestão do quadro, se de um
25 lado ou de outro, PRDU ou DGRH, é fundamental, do seu ponto de vista. Não obstante essas
26 observações, não tem confiança se a PRDU deve ou não deve participar da CVD na mesma
27 estatura da PRG e da PRPG, por razões para ela muito claras. A PRG e a PRPG estão
28 diretamente ligadas à consequência da existência ou inexistência dos docentes, da composição
29 quantitativa dos quadros, e da necessidade das unidades ou da Universidade de ter esses
30 docentes. Por esse mesmo motivo é muito favorável à proposta que a professora Marisa colocou
31 aqui, de aumentar o número de diretores na composição, porque eles são as principais vítimas
32 da falta de docentes. Mas sua impressão no momento é que devem estar na CVD as pessoas
33 imediatamente afetadas pela presença ou ausência dos docentes na Universidade, e talvez não
34 as pessoas que são responsáveis pelo fornecimento de informações a respeito desse quadro. O
35 Conselheiro MARCO ANTONIO DE CARVALHO diz que não sabe se entendeu a motivação
36 de como a proposta foi colocada. Não sabe se a CVD está atuando de maneira inadequada;
37 percebeu na fala do professor José Roberto que os colégios sempre são chamados para prestar
38 esclarecimentos. Mas parece-lhe que a Comissão vem cumprindo seu papel de fazer análises,
39 de elaborar pareceres circunstanciados que vão ser apreciados pela CAD, e isso claro não
40 implica criar, estabelecer uma política de contratação docente, como a que foi apresentada na

1 semana passada. Entendeu que o papel da PRDU é bastante amplo e inclui uma política de
2 gestão de pessoal, mas parece-lhe que a CVD vem cumprindo o seu papel, com pequenas
3 questões que poderiam ser melhoradas. Então talvez não tenha entendido a motivação inicial, a
4 menos que também a CVD passe a ter como responsabilidade a instituição de um programa ou
5 de um planejamento de contratação de pessoal, o que não parece ser o caso. Parece ser o caso
6 mais de análise e pareceres sobre as solicitações das unidades. Nesse sentido, e considerando
7 também a fala do professor José Roberto no início, parece-lhe ser mais viável uma maior
8 participação de diretores nessa comissão, tal como a CAD, por exemplo, que tem uma
9 composição maior de diretores e maior representação e, portanto, maior conhecimento de todos
10 os problemas que afetam cada uma das unidades. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
11 MEDEIROS diz que a CAD é uma comissão assessora exatamente por ter um conhecimento
12 das necessidades das unidades. Entendeu a explicação do professor Sarti e vai na direção do
13 que o professor Marco Antonio mencionou, que a PRDU sempre pode ter assento para ajudar
14 nas decisões, mas que a maioria deverá ser de diretores. Entendeu também a demanda do
15 professor José Roberto para que os colégios técnicos participem. Atualmente a composição da
16 CVD é de sete membros mais a presidência; desses sete membros, dois são pró-reitores e quatro
17 são diretores. A proposta que está em pauta aumenta um pró-reitor e um representante docente,
18 passando para nove membros, agora com três pró-reitores. Se for incluído um diretor de colégio
19 técnico, ficariam com cinco diretores para 10 membros, dos quais três pró-reitores, e todos
20 sabem que número par em comissão pode gerar uma grande quantidade de votos de minerva.
21 Nesse sentido, apoia a proposta da professora Marisa, que ao mesmo tempo contempla toda a
22 justificativa da PRDU, de que deve votar na CVD, e que teria oito diretores, dos quais um por
23 exemplo pode ser dos colégios técnicos. A menos que tenha entendido errado, a proposta seria
24 simplesmente incluir um diretor dos colégios técnicos e continuaria a CVD como está, mas com
25 cinco diretores. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que há dois pontos a
26 serem discutidos aqui: o primeiro é o interesse em ter o pró-reitor da PRDU na composição. A
27 segunda discussão é que composição devem ter para isso ser acomodado de modo que atenda
28 aos diferentes interesses. Depois de conversar com os colegas diretores e também com o
29 professor Sarti, entendeu a necessidade e a proposição de ter a PRDU à Mesa. Considera
30 interessante, porque muitas vezes a professora Maria Luiza tem de parar a reunião para pedir
31 informação para a PRDU, e o professor Sarti precisa parar o que ele está fazendo, subir na
32 reunião ou participar da reunião remotamente, esclarecer. Portanto, teria todo o sentido ele
33 participar. Então, dividindo em dois pontos, o primeiro deles é se há ganhos com a participação
34 da PRDU, e acredita que sim. O segundo ponto é: para que a PRDU participe da Mesa e ao
35 mesmo tempo atenda à finalidade da CVD, que é discutir problemas em termos de docência,
36 problemas esses que estão no dia a dia dos diretores, qual seria a composição ideal que deveriam
37 ter. A seu ver, a participação da PRDU seria interessante e ganhariam com isso; ela já faz parte
38 da CVND, portanto poderia fazer parte da CVD também. A composição ideal deve ser pensada,
39 e devem avaliar duas situações: uma situação em que possuem uma Reitoria como a atual, que
40 tem ajudado as unidades e pensado na recomposição dos quadros; e pensar em qualquer outra

1 Reitoria que futuramente, por determinados motivos, positivos ou negativos, possa querer usar
2 uma composição maior para impedir, por exemplo, as demandas dos diretores. Então isso é
3 importante de terem em mente e pensar em qual seria a composição ideal. Também há prós e
4 contras em trazer mais um diretor, mais um representante docente e o pró-reitor da PRDU, pois
5 teriam a composição que a professora Claudia mencionou, de cinco sobre 10, com o problema
6 do empate nas votações etc. Mas é uma comissão bem eficiente, por serem 10 pessoas apenas,
7 e a partir do momento em que começam a aumentar isso, há dificuldades também, mas nada
8 contra. Acha que precisam pensar em um meio termo. A Unicamp tem dois colégios técnicos
9 bastante grandes, então é mais do que tempo de um diretor deles, em rodízio, participar da
10 CVD. Quase toda pauta tem demanda de colégio e não tem alguém do colégio para se defender,
11 para mostrar a importância da demanda em pauta. Portanto, acha que se vão mudar a CVD é
12 neste momento que devem estudar também a presença de um diretor de colégio técnico. Talvez
13 para agregar esses diferentes pedidos, poderia haver uma representação com 13 pessoas, que
14 ainda é uma comissão pequena, com oito diretores, três pró-reitores e dois representantes
15 docentes; talvez seja uma situação que agregue todos, como colocou aqui a professora Marisa.
16 O MAGNÍFICO REITOR diz que acha que deveriam evitar nessa discussão contrapor coisas
17 de uma forma muito acesa. Falou-se, por exemplo, que a CVD e CVND estão cumprindo o seu
18 papel, e elas realmente estão. O Consu, antes de incorporar os representantes de colégio técnico
19 em sua composição, também cumpria o seu papel, e continuou cumprindo depois de incorporá-
20 los. Então, devem evitar imaginar que só mudam as coisas porque elas deixaram de cumprir o
21 seu papel; mudam também porque podem aperfeiçoar as coisas. A CVD e a CVND tomam
22 decisões também em relação a sugestões de contratação para os órgãos administrativos. Não é
23 só nas unidades de ensino e pesquisa que se contratam docentes e funcionários; uma boa parte
24 dos funcionários está em órgãos administrativos, em órgãos assistenciais e nos núcleos de
25 ensino e pesquisa. Precisam ter essa visão sobre a Universidade como um todo. E acha que
26 ficou claro que as decisões que acompanham esses assuntos passam com peso grande pela
27 PRDU. Pensar só na PRG e PRPG é esquecer da complexidade que é a Universidade em termos
28 administrativos, e que para o bom funcionamento inclusive das atividades-fim essa questão é
29 importante. Não é à toa que ela está na PRDU, que é um órgão que acompanha essas questões.
30 Então acha que deveria restar pouca dúvida de que é positivo colocar a PRDU nessas comissões,
31 e nesse sentido reforça a fala do professor Anderson. Se a CVD e a CVND estavam cumprindo
32 bem o seu papel e se elas podem cumprir talvez melhor com a inclusão da PRDU, entram no
33 problema da composição. E surge uma proposta que tem algum grau de estranheza, porque se
34 hoje são quatro diretores em oito membros, pergunta se passar para oito em 12 ou 13 não seria
35 uma mudança brutal da proporção. Se estão considerando que a proporção é um elemento
36 interessante, pergunta por que não justamente passar de quatro em oito para cinco em 10; de
37 três pessoas da Administração para quatro em 10. Essa proporção foi mantida. Antes tinham
38 três pessoas, a Coordenadora Geral que preside e dois pró-reitores, em um total de oito pessoas.
39 E quatro diretores em um total de oito pessoas. Se chegarem à consideração de que o adequado
40 seria pôr um diretor de colégio técnico, estariam ampliando um da Administração, que vai ser

1 então 1/10 da comissão a mais, que seria a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário, e
2 um diretor de unidade de ensino e pesquisa a mais, que seria 1/10 também. Parece-lhe algo mais
3 razoável, a não ser que alguém ache que, além das dificuldades já apontadas pelo professor
4 Anderson no sentido de que terão uma comissão muito grande, se duplicarem o número de
5 diretores, ela não contempla os diretores de colégio técnico, que seria a vantagem de pôr um
6 diretor a mais, e muda brutalmente a proporção. Precisam pensar nessas propostas com um
7 pouco mais de continuidade. Às vezes não estão na Administração e ficam com ânsia de tirar
8 poder da Administração; depois voltam à Administração e concentram o poder na
9 Administração. Isso tem um quê de casuístico, e devem evitar o casuísmo, as instituições têm
10 de ser mais estáveis ao longo do tempo. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que vai deixar
11 claros os números porque acha que houve uma confusão nas falas anteriores. Hoje a composição
12 tem a presidência e mais sete membros. Desses sete, são dois pró-reitores, quatro diretores e
13 um docente. Então, presidência à parte, hoje são dois a cinco. Se a presidência vota, são três em
14 oito. Se acrescentarem mais dois, terão agora, presidência à parte, nove, três pró-reitores e seis,
15 que é a proposta cinco diretores, acrescentando um diretor de colégio técnico, mais um docente.
16 Então são três em seis, não estão mudando essa representação e a participação da Administração
17 Central. Como já mencionou, não há nenhuma iniciativa aqui de ativar nenhum tipo de
18 empoderamento ou de aumentar a participação da Administração Central. O Conselheiro
19 ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que a proposta que havia feito para o professor Sarti
20 era um mais um mais um. Então solicita que ela seja discutida também, que é um diretor de
21 colégio, mais o pró-reitor da PRDU, mais um representante docente, que acha que no total fica
22 cinco sobre 10. O MAGNÍFICO REITOR diz que se considerarem a presidência da comissão,
23 daria quatro sobre 11. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que não contou
24 a presidência. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que durante a
25 discussão se perguntou por que a inclusão do pró-reitor da PRDU na Comissão de Vagas
26 Docentes não foi feita antes. É muito curioso porque, como já foi dito por conselheiros que o
27 antecederam, a PRDU é chamada várias vezes nas reuniões para esclarecer dúvidas, e a grande
28 maioria das decisões dessa Comissão passam obrigatoriamente pela operacionalização da
29 PRDU. Portanto, parece-lhe absolutamente razoável que a PRDU tenha assento na Comissão,
30 e também vê com muito bons olhos a inclusão de um diretor de um colégio técnico, que
31 considera uma forma de democratizar a representação de diretores na Comissão, até porque as
32 demandas de vagas docentes também acontecem nas escolas técnicas. Isso vai permitir que haja
33 um representante dos colégios técnicos que possa ter voz e possa ser ouvido, participando
34 ativamente das decisões da Comissão e que sejam representantes. A inclusão da PRDU e de
35 mais um diretor, no caso em questão um diretor de colégio técnico, mais um representante
36 docente, não altera o equilíbrio de forças na comissão. Então acha que a proposta é muito boa
37 e votará favoravelmente a ela. A Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO diz que sua
38 contribuição é mais no sentido de também pensar no aperfeiçoamento, e vai tocar em uma
39 sugestão sobre o representante docente. Já que está sendo trazido mais um número, que se pense
40 em um representante das demais carreiras, e assim contemplam essa diversidade. O Conselheiro

1 MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA agradece à professora Marisa pelo destaque, pois é
2 sempre importante discutir essas mudanças. Sabe que a composição da CVD vem desde 1999,
3 mas acha que tudo é muito dinâmico, e por isso concorda plenamente com a participação da
4 PRDU na CVD com direito a voto, inclusive porque todas as decisões dentro da CVD de certa
5 forma são baseadas nas análises prévias que a PRDU faz. E como já destacado aqui pelo
6 professor Anderson, muitas vezes o professor Sarti é chamado justamente para dar algum
7 esclarecimento. Acredita que isso poderia organizar muito melhor toda essa questão financeira,
8 por exemplo, aliando a questão da gestão de contratações. Então, é muito favorável à
9 participação da PRDU, mas a proposta que a Mesa apresentou em um primeiro momento dilui,
10 de certa forma, a participação dos diretores, que de fato vivem o dia a dia das unidades. Já
11 possuem uma boa representação docente dentro da composição da CVD hoje, então considera
12 que a proposta da professora Marisa é boa, mas se pensam em guardar a proporção dos diretores
13 dentro da CVD como ela está hoje, acha que a proposta mais coerente seria a inserção da PRDU
14 e mais um diretor. Hoje a proporção está em torno de 57% de diretores, e dessa forma teriam
15 55,5%, ou seja, mexeria muito pouco na composição. Então acha que essa é uma alternativa
16 bastante viável, e poderia obviamente ser um diretor do colégio em rodízio, por exemplo em
17 anos pares seria o Cotil e em anos ímpares o Cotuca. Dessa forma poderiam contemplar de
18 maneira muito tranquila essa mudança na composição, a participação da PRDU e manter a
19 proporção dos diretores. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que participou da
20 CVD em 2018 e 2019. No ano de 2019, havia recursos destinados para a carreira de
21 desenvolvimento de docentes, e começaram a ser executados por decisões, por demandas que
22 vai chamar de varejo: dois docentes para uma unidade, um docente para outra, um para outra,
23 dois para outra, três para outras, foram avançando no ano e quando chegaram ao segundo
24 semestre os recursos haviam finalizado e não saiu nenhum plano de reposição docente, sendo
25 que algumas unidades ficaram desfavorecidas e algumas unidades ao longo do ano foram
26 atendidas. Então acha que a presença do Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário qualifica
27 muito essa discussão. É muito importante em 2022, havendo recursos no orçamento para
28 desenvolvimento de docentes, logo de início terem elaborado um plano de aplicação desses
29 recursos. Em 2019 isso não foi feito, e quando se chegou ao segundo semestre, 100% dos
30 recursos tinham sido executados sem que um plano discutido amplamente tivesse sido
31 implementado. A fragilidade foi acompanhar as decisões que os diretores estavam tomando na
32 CVD sem uma associação com evolução dos recursos que estavam consignados em orçamento.
33 Na CVD, por ela ser uma comissão assessora, a questão da composição é importante, mas não
34 é tão impactante quanto em uma comissão ou uma câmara deliberativa. É favorável a comissões
35 menores, mas que guardem uma certa representatividade. Compreendeu os argumentos e
36 concorda que as demandas dos colégios técnicos estão sempre presentes, por conta da própria
37 dinâmica dos colégios técnicos, e ter um dirigente do colégio técnico parece-lhe que também
38 qualifica a CVD. Então sua manifestação seria no sentido de incorporar a PRDU e também um
39 diretor do colégio técnico à composição da CVD. O Conselheiro JOSÉ REINALDO BRAGA
40 diz que este tema se refere não só à composição, mas também às políticas de recursos humanos,

1 pois quantitativo faz parte de uma política de recursos humanos. Sempre diz que a Universidade
2 em geral vive uma prévia do que vão viver no país, portanto fica feliz com esse debate aqui
3 sobre a democratização ou não democratização de instâncias, porque podem retomar esse
4 debate no país. Aproveita para perguntar por que não debatem a participação dos técnico-
5 administrativos na composição da CVND, e por que não debatem essa política de reposição,
6 como o conselheiro Adilton já lembrou, para o quadro Paepe. Observa ainda que no caso da
7 Carreira Paepe, o comitê nomeado para ajustar a carreira é presidido por um docente. Estão
8 aqui no Consu fazendo um debate sobre representatividade, participação, proporcionalidade em
9 uma instância assessora, certamente é um debate fundamental, mas em termos de Carreira
10 Paepe o comitê é presidido por docente. Sua crítica ao que foi feito no passado recente é clara,
11 escrita, gravada, e aproveita este debate para registrar a sua infelicidade ao ver essa portaria que
12 coloca um docente para coordenar um comitê de trabalho para discutir Carreira Paepe. Com
13 todo respeito e reconhecimento do debate da proporcionalidade, da importância da
14 democratização da participação, pensa que quanto menor for a comissão, mais fácil de o
15 trabalho se desenvolver. Juntar oito diretores parece-lhe algo que vai inclusive elevar a
16 quantidade de tarefas destas pessoas, então encaminharia com uma proposta mais enxuta. A
17 Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA GAVIRA pergunta como serão escolhidos os
18 representantes que vão ser adicionados a essa comissão. Preocupa-se com a questão da
19 representatividade quando possuem unidades tão diferentes na Unicamp. Há uma disparidade
20 muito grande de áreas de conhecimento, de estruturas internas das unidades, então acha que
21 para terem uma boa representatividade, apesar de não ser favorável a comissões numerosas,
22 precisam ter mais representação dos diretores. Isso os ajudaria a equacionar e, como mencionou
23 o professor Anderson, lembra que essa determinação é para todas as próximas gestões, até que
24 se mude. Precisam também pensar em tudo o que possa vir adiante nas próximas eleições, e
25 para garantir prefere apoiar a proposta da professora Marisa de que tenham uma comissão um
26 pouco maior, mas que tenha uma representatividade boa das várias unidades da Unicamp e com
27 todas as suas características *sui generis*. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz
28 que gostou bastante da proposta do professor Zezzi, acha que ela é bem razoável em relação ao
29 que veio originalmente da Reitoria. Também é muito favorável à participação da PRDU, aliás
30 não tinha se atentado para isso, não sabe como foi possível até agora a PRDU não participar
31 dessa comissão. É uma conclusão lógica, e é necessário inclusive que haja ali alguém que possa
32 também trazer esse tipo de subsídio para toda essa discussão em relação a vagas docentes. Com
33 relação à composição, concorda que a comissão pode ser enxuta; para ele o mais importante é
34 que haja um equilíbrio na representação entre as áreas, e nesse aspecto existem algumas
35 diferenças que precisam ser mais bem equilibradas. Acha que a comissão tal como está na
36 proposta contempla isso. A questão da representatividade é fundamental, assim como a relação
37 com a Reitoria, mas às vezes parece que essa discussão é colocada de uma maneira como se
38 houvesse um grupo monolítico de diretores que pensa sempre da mesma forma e do outro lado,
39 a Reitoria também monolítica. Na prática não é bem assim, podem ter, por exemplo, um grupo
40 de diretores mais alinhados com uma determinada Reitoria, outros menos, e depois em uma

1 outra conjuntura essa relação se inverte. Portanto, não sabe se precisam se preocupar tanto assim
2 com essa questão da representatividade, porque as circunstâncias muitas vezes escapam ao
3 controle, e o mais importante seria que tivessem disposição para conversar. Têm tido uma
4 experiência no grupo dos diretores em grande parte favorecida pela pandemia, mas que tem
5 sido bem interessante no sentido de conversarem mais entre eles para tentar entender as
6 necessidades das unidades. Isso é algo em que deveriam insistir e avançar. Mas parece-lhe que
7 a composição formulada agora pelo professor Zezzi atende perfeitamente a todas essas
8 ansiedades e necessidades, e faz votos de que aprovelem nessa direção. O conselheiro MÁRCIO
9 ANTÔNIO CATAIA diz que faz coro aos colegas, especialmente a partir da proposta do
10 professor Zezzi. Há um reconhecimento da importância de a PRDU fazer parte da CVD. Nunca
11 compôs a CVD, mas acompanha os trabalhos da CVND e parece-lhe que tem importância
12 estabelecer nexos, em uma comissão assessora, entre o acadêmico e o orçamentário, que afinal
13 é um trabalho também dos diretores, é uma preocupação que sempre possuem no seu trabalho
14 da direção da unidade. Então vê com muito bons olhos a presença da PRDU na composição da
15 CVD. Como estão acompanhando e a todo momento lidando com as questões da qualificação
16 da Universidade, a presença dos colégios técnicos também é importante. A proposta tal como
17 encaminhou o professor Zezzi é muito boa, porque teriam a presença da PRDU e também do
18 diretor de colégio técnico. Não configuraria o empoderamento deste ou daquele, manteria a
19 proporcionalidade e sobretudo, como lembraram os professores Zeferino e Renê, qualifica a
20 CVD. E essa qualificação é o que vêm buscando nas comissões, para que possam estar muito
21 bem assessorados e tomar as melhores decisões. A conselheira MARIA LUZIA MORETTI diz
22 que deixou para falar um pouco mais tarde porque de certa forma possui conflito de interesse
23 por coordenar tanto a CVD como a CVND. Nessas duas comissões e em outros assuntos
24 relativos à CGU, a PRDU é uma parceira importantíssima, principalmente no que diz respeito
25 à área de contratações de pessoas. A PRDU está sempre com a CGU em todas as análises de
26 pauta e de pré-pauta, tanto da CVD como da CVND, e partiu dela própria o convite para que o
27 professor Sarti participasse da CVD como membro. Em todas as reuniões ele vem, ou vem
28 alguém da PRDU para ajudar; compuseram um grupo que analisa a pré-pauta dessas reuniões,
29 e a PRDU é fundamental. O propósito de ter o pró-reitor na composição da CVD é que ele
30 participe não somente das pré-pautas, mas que ele esteja também nas discussões das pautas da
31 CVD. É favorável a uma comissão mais enxuta, portanto vai na direção da proposta do
32 professor Zezzi, já apoiada pelos professores Renê e Márcio Cataia, porque se trata de uma
33 reunião prática, para analisar contratações que já foram discutidas anteriormente nas respectivas
34 áreas e unidades, e fazem sempre uma pré-pauta em que analisam caso a caso. Depois levam
35 para a CVD, onde eles são em geral aprovadas ou têm os seus destaques para serem analisados.
36 Então é uma reunião rápida, prática, tranquila, e dessa forma gostaria que fosse mantida essa
37 proporção; é favorável a que tenha mais um representante dos diretores, que poderia ser o de
38 colégio técnico, como o professor Zezzi comentou, além do acréscimo da PRDU. A Conselheira
39 CRISTIANE MARIA MEGID reforça a proposta que a professora Maria Luiza corroborou
40 agora. Está convencida também da importância da PRDU na composição dessa comissão, e

1 soma aos argumentos que já foram apresentados em relação à presença de um dos diretores dos
2 colégios a compreensão de que a substituição, no caso dos colégios, tem uma dinâmica um
3 pouco diferente daquela que acontece dos professores da graduação e da pós-graduação, no
4 sentido de que precisam reacomodar até 26 aulas, muitas vezes 24, mas até 26 aulas semanais
5 quando há qualquer vacância de cargo, problemas de saúde etc. Muitas vezes houve até pautas
6 retiradas da comissão por falta de representação dos colégios, e não só para resolver esses
7 problemas, mas inclusive apresentar outras demandas dos colégios que sejam importantes. Aos
8 poucos torna-se frequente, talvez até rotineiro, que trabalhem com professores ausentes,
9 disciplinas sem professores nos colégios, um problema bastante grave com o qual precisam
10 lidar, e ter essa representatividade vai lhes garantir uma dinâmica muito mais possível de
11 efetivar o seu trabalho, além dos outros comentários já feitos. A Conselheira VERÔNICA
12 ANDREA GONZÁLEZ-LOPEZ diz que é relevante que haja representação de um diretor de
13 colégio, acha que melhora a composição da comissão, assim como a inclusão da PRDU. O que
14 ainda a preocupa é a desproporcionalidade que essa alteração provoca quanto à representação
15 docente. A proposta original seria incluir um representante docente a mais, ideia da qual
16 gostava, porque ampliando essa comissão, essa representação docente sofre um impacto, é
17 reduzida essa participação. Acha que a representação docente nesse aspecto é muito relevante,
18 porque o olhar da representação docente é diferente; não é um olhar do diretor, não é um olhar
19 da Reitoria, é um olhar independente. Pensa que a ideia de uma independência é relevante para
20 tomar essas decisões. Também não gosta de comissões muito grandes, porque fica difícil
21 trabalhar, mas defende que a representação docente permaneça em uma proporcionalidade
22 razoável. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO diz que quando se inscreveu agora para
23 esta segunda participação, esperava que os conselheiros reiterassem o apoio da inclusão dos
24 colégios na CVD, o que mostra uma maturidade de toda a Universidade, que recentemente
25 deliberou pela inclusão dos colégios no Conselho Universitário. Dessa forma, veem um
26 processo de institucionalização dos colégios cada vez maior. Reitera seu apoio à proposta da
27 Mesa de inclusão da PRDU e a importância da participação dos diretores, entendendo que
28 ampliar a diversidade vai qualificar ainda mais o trabalho. Dessa forma, propõe também que se
29 avalie a possibilidade de incluir mais um representante docente, e se pertinente, das demais
30 carreiras, como proposto pela conselheira Rosmari. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU
31 diz que precisam tomar cuidado com os números, porque se vão falar incluindo a presidência,
32 a proposta colocada inicialmente de mais um diretor, mais um pró-reitor e mais um RD passaria
33 de cinco para 11, não cinco para 10. Então é importante deixar esses números muito precisos e
34 coerentes. Converte com a proposta do professor Zezzi, acha que dentre as comissões enxutas,
35 ela traria a presença do pró-reitor da PRDU, que a comunidade entende como importante, e
36 trariam ainda a questão importante da inclusão dos colégios técnicos, mantendo uma proporção.
37 Mantendo a coerência, se vão contar com a presidência, de quatro para oito, para uma proposta
38 de cinco para 10. Então não vê problema nenhum. Só insistiria com a sua proposta original se
39 fossem insistir em aumentar mais ainda a comissão, mas acha que ela vai ao encontro de uma
40 composição enxuta e inclusiva. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz

1 que também apoia a proposta do professor Zezzi, porque se forem incluir a ela um representante
2 docente, terão um número par de votantes mais a Mesa. Isso significa que o voto de minerva
3 será acionado muito mais frequentemente. Atualmente o número é ímpar de votantes mais a
4 Mesa. E se quiserem contemplar um representante de outras carreiras, no passado o que muitas
5 vezes faziam era que sempre havia um representante docente com um suplente das outras
6 carreiras. Se houvesse algum assunto que exigisse com muita importância um representante das
7 outras carreiras, ele seria chamado no lugar do representante docente titular. O Conselheiro
8 ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que retira a proposta que havia feito de um mais um
9 mais um, pois a proposta do professor Zezzi é mais adequada, porque permite uma comissão
10 menor, seriam apenas mais duas pessoas na CVD e teriam uma comissão enxuta. A CVD é uma
11 comissão das que mais tem prazer em participar, porque as discussões são muito líquidas, muito
12 rápidas e dinâmicas. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que
13 apoia a proposta do professor Zezzi, porém gostaria de fazer uma modificação que considera
14 importante. Concorde que a assistência da PRDU à CVD é extremamente importante; na sua
15 fala anterior espera que isso tenha ficado bastante claro. É muito importante a participação da
16 PRDU nessa comissão, mas não vê necessidade de que ela seja um membro efetivo, ela pode
17 muito bem participar como convidada e ter a função que hoje ela exerce mesmo sem ser um
18 membro. A PRDU como convidada faz um número ímpar de votantes, então a necessidade do
19 voto de minerva deixa de ser importante. E como essa composição pode durar por muito mais
20 do que a gestão do professor Antônio José, talvez seja melhor mantê-la como convidada mesmo
21 e não como membro efetivo para uma composição mais perene e para um número ímpar de
22 pessoas, mas concordo com a entrada dos diretores dos colégios técnicos e a entrada da PRDU
23 como convidada. O Conselheiro FERNANDO SARTI agradece a todos pelas manifestações.
24 Primeiro uma correção: fez referência que o quadro docente antes era gerido pela Secretaria
25 Geral, mas na verdade era pela DGRH, se confundiu. Respondendo aos conselheiros Adilton e
26 Braga, diz que entende que a política de recursos humanos continua e deve continuar a cargo
27 da DGRH. Não tem a menor dúvida sobre isso, inclusive quem toca todo o processo de
28 progressão na Universidade, trabalhando em cima dos instrumentos de avaliação, é a DGRH,
29 que aliás tem feito um trabalho maravilhoso. Sempre tem registrado em todas as câmaras de
30 que participa o esforço que foi informatizar o processo de progressão. Não é pouca coisa, foi
31 um processo que envolveu mais de 3.500 funcionários dentro de um período recorde.
32 Parabeniza a Informática da DGRH e a toda sua equipe. O que estão discutindo aqui é a
33 definição de contratações, de designações, e diz ao conselheiro Adilton que são funções
34 diferentes, mas podem voltar a discutir o que ele mencionou em sua fala. Faz uma correção na
35 fala do conselheiro Braga: são duas coisas diferentes; quem está coordenando a política de
36 contratação Paepe, a partir de uma portaria da professora Maria Luiza, da CGU, é uma
37 funcionária da CGU, não é um docente. É uma comissão ampla, tem a participação de vários
38 órgãos da Universidade e é uma portaria CGU. Com relação ao comitê que está acompanhando
39 o processo de progressão Paepe, já trazendo alguns resultados dessa experiência e propondo
40 mudanças para o processo de progressão 2023 em diante, já que sempre reafirmam que isso vai

1 se tornar um processo contínuo, ele também é feito de forma ampla, e é presidida por um
2 professor, no caso um professor da PRDU. Então são duas coisas diferentes. Política de
3 contratação é uma portaria CGU presidida por um funcionário. A questão da progressão, uma
4 comissão também ampla, essa sim presidida por docente, por sugestão inclusive da DGRH. O
5 tempo inteiro quem segue comandando esse processo de avaliação da progressão é a DGRH.
6 Com relação aos números, deixando muito claro novamente, possuem hoje, além da
7 presidência, que só vota em caso de necessidade de desempate, uma composição de sete
8 membros na CVD: são dois pró-reitores, quatro diretores e um representante docente. A
9 proposta do professor Zezzi, que está sendo acompanhada por vários colegas, é de irem de sete
10 para nove mais a presidência. Desses nove, passariam a ter três pró-reitores, incluindo a PRDU,
11 mais seis outros membros, dos quais cinco diretores, acrescentariam mais um diretor, pelo que
12 entendeu, de colégio técnico em revezamento e mantém-se a participação de um representante
13 docente. Esse é um número que não altera a composição, como bem colocou o professor Zezzi,
14 é isso que estão encampando. O MAGNÍFICO REITOR diz que houve um comentário do
15 senhor Adilton em relação à forma como está sendo encarada a reposição de funcionários. O
16 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que o senhor Adilton tem razão, entre 2015 e 2021
17 tiveram uma redução de 1.694 pessoas no quadro Paepe. Desses 1.694, na Administração
18 Central a queda foi de 494. Na área da Saúde foi de 604 e nas unidades de ensino, incluindo os
19 centros e núcleos de pesquisa, foram 596. É com base nesses números que estão trabalhando a
20 proposta de reposição. Não pretende detalhar aqui porque estão tratando de outro assunto, mas
21 estão à disposição, e a comissão que foi montada está trabalhando com afimco esses indicadores
22 para reposição. O assunto será trazido para discussão no Consu, assim como fizeram na
23 contratação docente. O MAGNÍFICO REITOR diz que a lógica é mais ou menos a mesma. A
24 intenção é seguir algo parecido para depois poder discutir com mais calma uma decisão mais
25 fundamentada em outros critérios. O item em questão agora foi bastante discutido e tende a
26 achar que convergiu mais para a ideia de dois membros a mais. Foi colocada pelas professoras
27 Rosmari e Verônica a questão da representação docente; pergunta se seria possível deixar isso
28 para um outro momento, para tentarem estabelecer uma convergência aqui. Há também um
29 problema levantado pela professora Claudia sobre a comissão ficar com um número par,
30 aumentando a chance de empates nas votações. Além disso, como originalmente são dois pró-
31 reitores e quatro diretores, a mudança tem um efeito menor em termos de mudar a proporção.
32 Já em termos de representação docente, há um impacto maior porque estariam duplicando. No
33 caso de pró-reitor estão aumentando 50%, não 100%, como no caso da representação docente,
34 e no caso dos diretores, a ampliação correspondente a 1/4. Então não sabe se poderiam
35 desapontar um pouco as professoras Rosmari e Verónica para que possam convergir para a ideia
36 de ampliar um membro de representação dos colégios que se alternaria ao longo do mandato:
37 são mandatos de dois anos, então um diretor ficaria um ano, outro diretor ficaria o outro ano, e
38 incorporariam a PRDU. Isso é o que acabou predominando na discussão; chegaram aqui com
39 propostas que tinham uma diferença maior, a colocada pela Administração e a proposta da
40 professora Marisa, mas a discussão acabou gerando uma convergência maior em torno dessa

1 terceira proposta. Solicita que façam esse movimento, mas isso não impede que retomem essa
2 discussão em outro momento. Não deseja com isso diminuir a importância da representação
3 docente, mas há um aspecto ligado diretamente à Administração; além disso, observa que se
4 trata de uma comissão que não é decisória, ela traz os elementos, e sempre é possível para a
5 representação segurar decisões menos favoráveis no nível das câmaras deliberativas. A
6 Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO diz que entende; pelo fato de ser uma
7 representante das demais carreiras, mas também sendo professora de um colégio, acaba sendo
8 vista sempre como representante do colégio. No entanto, sua fala não foi no sentido de trazer
9 especificamente um representante docente da carreira de colégio, mas pensa aqui nos
10 pesquisadores também, que seria uma condição muito interessante tê-los com voz. Portanto,
11 deixa clara sua posição de que não é só favorecer aos docentes da sua categoria. A Conselheira
12 ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS destaca que embora essa comissão seja uma comissão
13 administrativa, o fato de estarem discutindo há tanto tempo sua composição implica que não é
14 só uma questão meramente burocrática que está sendo discutida ali. Nesse sentido, aumentando
15 diretores e a PRDU, o que considera bastante justo, sem que aumente a representação docente,
16 vai votar contrariamente à proposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que uma possibilidade seria
17 votar a mudança de composição incluindo um diretor de colégio técnico e da PRDU e depois
18 votar separadamente sim ou não na proposta de incorporação de um representante docente. O
19 Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que possui uma proposta alternativa:
20 como mudanças sempre são complicadas, propõe que votem a inclusão da PRDU mais um
21 representante dos colégios e avaliem por um ano essa composição. Em momento oportuno,
22 votam a representação docente, caso seja necessário. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA
23 PASTORE JENSEN diz que sua proposta é que votem um diretor a mais, que fosse dos
24 colégios, e em seguida a inclusão da PRDU como membro ou como convidada, e se vencer que
25 a PRDU é convidada, a representação docente aumenta. O MAGNÍFICO REITOR pede
26 desculpas à professora Heloise, mas diz que vai conduzir de outra forma, e ela pode votar
27 contrariamente. Pergunta se é possível votarem já com essa consideração do professor
28 Anderson de que esse tópico volta em um ano. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz,
29 tentando ir na direção de um consenso, que entende vários dos argumentos. O primeiro é o
30 número da composição, que é importante, não apenas a distribuição, mas o número da
31 composição. Ficariam então com nove, que é um número ímpar, que foi alegado que possa ser
32 positivo. Não o preocupa que esse número fosse par, porque teriam o voto de minerva da
33 presidência. Parece-lhe bastante razoável o argumento de que estão aumentando uma
34 participação da pró-reitoria, uma participação dos diretores, mas estão mantendo um número
35 do representante docente. E dentre os representantes docentes há evidentemente também as
36 carreiras especiais, além da carreira Pq, que não ficaria representada devidamente aqui. Não vê
37 nenhum problema em também acrescentarem um representante docente, e dessa forma iriam
38 para 10 membros, sendo três pró-reitores, cinco diretores e dois representantes docentes, um
39 deles das carreiras especiais. E analisam em relação a pesquisadores e os demais. O número 10
40 parece que foi contestado por ser um número par, não teria problema do seu ponto de vista pelo

1 fato de que continuariam tendo o voto da presidência no caso de um empate. Acha que talvez
2 assim pudessem contemplar de forma um pouco mais ampla todos os interesses aqui, e concorda
3 com a posição do professor Anderson de que adotar essa composição para um período, talvez
4 de um ano, como ele sugeriu, e depois podem rever. O MAGNÍFICO REITOR diz que estão
5 reabrindo a discussão, mas considera que precisam encerrar. Propõe manter o encaminhamento
6 de votar a inclusão de um diretor de colégio técnico e a PRDU. Isso parece ser consensual,
7 provavelmente será aprovado. Depois votam separadamente se haverá de imediato a ampliação
8 com uma representação docente a mais, e se vencer essa opção, a inclusão será de imediato.
9 Não vencendo, deixam essa consideração do professor Anderson. A Conselheira HELOISE DE
10 OLIVEIRA PASTORE JENSEN pergunta se não será votada a proposta que fez de a PRDU
11 entrar como convidada. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS observa
12 que a carreira de Pesquisador não é tratada pela CVD, mas pela CVND. O Conselheiro
13 FERNANDO SARTI diz que é pela CVD, conforme a Deliberação Consu-A-013/2021. O
14 MAGNÍFICO REITOR diz que vai fazer o seguinte: se ganhar a votação de participar a PRDU
15 e o diretor do Cotuca e do Cotil se alternando, a proposta de ser convidada a PRDU está
16 prejudicada. Se não ganhar, votam se a PRDU será convidada, que é a proposta da professora
17 Heloise. Assim, em uma única votação, podem decidir as duas coisas, mas a forma de
18 encaminhamento já permite uma avaliação do plenário sobre a proposta da professora Heloise.
19 A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que sua intenção é que seja
20 votada a presença da PRDU na comissão como convidada, não como membro efetivo. O
21 Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA diz que a PRDU já é convidada hoje, não
22 tem sentido essa votação. O MAGNÍFICO REITOR diz que também acha que não tem, mas a
23 professora Heloise insiste. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz
24 que não sabia que ela era convidada. Não faz parte da CVD nem nunca fez. Sua proposta foi
25 equilibrar melhor os votos, mas se ela já é convidada, então votará negativamente à proposta.
26 O Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA observa que se a proposta da inclusão
27 de mais um representante docente for aprovada, o desbalanço vai continuar acontecendo em
28 relação à participação dos diretores. O MAGNÍFICO REITOR diz que esse desbalanço atinge
29 todos os outros também, então deixarão para resolver no voto. Não havendo mais observações,
30 o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a ampliação da CVD com a participação da Pró-
31 Reitoria de Desenvolvimento Universitário e de um diretor dos colégios técnicos com
32 revezamento, que é aprovada com 55 votos favoráveis, 04 votos contrários e 05 abstenções. Em
33 seguida, colocará em votação o acréscimo de um membro da representação docente,
34 preferencialmente das carreiras especiais. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE
35 ROCHA pergunta se não poderiam votar primeiro a ressalva de avaliar daqui a um ano, pois
36 acha que precisam avaliar primeiro como será o andamento. O MAGNÍFICO REITOR
37 responde que podem, mas vão reabrir a discussão. Se os conselheiros se sentem mais à vontade
38 em rediscutir, não tem problema com isso, mas observa que possuem ainda uma lista grande de
39 expediente e terão a Cepe e a CAD à tarde. Há visões diferentes e que vão precisar ser resolvidas
40 no voto mesmo. Ao contrário da primeira parte, parece que não existe uma solução de consenso

1 aqui. O Conselheiro MARCELO WEISHAAPT PRONI diz que gostou muito da proposta do
2 professor Fernando Sarti, mas como está havendo uma divergência, a ideia seria mais um
3 representante docente como convidado e não com voto. A Conselheira HELOISE DE
4 OLIVEIRA PASTORE JENSEN propõe que fosse por um ano também, como o professor
5 Anderson colocou, e examinam daqui a um ano novamente. O MAGNÍFICO REITOR diz que
6 isso é possível só votando contra. Não vai haver consenso. Para se estabelecer o consenso em
7 torno da proposta do professor Anderson, as pessoas que estão propondo a representação de
8 imediato teriam de recuar. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN
9 observa que existe uma opção: incluem essa representação agora e ela também será examinada
10 em um ano, e então decidem se continua ou não. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai colocar
11 em votação como tinha imaginado: votar sim ou não e as pessoas se expressam em relação às
12 suas posições. Democracia é isso, às vezes ganham, às vezes perdem. O Conselheiro MARCO
13 AURÉLIO ZEZZI ARRUDA diz que uma contraproposta seria: além dessa representação
14 docente, e para que se mantenha a proporção dos diretores, poderiam incluir mais um diretor.
15 O MAGNÍFICO REITOR solicita que não abram essa discussão, basta votar contrariamente.
16 Nunca vão ganhar em tudo, perdem algumas vezes, isso faz parte. O Conselheiro MARCO
17 AURÉLIO ZEZZI ARRUDA diz que aqui não é uma questão de ganhar ou perder, mas de
18 manter a proporção que possuem hoje. O MAGNÍFICO REITOR concorda, mas isso está na
19 cabeça das pessoas e vai interferir no voto delas. Senão ficam discutindo e nunca chegam a uma
20 convergência. A Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO pergunta se, no caso de ser
21 votado contrariamente, pode entrar na condicional de após um ano reavaliar essa decisão. O
22 MAGNÍFICO REITOR responde que acha que ninguém tem nada contra isso, podem deixar
23 esse *default*. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS pergunta se é
24 representação docente ou representação de outras carreiras. A Conselheira MARIA LUIZA
25 MORETTI observa que se todo ano reavaliarem a composição, vão estar caindo novamente em
26 uma discussão como a de hoje. Acha que amadureceu bem a discussão, possuem diferentes
27 opiniões, e acha que se for votar, é votar mais um representante docente, da bancada como um
28 todo. Caso contrário, pode desbalancear demais se esse docente for de carreira especial e
29 pertencer a um colégio técnico, e portanto no mesmo ano pode estar o diretor e um representante
30 do mesmo colégio técnico. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete
31 à votação a ampliação de mais um representante docente, que é rejeitada com 41 votos
32 contrários, 17 votos favoráveis e 06 abstenções. Com isso, fica vigente a nova composição da
33 CVD somente com dois membros a mais: o Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário e um
34 representante de colégio técnico em revezamento durante os dois anos de mandato. O
35 Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA pergunta a partir de quando isso vale. O
36 MAGNÍFICO REITOR diz que após o ato de publicação. E depois conversa com os professores
37 José Roberto e Vanessa para decidirem a sequência. Nada mais havendo a tratar na Ordem do
38 Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A – Formalização de Processos
39 de Convênios, Contratos e Instrumentos Similares – Para ciência e discussões prévias –
40 Deliberação Consu-A-012/2018, Resolução GR-45/2008, Resolução GR-48/2008, Resolução

1 GR-60/2013 e alínea “b” do inciso VII do art. 1º da Resolução GR-17/2010 – 01) Proc. nº 01-
2 P-13864/2018 – Proposta de Deliberação Consu que dispõe sobre a formalização de processos
3 de convênios, contratos e instrumentos similares a serem celebrados pela Universidade, sobre
4 a Comissão para Análise de Convênios e Contratos – Cacc e dá outras providências. B –
5 Comissões Permanentes do Conselho Universitário – Indicação de Membros – nos termos do §
6 3º do art. 11 do Regimento Interno do Consu – 02) Proc. nº 01-P-4124/1987, da Comissão de
7 Orçamento e Patrimônio. I) Indicação de 04 Diretores de Unidades de Ensino e Pesquisa e
8 respectivos suplentes, a saber: 01 da área de Ciências Exatas, 01 da área de Ciências Biológicas,
9 01 da área de Ciências Humanas e Artes e 01 da área Tecnológica. II) Ciência da indicação da
10 representação da Bancada Discente, conforme segue: Área de Ciências Exatas: Titular: Prof.
11 Dr. Marcio Antonio Cataia – IG e Suplente: Profa. Dra. Mônica Alonso Cotta – IFGW. Área
12 de Ciências Biomédicas: Titular: Prof. Dr. Rodrigo Ramos Catharino – FCF e Suplente: Profa.
13 Dra. Maria Helena Baena de Moraes Lopes – FEnf. Área de Ciências Humanas, Sociais e Artes:
14 Titular: Prof. Dr. André Martins Biancarelli – IE e Suplente: Profa. Dra. Andréia Galvão –
15 IFCH. Área de Ciências da Engenharia: Titular: Prof. Dr. José Alexandre Diniz – Feec e
16 Suplente: Prof. Dr. Angel Pontin Garcia – Feagri. Representação Docente: Titulares: Prof. Dr.
17 Wagner de Melo Romão – IFCH e Profa. Dra. Marisa Masumi Beppu – FEQ e Suplentes: Profa.
18 Dra. Verónica Andrea González-López – Imecc e Profa. Dra. Heloise de Oliveira Pastore
19 Jensen – IQ. Representação dos Servidores Técnico-Administrativos: Titular: Cláudio José
20 Servato – Cemeq e Suplente: Adilton Dorival Leite – Deas. Representação Discente: Titular:
21 Arlindo Alemão Gregório – Feec e Suplente: Ellen Alves Menezes – IFCH. 03) Proc. nº 01-P-
22 4125/1987, da Comissão de Legislação e Normas – Constituição da Comissão: 03 titulares e 03
23 suplentes, como segue: Titulares: Prof. Dr. Fernando Antonio Santos Coelho (Presidente),
24 Profa. Dra. Andréa Marcondes de Freitas – IFCH e Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu –
25 IEL e Suplentes: Prof. Dr. Mário Fernando de Góes – FOP e Servidora Elisabeth Cardozo – IB.
26 C – Comissão de Vagas Não Docentes – Indicação de Membros – nos termos do art. 8º da
27 Delib. Consu-A-18/2013 – 04) Proc. nº 01-P-3972/1999 – Indicação de membros para compor
28 a Comissão de Vagas Não Docentes, conforme Informação CVND-09/2022. Representação da
29 Área de Ciências Biomédicas: Titular: Prof. Dr. Rodrigo Ramos Catharino – FCF e Suplente:
30 Profa. Dra. Maria Helena Baena de Moraes Lopes – FEnf. Representação da Área da Saúde:
31 Titular: Prof. Dr. Erich de Paula – Hemocentro e Suplente: Prof. Dr. Luis Otávio Zanatta Sarian
32 – Caism. item 5 – Dossiê nº 01-D-1937/2022, da Comissão de Planejamento Estratégico
33 Institucional – Copei – I) Ciência da indicação da representação da Bancada Discente; II)
34 Indicação de membros da Bancada dos Servidores Técnico-Administrativos e da Comunidade
35 Externa para compor a Comissão – Ofícios Copei-01/2022 e 02/2022, conforme segue:
36 Representação Discente: Titular: Matheus Alves Albino – IFCH e Suplente: Fernando Savella
37 – IFCH. Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos: Titular: Matheus da Silva
38 Marcheti Martins – Educorp e Suplente: Tereza Cristina Faustino dos Reis – HC. Representação
39 da Comunidade Externa: Titular: a indicar e Suplente: a indicar. E – Conselho de Cultura –
40 Concult – Indicação de Membro – nos termos do art. 10 da Delib. Consu-A-17/2019 – 06) Proc.

1 nº 01-P-4289/2019 – Ciência das indicações da representação da Bancada Discente, conforme
2 segue: Representação Discente: Titulares (graduação): Luma Cristinne Fernandes Monteiro –
3 FCA e Michelle Simões da Silva – FE. Titulares (pós-graduação): Helena Ansani Nogueira –
4 IEL e Matheus Alves Albino – IFCH. Suplentes (graduação): Juliana Begiato – IFCH e Victoria
5 Gordon – FE e Suplentes (pós-graduação): Gustavo Costa do Nascimento – FEA e Fernando
6 Savella – IFCH. F – Comissão Central de Extensão – CCE – Indicação de Membros – nos
7 termos do art. 3º da Delib. Consu-A-53/2020 – 07) Ciência das indicações da representação da
8 Bancada de Servidores Técnico-Administrativos, conforme segue: Representação Servidores
9 Técnico-Administrativos: Titular: Marli de Fátima Gomes Silva – HC e Suplente: José Luis Pio
10 Romera – IA. G – Moção ao Consu – 08) Documento Avulso nº 01-A-7866/2022 – Moção de
11 repúdio referente à campanha salarial de 2021, apresentada pela ADunicamp – Ofício
12 ADunicamp nº 003/2022. H – Relatório de Grupo de Trabalho – 09) Proc. nº 01-P-30341/2021
13 – Relatório do Grupo de Trabalho designado pela Portaria GR-127/2021 e alterado pela Portaria
14 GR-128/2021 para desenvolver ações preventivas em Saúde Mental na Unicamp. I – Programa
15 “Refugiado Acadêmico da Unicamp” – 10) Programa “Refugiado Acadêmico da Unicamp”.
16 Em seguida, solicita à professora Susana Durão que faça uma apresentação sobre a questão da
17 vivência nos *campi*, por ter sido um tema polêmico no início da retomada. A Professora
18 SUSANA SOARES BRANCO DURÃO diz que a SVC, Secretaria de Vivência nos *Campi*, é
19 responsável pela segurança e pela vivência em todos os espaços públicos, todos os espaços
20 partilhados dos *campi* e dos outros institutos e colégios pertencentes à Unicamp. O objetivo da
21 secretaria é trabalhar na prevenção, na ocupação positiva, na convivência do espaço público e
22 na orientação de pessoas. Portanto, possuem uma segurança não armada, ela não tem poder de
23 polícia, um modelo que foi sendo implementado historicamente, mas que reforçaram
24 administrativamente com o apoio da Reitoria. Possuem alguns dados objetivos que lhes dizem
25 que de fato desde janeiro houve um certo aumento de situações de furto e roubo na região de
26 Barão Geraldo. Foi publicado que houve um aumento de quase mais de 80% desde janeiro,
27 relativo ao mesmo período do ano anterior, mas podem assegurar que dentro dos *campi* não
28 houve um efetivo aumento. Houve alguns aumentos de furtos de bicicleta, que é mais comum,
29 furtos de veículos e também alguns roubos, mas muito poucos, e salienta que o problema se
30 coloca muito mais fora dos *campi* do que dentro deles. Nessa medida, é também preocupante
31 porque afeta todos que estão relacionados de alguma forma à Universidade, que tem essa
32 responsabilidade. Vai mencionar o que têm feito de concreto em ações imediatas para tentar
33 mitigar esse problema da sensação de insegurança e efetivamente de demonstrações de
34 violência, de crime violento. São seis pontos: o primeiro é trabalho conjunto com os órgãos que
35 participam no conselho de vivência universitária. Trabalham desde janeiro, portanto antes de
36 saírem essas notícias todas, em conjunto com o DCE e várias outras associações de estudantes,
37 também com associações de professores e de funcionários, e todos os órgãos que participam do
38 CVU, e têm feito muitos esforços conjuntos no sentido de melhorar a situação de segurança.
39 Em segundo lugar, têm também feito uma campanha de apresentação dos serviços da SVC para
40 toda a comunidade, denominada “SVC disponível pra você”. Estão 24 horas abertos com

1 segurança de vigilância, portaria e monitoramento eletrônico, e contam com o apoio da SEC
2 para fazer esse trabalho. Têm em um terceiro momento feito campanhas concretas com dicas
3 de proteção pessoal, uma campanha *on-line* e uma campanha também material, acabaram agora
4 de imprimir uma série de cartazes com orientações muito precisas. O quarto ponto é que
5 trabalham muito próximos do Conselho de Barão Geraldo e das organizações policiais do
6 distrito, vindo o reforço de patrulhas locais, pedindo mais a presença da polícia nas regiões ao
7 entorno dos *campi*. A polícia não faz patrulhamento dentro dos *campi*, a não ser em situações
8 excepcionais, então a SVC assegura essa segurança 24 horas e possui canais de contato direto
9 para emergências. O quinto ponto é que também têm aumentado a capacitação da equipe de
10 vigilantes, e trabalham no sentido de dar formação de atendimento na perspectiva dos direitos
11 humanos também, com a colaboração da Educorp, da SIC e da SEC. Há também um processo
12 de reestruturação do equipamento do monitoramento eletrônico, que está obsoleto, isso está em
13 processo de licitação. Também pretendem aumentar um pouco o quadro de funcionários,
14 sobretudo na área de tecnologia, porque trabalham hoje com um quadro mínimo, e é uma área
15 importante para garantir a segurança. O MAGNÍFICO REITOR agradece à professora Susana
16 pela apresentação. Referindo-se aos processos do Expediente, diz que a formalização de
17 processos de convênios, contratos e instrumentos similares, foi motivada por uma solicitação
18 do professor Marcelo Mori em uma reunião anterior do Consu. As doutoras Ângela e Fernanda
19 fizeram essa primeira versão de simplificação de processos. A expectativa é que alguns
20 processos tenham uma rota mais rápida e outros processos concluam também antes de chegar
21 à Reitoria ou ocorram em nível de pró-reitoria. Solicita à doutora Ângela que forneça uma visão
22 geral do que foi modificado, lembrando que as decisões principais continuam nas câmaras, a
23 mudança será só para alguns casos particulares de processo. A Doutora ÂNGELA DE
24 NORONHA BIGNAMI diz que o assunto partiu de uma proposta apresentada pelo professor
25 Marcelo Mori e um grupo de docentes a respeito de alterações na implementação dos convênios.
26 Com base no que foi proposto, elaboraram essa minuta, cujo ponto principal é a previsão de
27 uma tramitação simplificada em que alguns convênios não passariam pela CAD e Cepe,
28 ficariam apenas dependendo da aprovação da Cacc. Por exemplo, transferência de material,
29 cooperação acadêmica internacional que não envolva recursos financeiros, algumas parcerias
30 comerciais com o GGBS, memorandos de entendimento, estágios nacionais de alunos, duplo
31 diploma com tutela de pós-graduação. Em relação à assinatura, para alguns deles também há
32 previsão de outras pessoas assinarem, não só o Reitor; passariam para o Pró-Reitor de
33 Graduação, de Pós-Graduação, de Desenvolvimento Universitário, de acordo com o tema do
34 convênio. Essa delegação está no artigo 9º. Há também a previsão de uma tramitação de
35 convênios assinados apenas pela Funcamp e uma tramitação especial de processos da Inova.
36 Tudo isso não tinha uma previsão muito clara, então houve a previsão aqui e uma compilação
37 de outras normas, portanto estaria tudo nessa norma apresentada agora. Também há uma
38 tramitação simplificada para instrumentos de alteração de convênio, por exemplo: prorrogação
39 de convênio, prorrogação da vigência, alteração de dados do preâmbulo como endereço, CNPJ
40 da empresa, alteração de cláusulas de convênio, plano de trabalho que não implique alteração

1 substancial do objeto ou o termo de encerramento. Isso tudo também não passaria mais pela
2 CAD, Cepe ou Consu, apenas pela Cacc, CCG ou CCPG, conforme o caso, o que simplificaria
3 bastante. Em relação à própria Comissão de Análise de Convênios e Contratos, há uma sugestão
4 de alteração da comissão para inclusão de dois representantes docentes da Carreira MS
5 indicados pelos representantes docentes titulares do Consu. Também foi incluída no texto a
6 responsabilidade dos executores do convênio, fazendo essa compilação de outras normas. O
7 MAGNÍFICO REITOR diz que o tema não está sendo votado, é para conhecimento e vão
8 decidir isso posteriormente, por isso não há necessidade de discutir neste momento. A
9 preocupação foi encontrar rotas mais enxutas para aquilo principalmente que não envolva
10 recursos, e possibilitar assinaturas de pró-reitores, não só do Reitor para tomar decisão final em
11 alguns casos, e modificar um pouco a Cacc para que ela tenha um olhar mais acadêmico também
12 sobre a questão. Possuem tempo de analisar, entre os diretores, a bancada docente, bancada de
13 servidores e alunos, olharem com calma e depois voltam ao tema. O objetivo é enxugar as
14 pautas das reuniões de CAD, Cepe e Consu e acelerar o trâmite de alguns processos,
15 principalmente aqueles que não envolvam recursos. O item B da pauta do Expediente trata da
16 recomposição em termos de mudança de representação em várias comissões. Todas elas foram
17 conversadas pela Secretaria Geral com as respectivas bancadas para organizar essas transições.
18 No item D, faltava a representação da comunidade externa, mas a doutora Ângela já conseguiu
19 dois candidatos. O titular seria o professor Eduardo Gurgel do Amaral e a suplente a senhora
20 Zenaide Honório. Com isso, se ninguém tiver objeção, estariam com as novas representações
21 nas várias comissões, que vão dos itens B até o F. No item G há uma moção ao Consu, da
22 diretoria da ADunicamp, referente à campanha salarial de 2021. O item H é um relatório de
23 grupo de trabalho associado à saúde mental, sobre o qual terão uma apresentação breve ainda
24 agora também no Consu, assim como do item I, que é o programa “Refugiado Acadêmico da
25 Unicamp”. Passa a palavra à doutora Ana Carolina, coordenadora da Cocen, que também
26 coordena a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, que contém o programa para refugiados
27 acadêmicos. A Doutora ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL diz que as pessoas
28 a conhecem mais aqui no Consu como coordenadora da Cocen, mas também preside a Cátedra
29 Sérgio Vieira de Mello da Unicamp, que é fruto de um acordo firmado em 2019 entre a Unicamp
30 e a Agência da ONU para Refugiados, e que se insere no organograma da Diretoria Executiva
31 de Direitos Humanos. Possuem na cátedra uma comissão assessora composta por docentes,
32 pesquisadores, representantes de vários órgãos da Universidade, representantes externos,
33 representantes discentes, inclusive estão aqui no Consu alguns desses representantes. Passa a
34 fazer um brevíssimo preâmbulo. Uma entre 95 pessoas do planeta foi forçada a abandonar seu
35 lar devido a diversos motivos que incluem guerras, conflitos, fome, causas ambientais,
36 perseguições políticas, religiosas ou culturais. E assim o mundo se organiza em fronteiras
37 geopolíticas artificiais e fronteiras físicas que subdividem o planeta em pedaços, linhas
38 imaginárias, territórios, pautados exclusivamente por poderes políticos, econômicos,
39 geográficos e sociais. Segundo o último relatório da Agência da ONU para Refugiados,
40 divulgado em junho de 2021, que já está extremamente defasado considerando as recentes crises

1 humanitárias em curso no Afeganistão e na Ucrânia – na Ucrânia, por exemplo, são 10 milhões
2 de deslocados em apenas um mês –, há 82,4 milhões de pessoas deslocadas à força, o que
3 equivaleria mais ou menos a toda a população da Alemanha. Dentre esses deslocados, apenas
4 cerca de 26,4 milhões conseguem obter o estatuto de refugiado, sendo que quase a metade deles
5 é menor de idade, muitos dos quais desacompanhados dos pais e dos seus familiares.
6 Compartilha esses números só para terem uma dimensão da desproporção e também do
7 despropósito daquilo que na absoluta falta de uma designação melhor, denominam como
8 deslocamentos forçados, e que devido às barreiras legais impostas pelo percurso, poderia
9 também ser denominado como imobilidades forçadas. Parafraseando o título de um pequeno
10 livro de Jacques Le Goff, “A história deve ser dividida em pedaços”, pergunta: o mundo deve
11 ser dividido em pedaços? Afinal são fronteiras, pedaços territoriais delimitados que têm
12 impedido seres humanos de ir e vir e de solicitar a proteção devido a guerras e perseguições.
13 Agora passará mais detidamente ao programa, e primeiramente faz uma correção: o programa
14 se chama “Refúgio Acadêmico”, e está na pauta como “Refugiado Acadêmico”. Alguns já
15 conhecem as atividades da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, mas registra que possuem várias
16 ações de fomento à temática do refúgio. Possuem ações de acolhimento e de permanência para
17 alunos e alunas refugiados, dando inclusive continuidade a uma tradição de amparo a refugiados
18 e exilados por parte da Unicamp, da qual destaca o Programa Pró-Haiti. No segundo semestre
19 de 2021, lançaram no âmbito da cátedra uma petição solicitando a aprovação de corredores
20 humanitários, inicialmente para cidadãos de origem afegã, que alcançou mais de 30 mil
21 assinaturas. A partir dessa iniciativa e com o apoio da Diretoria Executiva de Direitos Humanos
22 e do Gabinete do Reitor, começaram a elaboração de um plano detalhado de refúgio acadêmico
23 da Unicamp, envolvendo inclusive várias instâncias da Universidade: a Cátedra, a própria
24 Diretoria Executiva de Direitos Humanos, o Gabinete do Reitor, o Cecom, o Caism, o HC, o
25 CEL, o SAE, dentre outros. Estão recebendo semanalmente vários dossiês de pesquisadores,
26 principalmente provenientes do Afeganistão e da Ucrânia, que são altamente qualificados e
27 interessados em passar um período na Unicamp. Também estão firmando parcerias com
28 instituições internacionais dedicadas ao acolhimento de cientistas em situação de risco. Há
29 aproximadamente três semanas, ela e a Chefe de Gabinete Adjunta, professora Adriana Nunes
30 Ferreira, tiveram uma reunião em Paris com o Grupo Pause (Programme National d’Aide à
31 l’Accueil en Urgence des Scientifiques en Exil), que está justamente voltado a essa questão do
32 acolhimento de cientistas em condição de exílio. Para aqueles que têm interesse em conhecer
33 um pouco mais a proposta, no dia 14 de setembro vão promover um fórum permanente,
34 contemplado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Também estão organizando um evento
35 que vai acontecer em novembro aqui na Unicamp, que vai contar com representantes do Pose,
36 do Institut Convergences Migrations, de Paris, da École des Hautes Études e da Unicamp, para
37 que possam refletir e implementar ações. E finalmente compartilha uma excelente notícia:
38 depois de algumas tratativas com o professor Luís Eugênio Mello, da Fapesp, está aberta uma
39 chamada de propostas de suplementação para auxílio a pesquisador visitante e bolsa de pós-
40 doutoramento, denominada Iniciativa a Pesquisadores em Risco. Agradece calorosamente ao

1 conselheiro que representa a Fapesp no Consu, professor Ignácio Velasco, pois com essa
2 chamada haverá a destinação de R\$20 milhões em bolsas de pós-doutorado e bolsa de
3 pesquisador visitante, algo que potencializa muito essa proposta de acolhimento. A ideia era só
4 deixar registrado aqui no Consu para ciência dos conselheiros esse programa. Não sabe se estão
5 sendo acompanhados pela professora Sílvia Santiago, ou pelo professor Omar Ribeiro Tomassi;
6 eles teriam alguma observação a fazer, mas fica totalmente à disposição para eventuais dúvidas
7 e esclarecimentos. O MAGNÍFICO REITOR agradece à doutora Ana Carolina e diz que é uma
8 iniciativa que tem de ser parabenizada e que teve essa repercussão também junto à Fapesp, no
9 sentido do edital. Agradece também à professora Susana pela apresentação dos cuidados que
10 estão adotando com a questão da segurança ao redor e no interior do *campus* e dos outros *campi*
11 da Universidade também. Em seguida, passa a palavra à doutora Tânia, do Serviço de Apoio
12 Psicológico e Psiquiátrico aos Estudantes, para fazer uma breve apresentação. A Doutora
13 TÂNIA MARON VICHI FREIRE DE MELLO diz que dará ciência do relatório com o GT de
14 Saúde Mental que foi encomendado a ela. Embora seja coordenadora do serviço que atende os
15 alunos da Unicamp, o GT é mais amplo, ele tem o intuito de identificar os recursos e
16 procedimentos já existentes nos *campi* que tratam de prevenção, acolhimento e direcionamento
17 para tratamento de problemas de saúde mental dentre todos os integrantes da Unicamp. Esse
18 GT teve 21 membros, entre funcionários, discentes e docentes, e sua primeira etapa levou em
19 consideração o aumento da prevalência de transtornos mentais durante a pandemia. Essa
20 questão já era cara ao professor Antonio José antes, ele já havia pensado na questão da saúde
21 mental dos alunos e de todos os membros da Unicamp, mas isso se tornou mais necessário
22 durante a pandemia. Há estudos de fora e alguns agora da América Latina mostrando um
23 aumento entre 18,9% e 27,3% de sofrimento mental. Esses estudos começaram na China, foram
24 para a Europa, conforme a pandemia foi avançando, e houve vários estudos multicêntricos que
25 foram feitos e demonstram esse aumento. O Brasil é o campeão mundial de transtornos de
26 ansiedade diagnosticados: o relatório da ONU pré-pandemia mostrou 9,3% de transtornos
27 mentais diagnosticados no Brasil contra 4,4% do segundo colocado. Então, por várias razões
28 que poderiam ficar aqui discutindo, o Brasil é o país mais ansioso do mundo. Dentro da América
29 Latina, ele tem a maior prevalência de transtornos depressivos, 5,8%. Se é assim fora, não vai
30 ser diferente dentro da Universidade, e para 2030 a Agenda da OMS prevê que a segunda causa
31 de absenteísmo no trabalho vai ser transtornos depressivos, só perdendo para as doenças de
32 coluna, LER e outras doenças de movimentos repetitivos. Tendo isso em vista, a Unicamp
33 possui uma boa estrutura, e acha que ela é a única universidade que tem dois serviços de saúde
34 mental, um específico para os estudantes da Medicina e outro para os estudantes em geral, o
35 Sappe, que tem 35 anos, além do Cecom e da DSO. Chamaram todos esses órgãos para uma
36 conversa, e a metodologia do GT foi a seguinte: foram quatro encontros, onde cada serviço
37 apresentou o seu fluxo e os seus dados de atendimento, e então começaram a estudar onde estão
38 os gargalos e o que que precisaria ser feito. Então o primeiro passo foi levantar o que se tem e
39 pensar como organizar o que já existe para depois pensar o que mais de subsídio precisaria para
40 melhorar essa condição. Viram o que tem no Cecom para os funcionários e docentes, viram o

1 que o Sappe e o Grapeme fazem, a DSO, que é a divisão ocupacional que fica nessa interface
2 da saúde com os problemas de saúde mental que têm a ver com ambiente de trabalho.
3 Concluíram que os gargalos dos ambulatórios de saúde mental e do pronto-socorro têm a ver
4 com questões de contratação, mas para os alunos, tiveram uma excelente notícia da reposição
5 da equipe. Estão trabalhando com metade da equipe por conta de aposentadoria e contratos
6 temporários, mas agora já estão com o concurso em andamento e precisam pensar em ações
7 além da assistência. Devem pensar em ações de prevenção que abarquem não só os alunos, mas
8 também os servidores e os docentes, porque existe uma certa procura. Como ficam nessa
9 interface da questão acadêmica, eles acabam procurando o Sappe; para docentes, o Sappe só
10 faz assessoria, não faz assistência. Portanto estão agora com a missão, em um próximo GT, de
11 pensar que existe uma demanda também que é mais específica da vida acadêmica e da vida de
12 orientação, de todas essas situações que acontecem, para a qual talvez tivessem de se atentar.
13 O MAGNÍFICO REITOR agradece pela apresentação e reforça que o Sappe faz esse
14 atendimento atualmente aos alunos de graduação e de pós-graduação. Então também há um
15 problema de estrutura porque ele está dentro da PRG, mas ele atende bastante aos alunos de
16 pós-graduação. A Doutora TÂNIA MARON VICHI FREIRE DE MELLO observa que 40%
17 dos atendimentos são para alunos de pós-graduação, e são os casos mais complexos, tirando
18 populações mais específicas – dão uma atenção especial aos indígenas e aos cotistas –, porque
19 têm a ver com questões de carreira. Não sabe o porquê, pois quando entrou na coordenação já
20 era desta forma, mas o Sappe não atende os colégios técnicos; esse atendimento é feito pelo
21 Cecom, então essa é uma outra coisa que terão de rever. O MAGNÍFICO REITOR diz que essa
22 questão terá de ser pensada na continuidade desse trabalho; pensar em uma estrutura que
23 procure, com recursos um pouco mais bem organizados, fazer um atendimento maior. O grupo
24 vai continuar o trabalho tentando desenvolver uma ação conjunta, envolvendo os quatro órgãos
25 que a doutora Tânia citou: Sappe, Grapeme, Cecom e DSO da DGRH. Em seguida, passa a
26 palavra aos inscritos no Expediente. O Conselheiro ALBERTO LUIZ SERPA informa que seu
27 mandato, juntamente com o professor Gallo, termina no próximo dia 26. A posse do novo
28 diretor, Arnaldo Cesar da Silva Walter, e da diretora associada, professora Katia Lucchesi
29 Cavalca Dedini, será no dia 27. Agradece aos colegas pelo convívio aqui no Consu; agradece
30 também à Administração atual e à anterior. Esteve como diretor associado na gestão anterior,
31 portanto já são oito anos em contato com os vários setores da Administração Central e seus
32 órgãos. E também foi uma experiência muito relevante para ele participar nos GTs, nas
33 comissões, nas câmaras e tudo o mais. Só participando mesmo para ter essa visão de como
34 funcionam esses órgãos da Universidade. O MAGNÍFICO REITOR congratula o professor
35 Serpa pela gestão, em nome da atual Administração, e acha que pode falar em nome da
36 Administração anterior. Agradece pela colaboração na gestão, nos órgãos centrais da
37 Universidade. Conheceu o professor Serpa aqui na vivência do Consu, e o professor Gallo
38 conhece há muito tempo, da época em que era um aluno em final de curso. São pessoas que
39 admira bastante e cuja colaboração agradece muito. Sabem da dificuldade que é gerir uma
40 faculdade do porte da Faculdade de Engenharia Mecânica, então os parabeniza pela gestão, e

1 darão as boas-vindas aos professores Arnaldo e Katia, que são colegas que conhece há um bom
2 tempo. O Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA diz que que no dia 1º de abril, o
3 Instituto de Química reinaugurou a sua biblioteca, agora com o nome “Professor Doutor
4 Oswaldo Luiz Alves”, por tudo que o professor Oswaldo significou e significa para a Química
5 brasileira e a Química internacional. Essa é a homenagem perene do Instituto de Química ao
6 professor Oswaldo, e agradece muito a representação da Reitoria e da ProEC naquele evento.
7 O segundo ponto é esclarecer uma dúvida sobre como está a questão dos contêineres de
8 alimentação para serem disponibilizados às unidades. Verificam que as filas para alimentação
9 estão bastante extensas, então talvez isso possa mitigar um pouco esse problema. A terceira
10 manifestação é uma despedida: vai estar em viagem ao exterior no próximo Consu, portanto,
11 ainda que a sua gestão finalize só em junho, este de fato é seu último Consu como diretor do
12 Instituto de Química. Despede-se de todos, e a melhor palavra que possui para exprimir todos
13 os sentimentos ao longo desses quatro anos é “gratidão”. Gratidão a todos os conselheiros e ex-
14 conselheiros pelo convívio e discussões, sempre buscando o melhor para a Universidade.
15 Gratidão aos queridos diretores e ex-diretores; foram muitas discussões, ideias, trocas de
16 informações e apoio ao longo desses anos. Gratidão à Reitoria passada, na gestão do professor
17 Marcelo e professora Teresa pela árdua tarefa, entre tantas, de colocar em ordem a vida
18 financeira da Unicamp, e os frutos estão vendo agora. Gratidão a esta Reitoria pelos trabalhos
19 em conjunto, pelo acolhimento e pensamento institucional sempre. Gratidão ao seu querido
20 amigo, professor Mário Saad, a todo o núcleo da campanha e a todos aqueles que votaram neles
21 na consulta para a sucessão da Reitoria. E obviamente sua eterna gratidão ao seu querido
22 Instituto de Química, por lhe ter dado a oportunidade ímpar de ser seu diretor ao longo desses
23 últimos quatro anos e vivenciar toda essa realidade. Inclui aqui a gratidão ao seu querido vice-
24 diretor, professor Cláudio Tormena, a quem deseja sucesso à frente da diretoria do Instituto.
25 Realmente foram quatro anos extremamente difíceis para se planejar qualquer gestão, pois
26 primeiro tiveram de encontrar meios de lidar com uma tremenda crise financeira, e ainda sem
27 terminar essa crise, também encontrar meios de enfrentar uma crise sanitária sem precedentes
28 no último século devido à pandemia. De todos os modos, foi um aprendizado enorme.
29 Conseguiram sobreviver e cumprir com quase toda a totalidade daquilo que haviam apresentado
30 no início da gestão. Assim, é muito grato a todos e quem sabe se encontrarão em outras
31 oportunidades, sempre trabalhando para que a Unicamp possa continuar seu caminho como
32 universidade pública, gratuita, com autonomia financeira, socialmente responsável e cada vez
33 mais humana, plural e inclusiva. Deixa um carinhoso abraço a todos. O MAGNÍFICO REITOR
34 parabeniza pela iniciativa de homenagear o professor Oswaldo, uma homenagem muito
35 importante. Também conheceu o professor Oswaldo ainda como aluno de graduação, e sabem
36 a importância que ele teve na história da Unicamp e na história da Química. Agradece ao
37 professor Zezzi por toda a colaboração; ele os auxiliou bastante, no início da gestão, a resolver
38 vários problemas. Deseja boa sorte para ele nessa nova etapa. Agradece também ao professor
39 Tormena, com quem compartilhou a Comissão Central de Pós-Graduação durante um período.
40 Vai deixar a questão dos contêineres para que o senhor Juliano responda no final, porque

1 eventualmente pode surgir mais alguma questão para ele. O Conselheiro MARCELO ALVES
2 DA SILVA MORI diz que se inscreveu para comentar sobre a proposta de alteração da minuta
3 que lida com os processos de convênio. Agradece fortemente a celeridade no encaminhamento
4 da solicitação feita por ele, representando vários docentes. Acha que a proposta contempla
5 vários dos gargalos que apresentaram e dá mais celeridade para o processo, que em suma é o
6 que buscavam alcançar. Agradece à doutora Ângela por ter encabeçado isso, também à doutora
7 Fernanda, e não vai repetir os pontos fortes que a doutora Ângela mencionou. De uma forma
8 geral, a proposta é muito boa, vai apenas comentar alguns pontos que talvez possam incluir ou
9 discutir no processo em que vão avaliar essa proposta e mais para frente votar. Um deles é a
10 questão da própria tramitação dos convênios utilizando o sistema atual, o Siad, que a seu ver e
11 na opinião de alguns técnico-administrativos que lidam com esse sistema ainda é bastante
12 engessado, e pode melhorar muito, ou podem considerar a possibilidade de usar até o próprio
13 Sigad para tramitar de uma forma mais eficiente. Outra questão é a obrigatoriedade de ter uma
14 minuta em português. Sabe que isso tem uma limitação jurídica, mas considerando essa
15 limitação, se for o caso, acha muito importante que tenham nas unidades ou em alguma
16 instância da Administração Central um suporte para que essas traduções aconteçam de uma
17 forma mais eficiente, para fomentar justamente convênios com parceiros internacionais. Uma
18 coisa importante dessa minuta é tipificar os objetos, diferenciar os objetos e dar trâmites
19 diferentes. Mas acha que em alguns dos objetos, como MTAs, termos de doação, convênios,
20 termos de outorga relacionados a agência de fomentos do exterior, ainda poderiam trabalhar
21 para simplificar ainda mais esse processo, porque ainda é um pouco burocrático e são termos
22 de doação, que não necessariamente requerem uma negociação entre instituições. Uma das
23 saídas é tentar, por exemplo, para MTA utilizar termos convencionados que outras instituições
24 aceitam. Existem precedentes para isso. Pode depois mais especificamente conversar com a
25 doutora Ângela sobre esses temas e depois discutirão mais isso também. O MAGNÍFICO
26 REITOR diz que a sugestão é essa mesmo, conversar um pouco com as doutoras Ângela e
27 Fernanda e ver se é possível acrescentar, achar coisas que deem continuidade a esse objetivo de
28 simplificação. O Conselheiro MÁRCIO ANTÔNIO CATAIA parabeniza a todos funcionários
29 e funcionárias do Instituto de Geociências pelo trabalho que tiveram de cuidar do prédio,
30 preparando todo o espaço para esse momento que agora estão atravessando com o retorno
31 presencial. Houve muito trabalho, muito empenho, muita dedicação, então é importante dizer
32 dessa resposta que tiveram desse corpo tão importante de funcionários e funcionárias que
33 possuem no Instituto. Da mesma maneira, todo trabalho e empenho das comissões de graduação
34 e pós-graduação para organização de salas, de espaços que pudessem abrigar de forma a
35 obedecer a todas as regras para o retorno presencial. Isso foi de fundamental importância para
36 o acolhimento que neste momento estão podendo realizar na unidade, como em toda a
37 Universidade. Então isso é muito positivo, muito bom, e para isso contam com o inestimável
38 apoio da Reitoria, utilizando neste momento um nome para agradecer, que é do professor Paulo
39 César Montagner. Ele forneceu um apoio precioso para que pudessem organizar todo o espaço,
40 ter um ambiente de acolhida tão importante quanto esta. Aproveita também para agradecer ao

1 prefeito do *campus* pela nova iluminação recebida no entorno do prédio do IG, algo muito
2 importante no período noturno. Informa que houve a reabertura da litoteca do IG, uma coleção
3 didática de minerais, rochas e fósseis, pelo empenho da professora Ana Elisa Abreu, chefe do
4 Departamento de Geologia e Recursos Naturais para que a litoteca pudesse ser reorganizada e
5 reaberta ao seu uso para as pesquisas que continuam. Também enaltece o trabalho de captação
6 de recursos que vêm fazendo no Instituto, parabenizando o professor Carlos Roberto de Souza
7 Filho por um projeto de pesquisa muito importante de sensoriamento remoto multi, hiper
8 espectral para a caracterização de óleos e afluentes em ambientes marinhos. Isso para o IG é
9 muito importante, não só pela captação de recursos, mas pelo próprio tema, que objetiva um
10 espaço mais limpo, um espaço mais apropriado para a vida. Por fim, enaltece um professor do
11 Instituto, o professor Archimedes Perez Filho, que agora se aposentou na compulsória. Foi
12 diretor de duas unidades, da Feagri e depois do IG, quando o Instituto passou a abrigar os dois
13 cursos de graduação, Geologia e Geografia. Então, enaltece esse trabalho de atividade pública
14 e dedicação de uma vida à Universidade e ao Instituto. O MAGNÍFICO REITOR soma-se à
15 homenagem ao professor Archimedes, que também foi pró-reitor da Universidade, uma pessoa
16 que desempenhou importante papel na gestão da Unicamp, do IG e da Feagri. O Conselheiro
17 EDSON TOMAZ enaltece um trabalho que vem sendo realizado na Faculdade de Engenharia
18 Química, do Núcleo Docente Estruturante, que está não somente fazendo uma adequação às
19 novas diretrizes curriculares, mas a Faculdade entendeu como uma grande oportunidade de se
20 fazer uma transformação no curso de graduação, rompendo com o tradicional modelo
21 conteudista para o modelo orientado pelas competências e habilidades. Realmente não é uma
22 mudança, é uma transformação, pois foi tudo reconstruído a partir de um novo conceito. Então
23 esse é um trabalho realmente ousado, é histórico para a Faculdade de Engenharia Química, e
24 depois vai compartilhar com os colegas diretores, principalmente, mas pode compartilhar com
25 todos, um *site* onde há uma consulta pública para que possam conhecer esse trabalho, que
26 realmente ficou muito interessante. Quem conhece o currículo da Engenharia Química ao olhar
27 esse novo currículo não vai reconhecer imediatamente, tal foi a transformação que está sendo
28 proposta, e no dia 29 de abril provavelmente vão aprovar na congregação. Pede licença para
29 nominar o Núcleo Docente Estruturante, que merece ser registrado: professores Raphael Soeiro
30 Suppino, Luís Fernando Mercier Franco, coordenadores de graduação e coordenador de
31 graduação associado, respectivamente; professores Roger Josef Zemp, Guilherme José
32 Castilho, Liliane Maria Ferreira Ferrareso Lona, Lucimara Gaziola de la Torre e Rubens Maciel
33 Filho. Há nesse grupo alguns ex-diretores e também docentes jovens; o trabalho realizado
34 realmente é bastante importante e certamente será uma referência para outros cursos de
35 Engenharia Química no Brasil. Registra seu agradecimento e sua admiração por esse grupo e à
36 Faculdade, que acolheu e abraçou esse grande projeto. Também se despede hoje, pois seu
37 mandato se encerra em 19 de maio, informando que ainda está em processo a consulta à
38 comunidade dos novos diretores. Deixa aqui seus agradecimentos a esta gestão e às duas
39 anteriores, visto que ficou por oito anos na direção: foi diretor associado, depois complementou
40 o mandato da professora Marisa e em seguida teve seu próprio mandato. Agradece à Secretaria

1 Geral, na pessoa da doutora Ângela, assim como à Procuradoria Geral, em nome da doutora
2 Fernanda, sempre lhes atendendo com celeridade e precisão, e a todos os outros órgãos da
3 Administração. Agradece também aos seus colegas diretores e outros conselheiros, foi
4 realmente uma experiência muito enriquecedora estar neste Conselho e em outras câmaras da
5 Universidade. Deseja a todos que permanecem na gestão êxito nos seus propósitos e na
6 condução da Universidade. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao professor Edson, também à
7 professora Ângela, pessoas que conhece há muito tempo, por toda essa colaboração com a
8 Universidade. O professor Edson colaborou em várias gestões, ele vai se afastar da diretoria,
9 mas o projeto em relação à questão de incêndio e de segurança deve continuar ocorrendo. Essa
10 colaboração é muito importante para tentarem superar as dificuldades desse âmbito que se
11 acumularam ao longo do tempo. Parabeniza-o também pela iniciativa de reformulação
12 curricular; sabem que os desafios são grandes, é um tema muito delicado, sempre polêmico,
13 então o parabeniza a FEQ por ter conseguido avançar nessa iniciativa. O Conselheiro
14 ADILTON DORIVAL LEITE manifesta sua satisfação pela publicação da Portaria GR-
15 017/2022, que designou a comissão organizadora e os comitês que organizarão o VIII Simtec,
16 que é o Simpósio dos Profissionais da Carreira Paepe da Unicamp. Acha importante destacar
17 um novo eixo temático que foi incorporado ao já tradicional Simtec, que é o de
18 Responsabilidade Social, Institucional e Voluntariado, que tem como objetivo tratar do papel
19 da intervenção social da Unicamp no enfrentamento da pandemia da Covid-19. Espera que
20 vários trabalhos nessa linha sejam expostos. Lembra que o Prêmio Paepe, que foi criado em
21 2011 com o objetivo de premiar anualmente os servidores técnico-administrativos que se
22 destacam por meio de iniciativas e projetos que contribuam para a melhoria da Universidade,
23 teve sua última edição em 2017 e também será retomado agora em 2022, inclusive já há um
24 grupo tratando disso. Acha que poderiam aparecer muitas inscrições de trabalhos tratando do
25 que os funcionários fizeram e que contribuiu bastante para que a Universidade funcionasse de
26 maneira remota no período de pandemia, pois há muita coisa interessante nesse aspecto. O
27 terceiro assunto é sobre a Educorp, cuja equipe tem feito reuniões com os diretores das
28 unidades. Nessas reuniões surgem demandas, e vai citar rapidamente duas que já foram
29 incorporadas e que são frutos dessas reuniões: a primeira é da Faculdade de Enfermagem, que
30 pela interlocução com a Educorp viabilizou um curso de revisão sistemática que será oferecido
31 para 15 docentes da FEnf. O curso será ministrado em inglês e vai começar em novembro,
32 sendo conduzido por docentes da própria Faculdade junto com docentes da Escola de
33 Enfermagem da USP, mais profissionais de um instituto australiano. Essa é a primeira
34 experiência de um curso que a Educorp faz voltado exclusivamente para a carreira docente, e
35 acha que isso é bastante importante. A Educorp também promoverá um curso na área de
36 educação infantil, uma trilha que está sendo desenvolvida por profissionais da DEdIC e da
37 educação infantil que pretende abordar assuntos pedagógicos e transversais à educação como
38 saúde, nutrição e relações familiares. Serão consideradas as experiências da DEdIC com a
39 Faculdade de Educação, e contarão ainda com a participação de especialistas externos. Informa
40 ainda que a Portaria CGU 05/22 criou um GT junto à Educorp para tratar do diagnóstico,

1 análise, revisão e uma proposição de um novo programa de gestão de desempenho. Uma
2 sugestão que dá a esse GT é que faça *link* com um programa de gestão de desempenho e que
3 avance no programa de gestão e desempenho para fazer ranqueamento para distribuição de
4 recursos. Há várias outras possibilidades quando se trata de gestão de desempenho, e aqui
5 podem implementar um programa de gestão de desempenho muito mais elaborado usando dessa
6 análise que o grupo fará, para no futuro abarcar a gestão de talentos, que considera bastante
7 importante para o futuro da Universidade. Em seguida, menciona que ontem houve uma reunião
8 extraordinária na Câmara Municipal de Campinas e o item 02 da ordem do dia era um projeto
9 de decreto legislativo de autoria do vereador Paulo Haddad que tratava da concessão do Título
10 de Cidadã Campineira a uma professora aqui da Universidade. Foi aprovada por unanimidade
11 a concessão do título a essa professora da Unicamp, cujo critério foi o conjunto da trajetória
12 dessa professora como médica, pesquisadora e gestora de vários projetos internacionais. Está
13 falando da professora Maria Luiza Moretti, a quem parabeniza. O MAGNÍFICO REITOR diz
14 que há uma coincidência feliz; esse é um presente de aniversário, pois a vice-reitora faz
15 aniversário hoje, então é um parabéns duplo. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN
16 SILVEIRA cumprimenta e agradece aos colegas Edson e Zezzi, que já estavam aqui quando
17 chegou ao Consu, e foi muito bem acolhido por eles, então deixa seus cumprimentos e sua
18 gratidão a eles. Também cumprimenta a doutora Ana Carolina e a doutora Tânia pelos trabalhos
19 que expuseram aqui, que são fundamentais, essenciais, e pensa em convidá-las para
20 oportunamente fazer uma fala sobre eles na Faculdade de Educação. Diz que se inscreveu para
21 compartilhar com os colegas aqui do Consu uma moção que a Faculdade de Educação
22 apresentou em relação à atitude de um vereador de Campinas chamado Major Jaime, que
23 solicitou em requerimento à Prefeitura de Campinas “informações detalhadas da prefeitura
24 sobre a Emef Maria Pavanatti Fávoro e a prática de alguns professores de doutrinação
25 ideológica em salas de aula”. A Faculdade se manifestou em relação a isso, não vai ler a moção
26 toda aqui em função do tempo, mas lembra que “a liberdade, a pluralidade de pensamento, o
27 direito ao conhecimento e a liberdade de ensino estão previstos na Declaração Universal dos
28 Direitos Humanos, na Constituição brasileira, na LDB, em mais vários outros instrumentos
29 legais e internacionais dos quais o Brasil é signatário. No entanto, a liberdade de pensamento
30 parece incomodar algumas pessoas do cenário político nacional, particularmente aquelas mais
31 diretamente vinculadas ao Governo Federal. Em tempos de obscurantismo, negacionismo,
32 anticiência e *fake news*, é papel da educação e da escola cultivarem conhecimentos que
33 alimentam não a credice e a superstição, mas o pensamento científico rigoroso, criativo e
34 emancipador. Nós, educadoras e educadores da FE estamos atentos e indignados com o
35 movimento de intimidação dos profissionais da educação, em particular neste momento os
36 colegas da Emef Maria Pavanetti Fávoro. Destacamos que se trata de uma escola que tem como
37 um de seus objetivos o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico dos estudantes,
38 contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e solidária.
39 Uma escola que busca continuamente promover a participação ativa dos seus alunos e alunas,
40 estimulando o diálogo na pluralidade e a manifestação de pontos de vista diferentes, respeitando

1 liberdades civis, garantidas pelo Estado democrático de direito. Expressamos, portanto, nosso
2 veemente repúdio à atitude do vereador Major Jaime e solicitamos ao Excelentíssimo Senhor
3 Presidente da Câmara Municipal de Campinas, vereador José Carlos Silva, a quem a moção foi
4 dirigida, que tome as providências cabíveis para que os direitos constitucionais dos educadores
5 e das educadoras sejam assegurados. É inadmissível o cerceamento, a mordaza, a censura ou
6 quaisquer outras formas de discriminação contra profissionais da educação que trabalham e
7 lutam diuturnamente por um ensino de qualidade, pela superação da desigualdade, pela justiça
8 social e em defesa da dignidade humana. É inaceitável que requerimentos dessa natureza
9 semelhantes àqueles orquestrados pelo ‘Movimento Escola sem Partido’, que já foram
10 expressamente rechaçados pelo Supremo Tribunal Federal por seu caráter institucional, ainda
11 tomem o tempo, a atenção e os recursos da Câmara Municipal, da Prefeitura e dos contribuintes
12 quando a população espera, desassistida, pela solução de inúmeros problemas concretos e
13 graves que a afligem em seu dia a dia. Assim, manifestamos plena solidariedade aos
14 profissionais da Emef Maria Pavanetti Fávaro e a toda a comunidade educacional da cidade,
15 igualmente atingida pela ação violenta do referido requerimento, pois ele configura um ataque
16 à educação pública como um todo. E nos enfileiramos na luta contra essa e qualquer outra
17 tentativa de intimidação e criminalização do digno e essencial trabalho de educar. Pela
18 democracia, pela ciência, pela autonomia da escola, pelo direito à educação sem mordaza”.

19 Então, independentemente da área em que atuam aqui na Universidade, são todos educadores e
20 educadoras. Convida os colegas a ficarem atentos e a se posicionarem também contrariamente
21 a manifestações dessa natureza, para que não tenham mais retrocessos em relação às conquistas
22 democráticas, em especial aquelas que se referem à educação e que também custaram muito
23 caro ao povo brasileiro. A Conselheira ELLEN ALVES MENEZES diz que vai falar um pouco
24 da perspectiva dos estudantes em relação ao que está sendo esse retorno presencial. Já havia
25 falado no Consu passado a respeito do RU, que está sendo um grave problema para os
26 estudantes, está com filas enormes, não tem alimentação adequada para, por exemplo, as
27 pessoas vegetarianas no RU, então existe toda a locomoção até o RS. Esta semana não está
28 sendo oferecido guardanapo, não tem mais suco, não tem opção de repetir, entre vários outros
29 problemas. Acha que seria importante uma resposta em relação a esses problemas porque é algo
30 de que todos os estudantes estão reclamando. E é realmente complicado, porque ela, por
31 exemplo, que tem aula à noite, se for no RU às 17h30, mal dá tempo de ir para a aula às 19
32 horas. A questão da permanência tem tudo a ver com o retorno presencial; acha que é muito
33 importante reconhecer o que a Reitoria fez em relação à permanência, algo sempre exigido
34 pelos estudantes e pela primeira vez estão falando de uma reforma, de uma ampliação da
35 moradia. Isso é muito bom, mas acha que devem continuamente debater esse tema, porque
36 houve aumento das bolsas, mas mesmo assim elas não são suficientes. Os aluguéis são muito
37 caros aqui em Campinas, então mesmo com o aumento da bolsa ainda não cobre. Como
38 mencionou, a questão da permanência tem tudo a ver com os restaurantes universitários, já que
39 as pessoas que precisam pegar aquela fila enorme e não podem comprar na cantina são os
40 estudantes bolsistas. Portanto, precisam ter essa preocupação. Também vai se referir ao

1 EduCart, algo bastante polêmico; ocorreu a implementação dos “robozinhos”, e essa
2 implementação para um retorno mais rápido foi fundamental. Foi importante terem retornado,
3 mas o que acontece hoje é que o distanciamento caiu, e além disso foi relatado que os robôs
4 não funcionaram muito bem. Foi gasto um recurso que parece pouco em vista do orçamento da
5 Universidade, mas são R\$3 milhões, é um valor considerável. Então acha que seria importante
6 que fosse feito pela Reitoria um levantamento de dados mais científicos para que possam
7 debater melhor no movimento estudantil e também com a Reitoria o que significou o EduCart,
8 o que significou o retorno presencial. Reforçando um pouco do que a professora Susana Durão
9 informou, sobre a polícia no *campus*, acha que é muito delicado, realmente houve aumento no
10 número de assaltos e estão em uma situação perigosa. Como estudante do período noturno, fica
11 muito angustiada, mas acha que a abordagem policial não resolveu isso, na verdade ela só
12 aumentou o medo dos estudantes que têm cor, que têm um corpo específico. Acha muito
13 complicado haver rondas de polícia aqui dentro sem ter um espaço de discussão com os
14 estudantes sobre isso e sem pensar em outras formas de segurança, como segurança
15 comunitária. O movimento estudantil da Unicamp está fazendo essa movimentação; terão uma
16 assembleia geral para discutir a questão da segurança e acha que tomar essa decisão de colocar
17 polícia aqui dentro, de aumentar a polícia na Universidade sem falar com os alunos é um
18 problema gravíssimo, porque fere a autonomia dos estudantes. Quando conversam com os
19 estudantes, veem que o aumento policial na verdade significou a ocorrência de problemas como
20 dispersão dos estudantes à noite com bala de borracha, feita pela polícia. Então acha que é
21 importante refletir sobre esses temas. A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que
22 tem ocorrido uma discussão entre os estudantes desde o começo deste ano, e na terça-feira
23 passada aconteceu um evento, enquanto estavam na reunião do Consu, ao meio-dia no PB em
24 defesa das cotas trans, organizado por pessoas trans de dentro e fora da Universidade. Acha que
25 é muito importante que o Conselho comece a refletir, principalmente pensando a situação da
26 população trans de um modo geral no país. O Brasil, pelo 13º ano, é o país que mais mata
27 pessoas trans e travestis no mundo, segundo levantamento da Antra, que é uma associação de
28 referência de pessoas trans e travestis. É uma população que vive cotidianamente com o
29 apagamento da sua identidade e expressão de gênero. Há uma pesquisa da OAB que demonstra
30 que cerca de 82% sofre com evasão escolar e uma outra pesquisa da Andifes que mostra que
31 0,2% dessa população está nas universidades. Várias universidades, nos últimos anos,
32 aprovaram cotas para pessoas trans e travestis, não só na pós-graduação, mas também na
33 graduação, como é o caso da UFABC, da Uneb, e acha que devem começar a refletir sobre esse
34 tema aqui na Unicamp, não só sobre o ingresso dessas pessoas a partir de ações afirmativas,
35 mas também a permanência dos estudantes trans que já estão aqui na Universidade. Por
36 exemplo, é muito importante começarem a refletir sobre o atendimento especializado no Sappe,
37 assim como no SAE, porque pesquisas apontam que a média de idade de expulsão de casa de
38 pessoas trans é 13 anos. Então elas teriam de comprovar no SAE que elas não são ajudadas pela
39 família porque elas foram expulsas de casa quando eram adolescentes, e isso é algo que o SAE
40 também não dá conta de fazer hoje. Acha que são temas muito importantes para refletirem,

1 porque realmente é uma porcentagem muito baixa de pessoas que conseguem ingressar, pela
2 falta de ações afirmativas, e quando elas chegam na Universidade não são proporcionadas
3 condições suficientes para elas se manterem aqui dentro. Refletir sobre esse tema é importante
4 não só para a democratização da Universidade, que é um tema sobre o qual já falamos há muito
5 tempo, desde as cotas étnico-raciais, e já antes dela, mas também para conseguir produzir
6 conhecimento que seja voltado para os diversos setores oprimidos que são organizados na
7 sociedade. É fruto da luta dessas pessoas e traz grandes contribuições para quem está aqui na
8 Unicamp, que é uma universidade de referência. Nas cotas étnico-raciais, a Unicamp foi uma
9 das últimas do país a implementar, e implementou depois de muita luta, depois de três meses
10 de greve, dois meses de ocupação da Reitoria, e acha que não podem cometer esse mesmo erro
11 com as cotas trans. Este Conselho tem mais do que condições de refletir e acumular sobre o
12 tema e começar a pensar como implementar as cotas não só na pós-graduação – alguns
13 programas da Universidade já possuem, como é o caso do Programa de Pós-Graduação em
14 Antropologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Educação –, mas também na
15 graduação de modo geral, debatendo na CCG, debatendo na Consu, e avançando sobre isso
16 porque é um tema que os estudantes vão levar para frente ao longo deste ano. O Conselheiro
17 MATHEUS ALVES ALBINO diz que o retorno às atividades presenciais trouxe à tona
18 problemas da Universidade que não são de hoje, mas que certamente estão bastante agravados
19 com o retorno. A apresentação do Sappe mostrou o quanto é importante a ampliação dos
20 quadros para atender à demanda de cuidados em saúde mental. Ficou bastante preocupado com
21 a informação de que os casos dos estudantes de pós-graduação são mais complexos e são
22 bastante significativos. Acha que toda essa incerteza, a falta de segurança financeira para
23 conduzir as pesquisas, mostram o quanto precisam ainda se empenhar em defender junto às
24 agências de fomento o reajuste das bolsas de pós-graduação, mestrado e doutorado, da Capes e
25 do CNPq, que desde 2013 acumulam mais 60% de perda de valor real. Sobre o serviço de
26 alimentação, receberam também, como a conselheira Ellen já colocou, alguns relatos sobre
27 como o serviço está prejudicado em algumas qualidades básicas, principalmente o tempo de
28 espera muito elevado, o não fornecimento do suco, a limitação da opção vegetariana e a não
29 possibilidade de repetir e escolher quantidades. Sabem que o problema das filas é muito antigo,
30 mas isso só coloca também a urgência de pensar em algumas soluções de outras opções de
31 alimentação, tanto com o oferecimento das cantinas como pensar na ampliação dos restaurantes.
32 Uma sugestão para agilizar as filas de pagamento, de recarga do cartão, seria aceitar outras
33 opções de pagamento para recarga. Também é importante, e discutiram isso na terça-feira
34 passada, que o valor da refeição não seja reajustado e que esse assunto volte para o Consu o
35 quanto antes. A suspensão da deliberação de reajuste automático é bem-vinda, mas ela é
36 insuficiente porque é temporária, e acredita que atrelar o reajuste dos valores dos restaurantes
37 universitários com as bolsas SAE acaba por corroer todo o reajuste das bolsas. Por fim, informa
38 que a bancada discente submeteu à Secretaria Geral duas propostas de alteração do Regimento
39 e do Regimento Interno do Consu sobre a representação estudantil e a composição das câmaras
40 Cepe e CAD, que fazem parte de uma discussão que estão fazendo para atualizar e revisar essas

1 regras. Em seguida, solicita a palavra à conselheira Gabriela. A Conselheira GABRIELA
2 BARROS GONÇALVES diz que pediu um aparte na fala do conselheiro Matheus para pedir
3 um esclarecimento a respeito da fala da professora Cláudia Cavaglieri na última reunião, que
4 citou que o Restaurante Universitário está em processo de licitação para terceirização. Enquanto
5 conselheira universitária e também em nome do Sindicato, diz que são contrários a toda e
6 qualquer terceirização na Universidade, e que essa não é uma solução para os problemas do
7 Restaurante Universitário. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO registra o seu
8 agradecimento à Reitoria, pois no dia 03 de março a FOP deu um passo muito importante no
9 retorno das suas atividades, para que possam deixar os alunos em fase. Começaram fazendo um
10 atendimento noturno e tiveram total apoio da Reitoria, que proporcionou com algumas ações a
11 possibilidade de atenderem à noite. Está sendo um desafio muito grande porque nunca fizeram
12 esse atendimento e sequer sabiam se haveria pacientes interessados em vir à noite; o turno está
13 sendo feito das 19 às 23 horas, e adianta que estão sendo um sucesso os atendimentos noturnos.
14 Isso foi um acerto que tiveram com a atual Reitoria que será necessário somente durante um
15 ano, para que todos entrem em fase. Então deixa seu agradecimento público à Reitoria. Pergunta
16 sobre os contêineres e também se há alguma novidade sobre o vale-transporte dos funcionários
17 que não residem nas cidades onde há *campus* da Unicamp. Outra pergunta é se já existe um
18 posicionamento da PG sobre a lei complementar 191, aditiva à lei complementar 173 sobre a
19 contagem de tempo dos servidores públicos da área da Saúde. Por último, pergunta sobre um
20 ofício que a Deas mandou para o Gabinete do Reitor em relação a uma reunião que tiveram em
21 dezembro junto com a DRS X de Piracicaba sobre os serviços de saúde prestados pela FOP
22 pelo atendimento SUS. A Deas inicialmente apoia a necessidade de criação de uma estrutura
23 dedicada a essa prestação de serviço. Gostariam de ter o apoio ou uma informação sobre o
24 andamento das tratativas para a criação de uma área separada das clínicas em relação à FOP. O
25 MAGNÍFICO REITOR diz que é importante ficar claro que a FOP foi uma das unidades mais
26 prejudicadas, talvez a mais prejudicada com a pandemia, por causa das clínicas odontológicas.
27 Antes da pandemia já havia um espaçamento menor que o necessário e com a pandemia essa
28 situação se agravou muito. Então, ao retomarem a atividade, a FOP ficou com espaço somente
29 para um terço dos alunos serem contemplados com as clínicas odontológicas, e isso está
30 implicando no adiamento de formaturas. Então este ano eles estão tendo atividades noturnas,
31 por iniciativa da Faculdade, e a Reitoria ajudou a viabilizar, para que consigam colocar em fase
32 o curso as pessoas que deveriam ter se formado ano passado, no final desse ano, e das que se
33 formariam esse ano e abril do ano que vem. Só então vão entrar em fase, então é um impacto
34 muito grande. Em relação ao último item, precisam só verificar a parte jurídica. A iniciativa da
35 Deas conta com o apoio da Reitoria, a região de Piracicaba não está no SUS da região de
36 Campinas, é uma outra divisão regional de saúde, isso gera problemas em relação a essa parte
37 assistencial das atividades da FOP, que é uma atividade também de assistência à população.
38 Estão tentando encontrar uma solução para esse problema, que é mais ou menos antigo. A outra
39 questão vai deixar para o senhor Juliano responder ao final. O Conselheiro MARCO ANTÔNIO
40 GARCIA DE CARVALHO solicita esclarecimento sobre um convênio que foi feito com a

1 Samsung, divulgado em uma reunião do Consu em maio do ano passado, de como anda esse
2 convênio, que permitia a aquisição de equipamentos com descontos por parte dos servidores da
3 Unicamp. Então se pudessem prover um esclarecimento, se está valendo e como se beneficiar
4 desse convênio, agradece a informação. Outro ponto é solicitar para a Administração a
5 possibilidade de estudar ou de retomar um programa de incentivo à realização de pós-doutorado
6 no exterior. Esse programa havia sido instituído em 2012, pela Resolução GR-026/2012, tinha
7 sido alterado por uma outra GR de 2013 e revogado também em 2013 pela Resolução GR-
8 62/2013. Era um programa que incentivava a ida de professores ao exterior para a realização de
9 pós-doutorado, mas que instituiu regras para, por exemplo, oferecer contratação de professores
10 substitutos para atender à carga didática que ele tinha na sua unidade. Esse é um programa
11 muito importante para unidades que têm alta carga didática e uma carga didática qualitativa
12 também, com professores ministrando mais de uma disciplina, duas, três disciplinas por
13 semestre. Então solicita à Reitoria a verificação da possibilidade de retomar esse tipo de
14 programa. E, por fim, faz uma menção às questões do legado positivo da pandemia. Existe um
15 GT que também foi divulgado no ano passado, sobre a educação, ensino híbrido, a educação
16 digital, então se fosse possível fazer um breve relato de como andam as discussões, acha que
17 deveriam aproveitar este momento para discutir o legado positivo da pandemia para o ensino e
18 aprendizagem. Há instituições que estão desenvolvendo projetos estratégicos de ensino digital;
19 a União Europeia tem um plano de educação digital, e considera um bom momento para a
20 Unicamp se aprofundar na discussão desse tema. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
21 registra que a nova diretoria do Sindicato tomou posse no dia 31 de março. É uma diretoria
22 composta proporcionalmente: a chapa 2 teve 10 diretores, a chapa 3, nove diretores e a chapa 1
23 teve oito diretores, para o mandato que vai de 2022 a 2025. Durante a campanha perderam dois
24 diretores, Marcílio Ventura e Rosângela Martins, que faleceram. Lamenta o falecimento desses
25 dois grandes companheiros. Foi uma campanha bastante democrática e essas três chapas
26 compõem agora a nova direção do Sindicato. Parabeniza o professor Antonio José por ter
27 assumido a presidência do Cruesp no dia 1º de abril, e propõe a discussão de uma política
28 salarial, já que a inflação continua alta e a arrecadação também. Os dados que possui do
29 município no repasse de março é de um crescimento acima da previsão, no caso dos municípios,
30 de 6,35% do repasse. Então acha que há a possibilidade de construir uma política salarial,
31 assim como fazer a discussão de carreira, da isonomia com a USP. Autonomia da universidade
32 é um tema importante para a discussão e debate no Cruesp. E também defende a construção dos
33 novos restaurantes, porque na COP aprovaram um plano de investimentos e é importante iniciar
34 o mais urgente possível a construção de novos restaurantes universitários, tocados por
35 servidores contratados por concurso público, deixando de criar subemprego na Universidade.
36 O MAGNÍFICO REITOR diz, em relação à pergunta sobre o convênio Samsung, que ele está
37 sendo habilitado para a comunidade Unicamp. A Secretaria Executiva de Comunicação vai
38 preparar a divulgação, e o período em que ficou travado o acesso a essa possibilidade de compra
39 de equipamento é porque houve uma mudança na pessoa responsável no interior da Samsung.
40 Mas a questão já está resolvida. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI deixa um

1 abraço aos colegas que estão se despedindo, professores Edson, Serpa e Zezzi. E parabeniza
2 também a professora Maria Luiza duplamente, pelo aniversário e pela homenagem. Havia
3 anotado para fazer questionamentos relativos à questão da segurança e à questão da alimentação
4 no *campus*, mas uma já foi tratada e a outra já tem bastante pedidos, acha que já terão
5 esclarecimentos. Fará um comentário sobre a questão da retomada em si e a questão da própria
6 notificação, registro e providências em relação a casos de Covid que estão acontecendo. Não
7 sabe se de maneira generalizada, e até solicita algum esclarecimento, algum panorama, que
8 acha seria positivo, mas tiveram no Instituto de Economia na semana retrasada notificações de
9 casos concentradas em uma turma. Acha que funcionou bem a questão do registro e
10 comunicação para o Cecom, e quanto mais divulgação tiverem dos protocolos é melhor, mas
11 deixa aqui os agradecimentos em público à equipe do Cecom, na pessoa da senhora Rose, com
12 quem conversou e os tratou bastante bem, explicou a situação. Atendendo às recomendações
13 dos protocolos da Unicamp e do próprio Cecom, observa que a impressão que possuem, e até
14 isso constou explicitamente no comunicado que mandaram para a comunidade, é de que a sala
15 de aula é provavelmente o lugar mais seguro, porque lá todos estão de máscara, sem nenhum
16 tipo de exceção, o que não se verifica em outros lugares tanto do *campus* quanto da cidade.
17 Então é importante o reforço nessas medidas, solicitaram inclusive a colaboração das entidades
18 estudantis, porque havia comunicação de pouco uso de máscaras em lugares como o centro
19 acadêmico, biblioteca etc., mas acha que estão indo bastante bem. Agradece de público o
20 empenho de toda a equipe, das secretarias de graduação, de pós-graduação, a todos os
21 funcionários e professores que se dedicaram, mas acha que uma explicitação dos protocolos
22 para a comunidade e o reforço dessas providências seria algo positivo. Se não for fazer o exame
23 no Cecom, notifica, passa para a secretaria. Acha que a pandemia está evoluindo de maneira
24 muito favorável, mas casos estão acontecendo, como seria de esperar, e a impressão que tem, e
25 que compartilha com outros, é que o contágio está acontecendo não exatamente dentro das salas
26 de aula. A Conselheira CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que vai falar em nome
27 dela, da professora Marisa e da professora Márcia. O que a professora Márcia iria falar é que
28 têm discutido muito no grupo sobre a permanência estudantil e a necessidade de não apenas
29 manter os atuais estudantes, mas ir atrás dos que abandonaram, entender por que abandonaram
30 e tentar trazê-los de volta. Possuem já várias propostas, até bem concretas em determinados
31 itens, e gostariam, se possível, que fosse criado um GT para encontrar formas de identificar
32 quem abandonou, por que abandonou e como trazê-los de volta. Em seu nome, diz algo que o
33 professor Anderson, seu diretor, diria: o Instituto de Computação está com excelentes
34 iniciativas de permanência que envolvem ex-alunos, atuais alunos e o corpo docente, criando
35 um fundo de bolsas para complementar a permanência e tutoria com bolsas de alunos de pós-
36 graduação que não têm bolsa para ajudar os que estão atualmente matriculados e estão
37 encontrando dificuldade. A professora Marisa lhe pediu para falar que já que o professor
38 Antonio José assumiu a presidência do Cruesp, é necessário montar um GT no Cruesp para
39 rediscutir a carreira docente, para torná-la mais competitiva em relação às outras instituições de
40 classe mundial. A professora Cláudia Cavaglieri iria se referir às questões da fila do restaurante

1 universitário; ela já falou sobre a maioria desses itens ao final da terça-feira passada, e o senhor
2 Reitor disse que ficaria para discutir mais durante o expediente. Então gostaria de resgatar
3 aquela fala, lembrando aos representantes dos funcionários que falaram sobre a terceirização
4 que o RU já é terceirizado há muito tempo, e o que está em discussão é apenas um novo contrato,
5 uma nova licitação. O MAGNÍFICO REITOR diz que em relação à questão do Cruesp, é uma
6 discussão que tem ocorrido entre os reitores a de repensar um pouco as carreiras. Então isso
7 está na mira dos três reitores. Nada que tenha começado, mas é uma preocupação que existe. A
8 Conselheira CRISTIANE MARIA MEGID felicita e parabeniza a professora Maria Luiza, e
9 solicita uma pequena correção relativa a uma fala que ocorreu na ordem do dia: a representação
10 das carreiras especiais é correspondente não só aos docentes do Magistério Secundário Técnico
11 – MST, que configura os professores dos colégios, mas também os de outras quatro carreiras.
12 Acha importante pontuar isso para não incorrerem em equívocos nas ponderações. Em seguida,
13 diz que está bastante satisfeita na sessão de hoje com as diversas considerações que foram feitas
14 sobre os colégios, e em dois pontos que para eles são muito sensíveis: um relativo à CVD, e
15 aproveita para solicitar que a CVD, diante dessa nova configuração, principalmente, apreciasse
16 com celeridade projetos que garantissem a substituição imediata dos professores que
17 eventualmente tenham de se ausentar de suas aulas por problemas de saúde, por exoneração ou
18 pedidos de aposentadoria, solucionando problemas que têm enfrentado com muita frequência
19 de ausências longas de disciplinas sem professores contratados ou em condições de ministrar
20 essas disciplinas. Passam-se meses sem que tenham pessoas contratadas. Sabe que a atual
21 Administração tem feito um esforço muito grande nessas substituições, mas o processo precisa
22 ser revisto, precisam criar novas formas para esse ingresso de professores substitutos. Agradece
23 à doutora Tânia pela apresentação, que também mencionou os colégios, e diz que de fato
24 possuem um problema grande com atendimento para os alunos, um problema crescente de
25 problemas de saúde mental, e eles têm ido ao Cecom, muitas vezes sendo atendidos inclusive
26 no HC por falta de um atendimento no momento em que eles precisam desse suporte. Então
27 também reforça a importância de pensar nesse atendimento dos alunos dos colégios pelos
28 serviços de atendimentos de saúde mental da Unicamp. Por fim, manifesta sua satisfação em
29 perceber que estão falando com muita prioridade dos programas de permanência, de ações de
30 permanência nos colégios. Também conseguiram uma grande quantidade de bolsas para os
31 alunos dos colégios, justamente para a permanência deles. Agradece à PRDU e aos colegas que
32 fizeram todos os esforços para que isso se concretizasse. A Conselheira ANDRÉA
33 MARCONDES DE FREITAS parabeniza a professora Maria Luiza pelo título e pelo
34 aniversário. Vai se referir a três tópicos relacionados à retomada. Primeiro parabeniza o
35 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na pessoa da professora Andréia Galvão e também
36 do diretor associado, professor Michel Nicolau, pelo enorme esforço de coordenação na
37 retomada. Precisam valorizar, e acha que a professora Andréia concorda, como o trabalho foi
38 feito de forma colaborativa no interior do Instituto. Tiveram cerca de seis áreas diferentes do
39 Instituto envolvidas o tempo inteiro no teste de equipamentos, no treinamento de professores e
40 na comunicação, que foi um aspecto destacável da ação da diretoria e o trabalho foi

1 extremamente colaborativo. O justo seria citar o nome de todos, mas não vai fazer isso dado o
2 avançado da hora, então agradece a cooperação de todos nesse trabalho coletivo que tornou
3 possível a retomada no Instituto. Destaca que embora tenham feito toda essa preparação, e com
4 isso entra no seu segundo tema, o fim do distanciamento social nas salas de aula, uma semana
5 depois do início das aulas, pareceu-lhe um tanto quanto precipitado. Acha que de certa forma
6 até desvaloriza esse esforço coletivo de várias unidades nesse processo de retomada para a
7 manutenção do distanciamento. Devem sempre pensar que a Unicamp é maior que 70% das
8 cidades brasileiras e que tem uma dinâmica própria; o número de pessoas é maior que o de 70%
9 das cidades brasileiras, e não se refere ao número de pessoas de passagem. É o número de
10 pessoas que vão se relacionar em sala de aula, fora da sala de aula, na hora do almoço e
11 eventualmente até morar juntas. Concorde com o professor André que de fato a sala de aula
12 parece ser o lugar mais seguro, mas não podem esquecer o tipo de convivência que se tem na
13 Universidade, como ela é de uma intimidade ímpar e como isso pode afetar as taxas de contágio.
14 Acha importante que passem uma mensagem constante para a comunidade de que é preciso que
15 cada um aja com responsabilidade individualmente para manter a comunidade como um todo
16 segura. O fato de eles não estarem se contagiando em sala de aula não significa que os casos
17 vêm de fora para dentro da Unicamp. Eles se contaminam entre eles mesmo que esse ambiente
18 não seja dentro da sala de aula. Para finalizar, solicita à gestão alguma informação sobre o
19 número de casos, e reforça a questão da alimentação, perguntando se existem ações alternativas
20 para além dos contêineres, que seria uma ação definitiva. Se existe a possibilidade de algumas
21 alternativas provisórias para terem acesso a outras opções de alimentação dentro do campus. O
22 Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO cumprimenta a professora Maria Luiza pelo título e
23 pela data. Reitera o seu contentamento com o Conselho Universitário, com a Administração
24 Central, com os colegas diretores pela inclusão dos colégios também agora na CVD. Acha que
25 é mais um passo importante na ampliação da diversidade, no reconhecimento, valorização dos
26 colégios, na qualificação do seu trabalho. Acha que ainda há um desafio que deve ser muito
27 bem pensado, a respeito da Cepe; não só uma eventual participação dos diretores na Cepe, mas
28 também pautar os projetos acadêmicos, estudos elaborados pelos colégios e não apenas os
29 projetos pedagógicos, a reformulação de cursos. Depois em uma outra oportunidade podem
30 conversar mais detalhadamente sobre o que está se referindo. Em seguida, fala sobre a denúncia
31 de injúria racial ocorrida esses dias dentro da dependência do Cotil, esclarecendo que a direção
32 do colégio recebeu o contato da mãe de um aluno na noite do dia 17 de março, durante um
33 evento escolar. A direção acolheu a denúncia. Na sexta-feira, dia 18, procuraram ouvir todos
34 os alunos, e na segunda-feira, dia 21, ouviram a professora a respeito. Encaminharam o assunto
35 para a Procuradoria Geral, para a Diretoria Executiva de Direitos Humanos e também para a
36 Diretoria Executiva de Ensino Pré-Universitário. Preliminarmente a Deepu encaminhou à
37 Câmara de Mediação e Conciliação, e na última sexta-feira, após relatório da câmara,
38 determinou-se a abertura de sindicância administrativa, conforme parecer PG havia
39 inicialmente determinado. Instauraram a comissão de sindicância e agora devem aguardar o
40 trabalho de apuração dos fatos. Em relação à saúde mental, registra que no colégio há muitos

1 casos de alunos com problemas emocionais, mas também funcionários e professores. Há
2 funcionários e professores que se encontram afastados, em licença médica para tratamento da
3 saúde mental, e casos de alunos em número bastante elevado comparado com a pré-pandemia.
4 Têm havido casos, relatos, estão tentando tratar da questão de *bullying*, de dificuldade de um
5 melhor convívio entre os pares por parte dos alunos, e dificulta o fato de os colégios não serem
6 atendidos pelo SAE, pelo Sappe, e pelo distanciamento até o atendimento via Cecom fica
7 prejudicado. Sabe que é uma preocupação da Administração e acredita que isso possa ser
8 melhorado. Por último, agradece aos professores Antonio José, Maria Luiza, Fernando Sarti e
9 Fernando Coelho por terem participado da cerimônia na semana passada em que fizeram a
10 entrega de várias ações que culminaram na revitalização do Colégio. Quem pôde acompanhar
11 a transmissão via YouTube viu que foi um momento muito importante do Colégio, não só ações
12 de melhoria da estética mas de melhoria da infraestrutura de rede de esgoto, água, elétrica, e
13 que vêm se somar às ações já entregues de reformulação dos cursos, da nova política
14 pedagógica, administrativa, organização da escola, e que é um passo muito importante que
15 também transformou o Colégio. Agora em abril o Cotil completa 55 anos e somente há três
16 anos ele elaborou seu primeiro projeto político-pedagógico. O MAGNÍFICO REITOR diz que
17 terão de interromper a reunião para começar outra, então terão só duas falas finais. Os pró-
18 reitores e a vice-reitora falarão no final das sessões da Cepe e da CAD. Somente para dar
19 esclarecimentos de alguns pedidos que foram muito recorrentes aqui, passará a palavra para o
20 senhor Juliano, prefeito do *campus*, e depois vai falar por alguns minutos também. O senhor
21 JULIANO HENRIQUE DAVOLI FINELLI diz que primeiro vai falar sobre o Projeto Rede de
22 Espaços de Alimentação e Convívio – Preac, que engloba todos os questionamentos feitos sobre
23 alimentação. Quando o apresentaram no final do semestre passado, o projeto englobava feiras,
24 máquinas de autosserviço e contêineres de restaurantes. As feiras estão sendo instaladas, as
25 últimas foram instaladas essa semana, no estacionamento. Há uma feira que desceu da área da
26 Saúde e ficará durante dois dias na semana e outras feiras espalhadas pelo *campus*. Claro que
27 estão abertos a alguns ajustes que sempre são pertinentes à utilização das feiras. Para as
28 máquinas de autosserviço fizeram a licitação no final do ano passado, mas ela deu deserta. A
29 avaliação que possuem é que a Universidade ainda não tinha voltado à sua plenitude, então não
30 houve interesse do mercado em vir participar desse processo. A DGA está publicando
31 novamente a licitação das *vending machines*, e nos contêineres contrataram um projeto
32 executivo. Inicialmente era para seis contêineres, durante esse período foram recebendo novas
33 demandas e hoje estão com 13 contêineres. Então acreditam que realmente conseguiram ter um
34 projeto de prateleira para oferecer para toda a Universidade. As unidades que se inseriram no
35 projeto são: que é Fecfau, o HC terceiro andar, HC-F1, FOP, DGA Café, IA-Gatti, o antigo
36 Gatti, DGA Restaurante, IG Café, BC Café, FCA, Imecc, IQ, Casa do Lago e IFCH. Esses
37 projetos já estão prontos, já estão maduros, tiveram alguns problemas com a entrega, mas foram
38 solucionados e já estão no momento de contratação. Concomitantemente a isso, trabalham junto
39 com a DGA para preparar o edital para os permissionários. Sobre o vale-transporte e fretado,
40 que o professor Francisco Haiter colocou, informa que já prepararam todo o diagnóstico,

1 apresentaram uma proposta para a Reitoria e isso está hoje sob análise da PG, para solucionar
2 todos os problemas que identificaram nesse período. Esperam que no curto prazo tenham uma
3 nova política de vale-transporte, de transporte fretado também para atender toda a comunidade.
4 Inclusive já apresentaram essa proposta ao Sindicato, que tinha esse assunto como uma de suas
5 pautas específicas e foi muito bem aceita pela entidade. Sobre os restaurantes, fizeram um
6 levantamento um pouco mais denso para tentar responder a todas essas angústias existentes
7 hoje na retomada. O RU foi construído em 1976, inicialmente para 3.500 refeições, e hoje ele
8 produz 12.500 refeições. Ele fica aberto no café da manhã das 7h às 8h, no almoço das 10h30
9 às 14h e no jantar, das 17h30 às 19h45. O RA é um antigo ponto comercial que foi transformado
10 em um restaurante em 2001, apenas refeitório, atendendo nos horários de almoço das 11h15 às
11 14h e jantar, das 17h30 às 19h. O RS foi inaugurado em 2012, é uma estrutura que comporta o
12 cardápio vegetariano com capacidade produtiva inicial de 2.000 refeições, e hoje está
13 produzindo de 3.500 a 4.000 refeições. Os horários de funcionamento são os mesmos do RA.
14 Na retomada, precisaram instalar barreiras acrílicas, adotar fluxo linear de pessoas para não ter
15 aglomeração dentro do restaurante e distribuição de bandeja-prato. Sobre as reclamações
16 registradas, observa que as filas são um problema crônico que já identificaram desde 2017, há
17 registro dessas filas no mesmo tamanho. Medem essas filas constantemente, e trouxeram aqui
18 valores de tempo de espera médio de 31 minutos no RU, 33 minutos no RS e 27 minutos no
19 RA. Tiveram picos de atendimento no dia 22.03 às 12h30, o tempo médio de espera foi de 50
20 minutos no RU; no RS, no dia 30.03, às 12h30, o tempo de espera médio foi de 66 minutos e
21 no RA no dia 29.03, às 12h30, 40 minutos. A prefeitura tem um sistema de monitoramento, e
22 pelo *site* é possível acompanhar a fila em tempo real, o que ajuda muito os usuários a decidir
23 em qual restaurante ir. Pela média, não há filas até as 11h45, após as 12h existe o pico e depois
24 das 13h essa demanda diminui. Então ocorre uma concentração de atendimento justamente
25 entre 12h e 13h. No passado, a Prefeitura Universitária já havia identificado os gargalos e
26 encaminhado em 2018 algumas propostas à Reitoria. A primeira proposta era a reforma do RU;
27 a segunda era a reforma do RU e construção de outro RU na mesma capacidade. A terceira
28 proposta era construção de novo restaurante, com o dobro de capacidade, no estacionamento da
29 BC. A quarta opção seria a construção de dois restaurantes no modelo do RS. Foi constituído
30 um GT em 2019 que tratou desses assuntos, amplamente discutidos, mas que caminhou para a
31 resolução de um problema que vinha ocorrendo com o Tribunal de Contas. E a questão da
32 reforma ou da ampliação do atendimento não foi discutida. Foram feitas pequenas reformas no
33 telhado e na elétrica que ainda não solucionam os problemas. A Prefeitura encaminhou à Depi,
34 em novembro do ano passado, proposta de reforma do RU, reforma do RA e a construção de
35 dois restaurantes no modelo RS. E contratou um laudo para verificar as condições de todo o
36 complexo do RU, que já chegou, e sobre o qual precisam se debruçar, porque ele indica que
37 precisariam fazer várias reformas no RU. O MAGNÍFICO REITOR diz que existe um problema
38 com a questão da alimentação que não vem de hoje, e infelizmente não utilizaram a pandemia
39 para resolver esse problema. O Cotil, por exemplo, aproveitou muito bem o período de
40 pandemia e investiu para modernizar o colégio, e era isso que deveriam ter feito. Já era uma

1 constatação de 2017 que havia fila, e a Universidade tinha mais de R\$500 milhões de reservas.
2 Fazer dois restaurantes novos, sem equipamentos, fica em mais ou menos R\$5 milhões, R\$5,5
3 milhões nos preços de hoje, era mais barato antes. Se puserem equipamento, não passa de R\$15
4 milhões, poderiam ter feito nesses dois anos em que a Universidade ficou sem atividade
5 presencial. Por que isso não foi feito é uma pergunta que deve estar na cabeça da comunidade.
6 Terão dificuldade de resolver, porque vão ter de tomar essa decisão e investir recursos, e tudo
7 isso leva o tempo de licitação, o tempo de construção. Então, não há solução fácil, e é bom que
8 encarem isso com as dificuldades que existem. Infelizmente não tomaram essa decisão
9 anteriormente, ela deveria ter sido tomada. Sobre a questão da licitação do restaurante e a
10 decisão do Tribunal de Contas do Estado, há duas possibilidades: ficar na ilegalidade ou fazer
11 a licitação para contratar uma empresa; o que fazem hoje é contratar via Funcamp funcionários
12 que atendem os restaurantes. O Tribunal de Contas considera que isso está equivocado, que a
13 Universidade não pode contratar mão de obra, ela tem de contratar uma empresa que seja
14 responsável. Ou contratam as pessoas na estrutura da Unicamp, não na Funcamp. Então não
15 existe alternativa, o Sindicato é contra, a conselheira Gabriela se manifestou aqui, mas a
16 manifestação não é aqui que tem de ser feita, é no Tribunal de Contas, cobrando-o que defina
17 uma outra posição. A gestão da Universidade está condicionada a seguir a lei, e não é ela quem
18 interpreta a lei. Podem discordar da interpretação dada, mas quem dá são órgãos de uma
19 estrutura jurídica ou de uma estrutura da Assembleia Legislativa. Então é um pouco temerário,
20 apesar das suas posições como indivíduos, entrar como instituição nessa rota de colisão. Não
21 sabe se é a melhor alternativa. A licitação é uma exigência do Tribunal de Contas do Estado, e
22 a Administração da Universidade é obrigada a encontrar soluções. Então, não existe muito jeito
23 de controlar segurança no *campus*, a Polícia Militar não entra, mas quando tem um assalto aqui
24 ela tem de entrar, não tem como resolver isso. Já ocorreu assalto no Santander anos atrás, e
25 pergunta qual seria a conduta, impedir a entrada da polícia e deixar assaltar? Precisam pensar
26 nessas coisas não só abstratamente; precisam pensar concretamente como resolver problemas
27 que existem. Têm tido uma postura sempre de diálogo, de conversa, de aproximação com os
28 vários atores, e acha que não existe melhor experiência que essa da SVC e do diálogo que a
29 professora Susana tem buscado manter com todos os órgãos estudantis. Como ela disse, a
30 segurança aqui é preventiva, é não armada, e não possuem nenhum objetivo de fazer de outro
31 jeito. Desejam encontrar soluções, mas as pessoas têm de ter claro que não adianta só se colocar
32 na posição de dizer que isso é ruim, aquilo é ruim, mas pensar em qual é a saída. Então esse é
33 um desafio não só para a Administração, é um desafio para as pessoas que estão sentadas aqui.
34 Tem de haver saída para problemas, porque se não existir, não há muita possibilidade. Um dos
35 maiores desafios que tiveram aqui como gestão foi fazer a Universidade funcionar novamente,
36 e o estão enfrentando há quase um ano. O primeiro movimento que fizeram foi: no dia seguinte
37 à posse, vieram aqui e começaram a trabalhar presencialmente. Ainda existia uma dúvida
38 imensa. O segundo foi o dia 13 de setembro; um ano e meio de trabalho remoto, e ainda assim
39 sofreram muitas críticas, muitas pessoas achando que não deviam ter feito. Insistiram, porque
40 na sua visão, dizer que não pode ser feito é negacionismo da vacina. Se defendem a vacina, não

1 haveria coerência em uma atitude de não voltar, de permanecer em trabalho remoto tendo duas
2 doses de vacinação. Foi um desafio, e acha que isso é natural, pois a pandemia trouxe receio; a
3 situação é incerta, é um horizonte nebuloso político, econômico, da própria história da
4 pandemia. O maior desafio é colocar 40 mil pessoas aqui entre alunos de graduação e pós-
5 graduação. Sem dúvida foi um imenso desafio; precisam construir certa harmonia e certo
6 consenso em uma comunidade que tem esse espírito crítico positivo, universidade tem de ter
7 espírito crítico, mas pergunta como conseguem construir uma unidade senão tomando todos os
8 cuidados possíveis. Os robôs educacionais foram isso. Por exemplo, contratam seguro de carro
9 e torcem para não ter acidente; não adianta se arrepender depois do acidente, chegar à conclusão
10 de que deveria ter seguro de carro. Não podem ser engenheiros de obra feita. *É fácil a posteriori*
11 descobrir que era melhor não ter comprado os robôs; a questão é se antes era a melhor política.
12 Porque antes não sabiam o que ia acontecer, e não sabem ainda, porque a pandemia não acabou.
13 E se ela piorar, os robôs vão ter muita utilidade para ela, como eles têm para outras coisas.
14 Então não podem ficar pensando dessa forma. Constatar *a posteriori* que a pandemia melhorou
15 mais rápido do que esperavam e que não precisariam ter comprado robôs é fácil. Queria saber
16 fazer isso em outubro do ano passado, quando estavam em uma situação em que não sabiam se
17 iriam voltar mesmo com vacinação. Precisavam criar um clima que transformasse a
18 Universidade, e tiveram pela primeira vez provavelmente na história da Unicamp manifestação
19 para ter aula, o que o deixou muito contente. Os alunos querem aula presencial, esse é o espírito
20 desta Universidade, querem as pessoas aqui. Conversando, dialogando, brigando inclusive,
21 tendo conflito de ideias. Estar aqui é a coisa mais importante, e tudo o que foi feito para isso
22 foi um imenso gasto de energia, que envolveu várias pessoas da Administração Central, das
23 direções das unidades, dos órgãos administrativos, e foi necessário pôr dinheiro nisso. E esse
24 dinheiro não foi mal gasto, porque se andam pela Universidade hoje, veem que ela está
25 completamente em funcionamento. É fácil criticar, mas devem procurar também achar solução,
26 ter um espírito um pouco mais construtivo em relação a esse tipo de coisa, e os robôs serão
27 usados para muitas coisas ainda. Para terem interação com o exterior, para, se a pandemia
28 piorar, ter uma ação rápida, preparada; foi feito treinamento de pessoas, há um aprendizado até
29 de agir em equipe. As pessoas descobriram quais são os órgãos da Universidade com muito
30 mais intensidade. Podem fazer defesas remotas, podem fazer pessoas de fora falarem para mais
31 salas da Universidade. Então devem olhar para o lado positivo, que é a Universidade voltar a
32 ter atividade presencial. Enfrentarão muitas dificuldades ainda, mas devem procurar focar as
33 soluções, apesar de eventuais diferenças e perspectivas políticas, ideológicas, de visões de
34 mundo que tenham. Mas não é possível que não reconheçam o que estão construindo aqui
35 depois de dois anos; existem alunos que estão pisando na Universidade pela primeira vez, tendo
36 ingressado em 2020, o que é uma tristeza. Para quem viveu esta Universidade, é uma tristeza
37 imaginar que muitos alunos só vão viver a Universidade metade do seu tempo de curso, por
38 isso precisam recuperar o tempo. Nada mais havendo a tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara
39 encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a

- 1 presente Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para ser submetida à aprovação do
- 2 Conselho Universitário. Campinas, 05 de abril de 2022.

***NOTA DA SG:** A presente Ata foi aprovada na **176ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 31 de maio de 2022, sem alterações.*